

**POLÍTICA
&
TRABALHO**

Revista de Ciências Sociais

59



Dossiê

**COSMOVISÕES E TERRITÓRIOS:
Abya Yala Território Epistêmico**

Revista de Ciências Sociais – Política & Trabalho
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Universidade Federal da Paraíba

Publicação semestral do PPGS/UFPB
Revista de Ciências Sociais, nº 59 – Julho/Dezembro de 2023
ISSN 1517-5901 (online)

CONSELHO EDITORIAL

César Barreira (Brasil), Christian Azais (França, Cynthia Lins Hamlin (Brasil), Edgard Afonso Malagodi (Brasil), Emília Araújo (Portugal), Howard Caygill (Reino Unido), Frédéric Vandenberghe (Brasil), Jacob Carlos Lima (Brasil), Joanildo A. Burity (Brasil), José Arlindo Soares (Brasil), Julie Antoinette Cavignac (Brasil), Lee Jonathan Pegler (Holanda), Marie-France Garcia-Parpet (França), Paulo Henrique Martins (Brasil), Regina Novais (Brasil), Rubens Pinto Lyra (Brasil), Sandra J. Stoll (Brasil), Theophilos Rifiotis (Brasil), Vera da Silva Telles (Brasil), Zhou Zhiwel (China).

EDITORIA

Maurício Rombaldi, UFPB, Brasil
Miqueli Michetti, UFPB, Brasil

COMITÊ EDITORIAL

Maurício Rombaldi, UFPB, Brasil
Miqueli Michetti, UFPB, Brasil
Patrícia Alves Ramiro (Vice-coordenadora do PPGS), UFPB, Brasil
Roberto Vêras de Oliveira, UFPB, Brasil
Sérgio Botton Bracellos (Coordenador do PPGS), UFPB, Brasil

EQUIPE DE TRANSIÇÃO

Marcelo Burgos Pimentel dos Santos, UFPB, Brasil
Rogério de Souza Medeiros, UFPB, Brasil

EDITORA-ASSISTENTE

Ana Carolina Costa Porto (Bolsista Fapesq-PB)

ASSISTENTE EDITORIAL

Iolivalda Lima Estrêla (Doutoranda do PPGS), UFPB, Brasil

REVISORA

Ana Carolina Costa Porto (Bolsista Fapesq-PB)

DESIGN GRÁFICO

Projeto gráfico da capa: Sérgio Estrêla Júnior
Fotografia: Rodrigo Nunes
Diagramação: Sérgio Estrêla Júnior

A apresentação de colaborações e os pedidos de permuta e/ou compra devem ser encaminhados ao PPGS/UFPB:
Universidade Federal da Paraíba – Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – Bloco V – Campus I – Cidade Universitária CEP 58051-970 – João Pessoa – Paraíba – Brasil – Telefax (83) 3216-7204 – E-mail: politicaetrabalho@gmail.com

POLÍTICA E TRABALHO

Revista de Ciências Sociais

**Publicação do Programa de Pós-graduação em
Sociologia da Universidade Federal da Paraíba
(Campus I - João Pessoa)**

Número 59

Julho/Dezembro 2023

ISSN 1517-5901 (online)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Reitor: Valdiney Gouveia

Vice-Reitora: Liana Filgueira

Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa: Fernando Guilherme Costa

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

Diretora: Rodrigo Freire de Carvalho e Silva

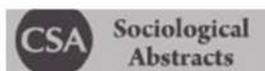
Vice-Diretor: Marcelo Sitcovsky Santos Pereira

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Coordenadora: Miqueli Michetti

Vice-coordenador: Maurício Rombaldi

Programa de Pós-Graduação em Sociologia – UFPB
indexação



BY



NC

Revista de Ciências Sociais – Política & Trabalho está licenciada com uma Licença Creative Commons – Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional. Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte PPGS/UFPB.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central – Campus I – Universidade Federal da Paraíba

R449 Revista Política e Trabalho / Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Vol. 1. n.59 (jul. /dez. 2023). João Pessoa, 2023.
320p.
1517-5901 (online)-1. Ciências Sociais. 2. Política. 3. Trabalho.
UFPB/BC CDU:32

SUMÁRIO

9 Editorial

DOSSIÊ

COSMOVISÕES E TERRITÓRIOS: ABYA YALA COMO TERRITÓRIO EPISTÊMICO

- 14 APRESENTAÇÃO: COSMOVISÕES E TERRITÓRIOS – Abya Yala como Território Epistêmico
- 20 PENSANDO A VIDA A PARTIR DOS SUJEITOS COLETIVOS, A COMPLEMENTARIDADE E A RECIPROCIDADE: reflexões sobre as epistemologias alternativas | *Laura Collin Harguindeguy*
- 42 ALÉM DA “NOSSA AMÉRICA”: Abya Yala, América Ladina e Nossa Afroamérica como categorias geo-históricas críticas | *Agustin Laó-Montes*
- 64 REVISITANDO A CARTOGRAFIA CORPO-TERRITÓRIO A PARTIR DA AUTOETNOGRAFIA FEMINISTA | *Delmy Tania Cruz Hernández*
- 83 ESPIRAIS, TECIDOS E OUTROS CONHECIMENTOS DAS MULHERES KANKUAMA DE RIOHACHA, COLÔMBIA | *Yolanda Parra*
- 103 ESTUDANTES INDÍGENAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA: reflexões sobre a interculturalidade e a decolonialidade | *Cíntia Cinara Moraes Borges, Alícia Ferreira Gonçalves, Maria Elena Martinez-Torres, Maristela Oliveira de Andrade*

ARTIGOS

- 129 MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO EM CRISE: dinâmicas e transformações pré-pandêmicas (2013-2019) | *Diego Torres de Matos Orteiro, Eduardo Rezende Pereira, Joelson Gonçalves de Carvalho*
- 146 DIVIDIR PARA FRAGILIZAR: terceirização, contratos autônomos e o enfraquecimento sindical nos Correios | *Bernardo Paim Cunha Masson, Mariana Bettega Braunert*
- 164 TWITCH.TV, AS NOVAS FRONTEIRAS DO TRABALHO PLATAFORMIZADO | *Maria Aparecida Bridi, Thiago Bedin*
- 183 MINERAÇÃO E DESIGUALDADE DE RENDA: efeitos da extração e beneficiamento de calcário em Minas Gerais | *Tádzio Peters Coelho, Laura Maris Gomes e Silva*
- 204 CUIDADOS: tecendo e desfazendo direitos. Desigualdades sociais e desafios institucionais no Brasil | *Nadya Araújo Guimarães*
- 226 AS CLASSES SOCIAIS NA TEORIA DE ERIK OLIN WRIGHT E O PROGRAMA MARXISTA DE PESQUISA CIENTÍFICA | *Mateus Azevedo, Paula Marcelino*

ENTREVISTAS

- 250 DIÁLOGOS DE SABERES: em direção ao PGTA Potiguara? Entrevista com Tuxaua Nathan Galdino Potiguara | *Alícia Ferreira Gonçalves*
- 262 FAZENDO ARTE, MUITA POLÍTICA, E SONHANDO COM A REVOLUÇÃO: uma entrevista com Agamenon Travassos Sarinho, militante do PCdoB na Paraíba | *Rodrigo Freire de Carvalho e Silva, Gregória Benário Lins e Silva*

TRADUÇÃO

- 282 DILEMAS DE COPRODUÇÃO: como catadores de rua em São Paulo foram excluídos da reciclagem inclusiva | *Manuel Rosaldo (Tradução de Leda Beck)*

RESENHA

- 315 A SOCIOLOGIA DO TRABALHO VAI AOS MERCADOS POPULARES | *Tiago Magaldi*

CONTENTS

9 Editorial

DOSSIER

WORLDVIEWS AND TERRITORIES: ABYA YALA AS AN EPISTEMIC TERRITORY

- 14 PRESENTATION: WORLDVIEWS AND TERRITORIES – Abya Yala as an Epistemic Territory Overview and perspectives | *Alicia Ferreira Gonçalves, María Elena Martínez-Torres*
- 20 PENSANDO LA VIDA DESDE LOS SUJETOS COLECTIVOS, LA COMPLEMENTARIEDAD Y LA RECIPROCIDAD: reflexiones sobre las epistemologías otras | *Laura Collin Harguindeguy*
- 42 BEYOND “OUR AMERICA”: Abiyala, América Ladina, and Our Afroamérica as Critical Geo-Historical Categories | *Agustin Laó-Montes*
- 64 REVISITANDO LA CARTOGRAFÍA CUERPO-TERRITORIO DESDE LA AUTOETNOGRAFÍA FEMINISTA | *Delmy Tania Cruz Hernández*
- 83 ESPIRALES, TEJIDOS Y SABERES DE OTRO MODO DESDE LAS MUJERES KANKUAMAS EN RIOHACHA, COLOMBIA | *Yolanda Parra*
- 103 INDIGENOUS STUDENTS AT THE FEDERAL UNIVERSITY OF PARAÍBA: reflections on interculturality and decoloniality | *Cíntia Cinara Moraes Borges, Alícia Ferreira Gonçalves, Maria Elena Martinez-Torres, Maristela Oliveira de Andrade*

ARTICLES

- 129 BRAZILIAN LABOUR MARKET IN CRISES: pre-pandemic dynamics and transformations (2013-2019) | *Diego Torres de Matos Orteiro, Eduardo Rezende Pereira, Joelson Gonçalves de Carvalho*
- 146 DIVIDE TO FRAGILIZE: outsourcing, autonomous contracts and union weakening in Correios | *Bernardo Paim Cunha Masson, Mariana Bettega Braunert*
- 164 TWITCH.TV, NEW FRONTIERS OF PLATFORM LABOR | *Maria Aparecida Bridi, Thiago Bedin*
- 183 MINING AND INCOME INEQUALITY: effects of limestone extraction and processing in Minas Gerais | *Tádzio Peters Coelho, Laura Maris Gomes e Silva*
- 204 CARE AND RIGHTS. Inequalities and institutional changes in Brazil | *Nadya Araújo Guimarães*
- 226 SOCIAL CLASSES IN ERIK OLIN WRIGHT’S THEORY AND THE MARXIST SCIENTIFIC RESEARCH PROGRAM | *Mateus Azevedo, Paula Marcelino*

INTERVIEWS

- 250 DIALOGUES OF KNOWLEDGE: Towards the Potiguara PGTA? An Interview with Tuxaua Nathan Galdino Potiguara | *Alicia Ferreira Gonçalves*
- 262 MAKING ART, A LOT OF POLITICS, AND DREAMING ABOUT REVOLUTION: an interview with Agamenon Travassos Sarinho, PCdoB activist in Paraíba | *Rodrigo Freire de Carvalho e Silva, Gregória Benário Lins e Silva*

TRANSLATION

- 282 DILEMMAS OF CO-PRODUCTION: How Street Waste Pickers Became Ex/cluded from Inclusive Recycling in São Paulo | *Manuel Rosaldo (Translated by Leda Beck)*

REVIEW

- 315 SOCIOLOGY OF WORK GOES TO THE POPULAR MARKETS | *Tiago Magaldi*

EDITORIAL

Miqueli Michetti*

Maurício Rombaldi*

O número 59 da Revista Política & Trabalho apresenta o dossiê *Cosmovisões e territórios: Abya Yala como Território Epistêmico*, organizado por Alicia Ferreira Gonçalves e María Elena Martínez-Torres. Constituído por cinco artigos inéditos e uma entrevista com liderança indígena, além de uma apresentação, o dossiê parte dos debates em torno da categoria *antropoceno* para criticar a maneira como a conjunção entre capitalismo, processos coloniais e projetos de desenvolvimento nacionais forma a “matriz da crise socioambiental” que hoje vivemos. A tal matriz, os trabalhos congregados no dossiê opõem as filosofias indígenas do bem viver e de Abya Yala, termo que significa “terra viva” e que vem sendo retomado por povos originários na América do Sul em suas lutas políticas. Assim, acadêmicas, ativistas e lideranças situadas no Norte e no Sul do planeta propõem, nesta edição, que Abya Yala e suas cosmovisões sejam consideradas como um “território epistêmico” a partir do qual pensar e agir.

Esta edição é composta ainda por seis artigos recebidos em fluxo contínuo, uma tradução de artigo, uma resenha e mais uma entrevista, além daquela que integra o dossiê. O artigo *Mercado de trabalho brasileiro em crise: dinâmicas e transformações pré-pandêmicas (2013-2019)*, de autoria de Diego Torres de Matos Orteiro, Eduardo Rezende Pereira e Joelson Gonçalves de Carvalho, discute as mudanças no mercado de trabalho brasileiro no referido período, caracterizado por mudanças políticas que desembocaram na reforma trabalhista de 2017, apresentada à época como solução para o desemprego e a informalidade. Por meio de análise de dados sobre o mercado de trabalho no Brasil, os autores demonstram que, mesmo antes da pandemia de covid-19, o Brasil já assistia à redução do salário dos empregados no setor formal, à intensificação da informalidade e à tendência à precarização, fenômenos derivados da referida reforma trabalhista. Ainda sobre esse tema, o artigo *Dividir para fragilizar: terceirização, contratos autônomos e o enfraquecimento sindical nos Correios*, de Bernardo Paim Cunha Masson e Mariana Bettega Braunert, analisa os impactos

* Editores da Revista Política e Trabalho e professores da Universidade Federal da Paraíba.

da legislação trabalhista brasileira de 2017 nas condições de trabalho e na luta sindical especificamente no âmbito dos Correios. Por meio de pesquisa empírica, demonstra-se o aumento no regime de trabalho terceirizado e autônomo, em moldes “uberizados”, o que levaria a uma fragilização da luta sindical.

Maria Aparecida Bridi e Thiago Bedin trazem contribuições à compreensão do trabalho de plataformas no artigo *Twitch.tv, as novas fronteiras do trabalho plataformizado*. Tomando por base empírica uma plataforma de transmissões ao vivo em que pessoas tentam ganhar a vida realizando *streams*, a autora e o autor demonstram como as novas formas de trabalho são condicionadas pelo desenvolvimento das novas tecnologias da informação. Baseando-se em uma concepção de trabalho que vai “além da relação diádica entre trabalhador e patrão” e se pauta pela ideia de “uma multiplicidade de autores presentes no fazer-saber do trabalho”, analisam, por meio de netnografia e de entrevistas com trabalhadores que utilizam a plataforma, um objeto específico que demonstra como tal forma de trabalho se liga a “cadeias produtivas complexas” do “capitalismo de plataforma”.

Segue-se a esse o artigo *Mineração e desigualdade de renda: efeitos da extração e beneficiamento de calcário em Minas Gerais*, em que Tádzio Peters Coelho e Laura Maris Gomes e Silva apresentam os efeitos socioeconômicos da estrutura produtiva de extração e beneficiamento do calcário, relacionando-os com a desigualdade de renda, em um município de Minas Gerais. Por meio de análise de indicadores sociais e econômicos de Córrego Fundo e de municípios limítrofes, bem como de entrevistas semiestruturadas com agentes-chave, demonstram que os efeitos sobre a distribuição de renda advêm não da extração do calcário, mas de seu beneficiamento. Mais especificamente, apontam como micro e pequenas empresas de transformação de calcário geraram uma necessidade de trabalhadores no setor, o que aumentou o preço da força de trabalho, implicando uma menor desigualdade social (em termos de GINI) no município. Outro resultado interessante é que, para os entrevistados, salários e postos de trabalho no município compensariam os danos ambientais gerados pela indústria do calcário.

No artigo que se encadeia, Nadya Guimarães analisa o processo desigual de construção de novos sujeitos de direitos no campo do cuidado no Brasil. Os argumentos de *CUIDADOS: tecendo e desfazendo direitos. Desigualdades sociais e desafios institucionais no Brasil* são baseados na costura de dois momentos históricos e lógicos, um deles responsável pela base normativa em torno dos direitos, ancorado na Constituição de 1988, e outro mais recente, ligado à ação pública relativa a tais direitos. A partir dessa

fundamentação, Guimarães afirma que, se por um lado tivemos a implementação de políticas públicas voltadas ao cuidado a idosos e crianças no Brasil, por outro se negou o reconhecimento profissional e direitos às trabalhadoras, domésticas e cuidadoras, que se constituíam as principais provedoras de tais cuidados, algo que urge ser conhecido e reconhecido entre nós.

A série de artigos inéditos se encerra com *As classes sociais na teoria de Erik Olin Wright e o programa marxista de pesquisa científica*, de Mateus Azevedo e Paula Marcelino. O texto teórico avalia como Wright trabalha dois temas presentes no postulado teórico marxista de que a luta de classes é o motor da história, quais sejam, o papel das classes na reprodução e na transição entre modos de produção e o problema das classes médias. Concluem que, ao se apropriar da questão da estratificação social, Wright teria se afastado do postulado central do marxismo acerca da luta de classes como motor da história, deixando de lado a tese da constituição relacional das classes sociais e as ideias de polarização e de conflito político transformador.

Além da entrevista que compõe o dossiê temático da edição, temos ainda uma entrevista com Agamenon Travassos Sarinho realizada por Rodrigo Freire de Carvalho e Silva e Gregória Benário Lins e Silva. *Fazendo arte, muita política, e sonhando com a revolução: uma entrevista com Agamenon Travassos Sarinho, militante do PCdoB na Paraíba* foi registrada nas primeiras semanas da pandemia da covid-19, pouco antes da morte de Agamenon. Constitui, portanto, um documento sobre a história da esquerda da Paraíba entre os anos 1960 e 1980. Um dos principais militantes e dirigentes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) no estado, ele é retratado como um dos responsáveis pela reorganização do partido durante a ditadura militar e da “renovação da esperança trazida com a transição para a democracia no Brasil”.

Na sequência, apresentamos uma tradução de artigo. Trata-se de *Dilemas de coprodução: como catadores de rua em São Paulo foram excluídos da reciclagem inclusiva*, de Manuel Rosaldo, traduzido por Leda Beck. A pesquisa etnográfica que baseia o estudo de caso comparativo aborda duas tentativas de coproduzir serviços de reciclagem em São Paulo. A primeira delas, nos anos 1980 e 1990, teria melhorado a renda e as condições de trabalho dos catadores, inspirando organizações de catadores pelo país afora. Já a segunda, constituída por uma revisão da gestão dos resíduos sólidos no início dos anos 2000, gerou empregos, mas excluiu a população de catadores de rua que pretendia beneficiar. Como resultado, a pesquisa indica que a coprodução tem maior probabilidade de levar a resultados inclusivos se forem

feitos esforços para nivelar desigualdades entre participantes durante o projeto e a implementação da política pública.

A resenha *A sociologia do trabalho vai aos mercados populares*, de Tiago Magaldi, fecha o número 59 da P&T com a análise do livro *A empresarização dos mercados populares: trabalho e formalização excludente*, de autoria de Felipe Rangel, publicada pela Fino Traço em 2021. A abordagem etnográfica de Rangel na “Feirinha da Madrugada” do Brás, na cidade de São Paulo, busca o sentido das mudanças em curso na região em termos “objetivos”, isto é, econômicos e administrativos, mas também “subjetivos”, e apresenta a “empresarização” enquanto uma forma de expropriação, destacando as assimetrias de poder dos atores envolvidos sem negligenciar a agência dos comerciantes que historicamente criaram o Brás.

Com a presente edição, encerra-se um ciclo da P&T. Com ela, se despedem seus editores, Miqueli Michetti, editora desde 2018, e Maurício Rombaldi, editor desde 2021. Este também é o último número que contou com a assistente editorial Ana Carolina Porto, que por anos nos acompanhou e a quem muito agradecemos. Desejamos aos novos editores, Marcelo Burgos e Rogério Medeiros, todo sucesso em sua condução da revista e nos mantemos à disposição no Conselho Editorial, sempre ávidos pelos novos lançamentos.

Boa leitura!

Dossiê

**Cosmovisões e territórios: Abya
Yala como Território Epistêmico**

**APRESENTAÇÃO:
COSMOVISÕES E TERRITÓRIOS:
Abya Yala como Território Epistêmico**

***PRESENTATION:
WORLDVIEWS AND TERRITORIES:
Abya Yala as an Epistemic Territory***

Alicia Ferreira Gonçalves (UFPB)
María Elena Martínez-Torres (CIESAS - SURESTE)

A invasão da América espanhola no ano de 1492 inaugura, segundo Todorov (1993), nossa identidade moderna, podendo ser considerada o marco histórico para a crítica decolonial (Mignolo, 2007; Quijano, 2005; Dussel, 2015). Latouche (1992) afirma que o nascimento da ocidentalização do mundo tem início a partir das cruzadas, no século XII. Gonçalves (2002, p.136) afirma que “as cruzadas e a prática colonial foram de fato um amplo domínio nos âmbitos militar, político, científico, espiritual, cultural e comercial sobre os povos colonizados”. Nesse processo histórico, a colonização dos países do Hemisfério Sul, alinhada à empresa capitalista, sobretudo a partir do século XVI, à institucionalização do sistema de mercado (Polanyi, 1980) e da ciência cartesiana e positivista nos séculos XVIII/XIX instituem, no plano epistêmico, a dualidade homem e natureza (Mantovani, 2009) e natureza e cultura (Lévi-Strauss, 1983). Essa dualidade epistêmica não somente torna a natureza objeto de exploração econômica, como também o homem “primitivo” se torna objeto da exploração colonial e objeto de estudo científico, porque é confundido com a natureza segundo a antropologia evolucionista – essa última, vale ressaltar, à serviço da administração colonial europeia (Gonçalves, 2020). Tal polaridade epistêmica, aliada ao colonialismo, está na raiz das múltiplas formas de opressão sofridas pelos indígenas na América Latina, os escravizados oriundos do continente africano, as mulheres na perspectiva de gênero, ciganos e diversas outras alteridades.

Os eventos citados acima em seu conjunto configuram a matriz das crises da civilização contemporânea em suas múltiplas dimensões, notadamente, a crise socioambiental

que afeta o planeta e com mais intensidade os territórios mais vulneráveis no Sul e Norte. Moore *et al.* (2016) participam dos debates em torno da categoria *antropoceno* (Haraway, 2016), era que se caracteriza pelos impactos socioambientais que a ação humana tem sobre o meio ambiente. Para além da ação humana, Moore *et al.* (2016) denunciam o modo de produção capitalista em consórcio com os processos coloniais, pós-coloniais e, atualmente, em aliança com os projetos de desenvolvimento dos Estados-nacionais como a matriz da crise socioambiental, propondo assim a denominação de nossa era atual como *capitaloceno*. Diante desse cenário catastrófico, as filosofias indígenas do bem viver e de Abya Yala reemergem trazendo esperança e inspirando profundas reflexões. Abya Yala era o termo usado pelos kuna da Colômbia para denominar algumas regiões da América do Sul e significa “terra viva”, “terra em reflorescimento”. A expressão está sendo resgatada pelos movimentos dos povos originários como forma de contraponto e resistência ao pensamento colonial e, simultaneamente, como força política para mobilizar o fortalecimento de uma identidade e de um território (Hall, 1992).

Nessa perspectiva, consideramos que Abya Yala e suas cosmovisões podem ser consideradas como um território epistêmico. Os artigos que compõem este dossiê configuram um aporte às epistemologias de Abya Yala e são de autoria de intelectuais, ativistas e lideranças renomadas situadas no Norte e no Sul que, a partir de seus territórios, vínculos institucionais e comunitários refletem e atuam a partir da temática proposta – que é confluyente com os debates que temos projetado no Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Cultura, Sociedade & Ambiente (GIPCSA), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia, da Universidade Federal da Paraíba (PPGA-UFPB). Ademais, o presente dossiê integra o Projeto Institucional de Internacionalização (Print-Capes) e se insere no âmbito do Convênio de Cooperação Técnico-Científica estabelecido entre a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e o Centro de Investigações e Estudos em Antropologia Social (CIESAS).

Assim, os temas abordados nesse dossiê nos remetem a três tópicos interrelacionados: (1) às diversas categorias de pensamentos e de epistemologias tais como “bem viver”, colonialismo, perspectivas decoloniais, epistemologias originárias, perspectiva etnográfica, etc.; (2) à luta pela defesa dos territórios a partir de suas respectivas cosmovisões e de suas identidades, bem como a partir das mediações de gênero; (3) os desafios contemporâneos do diálogo de saberes entre pesquisadores e lideranças indígenas e também as dificuldades da interculturalidade e dos processos decoloniais em instituições de ensino superior. Essas temáticas são significativas do ponto de vista dos movimentos socioambientais que

respondem à imperativa necessidade de sobrevivência das comunidades, de seus territórios e cosmovisões para evitar a extinção do planeta. Por outro lado, do ponto de vista acadêmico, contribuem para o avanço da produção de conhecimentos nas instituições de ensino e pesquisa ao incorporar as epistemologias originárias, sobretudo, em sua dimensão política de resistência e fortalecimento das alteridades. Neste aspecto, a entrevista realizada com uma liderança indígena potiguara é expressiva e exemplifica as formas mediante as quais o antropoceno/capitaloceno se materializa historicamente em territórios originários a partir de processos de colonização e instauração do modo de produção capitalista.

Este dossiê se inicia com o instigante artigo de Laura Collin Harguindeguy, intitulado *Pensando la vida desde los sujetos colectivos, la complementariedad y la reciprocidad. Reflexiones sobre las epistemologías otras*, que nos leva a refletir sobre as categorias do bem viver, a perspectiva decolonial e outras epistemologias a partir da etnografia. Trata-se de categorias do pensamento contrárias ao modelo ocidental capitalista, porque pressupõem outra ontologia e outra epistemologia que formam uma alternativa civilizatória baseada nas relações de reciprocidade e complementaridade entre os sujeitos coletivos e as práticas decoloniais. Neste sentido, a autora convida a considerar as categorias *yo* e *nosotros*, mostrando que *yo* é uma abstração inventada pela epistemologia individualista propícia ao capitalismo e demonstrando etnograficamente que tal categoria está ausente das epistemologias dos mundos andinos e de mesoamericanos, sociedades em que se pensa a partir dos sujeitos coletivos – *nosotros* – como a família e a comunidade que estão ligadas por relações de reciprocidade e de compromisso mútuo que se estendem aos não humanos e aos entes sobrenaturais.

No artigo *Beyond “Our America”: Abiyala, Amefrica Ladina, and Our Afroamerica as Critical Geo-Historical Categories*, Agustín Laó-Montes problematiza o termo “nossa América”, formulado por José Martí para designar o continente latino-americano. Laó-Montes propõe duas categorias geo-históricas com o objetivo de descolonizar o imaginário espacial e temporal: *Abya Yala*, categoria originada do sentimento reflexivo de nativos-americanos, e *Nossa Afroamérica*, originada do sentimento reflexivo de afrodescendentes. Segundo o autor, trata-se de territórios translocais que atravessam e transcendem as fronteiras nacionais de todas as Américas, tornando-se parte inerente desses espaços e refletindo um universo histórico, cultural e político, que marca uma geografia que se estende de Sul a Norte. Assim, Laó-Montes argumenta que *Nossa Abiyala* e *Nossa Afroamérica* constituem categorias geo-históricas críticas para descolonizar nossos imaginários coletivos e gerar modos de

reidentificação do eu, da história e dos horizontes futuros, que são chaves na nova onda de movimentos antissistêmicos.

No artigo intitulado *Revisitando a cartografia Corpo-Território a partir da autoetnografia feminista*, Delmy Tania Cruz Hernández resgata a cartografia Corpo-Território a partir da teoria feminista do Sul e em sintonia com a sua prática política e pedagógica, fazendo uso metodológico da autoetnografia que considera a experiência da autora como recurso fundamental no processo investigativo. O foco etnográfico se dá sobre coletivos de mulheres maias situados em territórios de Abya Yala (Chiapas, Guatemala, Honduras) em sua luta contra empreendimentos capitalistas neoextrativistas. A autora mostra que um dos aportes do pensamento feminista de Abya Yala tem sido demonstrar de que forma as mulheres indígenas estão vinculadas à terra em função de seus corpos, posicionamentos, práticas de fertilidade e andares diários em busca de água e comida, explicitando que o vínculo corpo-terra e corpo-território está sendo ressignificado por mulheres indígenas pertencentes ao movimento ambientalista e feminista guatemalteco, boliviano, equatoriano e mexicano.

Considerando as mediações de gênero em sua interface com as experiências interculturais em instituição de ensino superior na Colômbia, o artigo de Yolanda Parra e Saray Gutiérrez Montero intitulado *Espirales, tejidos y saberes de otro modo desde las mujeres kankuamas en Riohacha, Colombia* convida os docentes das licenciaturas interculturais a assumir como objetivo a consolidação de uma prática pedagógica que reconheça as interrelações entre corpo e território, bem como território e memória. A partir da experiência docente das autoras e da autoetnografia como recurso metodológico, a proposta inclui o reconhecimento da espiritualidade como manifestação dos saberes ancestrais das mulheres kankuamas que, a partir de seu “ConoCSentir” (Parra, 2013), dão lugar às práticas que na vida cotidiana são situadas no território, configurando, assim, uma “Territorialidade Epistémica” a partir da qual as mulheres têm afrontado os silêncios históricos e os medos originados pela violência perpetuada historicamente em seus territórios ancestrais.

Seguindo com a reflexão das experiências interculturais em instituições de ensino superior, o artigo de Cintia Cinara, Maristela Oliveira de Andrade, Alicia Ferreira Gonçalves e María Elena Martínez-Torres analisa o significado da presença indígena na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) com a Política do Bolsa Permanência. O argumento central do artigo parte da suposição de que a instituição universitária pode ser considerada um *locus* da difusão dos saberes e práticas hegemônicas colonialistas que necessitam ser desconstruídos e

descolonizados, configurando saberes hegemônicos que se contrapõem aos saberes mediados pela interculturalidade. As autoras se questionam sobre os significados da presença indígena nas instituições federais de ensino superior e sobre as formas como a universidade acolhe os povos indígenas a fim de proporcionar um compartilhamento real de seus saberes, valores comunitários, cosmologias e visões de mundo.

Esses debates em torno do conhecimento, das fronteiras culturais e das diferentes epistemologias presentes em Abya Yala nos levam a pensar esses exercícios reflexivos como um chamado para toda a comunidade acadêmica. Agradecemos imensamente à Revista de Ciências Sociais Política & Trabalho pelo acolhimento de nosso dossiê, dando-nos a oportunidade de trazer à luz temas tão importantes para reconstruir a memória de nosso passado, conscientizar nosso presente e imaginar um futuro mais plural e igualitário para nossos povos. Igualmente, agradecemos à editora-assistente Ana Carolina Costa Porto, quem nos atendeu sempre com gentileza e competência.

Apreciem a leitura!

Referências

- DUSSEL, Enrique. **Filosofías del Sur**. Descolonización y Transmodernidad. Buenos Aires: Akal/Interpares, 2015.
- GONÇALVES, Alicia Ferreira. A institucionalização da disciplina: o “primitivo” como objeto de ciência. **CAOS - Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, João Pessoa, v. 2, n. 25, p. 149-169, jul./dez. 2020.
- GONÇALVES, Alicia Ferreira. A modernização do mundo na sua versão econômica: a mundialização do capital. **Temáticas**, Campinas, v. 10, n. 19, p. 133-170, 2002. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10964>. Acesso em: 9 set. 2023.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na Pós-modernidade**. Oxford: University Press, 1992.
- HARAWAY, Donna. Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes. **ClimaCom Cultura Científica - pesquisa, jornalismo e arte I**, Campinas, n. 5, n.p., abr. 2016.
- LATOUCHE, Serge. **L'Occidentalisation du monde**. Essai sur la signification la porde et les limites de l'uniformisation planétaire. Paris: La Découverte, 1992.
- LÉVI-STRAUSS. Structuralism and Ecology. **Le regard éloigné**, Paris, p. 143-166, 1983.
- MANTOVANI, Waldir. Relação Homem-Natureza: raízes do conflito. **Gaia Scientia**, João Pessoa, v. 3, n. 1, p. 3-10, 2009.
- MIGNOLO, Walter. **La Idea de América Latina: la herida colonial y la opción decolonial**. Barcelona: Gedisa, 2007.
- MOORE, Jason W. *et al.* **Anthropocene or capitalocene?** Nature, history, and the crisis of capitalism. New York: PM Press, 2016.
- PARRA, Yolanda. Oltre oceano: altri orizzonti del possibile. Epistemologie di Abya Yala e progettualità essenziale. 2013. Tesis (Doctorado en Ciencias de la Educación) – Dipartimento di Scienze dell'educazione, Università degli Studi di Bologna, Bologna, 2013. Disponível em: https://scholar.google.com.co/citations?view_op=view_citation&hl=es&user=DGeXX2kAAAAJ&citation_for_view=DGeXX2kAAAAJ:ULOm3_A8WrAC. Acesso em: 24 set. 2023.

POLANYI, Karl. **A grande Transformação:** as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder. *In:* LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber eurocentrismo e ciências sociais.** Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 33-49.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América:** A questão do Outro. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

***PENSANDO LA VIDA DESDE LOS SUJETOS COLECTIVOS, LA
COMPLEMENTARIEDAD Y LA RECIPROCIDAD:
reflexiones sobre las epistemologías otras***

**PENSANDO A VIDA A PARTIR DOS SUJEITOS COLETIVOS, A
COMPLEMENTARIDADE E A RECIPROCIDADE:
reflexões sobre as epistemologias alternativas**

Laura Collin Harguindeguy*

Resumen

Las ideas de complementariedad, reciprocidad y sujetos colectivos han sido señaladas como parte de los conceptos rectores del Buen Vivir en estudios del mundo andino y mesoamericano. En el artículo, con base en la interacción prolongada con pueblos originarios y la participación en organizaciones sociales que los involucran, reflexiono en torno a cómo estas nociones se reflejan y al mismo tiempo condicionan la vida cotidiana. Argumento como esos conceptos suponen un modo de vida que implica una versión contraria al modelo occidental. Concluyo que supone no solo una ontología y una epistemología otra, sino y sobre todo una alternativa civilizatoria, una propuesta de vida. Se relaciona esta visión del mundo con las propuestas de la teoría de la complejidad.

Palabras clave: Buen vivir. Epistemologías otras. Sujetos colectivos. Complementariedad.

Resumo

As ideias de complementaridade, reciprocidade e sujeitos coletivos têm sido apontadas como parte dos conceitos orientadores do bem viver em estudos do mundo andino e mesoamericano. No artigo, com base na interação prolongada com povos originários e na participação em organizações sociais que os envolvem, reflito sobre como essas noções se manifestam e ao mesmo tempo condicionam a vida cotidiana. Argumento que esses conceitos pressupõem um modo de vida que implica uma versão contrária ao modelo ocidental. Concluo que isso implica não apenas outra ontologia e epistemologia, mas principalmente uma alternativa civilizatória, uma proposta de vida. Essa visão de mundo se relaciona com as propostas da teoria da complexidade.

Palavras-chave: Bem Viver. Epistemologias Alternativas. Sujeitos coletivos. Complementaridade.

Introducción

Las propuestas del Buen vivir, Vivir Bien, o Vivir Sabroso y sus equivalentes en quechua y aimara han logrado resonancia como consignas políticas y son retomadas por un amplio espectro de actores sociales que se consideran de izquierda (si es que tal distinción conserva el sentido) o con la nueva propuesta del progresismo. En el mundo académico tienen sus equivalentes en las propuestas de-coloniales y más recientemente de las epistemologías del sur. En otro artículo analicé cómo al retomar el concepto cada actor social lo reinterpreta

* Dra. en Antropología, Miembro del Sistema Nacional de Investigadores III, Profesora Investigadora en El Colegio de Tlaxcala. E-mail: lauracollin@gmail.com

desde su propia posición, de manera tal que los funcionarios o intelectuales vinculados a los gobiernos progresistas lo identifican desde las funciones redistributivas del Estado o desde el gobierno, como socialismo de los pueblos originarios lo interpretan desde el marxismo, mientras que los ecologistas resaltan el amor a la madre tierra, es decir cada lector ve lo que quiere ver (Collin, 2016). Otra vertiente es la representada por las voces de los pueblos originarios que establecen distancia con respecto de las visiones occidentales y de quienes, sin ser originarios ni miembros de los pueblos, reflexionan sobre las implicaciones de la existencia de otras formas de ver el mundo, es decir, sobre las epistemologías. En este artículo, intentare profundizar sobre las implicaciones que tiene el cambio de mirada y poder ver desde categorías diferentes de las desarrolladas en occidente. Por tanto, el significado profundo de las propuestas de ontologías y epistemologías otras, más allá del discurso y la denuncia carentes de etnografía.

Antecedentes de la emergencia de los conceptos

La propuesta de las epistemologías otras o del sur, nombra y le concede un estatus mayor a las diferencias culturales que implican conceptualizaciones disímiles o formas alternas de entender la realidad. Cuando surge la idea de las epistemologías otras (Alarcón-Cháires, 2019) o epistemologías del sur (Santos, 2011) se logra conceptualizar propuestas que reconocían la existencia de otras formas de pensar, algunas de larga data como las incluidas en el concepto de antropológico de cultura y propuestas más recientes que refieren a la imposición del llamado pensamiento occidental. Si bien se puede argumentar que la identificación de diferentes formas de ver la realidad tiene larga data en la antropología, no siempre se realizó sin bajarse del pedestal de la superioridad del pensamiento científico.

La visión de los antropólogos a veces adoptó tintes discriminatorios como cuando al animismo se le denomina pensamiento pre-lógico (Levy-Bruhl, 1974), es decir un pensamiento que aún no alcanza el carácter de lógico, que se atribuye exclusivamente a la tradición occidental. En otros casos se trata de formulaciones moderadamente discriminatorias al concederle el estatus de razón práctica (Sahlins, 1997). Sahlins reconoce que “Las culturas son órdenes significativos de personas y cosas. Como esos órdenes son sistemáticos, no pueden ser sólo libres invenciones de la mente (p. 10).

Los primeros antropólogos que reconocieron las diferencias en las formas de entender la realidad las atribuyeron a atraso o falta de desarrollo evolutivo, las consideraron nociones pre-científicas, pre-lógicas, mágicas o animistas, en un modelo evolución lineal, trasladado de

la biología a la cultura. Tales calificativos exhiben un dejo etnocéntrico debido a que quienes los formulaban se incluían a sí mismos como parte de la cultura occidental que a su juicio representaba la cúspide de la civilización. Expresaban en la práctica la alteridad y la otredad que caracterizan a la disciplina antropológica (Auge, 1998), pero también a la imposibilidad de desprenderse del etnocentrismo. Fue preciso que transcurriera casi un siglo para concederle a esas formas diferentes de ver y entender la realidad el estatus de epistemologías y ontologías y reconocer su capacidad de representar opciones civilizatorias.

A la tradición académica, que reconoce a las culturas categorías de pensamientos, se suma la tradición militante que además de registrar la diferencia, reclama el derecho a ser y pensar diferente y su dimensión como opción civilizatoria, es decir como modelo de pensamiento para otras sociedades, incluyendo la occidental. Como antecedente lejano se pueden rememorar el reclamo de las 3 reuniones de Barbados por la liberación del indígena (Chirif, 2021) que además de instaurar la consigna liberacionista reconocería que tales pueblos portaban una opción civilizatoria.

Las reuniones de Barbados dieron pie al surgimiento de movimientos etnopolíticos (Bartolomé, 1996). Ambas reuniones tenían como antecedente, las luchas anticoloniales de la posguerra, sobre todo de la de Argelia, donde va a resaltarse el papel de la cultura en la lucha por la independencia (Cabral, 1977) y posteriormente la adopción del concepto de identidad étnica (Hobsbawm, 1997). La primera reunión de Barbados por la liberación del indígena, replicó en América, el coloquio convocado por Robert Jaulin y protagonizado sobre todo por antropólogos europeos, realizado en 1970: El etnocidio a través de las américas (Jaulin, 1975). Por tal motivo se centró sobre las denuncias de etnocidio.

Si bien en la primera reunión de Barbados, participaron solo académicos y se centró en las denuncias, para la segunda, se incorporaron líderes étnicos “Participaron tanto antropólogos como líderes indígenas de movimientos recién constituidos y los resultados fueron recogidos por Guillermo Bonfil Batalla”¹ (Grünberg, 2021, p. 50). La segunda, concedió mayor visibilidad a la persistencia de acciones de resistencia por parte de los pueblos.

¹ Grupo de Barbados: “Indianidad y Descolonización en América Latina - Documentos de la segunda reunión de Barbados”, 1979, México.

El surgimiento de organizaciones étnicas, algunas corporativas y otras independientes no fue ajena a estas discusiones (Báez; Jorge, 1985). Entre los antecedentes del surgimiento de las ideas anti-coloniales no puede soslayarse la importancia de André Gunder Frank (1966) – gringo, ni modo – y de Pablo González Casanova (2006), el primero aporta la noción de la dependencia (Kay, 2006) y el segundo la de colonialismo interno. Sería, muy posteriormente cuando desde la corriente de los estudios culturales surgen las propuestas de-coloniales que desde hace varias décadas crítica a la colonización del pensamiento (Quijano, 2014; Mignolo, 2015). Corriente crítica que confluye con la propuesta de las epistemologías otras o epistemologías del sur, que al igual que sucedió con la propuesta del Buen Vivir, tuvo una amplia acogida con resultados parecidos, es decir, interpretaciones varias. La perspectiva de-colonial se centra sobre el carácter racista y excluyente del colonialismo que establece la separación entre criollos-blancos y los indios y mestizos:

Uno de los ejes fundamentales de ese patrón de poder es la clasificación social de la población mundial sobre la idea de raza, una construcción mental que expresa la experiencia básica de la dominación colonial y que desde entonces permea las dimensiones más importantes del poder mundial, incluyendo su racionalidad específica, el eurocentrismo (Quijano, 2014, p. 777).

Si bien, tanto Quijano (2014) como Mignolo (2000) mencionan reiteradamente la imposición del pensamiento occidental, no logran identificar o mencionar algunas de las diferencias ontológicas y epistemológicas entre las formas de ver el mundo. En ese sentido se quedan en la denuncia:

Europa también concentró bajo su hegemonía el control de todas las formas de control de la subjetividad, de la cultura, y en especial del conocimiento, de la producción del conocimiento...reprimieron tanto como pudieron, es decir en variables medidas según los casos, las formas de producción de conocimiento de los colonizados, sus patrones de producción de sentidos,... una colonización de las perspectivas cognitivas, de los modos de producir u otorgar sentido a los resultados de la experiencia material o intersubjetiva, del imaginario, del universo de relaciones intersubjetivas del mundo, de la cultura en suma Occidental, y el resto del mundo, fueron codificadas en un juego entero de nuevas categorías: Oriente-Occidente, primitivo-civilizado, mágico/mítico-científico, irracional-racional, tradicional-moderno (Quijano, 2014, p. 13).

Al no concretar cuáles serían las diferencias ontológicas y epistemológicas los autores reproducen la ceguera ontológica que critican. Seguramente, la ceguera ontológica se deriva de la falta de trabajo de campo o diálogo con “los colonizados. Críticas más radicales que las que aquí formulo, son las de Silvia Rivera (Rivera-Cusicanqui, 2010) y Grosfogel (2015)

quienes acusan a los académicos de los estudios culturales por practicar el extractivismo epistémico:

El extractivismo intelectual, cognitivo o epistémico trata de una mentalidad que no busca el diálogo que conlleva la conversación horizontal de igual a igual entre los pueblos, ni el entender los conocimientos indígenas en sus propios términos, sino que busca extraer ideas para colonizarlas por medio de subsumirlas al interior de los parámetros de la cultura y episteme occidental... los pueblos del sur global se limitan a producir insumos, experiencias que luego son apropiadas en el norte y devueltas como teorías elaboradas... enredadas en un discurso de la alteridad profundamente despolitizado (Rivera-Cusicanqui, 2010, p. 58).

Desde la otra orilla del atlántico la aportación, de Boaventura de Sousa Santos (2011), es a mi juicio, la de proporcionar nombre y visibilidad a una idea que venía tratándose en diferentes ámbitos: la existencia de diferencias en las formas de ver y entender la realidad. En mi caso recurrí al concepto de lógica (Collin, 2015), para ahora adoptar el de epistemologías. Boaventura adjudica a la idea de la variación en las formas de establecer relaciones entre las cosas un nombre, el de epistemologías del sur (Santos, 2011), propuesta la que se suma, quizás con menos visibilidad la de ontologías otras (Viveros-de-Castro, 2016).

Boaventura recurre al concepto de epistemologías con gran éxito y posiciona, otros conceptos también con suceso como *epistemicidio*, para denotar, la invisibilización de las categorías de pensamientos de los colonizados. Al conceder a las diferentes formas de pensar estatuto epistemológico, la colonialidad del pensamiento se transforma en epistemicidio. Se pueden asimilar a la idea de epistemicidio las expresiones despectivas de las otras formas de conocer, adjetivándolas como supercherías, creencias, fetichismos, supersticiones o. o calificándolas como pre-lógicas, pre-científicas, etc. Sin embargo, sus textos, desde Portugal, al igual que los de los estudios culturales, carecen de etnografía o de diálogo con los sujetos, sobre los que teoriza. La denuncia y la enunciación no son suficientes, se requiere de la investigación profunda con el adjetivo que se guste (participativa, dialogo de saberes o de ciencias) para ver que se ve cuando se mira desde otras categorías.

Definitivamente no resulta sencillo cambiar la mirada, sobre todo desprenderse de las categorías que condicionan la visión y de las cuales el que mira ni siquiera es consciente de tenerlas o de que puedan condicionar lo que se ve. Se requiere estar dispuesto de deconstruir las propias categorías de pensamiento, y mucho trabajo de campo, para para poder mirar desde la mirada del otro y entender que es lo que ven y las relaciones que establecen entre las cosas. Aquí se plantea el problema crítico ¿cómo acceder a un diálogo intercultural no extractivista, no mediatizado, pero sobre todo que, en vez de traducir los conceptos a los

occidentales y repetir lo de traducción=a traición, permita ver desde la mirada del otro? La pregunta tiene dos contextos y en realidad son uno mismo: el del compromiso militante y la capacidad autocrítica. Ambos aspectos se complementan, pues mientras el segundo, supone intentar despojarse de las propias categorías, el compromiso militante implica asumir los intereses de los sujetos con los que el investigador se compromete, en palabras de González Casanovas:

cómo se relaciona con las alternativas emergentes, sistémicas y anti-sistémicas, en particular las que conciernen a “la resistencia” y “la construcción de autonomías” dentro del Estado-nación, así como a la creación de vínculos (o a la ausencia de estos) con los movimientos y fuerzas nacionales e internacionales de la democracia, la liberación y el socialismo (González-Casanovas, 2006, p. 409).

Los conceptos antes mencionados: buen vivir, epistemologías otras, ontologías otras, pensamiento de-colonial, sin duda se han puesto de moda. Un problema visible en la popularización de los conceptos es la repetición de las propuestas de los autores, sin vincularlas a datos concretos desde los pueblos originarios, es decir, conceptos sin etnografía. Otro problema que se evidencia en ambas popularizaciones, la del buen vivir y la de las epistemologías, es confundir la forma de ver la realidad con la folclorización, manifiesta en la proliferación de rituales supuestamente prehispánicos, con el uso de disfraces, o eventos sin fundamento sobre presumidas filosofías Toltecas o la cultura Nahuaca, pensando que bailando o disfrazándose se piensa como el otro. En ambos casos se devalúa o se minimiza la trascendencia y lo que implica en términos epistemológicos el ver la realidad desde categorías de pensamiento diferentes a las occidentales. Se pierde también la posibilidad de cambiar la mirada. La folclorización y la trivialización finalmente coadyuvan a que:

Al asimilar, es decir, subsumir estos conocimientos de los pueblos al conocimiento occidental se le quita la radicalidad política y la cosmogonía crítica “alterativa” para mercadearlos mejor, o simplemente extraerlos de una matriz epistémica más radical para despolitizarlos. (Rivera-Cusicanqui 2010, p. 39)

Ontología y Epistemología desde la etnografía

Durante casi 300 años el paradigma científico hegemónico positivista y empirista creó una mística basada en la fe en la objetividad del conocimiento. El objetivismo es finalmente monismo pues supone que las cosas, los entes, tienen una realidad objetiva al margen del observador. El empirismo como teoría filosófica comenzó a naufragar a mediados del siglo XX como lo constata la obra de Bertrand Russell (García, 2006), aunque es preciso reconocer

que muchos académicos aún no se enteran. Paralelamente desde diferentes disciplinas se presentaban muestras concretas de -usando un concepto que sirvió para la disrupción del paradigma cartesiano- la relatividad del conocimiento. Desde ejemplos muy pragmáticos sobre alteraciones de la percepción que modifican lo que se ve, hasta teorías complejas como el constructivismo, sobre las categorías que modifican o construyen lo que se observa. Si estas observaciones remiten a sujetos cognoscentes individuales, el otro camino fue la visualización de la diferencia cultural.

La idea de epistemologías otras o epistemologías del sur cuestionan en su concepción intrínseca a las ideas universalistas y objetivistas de una ciencia única y proponen la posibilidad de la existencia de otras ontologías y epistemologías. Es decir, la posibilidad de ver el mundo con otras categorías de pensamiento. Admitir la existencia de categorías culturales que condicionan lo que se ve cuando se mira. En otras palabras, que no se ven las mismas cosas cuando se mira un mismo objeto (ontología), ni se establecen las mismas relaciones entre las cosas u entes de la naturaleza (epistemología).

El reconocer que se pueden ver entes y relaciones diferentes constituye el gran desafío para antropólogos, filósofos, lingüistas, agrónomos, biólogos y hasta para políticos y teólogos, por solo mencionar algunas disciplinas. Implica despojarse de las categorías analíticas aprendidas e intentar mirar la realidad desde otras ópticas, tarea sin duda ardua y complicada, sobre todo cuando quienes teorizan al respecto carecen de trabajo de campo prolongado en otras sociedades y entrenamiento en las técnicas de la etnografía. Se suma como problema la tendencia al etnocentrismo que lleva a creer que la manera como se piensa constituye la única posible. Admitir la existencia de diferentes categorías de pensamiento, supone el reconocer que las categorías que sirven para pensar la realidad son creadas por los seres humanos y en ese sentido, relativas a un contexto histórico social y cambian en el tiempo

En este artículo pretendo abordar, como las categorías de pensamiento modifican lo que se ve (entes) y al cambiar la conceptualización de lo visto, se establecen diferentes relaciones, valoraciones y acciones. Quizás la fórmula más precisa y concisa es la de Geertz que atribuye a la cultura “mecanismos extra personales para percibir, comprender, juzgar y manipular el mundo” (Geertz, 1987, p. 189) En este caso, consideraré solamente tres conceptos culturales y sus repercusiones en la vida social, el de sujeto, y las nociones de complementariedad y reciprocidad.

No intento sostener que en lo personal haya logrado percibir la realidad desde la óptica de los pueblos originarios y podría escribir otro artículo sobre las dificultades que conlleva el

poder por ejemplo cambiar la noción del tiempo o de sujeto individual a sujeto colectivo. Reconozco que solo he logrado algunas intuiciones, que comparto con los lectores.

El yo o el nosotros

Comienzo este intento de reflexión sobre las diferencias ontológicas y epistemológicas con el tema de los sujetos, en tanto resulta ilustrativo de la dificultad de pensar con otras categorías o más concretamente como desprenderse del individualismo y pensar en términos de nosotros. Los sujetos sociales, o lo que se considera un sujeto social resulta una construcción social histórica y culturalmente definida. Estamos tan acostumbrados a pensar en términos de sujetos individuales, que cuesta entender que otras culturas piensan en términos de sujetos colectivos. El sujeto individual constituye un invento moderno como lo demuestra Weber (2005). Sin duda aportó a la subjetivación, al descubrimiento del inconsciente, la reflexividad y el análisis, pero también constituye el principio del individualismo narcisista. Afortunadamente el sujeto individual resulta una construcción moderna y si atendemos a la propuesta de Foucault en vías de desaparición:

El hombre es una invención cuya fecha reciente muestra con toda facilidad la arqueología de nuestro pensamiento. Y quizá también su próximo fin. Si esas disposiciones desaparecieran tal como aparecieron, si, por cualquier acontecimiento cuya posibilidad podemos cuando mucho presentir, pero cuya forma y promesa no conocemos por ahora, oscilaran, como lo hizo, a fines del siglo XVIII el suelo del pensamiento clásico, entonces podría apostarse a que el hombre se borraría, como en los límites del mar un rostro de arena (Foucault, 2005, p. 376).

En las sociedades amerindias y aparentemente en muchas otras partes del mundo, el hombre en singular como lo denomina Foucault, o el sujeto individual e individualista resulta impensable, se es parte de una familia, y de una comunidad. En el mundo andino:

Nadie llega a ser plenamente “persona” (jaqi) si no llega a formar pareja: la unidad mínima de convivencia que, además, es fuente de nueva vida. Por eso casarse se dice jaqichasiña: ‘hacerse persona’, y estas parejas –que ya son familia– constituyen la base de toda la organización comunal. El concepto aymara de chacha-warmi resalta además que esta convivencia tiene algo de diferencia y complementariedad entre los que aprenden a convivir bien (Albó, 2011, p. 134).

La familia no se limita a la pareja, constituye un entramado de relaciones y normas de parentesco que definen el trato y las obligaciones mutuas. En antropología se ha discutido reiteradamente el concepto de unidad doméstica (Harris, 1986) y las relaciones de colaboración en su seno, preguntándose si constituye una unidad residencial o de trabajo. En

mi experiencia lo que define a las unidades domésticas es el constituir una unidad de reproducción social, donde sus miembros se sienten corresponsables sobre quienes integran grupo doméstico, que pueden ser parientes sanguíneos, políticos o falso parentesco como en el caso de los padrinzos y compadrazgos. No importa si uno vive en el mismo predio, en la misma comunidad, en comunidades lejanas o en el extranjero. Son estas normas de corresponsabilidad las que explican el enorme flujo de remesas que se envían a sus comunidades de origen por parte de los migrantes internacionales, pero también la bienvenida y el acogimiento de los parientes que pierden el trabajo por situaciones de crisis económica, o como se evidencio recientemente en el contexto de la pandemia.

Los esquemas de parentesco que priorizan la familia extensa predominan en Mesoamérica y en el mundo Andino, como modelo de relación y convivencia, que inclusive amplían las relaciones de parentesco por medio del compadrazgo. En cuanto a normas de trato se encuentran vinculados mediante relaciones de reciprocidad. Estas formas y normas de parentesco resultan de notable efectividad para la reproducción social y para proporcionar seguridad a los vulnerables. La complementación de esfuerzos e ingresos ha permitido sobrellevar estos años de precarización del ingreso, cuando el salario individual ya no basta para mantener a una familia, asimismo ha resultado como sostén emocional y económico cuando algún miembro pierde temporalmente su fuente empleo. Además, estas relaciones de parentesco y falso parentesco, como el compadrazgo, se extienden a los no humanos, a las entidades naturales y sobrenaturales: “Por eso se le dice Madre: Pachamama. La relación que se establece es filial, es de Madre a hijos”. (Bautista, 2011, p. 111).

La relación que se establece entre la red de parentesco y las condiciones de subsistencia se evidencia cuando los informantes relacionan la pobreza con la carencia de parientes como encontró Thierry-Palafox en la sierra norte de Puebla (Thierry Palafox, 2016), en el mundo andino: “La palabra que tanto quechua como aimaras prefieren siempre para decir pobre, mendigo, es waxcha (o waqcha, en quechua) que, en rigor, significa ‘huérfano, abandonado’” (Albó, 2011, p. 135).

Corresponsabilizarse en la reproducción social del grupo, implica el flujo de bienes y servicios, tanto lo que se denomina la economía de los cuidados, como en las relaciones productivas. En las sociedades tradicionales la familia extensa se ve como natural pues se establecen relaciones de reciprocidad e interdependencia en la reproducción social, donde a más miembros mayor diversidad de bienes y servicios, en unidades de producción que aspiran a la autosuficiencia.

A la pertenencia a una familia, generalmente extensa, se suma la pertenencia a la comunidad, o la noción de comunalidad, que hoy se difunde en México (Díaz, 2014). Formar parte de un sujeto colectivo, implica la complementariedad y la interdependencia. “Lo comunal es la integración de la diversidad, es la unidad de la diversidad natural” Sostiene Martínez Luna (2015, p. 106). En el mundo andino:

En el caso nuestro, nuestra sujeción es comunitaria; es decir, el sujeto es sujeto porque está sujeto al nosotros, espera la acción conjunta para prodigarse, aproximaciones semánticas y filosóficas un nosotros expansivo, siempre en apertura a la expansión de nuevos parientes La mismidad podría resignificarse como una nostridad, sujeto como comunidad-de-vida (Bautista, 2011, p. 109).

En tanto no se reconoce al sujeto individual, sino un sujeto colectivo (Avila, 2008) en consecuencia, los intereses colectivos se anteponen a los personales. Es más, la idea de derechos no aparece en la mayoría de los pueblos originarios, de manera que cuando incorporan la idea al discurso, lo hacen en castellano por carecer de un término en su lengua. Contrariamente, de manera recurrente aparece la noción o idea de obligaciones, en sus términos el cargo: algo que se carga, que pesa, convertido en un modelo de obligatoriedad de la cooperación: “De alguna manera u otra, nadie [variable cantidad] escapa de la cooperación comunitaria” (Robichaux, 2004 p. 24). Los cargos reportan prestigio mas no remuneración: “Los cargueros no reciben pago alguno” (Korsbaeck, 2005), y quienes ocupan un cargo suelen resaltar las pérdidas asociadas a la desatención de sus actividades, así como por el gasto que implica el desempeño del cargo. Independientemente del costo y del esfuerzo, invariablemente terminan aceptando pues supone garantizar su continuidad como miembros de la comunidad (Korsbaeck, 2005). En sentido contrario del rechazo, ser nombrado representa un motivo de orgullo si bien se reconoce que habrá de emplear tiempo, esfuerzo y dinero, pues supone prestigio (González de la Fuente, 2011).

La importancia de la existencia de cargos radica en que consisten en mecanismos de articulación comunitaria (Gallardo-García, 2012), eje vertebrador de lo colectivo (González de la Fuente, 2011), de un proyecto social (Korsbaek, 2009) pero sobre todo condición de la reproducción social comunitaria (Millan, 2005) o en términos de Bonfil llevar una vida autosuficiente, con autonomía (Bonfil, 1989).

Las particularidades de la organización de las comunidades indígenas mediante cargos son elementos que sirven de eje para la articulación de distintas reglas informales que regulan la vida social, económica, política y cultural, a través de los mecanismos de reciprocidad y colaboración. La importancia de estos mecanismos se encuentra en que históricamente han

constituido los medios tradicionales para alcanzar el bienestar comunitario como medios para la atención de las demandas y necesidades de los propios pueblos indígenas (Gallardo-García, 2012).

En tanto patrones culturales que conforman conductas, los sistemas de cargos: “...expresan las representaciones indígenas sobre la responsabilidad, la obligación y el control” (Millan, 2005, p. 235), es decir, la manera correcta de hacer las cosas y de vivir. El sistema de cargos, si bien proviene de los pueblos originarios, se encuentra presente en comunidades mestizas (Robichaux, 2004) y en otras partes como Brasil y los países andinos (Korsbaek, 1995).

La existencia de normas y conceptos culturalmente definidos orientados a la conservación de los vínculos entre la comunidad y sus miembros y el subyacente principio de obligación o responsabilidad explica, en parte, no solo la magnitud de las remesas enviadas a las familias, sino también las que se envían para obras comunitarias (García-Zamora, 2007). Estas normas que rigen la vida social comunitaria suponen la persistencia de la lógica del don o de la reciprocidad. El don fue definido como la obligación de dar, aceptar y devolver (Mauss, 2009), mientras que Polanyi define la reciprocidad como: movimientos entre puntos correlativos de agrupamiento simétricos, que puede no ser lo mismo al mismo tiempo (Polanyi, 2009). Ambas formas de intercambio se encuentran presentes en las lógicas comunitarias:

[...] dos tipos de mecanismos de cooperación, colaboración y reciprocidad intracomunitarios: aquellos que se dan a nivel de personas y familias, como la mano vuelta; y, aquellos que se dan en beneficio de la comunidad tales como el sistema de cargos, los trabajos comunitarios (tequio, faena o fajina) y los procesos de toma de decisión comunitaria a través de la asamblea comunitaria (Gallardo-García, 2012, p. 11).

El comunitarismo consiste en un sistema centrado en las obligaciones y en una estructura de méritos atesorados. Entre las acciones propias de la “costumbre comunitaria” Ávila menciona las siguientes competencias: [...] normas generales para mantener el orden interno; definición de derechos y obligaciones; definición de funciones y cargos de la autoridad, manejo, control y solución de conflictos; tipificación de delitos y sanciones y; reglamentación sobre el acceso y distribución de los recursos (Ávila, 2003, p. 75). El modelo privilegia el servicio a la comunidad por encima de los derechos, en tanto reconoce a la comunidad como sujeto y como participantes a quienes son considerados miembros de la comunidad, en términos de filiación.

En sentido contrario al de los sujetos colectivos, en el mundo moderno la visión del individuo aislado y que se relaciona con otros a través de la competencia se encuentra tan asimilada y tan preconsciente que está llevando a la disolución social y familiar.

La individualidad-competitividad, se encuentra implícita en la fórmula clásica de la economía como la relación entre bienes escasos y fines alternativos. En el ámbito productivo conduce al monocultivo y a la especialización creciente y en lo social al individualismo extremo. Por individualismo extremo refiero a la autosuficiencia que raya en el solipsismo, que proporciona y propicia la autonomía basada en la disposición de dinero.

El individualismo egoísta está propiciando la modificación de las relaciones familiares. En los 300 años de hegemonía del capitalismo se fue transitando de la familia extensa propia de las sociedades tradicionales precapitalistas a la familia nuclear del capitalismo industrial donde, mediante el salario que recibe el jefe de familia y el trabajo de cuidados de la esposa se logra la reproducción social del grupo – como describen Marx y Engels para la Inglaterra del XIX. La familia monoparental coincide con la incorporación masiva de las mujeres al trabajo asalariado su empoderamiento y concomitante separación o no matrimonio. Mas recientemente empieza visualizarse con el neoliberalismo una situación extrema la de la no – familia. Por no-familia refiero a un fenómeno reciente donde las condiciones de competencia extrema en el medio laboral, asociada a veces a la de inseguridad, propia de la sociedad de riesgo (Beck, 2002) lleva a postergar la posibilidad reproductiva o como sucede en Japón a inclusive negar la posibilidad de tener pareja, por la energía que insume y distrae de la competencia. Situación que por el momento afecta más a personas con mayores niveles educativos o de capacitación.

La hiper especialización a nivel personal – al igual que en el monocultivo requiere de energía externa o exo-energía. Para concentrarse en la competencia profesional se desechan otras capacidades productivas y reproductivas, por tanto, para satisfacer las necesidades reproductivas requieren la adquisición de bienes y servicios en el mercado, así como minimizar los intercambios no mercantiles. La competencia reemplaza la asociación y por eso conduce al solipsismo en ese sentido resulta disruptiva de la vida social. Tal disolución de la vida social no debería adjudicarse al egoísmo o a la falta de valores (como muchos suelen señalar) sino al triunfo o la hegemonía de la lógica del capitalismo que logró transferir la satisfacción de necesidades al mercado y minimizar o descalificar las relaciones de reciprocidad no monetarias. Lógica que sustituyó la idea de bienes por la de mercancías. La dependencia con respecto de la adquisición de mercancías supone el incremento de la entropía

por la creciente demanda de energía externa y su adquisición la dependencia con respecto del dinero.

Como coinciden en señalar los diferentes autores que analizan la teoría de las necesidades, las necesidades humanas son limitadas y universales, lo que varía con las culturas y el tiempo son los satisfactores. Por solo dar un ejemplo, la necesidad humana es la comunicación que puede recurrir a la comunicación personal mediante la palabra, las palomas o un aparato de teléfono celular, o un emogi. La trampa del capitalismo fue confundir o identificar la necesidad por el satisfactor y convencer a la gente que el satisfactor es la necesidad y la dependencia de las mercancías y el dinero la producción industrial con el consecuente gasto energético. Por el contrario, desde la visión de los sujetos colectivos y la complementariedad, la satisfacción de las necesidades depende de la interdependencia y la reciprocidad con otras personas y con la naturaleza.

No vayamos a pensar que hay un mosquito que transmite el virus del individualismo, o un genio maligno que cambia el lente mediante el cual se observa la realidad. Los tránsitos corresponden con modelos culturales, económicos y sociales, que una vez normalizadas se ven como naturales, o más bien se naturalizan. Al tránsito correspondiente al capitalismo industrial, Polanyi lo denomina *la gran transformación* que atribuye a la inclusión o consideración como mercancías de tres cosas que no lo eran: la tierra, el trabajo y el dinero (Polanyi, 2006). La gran transformación se produce con la introducción del trabajo asalariado, cuando el trabajo se convierte en mercancía. En adelante los que se vende es trabajo abstracto, o sea tiempo y el salario supone el pago del costo de reproducción del trabajador, y de su familia compuesta por los hijos que suponen la siguiente generación de trabajadores.

Pensar desde las categorías de diversidad-complementariedad

La idea del sujeto individual, o de los entes individuales, resulta consustancial al pensamiento occidental, que aspira a la unicidad de los entes al menos desde los filósofos griegos. Contrariamente observar la realidad como poblada por entes diversos, interdependientes y complementarios, constituye una visión diametralmente opuesta a la mentalidad moderna occidental. Medina propone que buena parte de la filosofía y el pensamiento occidental han partido de los llamados los principios de la lógica, el principio de identidad, de contradicción, del tercero excluso y el de razón suficiente, que supuestamente “rigen el pensamiento” sin embargo, hay otras formas de ver la realidad no fundadas ni en la

identidad ni en la oposición, y que lleva a diferentes resultados. Medina resalta las implicaciones de tales principios de la lógica

El Occidente cristiano, desde el punto de vista lógico, se construye sobre el principio de no-contradicción que señala: una proposición no puede ser verdadera y falsa a la vez y en el mismo sentido. Por tanto, se trata de una contradicción formal más que de una contradicción material. El principio de no-contradicción tiene dos derivados: el principio de identidad, que sostiene que cualquier ente es necesariamente idéntico consigo mismo (A es igual a A) y enfatiza la diferencia con cualquier otro ente distinto. Este principio es idéntico al principio individualista (Leibniz), y constituye el asiento lógico del individualismo moderno de los Estados de Derecho basados en la democracia representativa. El otro principio es el principio de tercero excluido que sostiene que una proposición es o verdadera o falsa; por consiguiente, no existiría una tercera posibilidad. Este principio afirma la exclusión mutua de los valores lógicos (verdad y falsedad); es decir, tanto verdadera como falsa, ni verdadera ni falsa. Estos son los principios lógicos que han modelado el alma de Occidental (Medina, 2011, p. 41).

La ciencia moderna occidental, regida por los llamados 4 principios de la lógica, por una parte, se obsesionó con la búsqueda del ente que, de acuerdo con el principio de identidad, fuera indivisible, sino que también se dedicó a clasificar y separar la realidad con criterios de similitud y diferencia, lo que es peor, a considerar lo diferente como opuesto y en competencia. Tal mirada lleva al etnocentrismo y al racismo, a la separación-oposición entre géneros, razas, familias. La obsesión clasificatoria propia de occidente Bauman la denomina la lógica del jardinero, encaprichada con el orden, la especialización, el aislamiento entre especies. (Bauman, 2005). Ordenados, cortados, separados, tanto el jardín como el terreno agrícola, donde cada especie señorea en su parcela de monocultivo, libre de hierbas que le hagan competencia. La visión que parte de la contradicción, e implica la competencia entre las cosas diferentes, niega por definición la posibilidad de la complementariedad.

Solo lo diferente puede ser complementario, lo igual es idéntico, por tanto, no complementario. Constituyen visiones diferentes. ¿Pero que implica ser complementario?, por un lado, la palabra misma indica que, la persona, planta, o lo que sea no se encuentra completo, de hecho, requiere del complemento. Es a partir de su unión con su complemento que se completa. Otra implicación refiere al intercambio o más bien la circulación de bienes servicios e información entre los complementarios.

La noción lleva a descartar la existencia de sujetos individuales, solitarios o autosuficientes, la extrañeza de pensar un ser o un ente al margen de relaciones e interdependencias, como plantea la teoría de los sistemas complejos (García, 2006; Tyrtania, 2008). El frijol necesita a la vara del maíz para enredarse, pero le proporciona al maíz el

nitrógeno que este consume. Las gallinas y guajolotes llevan a la practica el control biológico de plagas, al comer insectos al tiempo que abonan la milpa.

No solo en la milpa o el traspatio cumplen tareas de limpieza también son bienvenida dentro de la cocina para comer las sobras que cayeron al piso y los insectos. El espacio de la milpa mesoamericana y de la chacra andina, con su mezcla de especies animales y vegetales, se observa caótico, desde una visión centrada en el orden y la separación, desde otra mirada compone un ecosistema con especies asociadas e interdependientes que intercambian información y se retroalimentan. El propio cuerpo humano puede ser descrito como un ecosistema que requiere de un ejército de bacterias para el procesamiento de los insumos, o sea los alimentos.

Las taxonomías occidentales clasifican en función del parecido, la similitud, es decir el principio de identidad, de ahí que por el grado de proximidad pueden ser familia, genero, y especie, tronco y reino. La idea de exclusividad lleva inclusive a rechazar que los humanos seamos iguales, entre nosotros y genera la obsesión por las razas puras, inclusive en las mascotas. En las taxonomías occidentales sería impensable que una gramínea, del orden de los poales, de la subfamilia de los panicoideae como el maíz (*Zea mays*), pueda ser pariente de una cucurbitácea, de la familia bignoniáceae, es decir la calabaza, o de una *Phaseolus vulgaris* del género *Phaseolus*, familia Fabaceae., como el frijol. Contrariamente en la lógica de la milpa consideran que el maíz, el frijol y la calabaza son familia, porque se llevan bien.

Los criterios clasificatorios son arbitrarios, un pueblo, o cultura puede clasificar las plantas por su uso en comestibles, venenosos o alucinógenos, los animales por si caminan o vuelan, o por su asociación (Idoyaga Molina, 1995). La clasificación por parecido sólo constituye una de las *taxas* posibles. Pero el criterio al que se recurre, si bien arbitrario, implica consecuencias, cuando se piensa en la especie como unicidad, se la cultiva aislada, pues se considera que otras plantas competirían con ella, es decir, se privilegia el monocultivo.

Con la lógica de la competencia en un monocultivo se recurre a herbicidas, para que ninguna otra planta, estorbe su crecimiento, y para que tenga más nutrientes se aplican fertilizantes. Todas las plantas en un sembradío, pero también en todos los sembradíos, tenderán a utilizar un mismo tipo de semilla, fuerte resistente, rendidora y porque no, genéticamente modificada. El sueño de la raza pura como los arios, pero en las plantas.

Contrariamente cuando la clasificación parte de la complementariedad, los espacios ya sean del exterior o del interior estarán poblados por variedad de especies animales y vegetales

que se complementan. Se valora la diversidad, la asociación y la interdependencia. A diferencia de la visión monotemática que pretende separar y diferenciar entes, encasillar en compartimentos estancos, en la visión de la complementación, todo se mezcla de manera indiferenciada, pero retroalimentándose, o complementándose.

La valoración de la diversidad se extiende a los nichos ecológicos: Murra e Condarco (1987) identificaron en los andes la existencia de pisos ecológicos, y explicó su existencia como teoría de la complementariedad vertical eco-simbiótica. En México, aparentemente también las comunidades tenían territorios discontinuos con el mismo fin, conseguir la mayor variedad de bienes para el consumo. La idea de mezcla, de diversidad y complementariedad se evidencia también en la noción de sujeto.

Pensar desde la reciprocidad, circularidad

La idea de la reciprocidad o del don como la definió Mauss (Godelier, 1996), sintetizada en la fórmula de la obligación de dar, aceptar y devolver, o en la de Polanyi (2006), el intercambio de bienes y servicios entre dos puntos simétricos que no requiere ser lo mismo ni en el mismo momento, sin duda constituyen fórmulas, pero sobre todo constituyen mecanismos de relación entre miembros del sistema. La reciprocidad obliga, como sostiene Mauss, constituye una responsabilidad moral de por vida, a Isabel Garibay su informante le confesó que ya no participa en la *gozona*², porque si llega a morirse quien habrá de pagar su deuda, si no tiene hijos (Garibay, 2020), esta confesión representa la profundidad de la obligación moral que, trasciende la vida de una persona.

En Mesoamérica y en el mundo andino la reciprocidad adquiere formas institucionalizadas como el tequio, la faena, la gozona, los sistemas de cargos, y otros no tan formalizados, como los que existen al interior de la familia, pero tampoco se limitan a los seres humanos, sino que comprenden a las relaciones con la naturaleza, animada o inanimada. En este punto nos traiciona el lenguaje clasificatorio, moderno, pues la distinción animada-inanimada, coincide con la visión moderna, pero tal separación no existe desde otras miradas de la realidad. En los sistemas de representaciones mesoamericanas buena parte de los entes naturales, ríos, montañas, tierras constituyen entes animados, dotados de voluntad y agencia, una visión que coincide con la propuesta de Latour (2005) en cuanto a la existencia de actantes.

² Forma de trabajo recíproco, en Oaxaca, México.

Pero a diferencia del antropólogo francés la visión mesoamericana no se limita a la noción de actantes, los entes naturales (que más bien se entienden como sobrenaturales), se encuentran dotados de voluntad e intención, pueden vengarse, como mostrar su agradecimiento, y sentimientos, al igual que los santos y los humanos. Por ello, los entes naturales y sobrenaturales se incorporan a las cadenas de reciprocidades y de rituales. En toda Mesoamérica y parte de Aridoamérica, antes de tomar bienes de la naturaleza, ya sea mediante la agricultura, la caza, pesca o recolección, se solicita permiso. La fórmula repetida en casi todos los casos, manifiesta pedir autorización para tomar bienes, pero con el compromiso de no tomar más de lo que se necesita:

Según las tradiciones, antes de cada intervención en la naturaleza hay que solicitar el permiso de los espíritus protectores para poder trabajar la milpa o ir de cacería los rituales y las ceremonias que deben realizarse para ello y para agradecer los dones recibidos, son organizados y dirigidos por personas de edad avanzada. Funcionan como metáforas que les proporcionan seguridad (Gabriel, 2010, p. 164).

El compromiso que establece límites a la actividad, se refrenda mediante ofrendas, generalmente comida, bebidas y flores, como si los entes invocados fueran humanos. Además de la ofrenda o rito previo, la relación con los elementos de la naturaleza se vincula con el sistema ritual religioso de la comunidad. La calidad de la fiesta patronal, o por el contrario la violación de las restricciones o abstinencias por parte de mayordomos y fiscales puede reportar actos vengativos de la naturaleza como sequías o lluvias torrenciales, como han datado quienes estudian los sistemas de cargos. Las comunidades, en tanto sujetos colectivos, establecen relaciones de reciprocidad con la naturaleza, que suponen el intercambio de bienes y servicios, que pueden ser fiestas o rituales, por lluvia, lo que importa es que se establece una relación que implica el trato respetuoso y de cuidado entre los que intercambian (en este caso humanos y no humanos) no exenta de miedo por las repercusiones. Valga señalar que la idea de que la naturaleza puede vengarse no surgió con el ecologismo, ni la invento Lovelock (2007) sino que se encuentra presente en las representaciones de los pueblos originarios desde tiempo atrás. Los antropólogos del pasado la calificaron como animismo, sin entender que, de manera metafórica, la sacralización y subjetivación de la naturaleza constituye una forma de reconocer que los seres humanos somos naturaleza, en relaciones simbióticas, y que la pérdida de ese saber, con la objetivación de la naturaleza y su comprensión como recursos naturales sujetos de explotación, conduce a desequilibrios tóxicos y la posibilidad del colapso ambiental.

Reflexiones finales

La reflexión final en cuanto a cómo se ve la realidad mirando desde los sujetos colectivos, y desde las ideas de complementariedad, la interdependencia y la reciprocidad no pretende limitarse a señalar la existencia de categoría de pensamientos diferentes de las occidentales cartesianas, y como éstas modifican lo que se ve, y por tanto las conductas sino y, sobre todo, repensar su validez, esto es su dimensión militante y de compromiso con la sobrevivencia de la humanidad.

Sin duda, el reflexionar sobre como las categorías de pensamiento inciden sobre lo que se ve tiene trascendencia teórica pues cuestiona el empirismo y el objetivismo en tanto teorías científicas. No con menos relevancia teórica, priorizo la segunda inferencia pues refiere a las consecuencias prácticas de las categorías para la vida social y de las relaciones de los seres humanos con la naturaleza o invirtiendo la formulación a las interacciones de los humanos como parte de la naturaleza.

Las analogías de las ciencias sociales con las naturales, han sido reiteradamente cuestionadas, sin embargo, vale preguntarse si la distinción entre lo natural y lo “social” no deriva del antropocentrismo que justificó el supuesto dominio y depredación de los seres humanos sobre la naturaleza. Los seres humanos que miraron a la naturaleza como objeto inerte la consideraron como apropiable, manipulable, y su propiedad y han conducido a la humanidad al borde del colapso ambiental. Toda interacción supone modificaciones de los involucrados, pero hay tipos o diferencias en las interacciones. El reconocimiento de los seres humanos como naturaleza supone participación como parte integrante, implica simetría, intercambio, contrariamente, la separación, la supremacía del humano, conduce a la apropiación, depredación y la posibilidad del colapso.

Si reconocer la interdependencia supone, por tanto, que lo que afecta a la naturaleza afecta al humano, en tanto seres naturales, esto no supone una analogía entre las ciencias naturales y las sociales, sino la ruptura de los límites entre disciplinas. Interpretar y juzgar la realidad desde categorías como la complementariedad, la reciprocidad o auto identificarse como sujetos colectivos constituyen ideas perfectamente lógicas y racionales. De ninguna manera pueden catalogarse de pre-lógicas o como razón práctica. Es más, podríamos adjudicar un sentido más racional que muchas propias del pensamiento “científico”, o al menos reconocer que el pensamiento científico corresponde a un modelo teórico y que muchas de las ideas como las mencionadas coinciden con nuevas propuestas como las de la

teoría de la complejidad. Inclusive ideas no comprobadas como la sacralidad de la naturaleza, si se toma como metáfora y se entiende en sus efectos normativos de la conducta, conduce a acciones respetuosas, menos depredadoras, de baja entropía y por tanto más racionales que la conducta depredadora propia de la visión antropocéntrica.

Pensando la vida desde los sujetos colectivos, la complementariedad y la reciprocidad pretenden aportar a describir las implicaciones del cambio de mirada en las relaciones humanas y no humanos. Implica admitir la existencia de diferentes categorías de pensamiento, esto supone el reconocer que las categorías que sirven para pensar la realidad son creadas por los seres humanos son relativas a un contexto histórico social y cambian en el tiempo. La pregunta es como volver a pensar en sujetos colectivos, miembros de familias, de comunidades y de organizaciones. Concluyo con una frase futurista de Arturo Escobar:

El humano “post-humano” –aquel ‘humano’ que emerja del final del antropocentrismo– tendrá que aprender de nuevo a existir como ser vivo en comunidades de humanos y no-humanos, en el único mundo que verdaderamente compartimos que es el planeta. La re-comunalización de la vida y la re-localización de las economías y la producción de los alimentos en la medida de lo posible – principios clave de los activismos y diseños para la transición– se convierten en principios apropiados para la práctica teórico-política del presente (Escobar, 2017, p. 65).

Referências

ALARCÓN-CHÁIRES, Pablo. **Epistemologías otras:** Conocimientos y saberes locales desde el pensamiento complejo. Ciudad de México: AC/IIES: UNAM, 2019.

ALBÓ, Xavier. Suma qamaña = convivir bien. ¿Cómo medirlo? *In:* GUDYNAS, Eduardo; ACOSTA, Alberto (org.). **Buen Vivir/Vivir Bien:** Filosofía, políticas, estrategias y experiencias regionales andinas. Montevideo: CLAES, 2011. p. 127-143.

AUGE, Marc. **Hacia una Antropología de los Mundos Contemporáneos.** Barcelona: GEDISA, 1998.

AVILA, Agustín. Sistemas sociales indígenas contemporáneos. *In:* **Los derechos de los Pueblos Indígenas.** Fascículo I. México: Comisión Nacional de los Derechos Humanos, 2003.

AVILA, Agustín. Gobierno local y comunidades indígenas en San Luis Potosí. *In:* REUNIÓN INTERNACIONAL SOBRE GOBIERNOS LOCALES CONTEMPORÁNEOS EN AMÉRICA LATINA, 2008, Oaxaca. **Anais de la Reunión Internacional sobre Gobiernos Locales Contemporáneos en América Latina.** Oaxaca: Instituto de Investigaciones Sociológicas de la Universidad Autónoma Benito Juárez de Oaxaca y el México: Institute del Woodrow Wilson Center For International Scholars, 2008.

BAEZ, Félix; JORGE, Jorge. ¿Líderes indios o intermediarios indigenistas?: dinámicas internas y externas en el caso mexicano. **Cuadernos de Hoy,** México, n. 14, p. 24-33, 1985.

BARTOLOMÉ, Miguel. **Movimientos etnopolíticos y autonomías indígenas en México.** Brasilia: Universidade de Brasília, 1996.

BAUMAN, Zigmund. **Modernidad y Ambivalencia.** México: Anthropos: UNAM: UCV, 2005.

BAUTISTA, Rafael. Hacia una constitución del sentido significativo del “vivir bien”. *In:* FARAH, Ivonne H.; VASAPOLLO, Luciano (coord.). **Vivir bien** ¿Paradigma no capitalista? La Paz: CIDES-UHMS: Sapiensa: Oxfam, 2011. p. 93-124.

- BECK, Ulrich. **La sociedad del Riesgo Global**. Madrid: Siglo XXI ed., 2002.
- BONFIL, Guillermo. **México profundo. Una civilización negada**. Grijalbo-CONACULTA. 1989
- CABRAL, Amílcar. El Papel de la Cultura en la lucha por la Independencia. **Cultura y Sociedad**, n. 1, p. 10-17, 1977.
- CHIRIF, Alberto. **Por la conquista de la autodeterminación**. En el cincuentenario de la Declaración de Barbados. Lima: IWGIA, 2021.
- COLLIN, Laura. La lógica reproductiva como modelo alternativo. *In*: GRACIA, María Amalia (coord.). **Trabajo recíproco y reproducción de la vida: experiencias colectivas de autogestión y economías solidarias en América Latina**. Buenos Aires: Miño Dávila: ECOSUR: CONACYT, 2015. p. 85-110.
- COLLIN, Laura. El Buen Vivir la emergencia de un concepto. **Gaia Scientia**, Argelia, v. 10, n. 1, p.5-11, 2016.
- CONDARCO, Ramiro; MURRA, John. **La teoría de la complementariedad vertical eco-simbiótica**. Series Breves Biblioteca de Bolsillo 2. Bolivia: Hisbol, 1987.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Epistemologías del Sur. **Utopía y Praxis Latinoamericana**, Bogotá, v. 16, n. 54, p. 17-39, jul./set. 2011.
- DECLARAÇÃO DE BARBADOS. Por la liberación del indígena. *In*: **La problemática india**. México: Ediciones ERA, 1979. p. 259-266. Disponible em: <https://www.jstor.org/stable/43906047>. Acceso em: 17 abr. 2023.
- DIAZ, Floriberto. **Comunalidad, energía viva del pensamiento mixe**. México: UNAM, 2014.
- ESCOBAR, Arturo. Desde abajo, por la izquierda y con la tierra: la diferencia de Abya yala/Afro/latino/América. *In*: REGALADO, Jorge. **Pensamiento crítico, cosmovisiones y epistemologías otras, para enfrentar la guerra capitalista y construir autonomía**. Guadalajara: Universidad de Guadalajara-CIESAS-Jorge Alonso, 2017. p. 43-60.
- FOUCAULT, Michel. **Las palabras y las cosas**. México: Siglo XXI Editores, 2005.
- GABRIEL, Marianne. Reciprocidad y equilibrio – conceptos claves de la cosmovisión maya en rituales y ceremonias. **Acta Americana**, v. 18, n. 1/2, p. 95-121, 2010.
- GALLARDO-GARCÍA, Enrique. Lo público en los procesos comunitarios. **Polis**, v. 11, n. 31, p. 2-13, 2012. Disponible em: <https://polis.revues.org/2555>. Acceso em: 17 abr. 2023.
- GARCIA, Rolando. **Sistemas complejos conceptos, método y fundamentación epistemológica de la investigación interdisciplinaria**. Barcelona: GEDISA, 2006
- GARCÍA-ZAMORA, Rodolfo. El Programa Tres por Uno de remesas colectivas en México. Lecciones y desafíos. **Migraciones Internacionales**, v. 4, n. 1, p. 165-172, 2007. Disponible em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1665-89062007000100007. Acceso em: 17 abr. 2023.
- GARIBAY, Isabel. **Llinlawe, wshallo y gwzon: sistemas de intercambio y reciprocidad en San Andrés Solaga, Oaxaca**. 2020. Monografía (Licenciatura em Antropología) – Departamento de Antropología, Universidad de las Américas, Puebla, 2020.
- GEERTZ, Clifford. **La interpretación de las Culturas**. Barcelona: GEDISA, 1987
- GODELIER, Maurice. **El enigma del don**. Buenos Aires: Paidós 1996
- GONZÁLEZ DE LA FUENTE, Iñigo. Comunidad, sistema de cargos y proyecto social. **AIBR. Revista de Antropología Iberoamericana**, v. 6, n. 1, p. 81-107, jan./abr. 2011.
- GONZALEZ-CASANOVAS, Pablo. **El colonialismo interno: una redefinición**. En La teoría marxista hoy: problemas y perspectivas. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006.
- GROSFUGUEL, Ramon. Del extractivismo económico al extractivismo epistémico. **Revista Internacional de Comunicación y Desarrollo**, n. 24, 2015, p. 33-45, 2015.
- GRÜNBERG, George. Barbados 1971, un desafío vigente. *In*: CHIRIF, Alberto (ed.). **Por la conquista de la autodeterminación**. Lima: IWGIA, 2021. p. 45-59.

- HARRIS, Olivia. La unidad doméstica como unidad natural. **Nueva Antropología**, México, v. 8, n. 3, p. 199-222, 1986.
- HOBSBAWM, Eric. Izquierda y políticas de Identidad. **Viejo Topo**, Barcelona, v. 104, p. 32-38, maio 1997.
- IDOYAGA MOLINA, Anatilde. **Modos de clasificación en la cultura Pilagá**. Buenos Aires: CAEA, 1995.
- JAULIN, Robert. **El etnocidio a través de las américas**. México: Siglo XXI Editores, 1975.
- KAY, Cristobal. André Gunder Frank (1929-2005): pionero de la teoría de la dependencia y mundialización. **Revista Mexicana de Sociología**, México, v. 68, n. 1, p. 181-190, 2006. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-25032006000100006. Acesso em: 18 abr. 2023.
- KORSBAECK, Leif. El sistema de cargos en el estado de México. **Cultura y sociedad**, México, v. 15, n. 1, p. 67-98, 2005.
- KORSBAEK, Leif. La historia y la Antropología: el sistema de cargos. **Ciencia ergo sum**, México, n. 2, p. 175-183, 1995.
- KORSBAEK, Leif. El sistema de cargos en San Francisco Oxtotilpan. In: BARBACHANO, Fernanda Cámara; KORSBAEK, Leif (ed.). **Etnografía del sistema de cargos en comunidades indígenas del Estado de México**. México: MC Editores, 2009. p. 67-98.
- LATOUR, Bruno. **Reassembling the Social – An Introduction to Actor-Network-Theory**. Oxford: Oxford University Press, 2005
- LEVY-BRUHL, Lucien. **El alma primitiva**. Barcelona: Península, 1974
- LOVELOCK, James. **La venganza de la Tierra**. Madrid: Editorial Planeta. 2007.
- MARTÍNEZ LUNA, Jaime. Conocimiento y comunalidad. **Bajo el Volcán**, v. 15, n. 23, p. 99-112, 2015.
- MARX, Karl. **El Capital**. México: Fondo de Cultura Económica, 1968.
- MAUSS, Marcel. **Ensayo sobre el Don: Forma y función del intercambio en las sociedades arcaicas**. Buenos Aires: KATZ, 2009
- MEDINA, Javier. Acerca del Suma Qamaña. In: FARAH, Ivonne H.; VASAPOLLO, Luciano (coord.). **Vivir bien ¿Paradigma no capitalista?** La Paz: CIDES-UHMS: Sapiensa: Oxfam, 2011. p. 39-51.
- MIGNOLO, Walter. La colonialidad a lo largo y a lo ancho: el hemisferio occidental en el horizonte colonial de la modernidad. In: LANDER, Edgardo (comp.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 27-38.
- MIGNOLO, Walter y Pedro Pablo GOMEZ. **Trayectorias de re-existencia: ensayos en torno a la colonialidad/decolonialidad**. Bogota: CEP-Banco de la República-Biblioteca Luis Ángel Arango, 2015
- MILLAN, Saul. Los cargos en el sistema. In: LARA, Hilario Topete; KORSBAEK, Leif; SEPÚLVEDA, María (ed.). **La organización social y ceremonial**. México: MC Editores, 2005. p. 217-238.
- MONTAÑO-CONTRERAS, Edgar A. Apropiación de la naturaleza en el Sistema Milpa de Santa Catarina Lachatao, Oaxaca: un enfoque desde la teoría del Metabolismo Social. In: MADERA PACHECO, Jesus Antonio; GUZMAN GOMEZ, Elsa. **Estrategias e identidades productivas campesinas 2017**. México: AMER, 2017. p. 127-140.
- POLANYI, Karl. **La gran Transformación**. México: Fondo de Cultura Económica 2006.
- POLANYI, Karl. **El sustento del hombre**. Madrid: Capitan Swing, 2009.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2014. p. 113-129.

RIVERA-CUSICANQUI, Silvia. **Ch'ixinakax utxiwa**: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.

ROBICHAUX, David. Identidades cambiantes: “indios” y “mestizos” en el suroeste de Tlaxcala. **Relaciones**, v. 26, n. 104, p. 59-104, 2004.

SAHLINS, Marshall. **Cultura y Razón Práctica**. Barcelona: Gedisa, 1997

TIERRY PALAFOX, Frederick. **Pobreza y desarrollo regional una perspectiva desde la Antropología**. 2016. Tese (Doctorado en Desarrollo Regional) – El Colegio de Tlaxcala, San Pablo Apetatitlán, 2016.

TYRTANIA, Leonardo. La indeterminación entrópica. Notas sobre disipación de energía, evolución y complejidad. **Desacatos**, México, n. 28, p. 41-68, 2008.

VIVEROS-DE-CASTRO, Eduardo. El nativo relativo. **Ava Revista de Antropología**, n. 29, p. 29- 69, 2016.

WEBER, Max. **La ética protestante y el espíritu del capitalismo**. México: Fondo de Cultura Económica, 2004.

Recibido em: 24/04/2023

Aceito em: 07/07/2023

**BEYOND “OUR AMERICA”:
*Abiyala, América Ladina, and Our Afroamérica as Critical Geo-Historical
Categories***

**ALÉM DA “NOSSA AMÉRICA”:
*Abya Yala, América Ladina e Nossa Afroamérica como categorias geo-
históricas críticas***

Agustin Laó-Montes*

Abstract

If Jose Marti coined the concept *Our America* as a key construct in the invention of Latin America as a continent, here we are proposing two geo-historical categories with the aim of decolonizing the spatial and temporal imaginary: *Our Abiyala* from Native American feel-thinking and *Our Afroamerica* from Afro-descendant feel-thinking. *Our Afroamerica* is a translocal territory that crosses over and transcends national borders throughout the Americas, while composing those spaces. Its historical universe and its spaces of culture and politics mark a geography extending from South to North, sketching the length and the width of the routes of enslavement and resistance, from Argentina to Canada, transgressing the – imaginary as well as material – ramparts of the Rio Grande, that separate *Our America* from the *Northern Colossus*. On that key, *Our Afroamerica* includes the Afro-Latin American histories and cultures from the Mexican North to the Patagonia, as well as the Afro-Latinx ones that exist in the United States, thus composing (together with the Afro-North American spaces, in themselves a montage of the cultures of Africinity) a vast and diverse historical archipelago that we denominate *Afro-American Diasporas*. The main argument of the article is that *Our Abiyala* and *Our Afroamerica* constitute critical geo-historical categories to decolonize our collective imaginaries and engender modes of re-identification of self, history, and future horizons, which are key in the new wave of antisystemic movements. The monograph will layout both categories but will focus in *Our Afroamerica*,

Keywords: Abiyala. Afroamerica. Antisystemic movements. Diaspora.

Resumo

Se José Martí engendrou o conceito de Nossa América como ideia-chave na invenção da América Latina como continente, propomos aqui duas categorias geo-históricas com o objetivo de descolonizar o imaginário espacial e temporal: Nossa Abiyala, originada do sentimento reflexivo de nativos americanos, e Nossa Afroamérica, originada do sentimento reflexivo de afrodescendentes. Nossa Afroamérica é um território translocal que atravessa e transcende as fronteiras nacionais de todas as Américas, tornando-se parte desses espaços. O seu universo histórico e os seus espaços de cultura e política marcam uma geografia que se estende de Sul a Norte, traçando o comprimento e a largura das rotas de escravização e resistência, da Argentina ao Canadá, transgredindo as muralhas – tanto imaginárias quanto materiais – do Rio Grande, que separam a Nossa América do Colosso do Norte. Nesse sentido, Nossa Afroamérica inclui as histórias afrolatino-americanas e culturas do

*Agustin Lao-Montes is an intellectual-activist born in Puerto Rico. He has a Ph.D. in Historical Sociology, is Professor of Sociology at the University of Massachusetts at Amherst, where he is also Co-Director of the Graduate Program in African Diaspora Studies, and a Researcher in the Center for Latin American and Caribbean Studies. He published extensively in a variety of fields including: decolonial critique, historical sociology, political sociology, urban studies, social movements, Africana & Caribbean studies, and puriversal education. His last books are: "Contrapunteos Diasporicos: Cartografías Políticas de Nuestra Afroamerica" (2020) and Du Bois on Latin America and the Caribbean: Trans-American Pan-Africanism and Global Sociology" (with Juliana Goes & Jorge Vasquez, forthcoming). He is a member of the coordinating committee of the Articulacion Regional Afrodescendiente en las Americas y el Caribe and several other social movement networks." E-mail: alaomontes@gmail.com

Norte mexicano à Patagônia, como também os afro-latinos que vivem nos Estados Unidos, comendo, assim, (juntamente com os espaços afro-norte-americanos) uma montagem das culturas da africanidade, um vasto e diverso arquipélago histórico que denominamos Diásporas Afro-Americanas. O principal argumento do artigo é que Nossa Abiyala e Nossa Afroamérica constituem categorias geo-históricas críticas para descolonizar nossos imaginários coletivos e gerar modos de reidentificação do eu, da história e dos horizontes futuros, que são chaves na nova onda de movimentos antissistêmicos. A monografia apresenta ambas as categorias, mas focará em Nossa Afroamérica.

Palavras-Chave: Abiyala. Afroamérica. Movimentos Antissistêmicos. Diáspora.

If Jose Marti coined the concept “*Our America*” as a key construct in the invention of Latin America as a continent, here I am proposing two geo-historical categories with the aim of decolonizing the spatial and temporal imaginary: *Our Abiyala* from Native American feel-thinking and *Our Afroamerica* from Afro-descendant feel-thinking.¹ In speaking of feel-thinking, I am following indigenous intellectuals from various locations of Our Abiyala, acknowledging the intertwining of affective and cognitive mediations of knowledge as well as the interplay of the ethical, aesthetic, spiritual, and epistemic dimensions of decolonial critical reason. Coined in the 1980s, Lelia Gonzalez’s concept of *Amefrica Ladina*, encompasses both Our Abiyala and Our Afroamerica, in so far as it reconceptualize the continent centralizing the histories, cultures, and agency of Amerindians (originary peoples) and people of African descent.

In this article, I will take, in broad strokes, steps toward a genealogy of the historical universe I call *Our Afroamerica*, which I see as a particular formation within *Amefrica Ladina*. Pursuing Gonzalez’s argument, I see Afroamerica as a complex and contested terrain inscribed by a variety of power struggles and mediated by vectors of class, ethnic-racial, gender, sexual, territorial, generational, and ideological difference.

Our Afroamerica is a translocal territory that crosses over and transcends national borders throughout the Americas while also composing those spaces. Its historical universe and its spaces of culture and politics mark a geography extending from South to North, sketching the length and width of the routes of enslavement and resistance, from Argentina to Canada, and transgressing the ramparts – the imaginary as well as the material – of the Rio Grande that separate Our America from the Northern Colossus. Our Afroamerica includes the Afro-Latin American histories and cultures from the Mexican North to the Patagonia, as well as the Afro-Latinx ones that exist in the United States, thus composing (together with the

¹ *Abiyala* is a word from the language of the Kuna people (now living between Colombia and Panama) that means *the great land of all*. Abiyala was adopted as a category to denominate that part of the world “accidentally” called America in the context of the organization of networks of the indigenous movement in 1992 vis-à-vis the 500 years of the ill-called “discovery” by Christopher Columbus and his naval crew.

Afro-North American spaces, in themselves a montage of the cultures of Africinity) a vast and diverse historical archipelago that we denominate Afro-American diasporas.

I do not conceive of the African diaspora as a uniform formation but rather as a montage of local histories interwoven by common conditions of racial, political-economic, and cultural oppression that constitute familiar resemblances based not only on measurable historical experiences of racial subordination but also on cultural affinities and similar (frequently shared) repertoires of resistance, intellectual production, and political action.

Our Afroamerica is a space of identification, cultural production, and political organization framed by world-historical processes of domination, exploitation, resistance, and emancipation. Playing that political-epistemic drum, Coronil (1998) proposes post-Occidentalism as a critical strategy that must elaborate “geo-historical non-imperial categories” as exemplified by names such as *Our Abiyala* and *Our Afroamerica*. He argues that Occidentalism, rather than simply standing in as a counterpart of Orientalism, connotes its condition of possibility, offering this definition:

[B]y the term Occidentalism I allude to the sum of representational practices that take part in the production of conceptions of the world, which 1. separate the components of the world in isolated units; 2. de-link histories that relate to one another; 3. transform difference into a hierarchy; 4. naturalize said representations, and therefore 5. intervene, albeit inadvertently, in the reproduction of existing asymmetric power relations.

I construct my arguments on a post-Occidentalist beat, elaborating on geo-historical categories of a relational and procedural character that seek to reveal relations and to analyze processes that develop, as Said (1984) puts it, “between intercrossing territories and intertwined histories.” The historical world we designate as *Our Afroamerica*, the Afro-Latin American or Afro-Latinx world, is made up of the most populated zones of the archipelago of African diasporas in the Americas.² Employing this verbal reconfiguration we can build decolonial genealogies and cartographies that render – with a greater nuancing – the plurality of worlds composing this macro-region accidentally called America. In so doing, it

² In the present work, I shall use a variety of denominations for geo-historical and identification purposes, including Afro-America, Afro-descendants, Afro-Latin/America, Afro-Latinx, Afro-Iberians, Afro-Hispanics, African diaspora, Afrodiasporic, Black Atlantic, and Black North-Americas. Even though this might be confusing, the intent is not only to advise on the plurality of names and their relatively subjective expressive value of self-denomination of the people who constitute these categories, but also to analytically demonstrate how they intercept and interlink in complex ways with respect to the intention of conceptualizing the African diasporas from various angles and at different levels, given their variety in time and space.

contributes to the critical task of constructing geo-historical categories in counter-current to the prevailing Occidental imperial imaginary.

The vast population that has been denominated as Afro-Latin American amounts to the major component of the African diaspora in the Americas. Demographic estimates (excluding the Afro-Latinx population in the United States) range from 120 to 200 million, depending on the definition of who should be considered an Afrodescendant and who should be counted/identified as Black. Taking into account official categories and/or self-definitions, a considerable percentage of Afrodescendants in Latin-America identify themselves as belonging to some category of “*pardo*”³ or “mulatto.” Considering the available statistical information, in the present work I define as Afro-Latinxs the totality of peoples of a substantial African descent in the historical region of the world denominated Latinx/America, either by birth and/or by residence.

I often use the expression Latinx/America instead of Latin America to represent a translocal region corresponding to a historical collective that is not circumscribed either to the north or the south of the imperial borders of which the Rio Grande marks the division. Neither is it an expression merely constituted by a juxtaposing of nation-states created as a result of the collapse of the Portuguese and Spanish empires. It is rather a continental or hemispheric definition of a world-historical region composed of a diversity of peoples who populate the continental and insular territories colonized primarily by the Spanish and Portuguese Empires, as well as people of Latin American descent located in what is now U.S. territory. The definition is both open and flexible, as it overlaps with other formations such as the Greater Caribbean (the Antilles, continental territories, and global diasporas), encompasses a diversity of languages (European, Native American, Caribbean creoles) and is composed by a multiplicity of diasporas (African, East Asian, Arab, South Asian).

In this key, as a part of the exercise of decolonizing geo-historical categories, I question the very idea of Latin America an offspring of *Latinidad* a category that pretends to signify a global civilizational community, invented by ideologues of the French empire such as Ernest Renan, as a resource in the battle for world hegemony against the British Empire. It is from this signification of being “Latin” that the idea of Anglos versus Latinos emerged in the 19th century – an ideology that continues to underlie the racialization and ethnic divisiveness of terms such as Latin America and Latinxs in the U.S. At the turn of the century,

³ *Pardo* was the term used to designate a tri-racial descendant of European, Native American, and African.

in the context of the 1846-48 Mexican-American War and the 1898 Spanish-Cuban-American-Filipino War, a distinction came to be between an Anglo-Saxon America with an imperial will to monopolize the name “America,” and the vast region south of the Rio Grande whose creole elites eventually called Latin America, that Cuban anti-colonial champion Jose Marti named *Our America*. From then on, a variety of “Latinamericanist” discourses have debated the region’s identity – its ethno-racial, cultural, and intellectual meanings – and which historical projects should define its horizons for the future.⁴ When I speak of Afro-Latin Americans or Afro-Latinxs, I take distance from closed, categorical or essentialist definitions, doing it with an understanding of their partial character and their limitations while at the same time perceiving their usefulness to denominate the subjects, peoples, and cultures of an area of the African diaspora in this territory of the world called the Americas.

I understand Afro-Latinx/Americans as a diaspora within a larger diaspora, a product of a global dispersion of African populations since the inception of the modern/colonial capitalist world-system, particularly within the Atlantic system, with multiple legacies and identifiable diversities at various levels and scales – from the local-national-regional to the hemispheric and global. This larger diaspora should be interpreted as a complex constellation of diasporas, a set of local histories linked by their common African ancestries and their world-historical trajectories of uprooting and banishment, of enslaving and resistance, of racial discrimination and leading-role participation in struggles against racism, all of these being conditions that tended towards the creation of diverse genres of cultural expression of multiple contributions to the processes of national formation, and of a variety of transnational projects for justice, democratization, and liberation.

Capitalist modern/colonial chattel slavery and the construction of Afroamerica

The first Africans who settled in the Americas around 1505, mostly as an enslaved workforce, came to the island called Haiti by its inhabitants and named Hispaniola by Europeans. Following the relatively quick decline of the Indigenous population as a consequence of their subjection to slavery and servitude by the European crowns’ systems of *encomiendas* and *repartimiento* – indicating both forced labor and the illicit appropriation of land – and of being exposed to and dying from new diseases, the trade of enslaved peoples

⁴ For the invention of Latin America, see Laó-Montes (2008), Laó-Montes and Dávila (2001), Ramos (1988), and Mignolo (2006).

increased, and eventually the plantations based on enslaved workforce transformed into the first form of industrial production in the emerging capitalist world-system. Since the early 16th century to the 19th century, millions of sub-Saharan Africans were brought by force to the Americas through the capitalist slave trade. Most of the enslaved came to the region we know today as Latin America. Estimates of the number of Africans brought by the slave trade fluctuate from between seven to twenty million people.

Since the abolition of slavery and particularly since the early 20th century, diverse migrations and population flows of Afro-descendants through the Americas have also taken place. Within Latin America and the Caribbean, Central America and the United States, Afro-American diasporas have constantly articulated and diversified.

A study of the ethno-racial map of the Americas in the 18th century shows that Afro-descendants (Blacks and mulattos) make up the larger part of the population.⁵ In view of this, during the first half of the 20th century, nation-states articulated and adopted demographic whitening policies, considerably reducing the Black and mulatto populations, especially in the territories occupied by Argentina, Chile, and the south of Brazil. Nevertheless, those places and regions where the Indigenous population was relatively smaller and Black settlements were more numerous and established continue to be key territories for Afro-Latinx diasporas and stand out as historical bulwarks of the African diaspora in the Americas. The geography of Afro-Latin-American diasporas has changed with time; however, places and regions in countries such as Brazil, Colombia, Cuba, Dominican Republic, Puerto Rico, and Venezuela have been important centers since the beginning of the Africanization of the Americas.

Because Haiti was, in the 18th century, the wealthiest colony supported by enslaved labor, the Haitian Revolution constituted a development of exceptional importance for the culture and politics of resistance, as well as for the restructuring of colonial states and racial capitalism. The world-historical event of Black revolution in Saint Domingue should be considered the epicenter of Afro-American history of the times.⁶ A widespread fear of masters was nurtured by the dissemination, in the whole diaspora, of a memory of revolutionary success and the possibility of a hope of freedom in enslaved Africans' cultures of resistance throughout the Americas. The Haitian Revolution (1796-1804) and its aftermath – as Aime

⁵ Some of those maps exist. For the most recent, see Andrews (2004, 2016) and the Minority Rights Group (1997).

⁶ Academic literature about the Haitian Revolution is wide-ranging. Some of the best contributions are Dubois (2005), Fischer (2004), Fick (1990), James (1938), and Trouillot (1997).

Cesaire underscored – inaugurated the idea of *Négritude* and launched a cosmopolitan circuit of Afro-descendant racial politics that became a keystone of the abolitionist movement that constituted the first anti-systemic movement in the capitalist modern/colonial world-system.⁷

Since the 19th century, the central geography of Afro-Latin American diasporas has been identified mainly in relationship to three territories: Brazil, Colombia, and Cuba, sites of the largest Afro-descendant populations. Apart from Haiti, Cuba and Brazil were, to a certain extent, the most influential Black cultures of Latin America as a world region. Brazil and Cuba shared the peculiarity of both having experienced an increase in the immigration of enslaved Africans and in plantation agriculture all through the 19th century, even after the legal abolition of the slave trade and after the industrial revolution.⁸ As a result, more Africans were destined for Brazil and Cuba, instead of being sent to other places in the Americas or of being supplied by internal markets of enslaved individuals as in the cases of Colombia and the U.S. The relatively large amount of Africans and their late arrival from the African continent had major implications for the strengthening and significance of Afro-diasporic expressive cultures (for instance, in art, music, literature, dance, and religion) and consequently for the rise of Black public spaces and their corresponding racial politics.

From the inception of modern slavery after the long 16th century, the creation of areas liberated from slave regimes – known as *cumbes*, *quilombos*, or *palenques*, which were created mainly by enslaved people who escaped from plantations – was crucial to the emergence of Afro-American identities, cultures, and politics. Those historical spaces that certain scholars call *sociedades cimarronas* proliferated, constituting a threat to the stability of slave regimes. The term *sociedades cimarronas* (maroon societies) is derived from the Spanish word *cimarrón*, which was originally used to stigmatize those who fled from slavery. These maroon societies or palenques became beacons of hope for achieving freedom, as well as ideological inspirations to identify with Africanity and *Négritude*. Their memory remains alive, as exemplified by the present-day identification with leaders such as Benkos Bioho, who headed maroon societies in New Granada in the 17th century, and by the current village

⁷ For abolitionism as the first antisystemic movement see Martin (2005), Santiago-Valles (2005), Winant (2001, 2004).

⁸ Haiti is seldom included as a part of Latin America because the region tends to be reduced to the Spanish and Portuguese speaking countries. Here we include it for two main reasons: firstly, because of the impact of the Haitian revolution on the very constitution of the region, and secondly because, in the last analysis, the “Latin” as a category emerges, as we have noted, from ideologists of the French empire. Concerning the increase of slavery in Cuba and Brazil after its abolition in Haiti resulting from the Haitian revolution.

of maroon heritage on the Colombian Caribbean called *San Basilio de Palenque*. Benkos is invoked as a founding figure of Afro-Colombian history. In 1988, the march to celebrate the centennial of the abolition of slavery in Brazil was conceived to honor Zumbi, the last leader of the *Quilombo dos Palmares*, a kingdom of maroons in northeastern Brazil that lasted almost a century, from 1605 to 1694, until the Portuguese finally dismantled the settlement but not its legacy as revealed by today's Quilombola movement.

By the early 19th century, a growing archipelago of African diasporas can already be identified as a historical formation within the emergence of the world-region to the south of the Rio Grande to be named as Latin America. Afro-descendants were dispersed throughout the entire geographic area, from Mexico to Argentina, although their central geography was concentrated in Brazil, Cuba, Colombia, Panama, Dominican Republic, Puerto Rico, and Venezuela, as well as in (some urban, others rural) sub-regions of Central America (the *Garifunas* in Honduras and Guatemala, Nicaragua's Atlantic coast, Puerto Limon in Costa Rica), Ecuador, Peru, and Uruguay. Indeed, the combination of everyday resistances against slavery, rebellions of the enslaved together with free Blacks, and the abolitionist movement were the principal reasons for the abolition of the institution of slavery and for the emancipation processes from slave regimes in the Americas.

A peculiar modernity of the historical universe that I refer to as *Afroamerica*⁹ and specifically Afro-Latin-America was born within Ibero-American locations of the Black Atlantic in the search for empowerment of the Afro-diasporic subjects who inhabited those worlds, through their daily struggles and the practical effects of their self-affirmation of memory, being, and culture.

The historical production of Afro-Latinx/America: From the wars for independence to the struggles for citizenship and national equity

The continuous struggle of Afro-diasporic subjects to reclaim their humanity and to ratify their rights to a truth of their past, to a culture, and to fair living conditions resulted in the establishment of a subaltern space of historical agency in which the leading role would correspond to Afro-descendants throughout the continent. The existence of a middle stratum,

⁹ I use the term *Afroamerica* as it was coined as the name of a journal that circulated in Mexico in the 1940s; the meaning behind this idea is discussed and amplified throughout the book. This terminology is intended to provoke a complete overturn in the concept or idea of African-America and Afro-North-Americans in the sense of the "United States of America" that not only excludes Afro-Latin/Americans but also Afro-Canadians from within their rank of meanings.

composed of mulattos and free Blacks, was equally crucial for the organization of Black public spheres with their own publications, cultural production, teaching spaces, meeting places, and small enterprises. These “Afro” or “Black” social spaces and political-cultural scenarios were the historical foundation for Afro-descendants’ participation in the wars for independence and, consequently, in the nation-state formation processes that created Latin America and the Caribbean as a world-region. Latin-American history must be written from the viewpoint of African diasporas, while the history of Afroamerica could be recounted from the perspectives of the diverse Afro-Latin-American diasporas.

For instance, the wars against the Spanish empire that achieved the independence of the territories that were later organized as Latin American nations were seen by many Afro-descendants as an opportunity for the abolition of slavery and for the creation of more democratic forms of citizenship, although this was not the case of the Euro-American creole elites who identified themselves as being of Western ancestry as superior to “Blacks” and “Indians.” In Afro-diasporic historic narratives, protagonists were not necessarily leaders issued from the creole elite such as Simon Bolivar and Jose de San Martin; they were the masses of Indigenous individuals and Blacks, subaltern subjects who collectively composed the independence militias who fought on different fields for a more democratic political, economic, and cultural contract with their own leaders such as Jose Prudencio Padilla in today’s Colombia, and Quintin Banderas in Cuba.

From the viewpoint of Afro-descendants, the wars between Spain and creoles in the early 19th century can be interpreted as a combat between European and Euro-American Whites, dominant classes fighting for hegemonic power. In the course of the struggles, they made a commitment to grant the masses certain freedoms and participation, in exchange for political and military support; that is the reason why although many Afro-descendants struggled within the ranks of the military forces fighting for independence, others were recruited by imperial forces. In most cases, Blacks continued to be low-rank soldiers and did not manage to attain the grades of high-ranking officers, nor did they become political or intellectual leaders of the movement for independence. Cuba was a peculiar case due to the recognized importance of several Afro-descendant generals such as Antonio Maceo, while Colombia’s first independence epic was led by Blacks and mulattos who counted among their leaders Pedro Romero originally a Cuban from the Province of Matanzas.

The specificity of the Cuban situation is revealing, as the exception that confirms the rule, of the ethnic-racial politics that configured the emerging nation-states. After the Haitian

revolution, Cuba became the wealthiest plantation colony, having as its basis the greatest enslaved workforce. The conditions assured by formidable profits and the fear of another insurrection of the enslaved maintained loyalty to Spanish colonial rule by the island's plantocracy until the late 19th century. The Cry of Yara started the first war for independence in 1868; free "people of color" and the enslaved were sufficiently organized to play a key role in participating and providing leadership to the nationalist movement. Cuban independence forces had the peculiarity of being composed, in the majority, of people of color, having Black and mulatto officers as high-ranking generals. This had a big impact on the particularly anti-racist discourse that gained ground in 19th century Cuban nationalism, eloquently articulated by revolutionary general and political strategist Antonio Maceo, and writer and political leader Jose Marti. This points toward a narrative of the constitution of the Cuban nation that is different from the official memory that highlights the figure of White plantation owner Carlos Manuel de Cespedes as the initiator of Cuba's first independence war in 1868. In counterpoint, I propose, as a previous epic, the conspiracy planned by free Black Jose Antonio Aponte in 1812, inspired by the Haitian revolution and in concert with abolitionist movements and Afro-diasporic movements and networks throughout the Atlantic world.

Afro-descendants played an important role in the historical movement that gained the independence of territories that are now grouped together as Latin America. On the battlefield, they fought as soldiers of low military rank while at the same time were negotiating the abolition of slavery as well as their inclusion as full citizens in the emerging states. A reduced number of Afro-Hispanics were recognized as military, political, and intellectual leaders in several nascent countries such as Colombia, Ecuador, Venezuela, and Mexico. In Mexico, in the early 19th century, the rebellions led by Afro-Indigenous (or Afro-*Mestizo*), leaders like Vicente Guerrero and Jose Maria Morelos demonstrated the way in which struggles for racial and economic justice continued after independence. Yet, Guerrero's and Morelos' Africanity was virtually erased from Mexican national memory.

After having gained independence from formal political domination by European colonialism, the young Latin American nations remained economically subordinated to a world-economy dominated by the British Empire. Within each nation-state in the region, Blacks, Indians, and mulattos continued to be economically, politically, and culturally subjugated by the White creole elite that declared itself to be the heirs of Europeans and representatives of the West in the Americas. Independence movements prepared the ground for a gradual process of the abolition of slavery. However, the persistent condition of ethnic-

racial subordination, cultural devaluing, and class inequality contributed to rendering Black and Indigenous subjects as second-class citizens in the nascent Latin American nation-states. Such conditions established a new historical, racial, and social constellation of power, a neocolonial coloniality that framed cultural struggles and movements for social justice and citizenship in which Afro-Latino-Americans played a key role.

The process of constructing modern nation-states and liberal politics in Latin-American nation-states did not hold the same significance for Afro-descendants as for Whites and racially mixed members of the creole elite. By the mid-19th century, Latin-American polities—with the outstanding exceptions of Brazil, Cuba, and Puerto Rico, all of which remained as colonies—had abolished slavery. Afro-descendants deployed a plurality of forms of resistance and self-affirmation that resulted in the abolition of the legal codes of castes by the late 19th century. In the institutional domains of 19th century formal politics, Afro-Latin-Americans remained as clients of the liberal and conservative parties that shared alternations in power. Afro-Latin American struggles for inclusion, recognition, resources, and citizenship were significant forces in the historical debate for world-wide democratization. But, we still need to re-write national and regional histories recognizing the contributions of Afrodescendants to democracy and justice.

An important arena of struggle was staged against the devaluation of Afro-diasporic cultural forms and religious practices through Eurocentric/Occidentalist state policies and ecclesiastic doctrines. In Brazil and Cuba, where Afro-diasporic religions had become a basic element for the everyday life of many Afro-descendants, particularly in the most subaltern sectors, Afro-religious organizations such as *terreiros* in Brazil and *cabildos* in Cuba had to struggle in order to survive the degradation to which they were subjected. Afro-Latin Americans also developed their own public spaces for intellectual expression; the creation of newspapers, academies, and social clubs aimed, to a great extent, at the intermediate stratum of the mulatto society. Since the late 19th century, working-class free Blacks and mulattos have constituted a radical intelligentsia that was responsible for the emergence of an anarchist and communist workers' movement, as is most apparent in the case of Puerto Rico, which produced a workers' literature and press that constituted a proletarian public sphere in which Afro-descendants stood out.

During this same time period, Afro-Cuban social and political organizations had achieved national coordination through the creation of the *Directorio Central de la Raza de Color* (Central Directorate of the Colored Race) (Lanier, 1996). Cuba provides a clear

example of the formation of two different – albeit interconnected – domains, two spheres of Afro-Cuban life with elements of continuity to this very day, one of them led by the Westernized middle-class acting through the formal channels of the state and civil society and the other a subaltern counterpublic centered around working classes pushed to the margins in neighborhood and urban tenement houses. In counterpoint, these two different but intertwined domains – the one bearing the culture of the intellectual middle-class and the other comporting the subaltern popular culture – configures in its dialectical and dialogical relations the historical substratum of cultural productions and political cultures of Afro-descendants in Latin-America.

Another central historical field, located in an oppositional sphere of self-assertiveness for Afro-Latin-Americans, was the economic domain. After the abolition of slavery, most Blacks remained on the lowest wage levels or were pushed to the social margins. The Western world's booming urbanization process during the late 19th and early 20th centuries drew people of all backgrounds from the country to the city, including a mass migration of Afro-descendants. From this influx came the creation of an urban working class. In countries like Cuba and Puerto Rico, where a high percentage of the working class were Afro-descendants, these groups played a fundamental role in organizing the labor movement. This new working class led to the creation of the working class neighborhoods which were largely composed by Afro-descendants. While a high percentage of this urban Black population was marginalized from formal employment and citizenship, those settlements were also significant spaces for the production of Afro-Latin-American urban cultures that had – and continue to have – a national and transnational impact. The influence of Black urban cultures was facilitated by the growth of cultural industries since the first half of the 20th century.

The emergence of Afro-Latinx politics and the boom of Black cultural expressions

The early decades of the 20th century set the stage for the creation of the first organizations that explicitly advocated for racial politics that tended to empower people of color in *Our Afroamerica: the Partido Independiente de Color* (Independent Colored Party) (1908) in Cuba and the *Frente Negra Brasileira* (Brazilian Black Front) (1931) in Brazil. Numerous world-historical conditions came together to give birth to a qualitatively distinct moment for Afro-descendants in Latin America. The first one was the Spanish-Cuban-American-Filipino War-SCAFW of 1898 which marked the birth of the North-American

Empire as a world power and informed the rise of Latinamericanism as a conscious discourse of regionality, coined by intellectuals of the Ibero-American world. The SCAFW of 1898 marked the political-economic domination of the United States in the hemisphere and the establishment of colonial and neocolonial forms of power in the Caribbean and Central America. Puerto Rico was annexed as a colony while Cuba remained a neo-colony. In North American imperial discourse, Caribbean and Central America became the “backyard” and new categories of ethnic-racial classification were developed. The racialized civilization cultivated the divide between “Anglos” and “Latinos” turned into a central issue in the Americas. White creole elites of the U.S. and Latin-America claimed to be heirs of the West in the Americas. Ibero-American elites defined their identities in relation to their external others (Europeans and North-Americans) and against their internal othernesses – Blacks, Native Americans, Asians, peasantries, homosexuals. This hemispheric division, along with the internal differences elaborated by creole elites, generated the parameters of both the U.S.’s imperial discourse and the hegemonic Latinamericanism of creole elites.

The creole ruling classes and the so-called intellectuals who presided over the young Latin American nation-states promoted policies of modernization that were built on racist themes of the times, including the nascent “science” of eugenics and social Darwinism (Stepan, 1991). The civilizing mission that guided the racial, cultural, and economic policies of Latin American states, which were also expressions of the global configuration of the coloniality of power/knowledge, involved a tacit equation between modernization and whitening. Therefore, in the early decades of the 20th century, Latin American governments undertook a policy of incentives, offering good jobs and subsidies for travel to White European immigrants, thereby attempting to change the ethnic-racial composition of the populations. The immediate effect was a substantial decrease in the Black population and an increase in our marginalization. In places like Uruguay, Argentina, and the south of Brazil, such efforts were successful. Nevertheless, they did not succeed in substantially transforming the ethnic-racial demographics in most of the region, particularly in places of Indigenous majorities such as Bolivia and Guatemala, and where there were large Black populations, as in Brazil, Colombia, Cuba, and Venezuela.

The general increase of global and regional migrations in the early 20th century, a period between two world economic crises (the 1873 crisis and the Great Depression of 1930) and World War I, accompanied by two revolutions – the Russian and Mexican revolutions, circa 1917 – also included migratory movements of the African diaspora within the Americas.

Following this movement, the massive migrations from the Anglophone Caribbean towards Central America and the Spanish-speaking Caribbean (especially Cuba and Dominican Republic) – first mostly as labor force for the construction of the Panama Canal and later as rural proletarians at the service of corporations such as the United Fruit Company – redistributed the geography of Afro-Latin American and Caribbean diasporas. Another important element of this migratory wave were the thousands of Haitians who moved to eastern Cuba, mainly to work in the sugarcane industry, together with laborers from the Anglophone Caribbean. The eastern part of Cuba became an Afro-diasporic, trans-Caribbean sub-region centered in the city of Santiago. This partly explains why the Universal Negro Improvement Association, led by Marcus Garvey – who visited Cuba twice during this period – was able to sign up some 350,000 registered members in Cuba.

Migratory patterns in other countries in this region resembled those of Eastern Cuba. Many Black migrants arrived to Central America from the Anglophone Caribbean to supply labor for companies such as the United Fruit Company. In Costa Rica they facilitated the creation of what became a vibrant Black community with its own cultural production (for instance, in literature) and evolved into a political movement centered on the coastal city of Limon, eventually gaining influence and presence in the country, and in the African diaspora. Similarly, Afro-descendant communities grew in Guatemala, Honduras, Nicaragua, and Panama. In Honduras, Guatemala, Belize, and Nicaragua there is the much older story of the *Garifunas* who were compulsorily settled in the region at the end of the 18th century (circa 1789) when British colonialists expelled them from the island of St. Vincent after perceiving that these groups of Afrodiasporic maroons and Caribbean Indians were hard to colonize. These are quintessentially diasporic peoples, for they maintain their transnational ethnic identity as Garifunas wherever they are. Many of them live in metropolitan global cities such as New York and Los Angeles, but maintain identifying national distinctions as Guatemalans, Belizeans, and Hondurans as part of their Garifuna identity.

Such Afro-diasporic moves within Our Afroamerica had also bore some disastrous results. A particularly dramatic case was the 1937 massacre of nearly 30,000 Haitians in the Dominican Republic by order of dictator Rafael Leonidas Trujillo, who aggressively deployed a campaign in favor of a Negrophobic definition of Dominican identity based on anti-Haitian sentiments. Trujillo's dictatorship was the instrument for the development of a peculiar racist anti-Black posture in the Dominican Republic, substantiated by moving *Négritude* to Haiti, while intellectuals developed a Hispanophile discourse of Dominican nationality and an

Indigenous nomenclature in which every colored Dominican was classified as an “Indian” of a sort.

Dominican Republic also witnessed successive migration waves from the Anglophone Caribbean, particularly in the form of labor power for the sugar industry in the region of San Pedro de Macoris. Many of these thousands of new immigrants – who would eventually be labelled *Cocolos* in colloquial language – joined Marcus Garvey’s Universal Negro Improvement Association. This particular migration wave also contributed to anti-Black fears against immigrants in this country. As revealed by Panamanian writer Orlando Alfaro in his 1924 book entitled *El Peligro Antillano en la América Central* other countries were exhibiting the same response.

Panama – a country that eventually became an axis for Afro-Latinx organizations at the national and hemispheric levels – historical tension between the West Indies (Anglophone and Francophone Antilles) and Afro-Hispanic diasporas (named “Colonial Blacks”) entailed negotiations to consolidate a unified national movement of Afro-descendants. The hegemonic nationalist discourse of the so-called colonial Afro-Panamanians – represented as authentic Panamanians, in contrast with Afro-Antilleans, rejected as foreigners – provoked fissures that have hindered the articulation of the Afro-Panamanian movement (Priestley; Barrow, 2008).

The period between the Great Depression of 1930s in the U.S. and the outbreak of World War II, the established structures of the modern/colonial capitalist world-system suffered severe blows, and Latin American societies were reconfigured. Changes occurred in rural areas including an increase in the concentration of land, the large-scale loss of land for Black farmers, and the emergence of a Black rural proletariat. These changes provoked the already-mentioned massive migration from country to city, which created the conditions for the organization of urban settlements that became centers of Afro-Latin-American politics and cultures. The Afro-descendants’ urbanization process and the growth of Black urban popular cultures were the cornerstones of the emerging process of the Afro-Americanization of public culture in Latin America in various local and national scenarios and throughout the whole region.

Three crucial elements explain how Afroamerican cultural practices survived this dramatic move from the rural peripheries to central areas. The changes that ensued are most visible in music and dance but are also apparent in other cultural genres such as literature, the visual arts, performance, and religion. The first element, was the struggle of Afro-descendants for reaffirmation and defense of their cultural practices as valid expressions of national

culture, against the hegemonic discourse and cultural policies that devalued them as marginal and backward. In countries such as Brazil and Cuba, there were attempts to repress Afro-diasporic religions until the early decades of the 20th century.

Those daily conflicts – racial, social, and cultural – were launched by the urban middle classes of mulattos and Blacks but also by Afro-descendants from subaltern sectors (working class and marginalize strata) who lived in the *barrios*, the nascent *favelas* in Rio de Janeiro, or Havana's *solares* – all terms joined together in face of poor, overcrowded neighborhoods. The Black middle strata launched its advocacy mostly in the political realm of citizenship, while the subaltern sectors fought more informally to keep their aesthetic, cultural, and spiritual practices.

The second process was the emergence of cultural industries such as radio, recording studios, entertainment, and film industry, that facilitated the dissemination of Black music and dances in several national and transnational contexts – most markedly in Brazil, Cuba, and Puerto Rico, in relation to Black Americans and Afro-Latinx metropolitan centers, particularly New York City. The third element was the organization of transnational networks of Afroamerican artists, writers, academics, political organizers, and cultural agents who cultivated translocal networks through cultural creations and political as well as epistemic activism, constituting cultural movements and intellectual currents that articulated the African diaspora throughout the Americas and in Europe.

The roles played by Afro-Latinxs in cosmopolitan networks of the African diaspora in the 1930s and 1940s deserve more detailed research. A productive angle that has been studied is the life projects and multiple links of Afro-Puerto-Rican Arturo Alfonso Schomburg, who is widely known as the creator of the largest archive of history and culture of the global African diaspora. The life and legacy of this Black Puerto Rican who founded what is still today the most important world archive for Black history became a pillar of the Harlem Renaissance and also the Chairman of the American Black Academy. His work is a rich and fertile source for the study of the avatars and articulations of the global African diaspora and particularly of *Our Afroamerica*.

This period of the 1920s and 30s produced powerful and energetic waves of Afro-diasporic reciprocity in particular through the political-cultural movements of three cosmopolitan networks of Black cultural creators and political activists: The Harlem Renaissance (New York), the movement of *Négritude* (Paris) and Afro-Cubanism (Havana). An important relationship in the Black diasporic cosmopolitan world was the one struck

between writers Nicolas Guillen (Cuban) and Langston Hughes (North-American), whose friendship, intellectual exchange, mutual translations of poetry, and reciprocal introduction to their respective national and linguistic contexts eloquently exemplified Afro-diasporic solidarity.

This period of growth continued into the 1940s, as exemplified by the organization of the *Instituto de Estudios Afroamericanos* (Institute of Afro-American Studies) and the publication of a short-lived journal called *Afroamérica* in Mexico. Both the institute and the review were launched and sponsored by a group of trans-American writers and activists of (or supportive of) the African diaspora that included the Cuban Fernando Ortiz, Afro-Cubans Nicolas Guillen and Romulo Lachatenere, Brazilian Gilberto Freyre, Haitian Jacques Roumain, Mexican Gonzalo Aguirre Beltran, Martinican Aime Cesaire, Trinidadian Eric Williams, Afro-North Americans Alain Locke and W.E.B. DuBois, and European anthropologist Melvin Herkovits.

Reconfigurations of Afro-Latin America in the Age of Neoliberal Globalization

In the early 1980s, the crisis of the developmentalist project as a strategy to promote the growth and the state of general welfare in the world-economy converged with the decline of North-American hegemony in the political, economic, and cultural realms within the global system. The establishment and dissemination of neoliberal economic policies in every corner of the planet promoted open economies to cultivate the so-called free market, favoring investments and trade for transnational corporations. The rise of political rationalities that compelled cuts in state-level social expenditure, the liberation of economic regulations, and the reduction of democracy to its procedural dimensions had devastating effects on the lives of millions of Afro-Latin-Americans.

With the exacerbation of previously existing trends that undermined the ownership of small- and medium-sized properties of farmers, neoliberal policies also decreed the privatization and commercialization of vital resources such as water and forests, which had been common property or had scarcely touched by the logic of capital. Hence, regions inhabited by Black communities such as Colombia's Pacific coast, Esmeraldas in Ecuador, and Garifuna territories in Honduras, areas that, following initial colonization, had remained relatively abandoned, and consequently had relative independence from being recolonized by capitalists in quest of profit, became the target of the exploitation of land, labor, and natural resources.

By the 1990s, those places witnessed the emergence of social movements voicing demands for Afro-descendants' identities, history, culture, as well as for racial justice and territorial rights. They struggle against attempts to expropriate their lands and exploit their workforce while mobilizing for biodiversity, ecological integrity, and the right to remain in their ancestral territories. These movements of Afro-diasporic self-affirmation are coupled with growing worldwide ecological demands contra land appropriation and against the expropriation of communities by transnational corporations.

The proliferation of politicized terrains of struggle that characterized new ways of entering politics and were won by the new social movements that began a rapid growth in the 1980s opened up the political space for rising Afro-Latin-American movements. A key juncture in the emergence and articulation of Afro-Latin-American movements was the Continental Campaign of 500 Years of Indigenous, Black, and Popular Resistance in 1992. Another critical occurrence was the Third World Conference against Racism, organized 2001 by the United Nations in Durban, South Africa, which facilitated the consolidation of a regional agenda for Black movements in Latin America. Durban served as a mechanism of articulation to build networks, achieve better coordination, more focused debates, and improved negotiation of points involving historical projects and political agendas. All this had the effect of gaining a clearer sense of purpose and better organizational skills to shape a hemispheric movement of Afro-descendants in Latin-America. Delegations from states and civil society included Afro-Latinxs from the across the Americas (including the United States) at the Durban conference. This bestowed on this effort an Afro-diasporic trans-American character, an articulation of *Our Afroamerica*. Nevertheless, the post-Durban period revealed the limitations of organizing political agendas and historical projects in the institutional framework that prevail in the global order, as well as the differences within the Afro-Latin-American political field as I demonstrate in my book *Contrapunteos Diasporicos*.

In the present period, important gains has taken place in national scenarios, most of which resulted from the work of Black social movements. Nicaraguans approved a constitution in 1987 that acknowledged collective rights and ethnic-racial autonomy, to a great extent as a result of the struggle of Afro-descendants and Native Americans living on that country's Atlantic coast. In Colombia, the 1991 constitution stipulated cultural and social rights for ethnic groups, especially for Indigenous and Afro-Colombian peoples. A similar development took place in Guatemala, where the 1994 constitution placed the Garifuna for the first time on the ethnic national map, together with Indigenous communities. Something

similar happened in Ecuador, Panama, and Uruguay. In Cuba, a number of Afro-Cubans were strategically placed in the ruling Communist Party's Central Committee in the early 1990s. In Brazil, the organization of the Unified Black Movement in the 1980s was followed by the approval of a state strategy against discrimination by the latter years of the following decade. Since the 1990s, governments have approved national strategies against discrimination in public positions. Efforts were also made to promote the increase of Afro-Brazilians in universities, as well as in official posts.

All of this was endorsed by the so-called affirmative action plans that were hatched on U.S. soil, coming from Afro-North-American (including Afro-Latinx) political moves. Those plans inspired a public debate in Brazil around the issue of whether they would be welcomed in the Brazilian context. Likewise, a debate took place about collective rights to land ownership and citizenship of the *Quilombolas* – the name given to ancestral or long-term Afro-Brazilian communities, some of them residing in former maroon societies called *Quilombos*¹⁰ – in the context of constitutional change and the celebration of the centennial of the abolition of slavery in 1888. The debate on *Quilombismo* revealed an ecological trend in the new Afro-Latin-American social movements. Political matters of great importance were promoted around the goal of historical continuity and for claims for reparations to be extended to the whole African diaspora in the Americas.

The growth of the Afro-Latin American middle strata – its formally educated and politicized classes – has been one of the most important phenomena in the development of social change for the African diaspora and can be attributed to a large extent to the long-term effects of the struggles for democracy and social justice. Yet, at the same time, at this very moment, under the aegis of neoliberal globalization, there has been a growing rise in inequality, marginalization, and poverty as well as the appearance of a new racism aimed at Afro-descendant subaltern sectors. A growing sentiment of fear as a component of the prevailing ethnic-racial “common sense” fuels policies of debasement and of the criminalization of sectors that have been socially marginalized, especially in urban centers. In countries such as Brazil, Colombia, Venezuela, and the United States, many of the members of the so-called “dangerous” classes are Black. In this context, an important form of self-affirmation and self-valorization, coming from the trenches of Afro-diasporic youth, is Hip-

¹⁰ In Spanish they are called palenques or cumbes. See Farfán-Santos (2016) and Wagner Berno de Almeida (2009).

Hop culture, originally a trans-diasporic product of Afro-descendants from subaltern urban spaces in the U.S., but now constituting a world youth movement. In Brazil and Cuba, rappers self-identify as part of an Afro-diasporic movement and as chroniclers of life in marginal sectors of society.

Afro-diasporic transnational consciousness and organization also manifests itself in sub-regional and hemispheric networks and in the groupings of Afro-Latin-American and Caribbean women. Meetings of Afro-Latina and Afro-Caribbean women have grouped grassroots organizations with women from every point of the Americas to unite in the struggle for the specific interests and needs of Black women in Latin America and the Caribbean. These groups are part of the Afro-diasporic movements of diverse character. An influential current self-define as bearer of a decolonial Black feminism aligned with the larger Afro-descendant movement while retaining their autonomy. The election of Francia Marquez as Vice-President of Colombia with an explicitly “anti-racist, anti-capitalist, anti-patriarchal” politics, demonstrate the tremendous significance of decolonial Black feminism as a radical force of liberation against entangled oppressions and their corresponding entwined violences. A global movement advocating for historical reparations because of the effects of slavery as a crime against humanity and the “afterlife of slavery” in the repertoire of interlocking oppressions and entangled violences – racial, sexual, social, geo-political, ecological epistemic – is championed by regional organizations such as CARICOM (Association of Caribbean States), the Institute for the Black World in the United States, and the *Articulacion Regional Afrodescendiente en las Americas y el Caribe* (Regional Articulation of Afrodescendants in the Americas and the Caribbean), a regional web of social movements. The *Coalicion Negra por Derechos* (Black Coalition for Rights), one of the most comprehensive Black alliances in Brazilian history, committed to organize a national campaign for reparative justice in their national assembly held November, 2023 in Alagoas. In short, a radical politics of reparation implies a redistribution of power, wealth, recognition, and representation that implies profound transformation in the world order of things. Playing this drum, hemispheric movements for Black Lives-M4BL, which incarnate the newest expression of Black radicalism from the hearts of *Amferica Ladina/Our Afroamerica*, encompasses struggles against class, gender, sexual, racial, ecological, cultural and epistemic injustice, bearing a radical vitalism – a politics of *Eros* against the necropolitics of the

civilizational crisis,¹¹ that makes *Amefrica/Afroamerica* into a beacon of hope and a Northstar.

Bibliography

- ANDREWS, George Reid. **Afro-Latin America 1800-2000**. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- ANDREWS, George Reid. **Afro-Latin America, Black Lives, 1600-2000**. Cambridge: Harvard University Press, 2016.
- BOSCH, Matías *et al.* **Masacre de 1937**. 80 años después. Reconstruyendo la memoria. Santo Domingo: Fundación Juan Bosch, 2018.
- CORONIL, Fernando. “**Mas allá del occidentalismo: hacia categorías geo-históricas no-imperialistas.**” En Santiago Castro-Gómez y Eduardo Mendieta (eds.), *Teorías sin disciplina: latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización del debate*. Ciudad de México: Editorial Miguel Ángel Porrúa, 1998.
- DUBOIS, Laurent. **Avengers of the New World: The Story of the Haitian Revolution**. Cambridge: Harvard University Press, 2005.
- FARFÁN-SANTOS, Elizabeth. **Black Bodies, Black Rights: The Politics of Quilombismo in Contemporary Brazil**. Austin: University of Texas Press, 2016.
- FICK, Carolyn. **The making of Haiti: the Saint Domingue Revolution from Below**. Knoxville: University of Tennessee Press, 1990.
- FISCHER, Sibylle. **Modernity Disavowed**. Haiti and the Cultures of Slavery in the Age of Revolution. Durham, NC: Duke University Press, 2004.
- FRANCO, José Luciano. **Los palenques de los negros cimarrones**. Havana: Departamento de Orientación Revolucionaria del Comité Central del Partido Comunista de Cuba, 1973.
- GONZÁLEZ, Lélia. A Categoria Político Cultural de Amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 92, n. 93, p. 69-82, jan./jun. 1988.
- JAMES, Cyril Lionel R. **Los Jacobinos Negros**. La Habana: Casa de las Américas, 1938.
- LANIER, Oilda Hevia. **El directorio central de las sociedades negras de Cuba (1886- 1894)**. La Habana: Editorial Ciencias Sociales, 1996.
- LAÓ-MONTES, Agustín. **De la Coronacrisis a la Primavera de Ébano: Cultivando y Creolizando Ubuntu en la Dialéctica de Eros y Thanatos**. *Resistances: Journal of Philosophy and History*, v. 3, n. 5, p. 315-89, 2022.
- LAÓ-MONTES, Agustín; DÁVILA, Arlene (ed.). **Mambo Montage: The Latinization of New York**. New York: Columbia University Press, 2001.
- LAÓ-MONTES, Agustín. Reconfigurations of Empire in a World-Hegemonic Transition: The 1898 Spanish-Cuban-American-Filipino War. *In: MORAÑA, Mabel; JÁUREGUI, Carlos (ed.). Revisiting the Colonial Question in Latin America*. Madrid: Editorial Veurbert, 2008. p. 209-240.
- MARTIN, William. Global Movements before ‘Globalization’: Blacks Movements as World-Historical Movements. **Review**, v. 28, n. 1, p. 7-28, 2005.
- MIGNOLO, Walter. **The Idea of Latin America**. Londres: Minority Rights Publications, 2006.
- PRIESTLEY, George; BARROW, Alberto. The Black Movement in Panamá: A Historical and Political Interpretation, 1994-2004. *Souls. A Critical Journal of Black Politics, Culture, and Society*, v. 10, n. 3, p. 227-255, 17 set. 2008.

¹¹ See Lao-Montes (2022).

RAMOS, Julio. **Desencuentros de la Modernidad en América Latina**: literatura y política en el siglo XIX. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1988.

SANTIAGO-VALLES, Kelvin. World-Historical Ties among ‘Spontaneous’ Slave Rebellions in the Atlantic during the 18th and 19th Centuries. **Review**, v. 1, p. 51-83, 2005.

STEPAN, Nancy Leys. **The Hour of Eugenics**. Race, Gender, and Nation in Latin America. New York: Cornell University Press, 1991.

TROUILLOT, Michel Rolph. **Silencing the Past**: Power and the Production of History. Boston: Beacon Press, 1997.

WAGNER BERNO DE ALMEIDA, Alfredo. **Tierras tradicionalmente ocupadas**. Buenos Aires: Editorial Teseo, 2009.

WINANT, Howard. **The World is a Ghetto**. Race and Democracy since World War II. Nueva York: Basic Books, 2001.

WINANT, Howard. **The New Politics of Race**: Globalism, Difference, Justice. Minneapolis : University of Minnesota Press, 2004.

Recebido em: 17/04/2023

Aceito em: 12/12/2023

REVISITANDO LA CARTOGRAFÍA CUERPO-TERRITORIO DESDE LA AUTOETNOGRAFÍA FEMINISTA¹

REVISITANDO A CARTOGRAFIA CORPO-TERRITÓRIO A PARTIR DA AUTOETNOGRAFIA FEMINISTA

Delmy Tania Cruz Hernández*

Resumen

El artículo que presento revisita el adiamaje de la categoría cuerpo-territorio a partir de la cartografía corporal que impulsa el Colectivo Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo (CMCTF) desde 2012. Se parte de la autoetnografía y de la reflexividad como metodología. Es un aporte situado y desde una posicionalidad de militancia investigativa cuya reflexión está atravesada por el pensamiento del feminismo del sur. Invita a sentipensar en los aprendizajes y usos que se le ha dado a la cartografía cuerpo-territorio, pero sobre todo a posicionarla como una metodología que se construyó para aportar a las luchas sociales como sucedió en la frontera media de Chiapas en 2015.

Palabras claves: Cuerpo-territorio. (Re)patriarcalización. Autoetnografía. Defensa del Territorio.

Resumo

O artigo que apresento revisita a base de suporte de construção da categoria corpo-território a partir da cartografia corporal que impulsiona o Coletivo “Olhares Críticos do Território no contexto do Feminismo”, a partir de 2012. Parte-se da autoetnografia e da reflexividade como metodologia. É uma contribuição situada, advinda de uma posição de militância investigativa, e a reflexão é permeada pelo pensamento do feminismo do sul. Convida a uma reflexão profunda sobre as aprendizagens e os usos que foram dados à cartografia corpo-território, mas, principalmente, a posicionar essa metodologia como uma construção destinada a contribuir para as lutas sociais como aconteceu na fronteira central de Chiapas, em 2015.

Palavras-chave: Corpo-território. (Re)patriarcalização. Autoetnografia. Defesa do território

Introducción

La diversidad de pensamiento y corazonadas que componen este artículo parte de un sentir colectivo. La necesidad de compartirla es para resignificar los aprendizajes y los andares. El artículo tiene como principal objetivo mostrar los aportes teóricos y metodológicos que nos ha dejado el utilizar la cartografía cuerpo-territorio en procesos comunitarios y organizativos en diversas partes de Abya Yala.

¹ Varios argumentos que componen el artículo son ideas que la autora ha venido compartiendo en diferentes foros.

* Profesora-Investigadora del Centro de Estudios Superiores de México y Centroamérica (CESMECA), Programa de Estudios e Intervención Feminista (PEIF). E-mail: delmy.cruz@unicach.mx

Aunque tendré la autoría del escrito, este no pudo ser sin las colectividades de las que formo parte: el Colectivo Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo, que realiza militancia investigativa; las organizaciones chiapanecas Mujeres Transformando Mundos (MUTRAM), espacio feminista comunitario y ecologista, y el Centro de Educación Integral de Base (CEIBA), colectivo que impulsa metodologías de educación popular con los pueblos. Tanto con CEIBA como con MUTRAM acompañé trabajo comunitario en tres municipios del corredor fronterizo Chiapas, México-Huehuetenango, Guatemala: Comitán de Domínguez, La Trinitaria y Las Margaritas.

Una de las apuestas que precisé desde que ingresé formalmente a la academia ha sido la necesidad de teorizar mi-nuestra práctica política para construir narrativas colectivas que nos ayuden a enunciar estrategias territoriales. Este artículo es un revisitarse de la cartografía cuerpo-territorio, pero también de mi propia práctica política y pedagógica. Por ello, hago referencia a la autoetnografía, la cual “es una estrategia metodológica cualitativa que considera la propia experiencia de quien investiga como recurso fundamental en el proceso de investigación” (Singer, 2019, p. 110); es una práctica de ir siendo, desde la reflexividad situada; es caminar la genealogía de la experiencia y las prácticas, como argumenta Garzón (2019), porque “nada es posible en términos feministas sin la experiencia, el conocimiento situado y las prácticas concretas del hacer” (Garzón, 2021, p. 214). Sugiero, además, que la autoetnografía es, de alguna forma, dar continuidad a la propuesta teórica de Gloria Anzaldúa (1987) de encarnar la teoría, lo que significa construir puentes entre diferentes campos, sujetas-os y saberes, “conectar el saber de la teoría con un puente hacia la vida propia” (Anzaldúa, 1987, p. 35). Es crear conocimiento a partir de una red compasiva de relaciones interdependientes y valiosas en cuanto a su diferencia.

Lo que sé no me pertenece, por eso es ético compartírnoslo, pues si bien cada una tiene su aprendizaje y es responsable de ello, es importante distribuir los conocimientos porque así construimos saberes territoriales compartidos. Es esta la apuesta teórica-metodológica y política del artículo, revisitarse para resignificar y seguir andando propuestas colectivas que irruman en la inercia de la práctica política y, por supuesto, de la teoría.

Para realizar esta propuesta, primero trato brevemente los efectos del avance neoextractivista en el Abya Yala y la importancia de visibilizar la lucha de las mujeres. En un segundo momento, planteo el significado de la categoría cuerpo-territorio desde los feminismos comunitarios y, por último, trazo los aprendizajes, nudos y formas de usar la metodología.

Efectos del avance neoextractivista en el Abya Yala y la lucha de las mujeres

Sentada en círculo, Mechita comparte lo siguiente cuando le toca dar su palabra:

Acá en mi región hay presencia de muchos megaproyectos, han concesionado cantidad de hectáreas. Para nosotras, como mujeres, y para nuestro pueblo, parte de nuestra estrategia para defender el territorio ha sido darnos cuenta de que el enemigo no es un quién, sino un qué... con lo que luchamos es el gran capital y [el] neoliberalismo no tiene rostro, es grande, ambicioso y voraz [...] es fácil para los megaproyectos vendernos la idea del desarrollo, que nos vienen a sacar de pobres, desarraiga y quita potencialidad de sujetos. Las tensiones en las comunidades y la imposición de proyectos es división a nivel familiar y comunitario. El proyecto llega al territorio y necesita vincularse con otras comunidades, requiere agua y permisos. La situación problemática les beneficia [...] si queremos defender el territorio necesitamos pensar en la autonomía de nuestros pueblos y en el arraigo, para ello es urgente buscar equilibrio en las prácticas de hombres y mujeres, para el cuidado de la vida y los elementos presentes que nos interaccionan (Testimonio de Mechita, marzo, 2023, Chiapas).

En ese mismo conversatorio de la Red Mesoamericana por la Defensa del Territorio² y los Bienes Comunes³ participó Lupe, quien, antes de dar su palabra, invocó a sus ancestas porque le abrieron el camino de la lucha. Lupe pertenece a una de las organizaciones históricas de Guatemala, ella teje su sentir con la palabra de Mechita y comparte lo siguiente:

Hemos hecho conciencia de organización, y sabemos que luchamos contra un sistema, está diseñado por unos cuantos, es patriarcal, machista, racista, colonialista, capitalista y neoliberal. Es contra ello nuestra lucha, son las causas estructurales, no está fácil la lucha. Este sistema se ha empeñado en que pensemos que las mujeres mayas indígenas no sabemos, no podemos, no sentimos, no pensamos, eso trae el colonialismo y lo tenemos hacia nuestros huesos, que no valgo, no pienso, está internalizado en el ser. El patriarcado les dice a los hombres “ustedes son los jefes de familia”, “los que mandan”, “controlan el machismo” [...] Tenemos dentro al opresor; para sacarlo y desaprender, es profundo y duele (Testimonio de Lupe, marzo, 2023, Chiapas).

Estos mismos argumentos de mujeres organizadas y en lucha resonaron en la Universidad de la Tierra, ubicada en la zona norte de la ciudad de San Cristóbal de Las Casas, en donde participaron integrantes del Consejo Nacional Indígena (CNI) que se reunieron tras realizar la Caravana del Sur Resiste con la finalidad de convocar a más pueblos a organizarse (Colectivo Pozol, 2023). Los pueblos en lucha hacen alusión a la diversidad de formas que tiene el sistema capitalista para necrosar las tramas comunitarias, pero también alzan su voz

² La Red Mesoamericana por la Defensa del Territorio fue impulsada en 2018 por las organizaciones MUTRAM-CEIBA. Actualmente la red tiene una coordinación colectiva que está conformada por cinco organizaciones de México y dos del departamento de Huehuetenango, Guatemala.

³ Realizado en San Cristóbal de Las Casas, Chiapas, a finales de marzo del 2023.

colectiva para mencionar que, aunque el enemigo es grande, lo que está en juego es la vida comunitaria y territorial.

El fantasma del neoextractivismo recorre Abya Yala con fuerza, tal como sugieren Mechita, Lupe y los pueblos originarios organizados alrededor del CNI. Los efectos de este modelo se sienten a diferentes escalas comunitarias e íntimas, y afectan el cuerpo y el territorio a la vez. La forma de pensar la vida desde la mirada neoextractivista es muchas veces disonante con los modos comunitarios de algunos pueblos organizados, puesto que esta forma irrumpe y tensa las relaciones comunitarias, como mencionó Mechita; desplaza las economías anteriormente existentes y muchas veces genera múltiple carga de trabajo para las mujeres (Colectivo Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo, 2018).

Definitivamente el siglo XXI muestra un incremento de las disputas por los territorios, sobre todo aquellos donde habitan los pueblos ancestrales de Abya Yala. La violencia estructural en la que estamos inmersas las personas aumentó debido a la política de los Estados que está estrechamente ligada a planes neoliberales y que repercuten principalmente en los territorios indígenas. La mirada capitalista de estos planes y políticas se centra en dar vida al mercado como única vía de sobrevivencia para la raza humana, es decir, prima la idea de seguir reificando la naturaleza y los territorios para convertirlos en mercancías que puedan ser aprovechadas por solo una parte de la sociedad (Ceceña, 2018).

En este contexto, sobresale que donde se encuentra la mayor parte de la biodiversidad es en territorios ancestrales habitados por pueblos mayoritariamente indígenas que al percatarse de cómo se les está dejando fuera de la ecuación de la vida del planeta se pronuncian en defensa de sus territorios y luchan por preservar sus diversas formas de vivir. Cuando los pueblos que viven en territorios de alta biodiversidad enuncian su voz para salvaguardar su forma de habitar el mundo, la disputa incrementa, puesto que atenta contra un poder que intenta a toda costa imponer su hegemonía, para lo cual ha creado una maquinaria “que necesita seguir produciendo y extraer (carbón, oro, petróleo, diamante, manganeso y cualquier otra cosa que esté en las rocas, la tierra, el agua, las arenas, el cuerpo humano, la flora, la fauna)” (Gargallo, 2012, p. 45) y que además criminaliza a las personas de los pueblos que defienden sus territorios.

De formas muy complejas y dolorosas, la disputa por el territorio y el despojo de sus bienes comunes ha llevado a situaciones límite a las mujeres, milenariamente despojadas de ellos – aunque es necesario recalcar que las mujeres de los territorios que son amenazados han defendido su tierra y sus formas de vivir en el día a día, tanto en el ámbito privado como en el

público – (Cruz Hernández, 2020). En este sentido, se ha vuelto evidente que desde las últimas décadas del siglo pasado se ha incrementado la presencia de las mujeres en la lucha por la defensa del territorio – ya sea como voceras o dirigentas de sus pueblos – y poco a poco se ha ido reconociendo su memoria organizativa en la defensa de la vida.

“La lucha tiene que darse”, como bien afirmó Bertha Cáceres, dirigente indígena de Honduras, defensora del medio ambiente y del territorio, ya que cuando existe amenaza de despojo en los territorios, las mujeres – por la condición genérica y la situación racial – quedan en desventaja. Esto debido a que, con frecuencia, son las encargadas de reproducir la vida material y simbólica (Federici, 2013), es decir, de cuidar a las y los hijos y a personas mayores, brindarles protección, así como de traer alimentos para sostener la vida y cubrir sus necesidades básicas; todo, fundamental por el rol que la comunidad y ellas se han asignado.

Cuando las mujeres y hombres son desplazados de su lugar de origen, es difícil reapropiarse de un territorio, mucho menos cuando la tierra, que simboliza la forma de entender la vida y que da la misma, no está (Hernández Castillo, 1998). Las mujeres organizadas y con conciencia política saben que cuando se generan desplazamientos forzados, se rompen las dinámicas cotidianas, trastocando sus identidades como mujeres, madres e indígenas. Por eso, ponen el cuerpo para la defensa territorial.

Es importante mencionar que la palabra y lucha de las mujeres organizadas en defensa de sus territorios ha cobrado visibilidad en las últimas dos décadas. Las mujeres organizadas han construido diversos engranajes cotidianos para crear estrategias que las respalden para hacer frente a la embestida con la que el sistema neoextractivista intenta penetrar en sus territorios diariamente. La situación actual agudiza los mecanismos de despojo de territorios y de los recursos naturales, sociales y culturales que hay en ellos, y ha marcado diversos escenarios que hacen que las mujeres evidencien sus luchas antes disimuladas.

En este sentido, un aporte del pensamiento feminista del Abya Yala ha sido mostrar cómo las mujeres indígenas y campesinas han sido vinculadas con la tierra en función de su cultura, su cuerpo, su posicionamiento, sus prácticas de fertilidad y su andar diario por horas en busca de agua o comida. Durante la última década se ha presenciado la expansión del vínculo cuerpo-tierra y cuerpo-territorio⁴, sobre todo dentro del corpus teórico del feminismo en la corriente de pensamiento comunitario, y está siendo resignificado por mujeres dirigentas

⁴ Se hace referencia más abajo al término.

de indígenas pertenecientes al movimiento ambientalista y/o feminista guatemalteco, boliviano, ecuatoriano y mexicano.

Al respecto, sostengo que el giro de toma de conciencia organizativa en donde se comienza a relacionar el territorio con los cuerpos se genera cuando hay una inversión de significados pues el territorio, la tierra y todo lo que ahí se encuentra es utilizado por ellas activamente para el proyecto de libre autodeterminación y autonomía que están buscando. En este sentido, es fundamental repensar el cuerpo-territorio como apuesta política también, puesto que en ella encontramos las posibilidades de crear análisis conjunto para visibilizar la ola violenta que hay contra las mujeres en territorios de despojo, porque la relación entre el cuerpo y otras escalas (comunidad, organización y familia) genera una potente dialéctica entre nuestra existencia y en las relaciones que la unen a los territorios que habitamos.

Violencias sobre los cuerpos-territorios

Hablar de la categoría cuerpo-territorio no solo es definirla, sino que implica también mostrar lo que hay tras bambalinas, que son diálogos impregnados de negociaciones y luchas de muchas mujeres feministas y no feministas, quienes han cuestionado el papel hegemónico de subordinación que la sociedad patriarcal impone al género femenino y a sus cuerpos como posesión de lo que puede ser sacrificado en aras de un control territorial, “controlar el cuerpo de las mujeres a través de la violencia sexual [o cualquier violencia], es una forma de manifestar el control territorial de los colonizados” (Segato, 2006, p. 35). Tal como señalan Rita Segato (2006, 2018) y Aída Hernández Castillo (2015), cuando el cuerpo se configura y reconfigura como territorio, se transforma en espacios de disputa, y es en las mujeres en donde se concreta y se materializa de forma sistémica la violencia sexual, política, comunitaria y familiar.

En este sentido, sin duda hay parteaguas claros en Abya Yala que demuestran la importancia de posicionar la autonomía de los cuerpos de las mujeres indígenas, mestizas y rurales en luchas más generales. Puedo mencionar, por ejemplo, que “en 1994, el movimiento zapatista articuló las luchas contra el neoliberalismo, el racismo y el patriarcado, convirtiéndose en el primer movimiento político y militar de América Latina que reivindicaba los derechos de las mujeres como parte fundamental de su agenda política” (Hernández Castillo, 2015, p. 186). En este marco, la Ley Revolucionaria de las Mujeres Zapatistas está impregnada de demandas que abordan la autonomía de los cuerpos de las mujeres para decidir

sobre su sexualidad, la elección de su pareja, vivir una vida libre de violencia sexual, patrimonial, económica y simbólica.

Años después, para las mujeres organizadas en torno a la Coordinadora Regional de Autoridades Indígenas en Guerrero, México, fue primordial reunirse de forma independiente para abordar sus propias demandas. Al final de diversos diálogos, los puntos que se tomaron como acuerdos fueron cinco. Uno de ellos era la libertad para decidir sobre su vida y su propio cuerpo (Rius; Saldaña-Portillo, 2015). A dichos argumentos podríamos agregar que no solo quieren amedrentar y quitar el cuerpo por el cuerpo en sí, su materia como tal, sino porque es en él donde se encuentra la sabiduría, saberes, redes y es en el que se reproduce la vida, como sugiere Federici (2004, 2013); es decir, desde los cuerpos se genera la *resistencia cotidiana y se transforman las maneras de resistir y hacer política y lo político*:

Para nosotras, la lucha en defensa de los territorios es por dos territorios: uno es el **territorio cuerpo de las mujeres**, que ha sido expropiado como mercancía, finca, parcela, son otros los que deciden por una; y otro es eso que hay que defender, cuerpo no vacío, sino integral, a la par también analizamos que **el territorio madre tierra** es por donde está la memoria histórica, la identidad, interrelacionamos, compartimos entre nosotras nuestra manera de vivir, donde están los ríos, árboles, animales. Está la abuela luna, estrellas y sin ellas no hay vida; el territorio es donde tejemos la armonía, el equilibrio, las semillas, alimentación. Los ríos no son recursos naturales sino elementos indispensables para la vida, sin el aire no podemos vivir, luchamos por el territorio y el cuerpo; **territorio madre tierra y cuerpo-territorio** (Testimonio de Lupe, marzo, 2023, Chiapas).

En la actualidad, el incremento de las demandas de las mujeres rurales, indígenas y mestizas organizadas en torno a la autonomía de los territorios y sus cuerpos, tal y como menciona Lupe en su testimonio, es un hecho tangible. Por tanto, indagar más sobre los significados de la categoría cuerpo-territorio puede darnos pistas para saber por dónde caminar y trascender el horizonte, que ya no ha de buscarse en renovados procesos de acumulación del capital sino en la subversión/reorganización de todas las actividades y procesos sociales, productivos y reproductivos a fin de garantizar la conservación y ampliación colectivamente deliberada de las condiciones materiales que garanticen la reproducción material y simbólica de la vida. Estas luchas colectivas en torno a la reproducción, que reclaman el control sobre las condiciones materiales, pueden crear nuevas formas de cooperación y articulación.

La categoría cuerpo-territorio

Cuerpo-territorio es una categoría de análisis creada por pensadoras indígenas mayas de Guatemala y Bolivia. Uno de sus aportes radica en comprender que los cuerpos son territorios, los territorios son cuerpos sociales y ambos tienen un vínculo indisoluble (Cruz Hernández, 2016, 2020). La cartografía cuerpo-territorio, hecha metodología, no pudo ser posible sin los aportes teórico-políticos que impulsaron los feminismos comunitarios que representan Lorena Cabnal (2010, 2018, 2019), Adriana Guzmán (2019) y las redes de las que son parte. Así también, Cruz Hernández (2016, 2020) y Cruz Hernández *et al.* (2021) ha contribuido con nuevos insumos a la categoría conceptual desde los aprendizajes obtenidos de la cartografía corporal del Colectivo Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo. Al respecto, Cabnal (2010) enuncia la categoría proponiendo lo siguiente:

Defender el cuerpo-territorio implica la recuperación consciente de nuestro primer territorio cuerpo, como un acto político emancipatorio y en coherencia feminista con “lo personal es político”, “lo que no se nombra no existe” [...] Asumir la corporalidad individual como territorio propio e irreplicable, permite ir fortaleciendo el sentido de afirmación de su existencia de ser y estar en el mundo (p. 7).

Por su parte, Adriana Guzmán expone la necesidad de reconstruir nuestras propias categorías conceptuales para habitar el mundo: “era imprescindible una ruptura epistémica, hacer nuestras reconceptualizaciones y crear nuestra metodología, desde ahí nos reconocemos feministas, descolonizando el feminismo, desde ese lugar es que hablamos” (Guzmán, 2019, p. 51). Asimismo, Cruz Hernández (2016) agrega la importancia de:

mirar a los cuerpos como territorios vivos e históricos que aluden a una interpretación cosmogónica y política, donde en él habitan nuestras heridas, memorias, saberes, deseos, sueños individuales y comunes; y a su vez, invita a mirar a los territorios como cuerpos sociales que están integrados a la red de la vida y, por tanto, nuestra relación hacia con ellos debe ser concebida como “acontecimiento ético” (Cruz Hernández, 2016, p. 44).

Los aportes de pensadoras indígenas organizadas en defensa de sus cuerpos-territorios han sido claves para poder comprender al cuerpo desde un lugar más colectivo e interdependiente, mirada que definitivamente cambia la forma con la que se había pensado el cuerpo en las ciencias sociales y humanísticas.

Andares y nudos de la cartografía cuerpo-territorio

Cuando abordo los aprendizajes de la cartografía cuerpo-territorio es imperante afirmar que lo hago desde la experiencia que he compartido junto al Colectivo Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo⁵. Andar la cartografía⁶ ha sido un trabajo colectivo que venimos sentipensando desde hace más de una década.

El primer acercamiento a la categoría desde el Colectivo ha sido metodológico⁷ y se realizó impulsando encuentros entre mujeres organizadas para poner en práctica herramientas de cartografía social y corporal donde se visualizaron los vínculos entre cuerpos y territorio. Al ver la potencia que emanaba del ejercicio, nos propusimos poner la cartografía cuerpo-territorio al servicio de la lucha social; así, en 2013 fue utilizada para reflexionar junto a mujeres que estaban defendiendo sus territorios contra proyectos extractivistas puesto que observábamos con preocupación la embestida de violencia que se estaba gestando en contra de los cuerpos de las mujeres, sobre todo en territorios indígenas donde el capital hizo visible la ola racista, clasista y de desprecio sobre los pueblos originarios en todo el mundo y en especial hacia los cuerpos de las mujeres y los cuerpos feminizados al decretar como zonas de sacrificio territorios en donde había bienes comunes y recursos no renovables.

Durante los primeros años, el CMCTF comenzó a aplicar diversas técnicas sensoriales para ir las tejiendo a la cartografía cuerpo-territorio con el fin de ir pensando con el cuerpo y sintiendo con la razón. Diseñar técnicas que ayudaran a poner en primer plano la sensibilidad y el uso de los sentidos y el cuerpo nos pareció un ejercicio muy necesario. A cada paso y encuentro con otras colectivas, grupos y organizaciones del Abya Yala, íbamos anexando una herramienta metodológica más, hasta convertir el mapeo cuerpo-territorio en un proceso metodológico que da cuenta de la encarnación de las violencias patriarcales y extractivistas en diferentes escalas.

En 2017 iniciamos el proceso de sistematización de nuestra herramienta y derivó en la creación de la guía **Mapeando el cuerpo-territorio. Guía para mujeres que defienden sus**

⁵ Colectivo impulsado por mujeres y hombres organizados en torno a luchas ecologistas y feministas en 2012, en Quito, Ecuador. Actualmente, el colectivo está integrado por 10 mujeres de diversas latitudes del Abya Yala. En el hacer cotidiano, el colectivo realiza militancia investigativa y acompaña procesos comunitarios en diferentes regiones del Abya Yala.

⁶ El colectivo reconoce la diversidad de cartografías corporales que actualmente existen, pero en este artículo hablamos de la cartografía impulsada por el Colectivo Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo.

⁷ No me doy el derecho de hablar del recorrido que ha tenido la cartografía cuerpo-territorio, porque este es un trabajo que está realizando el mismo CMCTF a sus tiempos y formas, yo solo nombraré algunos hitos que me han ayudado a reflexionar nuestra apuesta colectiva.

territorios⁸. En ella damos cuenta de nuestro caminar político y de los encuentros con movimientos, organizaciones, colectivas y pueblos organizados, sostenidos durante cinco años en diferentes rincones de Abya Yala.

En la guía hacemos un recuento genealógico de las múltiples génesis del uso del cuerpo-territorio dentro de los feminismos. Después compartimos y narramos todos los procesos que implica la metodología. Por último, a partir de los múltiples insumos que nos mostraba la cartografía, comenzamos a teorizar la categoría analítica (re)patriarcalización del territorio, que es: “la forma de nombrar el entrelazamiento de las violencias feminicidas y aquellas relacionadas con el actual ciclo de expansión del capital que avanza en Abya Yala” (Colectivo Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo, 2020, p. 15). La (re)patriarcalización del territorio cuenta con cinco dimensiones: política, económica, ecológica, cultural y corporal, las cuales se fueron llenando de contenido a partir de pautas semejantes que íbamos encontrando en los insumos que arrojaron las cartografías cuerpos-territorios que habíamos aplicado en Ecuador, México, Uruguay y Guatemala.

Desde que imprimimos la guía, la visibilidad del colectivo se multiplicó y la reflexión de la cartografía cuerpo-territorio y de la categoría analítica, comenzó a circular con mayor fuerza en diversos ámbitos: académicos, de sociedad civil, así como de fundaciones nacionales e internacionales. Con el tiempo, reflexionamos en torno a que la categoría analítica cuerpo-territorio se comenzó a popularizar y en muchos casos a despolitizar. A veces lo encontrábamos vacío de contenido cuando se sintetizaba para reflexionar cuestiones individuales y quedaba atrás y escondida la potencia del pensar las conexiones de un nosotras-os-es, se dejaba detrás la importancia del encuentro, la posibilidad de hacer colectivo y sobre todo de pensar a los cuerpos como un todo social relacionado y a los territorios como espacios de disputas de poder. ¿La despolitización es nuestra responsabilidad? Como autocrítica diría que, en parte, sí pues nos dejamos llevar por la lógica de las invitaciones y de la compartencia y nos dábamos cuenta –siempre– de que nos faltaba tiempo para profundizar sobre la metodología, pero también para profundizar en la importancia del proceso a construir a partir de la potencia de insumos que brinda su aplicación. Pero por otro lado, diría que no. Entonces, con el paso del tiempo también asumimos que la despolitización no fue nuestra responsabilidad sino que es, también, de quien la usa y para los fines que lo haga, pues muchas veces los usos están mediados por la búsqueda de financiamiento para así sacarse la

⁸ Véase <https://miradascriticadelterritoriodesdeelfeminismo.files.wordpress.com/2017/11/mapeando-el-cuerpo-territorio.pdf>

vida, que tan precaria es; o a veces para catapultarse políticamente o, en ocasiones, simplemente para entenderse a una misma y encontrar la relación entre el cuerpo y el territorio.

Aprendizajes y derivas de la cartografía cuerpo-territorio

A continuación enlisto los aprendizajes que considero que se pueden obtener a partir de la aplicación de la metodología cuerpo-territorio:

- a) Permite la posibilidad del encuentro con las otras, otros, otras. Sobre todo, con otras-os organizadas-os-es, que están, como nosotras, intentando agrietar los muros de la hidra capitalista⁹. Es una posibilidad de hacer-nos juntas. Aprendemos, enseñamos, nos enseñamos, transmitimos algo, nos transmiten, descubrimos y nos descubren, construimos, hacemos uso de la ejemplaridad, de la admiración, de la seducción, de la voz, de los gestos, de los silencios y de los murmullos del cuerpo. En ese encuentro hay una experiencia de relación, una posibilidad de construir un nosotras-os-es diverso y plural que se hace necesario, ahora más que nunca.
- b) Sugiere fracturar varias premisas blanco-hegemónicas, como el binomio naturaleza/cultura, y colocar la ontología de los pueblos originarios en el centro, aquello que algunas compañeras llaman interdependencia. También pone en discusión el binomio jerárquico construido por la ciencia occidental: razón/emoción, y logra traer el cuerpo a discutir, colocándolo en primer plano para hablar con el-los cuerpo(s) dentro de un marco de relaciones complejas y en contextos determinados. Es decir, una clave fundamental ha sido que la metodología posibilita que se comprenda al cuerpo con sus marcas de género, de raza y de clase dentro de los contextos físicos, organizativos y coyunturales. Entonces, se logra encarnar subjetividades y emociones y se muestra al territorio desde lo corporal y lo afectivo.
- c) Teje puentes para una posible articulación entre las agendas feministas del sur y las agendas de mujeres que luchan por los territorios. En este uso es muy importante reconocer la posicionalidad de cada una de las actoras que realizan la cartografía con el fin de no obviar las desigualdades.

⁹ Los pueblos organizados zapatistas han nombrado “la hidra capitalista” al sistema capitalista racista y patriarcal.

- d) La metodología cuerpo-territorio proporciona un análisis multiescalar porque visibiliza cómo en la escala corporal se reflejan los impactos patriarcales, coloniales y clasistas del contexto geopolítico extractivista.

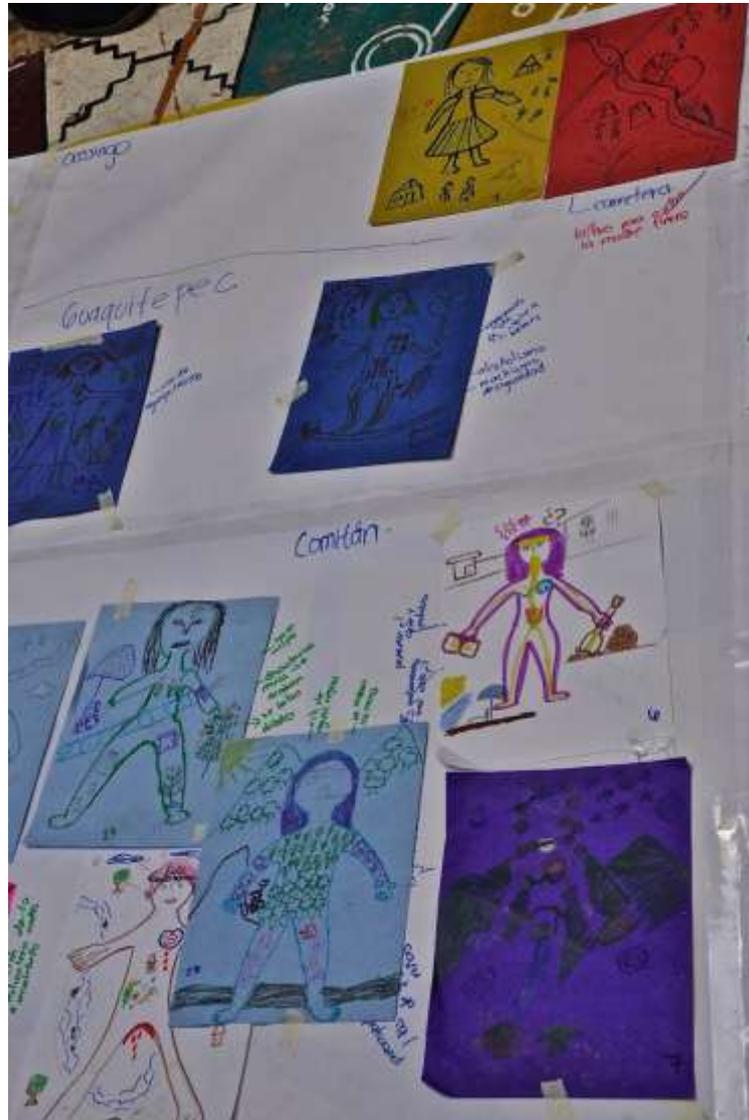


Foto 1. Mapeo realizado en Comitán de Domínguez, 2015. Impulsado por Mujeres Transformando Mundos, Centro de Educación Integral de Base. Autoría de Miriam García.

- e) Se construyen **contracartografías de poder**, es decir, herramientas en donde se visibiliza el encarnamiento de los despojos y se politizan de manera clara las dimensiones materiales (ecológica, económica y política); además, se hace énfasis en las dimensiones simbólicas (cultural y emocional-corporal) (Colectivo Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo, 2020 Cruz Hernández, 2020). Su principal locus son los cuerpos femeninos y feminizados que están sujetos a regulaciones y representaciones, pero al mismo tiempo son agentes situados en campos de poder.

- f) Muestra escenarios de conocimientos colectivos a partir de la indagación y conversación sobre las relaciones de poder dibujadas en el territorio, pensando el cuerpo como el territorio por donde pasa la vida (Colectivo Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo, 2014, 2018).



Foto 2. Encuentro de mujeres que luchan en Chiapas 2019. Autoría propia. Encuentro impulsado por mujeres adherentes a la Sexta Lacandona.

- g) Se puede crear un acto de autorrepresentación que implica que en cada mapeo del cuerpo-territorio, se reconozcan nuestras heridas, marcas, recuerdos especiales, lugares, saberes, **haceres**. Además, la narración a la que invita la metodología puede ser potente en términos de generar posibilidades emancipatorias, es decir, provoca fuerza y movilización en las personas para cambiar(se) la vida, para elaborar(se) subjetividades, para relatar(se) el mundo como un mundo querido de otro modo, hecho de otra manera.

Modos, formas y usos de la metodología cuerpo-territorio

Primero me gustaría aclarar que cada paso e invitación para compartir la metodología cuerpo-territorio que el Colectivo Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo realiza o realizó, fue gracias a los vínculos políticos, de confianza y amorosos que hemos construido las personas que componemos el colectivo. Definitivamente, estas relaciones se han creado por el trabajo de las personas que son parte del CMCTF, y el de las colectividades de las que son miembras; es ética feminista reconocerlo.

La diversidad de formas en las que se ha empleado la metodología¹⁰ ha dependido de la necesidad de los grupos, organizaciones, colectivos y pueblos. En seguida nombro algunas maneras de uso:

1. Identificación de articulaciones. Sobre todo se aplicó con mujeres organizadas que viven en territorios amenazados por proyectos extractivistas (mineras, petroleras, megaproyectos y acaparamiento de tierras, agroextractivismo). Sirvió para comenzar a indagar cómo los cuerpos-territorios están viviendo las violencias de estos proyectos que matan la vida. Además, en estos mapeos se hacen visibles las estrategias cotidianas que se realizan. Cuando cada mapa del cuerpo-territorio se dibuja de manera personal, se logran reconocer los lugares por donde pasan las violencias y cómo están atravesadas por relaciones de poder y resistencias.
2. Crear estrategias. Se usó la metodología para identificar articulaciones comunes en el territorio. Esta forma solo se realizó con mujeres organizadas, es decir, aquellas que ya llevaban un camino juntas. En este sentido, las preguntas guía se modifican para lograr visualizar qué está **corazonando** la otra desde las entrañas y ver cómo encarna el territorio cada una. Aquí una de las claves es dejar que la narración se dé, porque así se van encontrando aspectos que me-nos resonaron de la historia de otra con el fin de elaborar narrativas alternativas colectivas que permitan reconocer los vínculos “ocultos”, íntimos, de la relación territorio-cuerpo y también para que las participantes visibilicen las estrategias de lucha que están utilizando otras participantes en la defensa del territorio.
3. Mapeo de una organización y/o colectivo. Aquí el cuerpo-territorio se hizo de la organización. Los aportes de esta forma de utilizar la cartografía fue que se dibujaron los nudos que se

¹⁰ Estas solo son algunas formas en las que he tenido participación directa. Las otras formas de uso las narrará el CMCTF cuando sistematicemos la experiencia de una década de caminar juntas en territorios de Abya Yala y en distintos puntos de Europa.

tienen atorados y se vislumbraron maniobras para poder resolverlos. Este ejercicio se ha realizado diversidad de veces, pero nos percatamos que se nutre más cuando se cuenta con más tiempo para el encuentro de los dolores de la colectividad.

4. Trazar rutas feministas en las ciudades. Aquí el mapa del cuerpo-territorio fue una ciudad. El ejercicio nos ayudó a construir indicadores sensitivos y feministas para habitar ciudades y crear rutas seguras para las mujeres.



Foto 3. Trazando rutas seguras para mujeres. Tepic, Nayarit, 2019. Evento que promovió Asociación Progreso para México.

5. Abriendo el diálogo en zonas de conflicto. Realizamos el mapeo cuerpo-territorio de un espacio colectivo y autogestivo en diferentes tiempos. El cuerpo-territorio fue el proyecto e hicimos tres (inicio del proyecto, hito importante y actualidad), con lo que pudimos identificar las raíces de los conflictos y las posibles soluciones.

6. Mapear la (re)patriarcalización. Colectivos que pertenecen a la Red Mesoamericana por la Defensa del Territorio y los Bienes Comunes, que se organizan en defensa del territorio realizaron un mapeo cuerpo-territorio aplicando las cinco dimensiones de la (re)patriarcalización en la silueta. Esta forma de uso ayudó a reflejar los vínculos existentes entre las cinco dimensiones que propone la categoría analítica.
7. La educación es un cuerpo. Una de las organizaciones de la Red Mesoamericana por la Defensa del Territorio y los Bienes Comunes, invitó a repensar juntas la educación hegemónica como proyecto colonial y para identificar cuál es su apuesta para construir una educación para la defensa de la buena vida. En este caso se construyó un cuerpo-territorio para pensar la educación, sus heridas coloniales y sus intersticios.

Reflexiones inacabadas

Ahora bien, sostengo que estas reflexiones son inacabadas en cuanto a que es la voz colectiva de Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo quien podrá ir aportando más a este pensamiento. Yo solo quisiera agregar algunas consideraciones que vengo sentipensando sobre la metodología.

La metodología cuerpo-territorio proporciona elementos que ayudan a pensar en políticas del cuerpo de forma situada y contextualizada. Se pone al cuerpo para resignificarlo dentro del territorio amenazado por el extractivismo colonial, el patriarcado. En la actualidad soy testiga de cómo muchas mujeres organizadas en México (Puebla, Chiapas, Quintana Roo) están resonando con la propuesta política cuerpo-territorio, la cual, sin duda, ha puesto en diálogo diversas agendas de mujeres en lucha, antipatriarcales y feministas – que están en defensa de sus territorios – y aquellas que viven en urbes y pretenden resignificar sus propios espacios de vida.

La metodología cuerpo-territorio ha servido para dialogar, en diferentes tiempos y espacios, las luchas con colectivos y movimientos sociales y cuando ha tenido otros usos evidenciamos este diálogo articulador. Por ejemplo, ha aportado para repensar las violencias corporales dentro de espacios escolarizados y áulicos. Además ha servido para representar las violencias que se viven en las universidades y resignificar el andar en la protesta¹¹. También ha sido insumo para construir nuevas metodologías como lo han hecho las compañeras que

¹¹ Varias compañeras del CMCTF han aplicado la metodología en espacios áulicos. Véase <https://territorioyfeminismos.org/2018/05/28/mapeo-del-cuerpo-territorio-en-las-protestas-de-chile/>

pertenecen al Seminario de Entramados Comunitarios¹² que colocan en escena la metodología y la reconfiguran para realizar la **cuerpa antipatriarcal**.

Indudablemente, la metodología proporciona elementos para representar las diversas formas en que se pone el cuerpo en la lucha por la defensa del territorio. Además, nombrarla como defensa del cuerpo-territorio es una grieta epistémica al pensamiento feminista blanco-hegemónico, porque genera una disonancia y un desplazamiento hacia una nueva epistemología, pues renombra la ontología de los pueblos originarios organizados o, lo que llaman las ecólogas políticas feministas, la interdependencia desde Abya Yala. Y, definitivamente, se construye una demanda colectiva por la reivindicación de la autonomía del cuerpo de las mujeres, y se reafirma la autonomía del territorio como cuerpo social, puesto que uno afecta indiscutible y directamente al otro. Considero que aún hay mucho por explorar de la contracartografía; lo imperante, será el uso que se le dé, pues es indispensable, en los tiempos que acontecen usar la metodología para crear colectividad y formas de reconstruir aquello que llamamos aún común.

Por último, es importante mencionar el amplio cobijo que ha tenido la metodología cuerpo-territorio en los estudios feministas y del Sur Global y, por tanto, nos recuerda que es imperante seguir construyendo metodologías feministas que sirvan como herramientas para la lucha social y que sean apuestas colectivas que lleven a construir caminos de horizontes posibles.

Bibliografía

ANZALDÚA, Gloria. **Borderlands/La frontera: la nueva mestiza**. México: Programa Universitario de Estudios de Género-Universidad Nacional Autónoma de México, 1987.

CABNAL, Lorena. Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala. In: CABNAL, Lorena. **Feminismos diversos comunitarios**. España: ACSUR: Las Segovias, 2010. p. 1-8. Disponible en: <https://porunavida.files.wordpress.com/2012/09/feminismos-comunitario-lorena-cabnal.pdf> Acceso en: 6 dez. 2023.

CABNAL, Lorena. TZK'AT, Red de Sanadoras Ancestrales del Feminismo Comunitario desde Iximulew-Guatemala. **Ecología Política Cuadernos de Debate Internacional**, Barcelona, n. 54, p. 98-102, 2018.

CABNAL, Lorena. El relato de las violencias desde mi territorio cuerpo-tierra. In: SOLANO, Xochitl Leyva; ICAZA, Rosalba (coord.). **En tiempos de muerte: Cuerpos, rebeldías, resistencias**. Tomo IV. Chiapas. Buenos Aires: La Haya: Cooperativa Editorial Retos: CLACSO, Institute of Social Studies, Erasmus University Rotterdam, 2019. p. 113-126.

¹² <https://horizontescomunitarios.wordpress.com/seminario-de-entramados-comunitarios/>

CECEÑA, Ana. Contrainsurgencia, control territorial y emancipación en el siglo XXI. *In*: SAÑUDO, María Fernanda; LEAL, Jorge (ed.). **Aproximaciones críticas a la relación Estado y territorio en contextos de globalización neoliberal**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana; Montevideo: Universidad de la República/ CENUR; Bogotá: Instituto de Estudios Sociales y Culturales Pensar, 2018. p. 195-226.

COLECTIVO Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo. **La vida en el centro y el crudo bajo tierra**. El Yasuní en clave feminista. Quito, Ecuador: Instituto de Estudios Ecologistas del Tercer Mundo, 2014.

COLECTIVO Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo. (Re)patriarcalización de los territorios: megaproyectos extractivos y la lucha de las mujeres en América Latina. **Ecología Política, Cuadernos de Debate Internacional**, Barcelona, n. 54, p. 67-71, 2018.

COLECTIVO Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo. Extractivismo y (Re) patriarcalización de los territorios. *In*: CRUZ HERNÁNDEZ, Delmy Tania; LOZANO, Juliana Agustina Díaz (coord.). **Cuerpos, Territorios y Feminismos**. Quito, Ecuador: IETTM, Ediciones Abya Yala; México: Ediciones bajo tierra, 2020. p. 23-44.

COLECTIVO POZOL. Pueblos originarios se reúnen en el Caracol zapatista Jacinto Canek, comparan este año 2023 con el “2011 calderonista”. **Pozol colectivo**, 2023. Disponible em: <https://pozol.org/?p=20422>. Acceso em: 16 de mayo de 2023.

CRUZ HERNÁNDEZ, Delmy Tania. Una mirada muy otra a los territorios-cuerpos femeninos. **Solar, Revista de Filosofía Iberoamericana**, Lima, v.1, n. 12, p. 44-53, 2016.

CRUZ HERNÁNDEZ, Delmy Tania. “Nosotras como mujeres que somos”. Entre la desposesión, la insubordinación y la defensa de los cuerpos-territorio. 2020. Tesis (Doctorado en Antropología Social) – Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social-Sureste, México, 2020.

CRUZ HERNÁNDEZ, Delmy Tania; DÍAZ LOZABI, Juliana; MAGALHÃES, Lina. Vivir en la frontera. **Cuadernos de Debate Internacional**, Dossier Ecología Política, n. 61. España: Editorial Icaria: Fundación ENT y Enjolt, 2021. p. 1-5.

CRUZ HERNÁNDEZ, Delmy Tania. La salud se camina... En busca de la salud del territorio en contextos de violencia lenta: Insurgencias de mujeres organizadas en la región fronteriza de Chiapas. *In*: HERNÁNDEZ, Ana Luisa Sánchez; MARTÍNEZ, Miguel Angel Martínez; ESTRADA, Francisco Díaz (ed.). **Gender-based Violence in Mexico: Narratives, the State and Emancipations**. Londres: Routledge, 2023. p. 39-55.

FEDERICI, Silvia. **Calibán y la bruja**. Mujeres, cuerpo y acumulación originaria. Madrid: Traficantes de Sueños, 2004.

FEDERICI, Silvia. **Revolución en punto cero**. Trabajo doméstico, reproducción y luchas feministas. Madrid: Traficantes de Sueños, 2013.

GARGALLO, Francesca. **Feminismos desde Abya Yala. Ideas y proposiciones de las mujeres de 607 pueblos en nuestra América**. México: Ediciones desde abajo, 2012.

GARZÓN MARTÍNEZ, María Teresa. Contragenealogías del silencio. Una propuesta desde los estudios culturales feministas. **Calle 14 revista de investigación en el campo del arte**, Bogotá, v. 14, n. 26, p. 258-268, 2019. Disponible em: <https://doi.org/10.14483/21450706.15002> Acceso em: 18 de mayo de 2023

GARZÓN MARTÍNEZ, María Teresa. La chava bipolar. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, Brasília, v. 15, n. 1, p. 211-234, 2021. Disponible em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/38844/31491> Acceso em: 12 de abril de 2023.

GUZMÁN, Adriana. **Descolonizar la memoria, descolonizar Feminismos**. Redición, Llojeta, La Paz, 2019.

HERNÁNDEZ CASTILLO, Rosalva Aída. Cuerpos femeninos, violencia y acumulación por desposesión. *In*: RIUS, Marisa Belausteguigoitia; SALDAÑA-PORTILLO, María Josefina (coord.). **Des/posesión**. Género, Territorio y Luchas por la Autodeterminación. México, D.F.: PUEG-UNAM, 2015. p. 79-100.

HERNÁNDEZ CASTILLO, Rosalva Aída (coord.). **La otra palabra:** mujeres y violencia en Chiapas. Antes y después de Acteal. México: CIESAS, 1998.

RIUS, Marisa Belausteguigoitia; SALDAÑA-PORTILLO, María Josefina. Introducción. *In:* RIUS, Marisa Belausteguigoitia; SALDAÑA-PORTILLO, María Josefina (coord.). **Des/posesión.** Género, Territorio y Luchas por la Autodeterminación. México: PUEG-UNAM, 2015. p. 17-53.

SEGATO, Rita. **La escritura en el cuerpo de las mujeres asesinadas en Ciudad Juárez.** Territorio, soberanía y crímenes de segundo estado. México, D.F.: Universidad del Claustro de Sor Juana, 2006.

SEGATO, Rita. **Contra-pedagogías de la crueldad.** Buenos Aires: Prometeo Libros, 2018.

SINGER, Mariela. La autoetnografía como posibilidad metodológica (y ético-política) para el abordaje situado y en clave feminista de experiencias de exploración con la corporalidad. Reflexiones a partir de un caso de estudio. **Millcayac - Revista Digital de Ciencias Sociales**, Argentina, v. 6, n. 11, p. 109-133, 2019.

Recebido em: 25/05/2023

Aceito em: 06/12/2023

ESPIRALES, TEJIDOS Y SABERES DE OTRO MODO DESDE LAS MUJERES KANKUAMAS EN RIOHACHA, COLOMBIA

ESPIRAIS, TECIDOS E OUTROS CONHECIMENTOS DAS MULHERES KANKUAMA DE RIOHACHA, COLÔMBIA

Yolanda Parra *

Saray Gutiérrez Montero **

Resumen

Este trabajo es un aporte a la consolidación de las epistemologías desde Abya Yala, con el propósito de vincular las discusiones del aula y el quehacer pedagógico en la Licenciatura de Etnoeducación e Interculturalidad de la Universidad de La Guajira en Colombia, con las dinámicas comunitarias de los Pueblos. La propuesta incluye el reconocimiento de la espiritualidad, como manifestación de los saberes ancestrales de las mujeres kankuamas, que desde su “ConoCSentir” han dado lugar a prácticas de la vida cotidiana desde las cuales afrontar los silencios históricos y los miedos originados por la violencia epistémica y espiritual perpetuada históricamente en sus territorios ancestrales. La metodología se teje a partir de la articulación entre la autobiografía, la fenomenología hermenéutica y la Matriz “TerritorioCuerpoMemoria” como referente epistémico que da cuenta del “cuerpo vivido, el espacio vivido y el tiempo vivido”. Este abordaje metodológico tiene como propósito reconocer las subjetividades e interacciones que consideran la naturaleza como sujeto de derecho, a la vez que propone nuevas rutas metodológicas que incorporen en los currículos escolarizados los conocimientos que subyacen en prácticas ancestrales que como el tejido y el “pagamento¹”, se constituyen en anclaje del cuidado y crianza de la vida. Son entonces esas prácticas situadas en los “TerritorioSCuerpo” y los “CuerpoSMemoria” que dan cuenta del cuidado del cuerpo físico, espiritual y comunitario, las que han permitido desde la experiencia docente e investigativa de las autoras, presentar al final de este texto las espirales didácticas en cuanto expresión concreta de los “lenguajes, los lugares y los tiempos “de la memoria de las mujeres kankuamas.

Palabras Clave: Espirales didácticas. Espiritualidad. Mujeres Kankuamas. Territorialidad Epistémica.

Resumo

Este trabalho é uma contribuição para a consolidação das epistemologias de Abya Yala, com o objetivo de vincular as discussões em sala de aula e o trabalho pedagógico no Bacharelado em Etnoeducação e Interculturalidade da Universidade de La Guajira, na Colômbia, com as dinâmicas comunitárias das cidades. A proposta inclui o reconhecimento da espiritualidade como manifestação dos saberes ancestrais das mulheres Kankuama que, a partir do seu “ConoCSentir”, deram origem a práticas de vida quotidiana a partir das quais confrontam silêncios históricos e medos causados pela violência epistêmica e pela cultura espiritual

* Socióloga. Ph.D en Pedagogía y Ciencias de la Educación de la Universidad de Bologna-Italia. Docente investigadora de la Licenciatura en Etnoeducación e Interculturalidad; coordinadora del Semillero de Investigación *Putchi Anasü* (Palabra sabia), miembro del grupo de investigación Aa'in – Núcleo de estudios Multi-Interculturales - de la Universidad de La Guajira. Trabajos y aprendizajes compartidos con pueblos originarios en Colombia, México y Bolivia. Autora de la Matriz TerritorioCuerpoMemoria como referente de los saberes situados en el Territorio y los Cuerpos que lo habitan. E-mail: yolandaparra@uniguajira.edu.co

** Lideresa Kankuama. Tejedora. Licenciada en Etnoeducación y magister en Ciencias Sociales. Docente investigadora de la Licenciatura en Etnoeducación e Interculturalidad de la Universidad de La Guajira. Perteneciente al grupo de investigación Aa'in -Núcleo de estudios Multi-Interculturales-. E-mail: sngutierrez@uniguajira.edu.co

¹ Actos de reciprocidad “ofrendas” a la Madre Tierra para la sanación y armonización del Territorio.

historicamente, perpetuados em seus territórios ancestrais. A metodologia é tecida a partir da articulação entre a autobiografia, a fenomenologia hermenêutica e a Matriz “TerritórioCorpoMemória” como referência epistêmica que dá conta do “corpo vivido, espaço vivido e tempo vivido”. Essa abordagem metodológica visa a reconhecer as subjetividades e interações que consideram a natureza como sujeito de direito, ao mesmo tempo em que propõe novos percursos metodológicos que incorporam nos currículos escolares os conhecimentos que fundamentam práticas ancestrais, como a tecelagem e o “pagamento”, cuidado e educação da vida. São então aquelas práticas localizadas nos “TerritóriosSCody” e nos “BodiesSMemory” que dão conta do cuidado do corpo físico, espiritual e comunitário, que permitiram, a partir da experiência de ensino e pesquisa dos autores, apresentar as espirais no final deste texto, a didática como expressão concreta das “linguagens, lugares e tempos” da memória das mulheres Kankuamas.

Palavras-chave: Espirais didáticas. Espiritualidade. Mulheres Kankuama. Territorialidade Epistêmica.

Introducción

Esta colaboración, fruto de los aprendizajes compartidos por las autoras, en cuanto docentes de la licenciatura en “Etnoeducación e interculturalidad” de la Universidad de La Guajira, incorpora apartes del trabajo de investigación de Saray Gutiérrez Montero para optar al título de magister en ciencias sociales, titulado: **Saberes Propios y Lineamiento de Política Pública Educativa para la reconexión identitaria y la armonización de los Pueblos Indígenas en Contexto de Ciudad. Experiencias desde las Corporalidades y Territorialidades de los Pueblos Wiwa, Kankuamos y Zenues en Contexto de Ciudad.**

De igual modo, incorpora reflexiones que superan un abordaje interdisciplinario para generar “diálogos interepistémicos” (Parra; Gutiérrez, 2018) más allá de las posturas clásicas de la investigación científica ajena a esas “razones del corazón” expresadas por Pascal y retomadas por Bateson (1999) en su reconocida obra *“Altri passi verso un’ecologia della mente*. Así entonces, esta colaboración cuestiona la objetividad y la idea de la existencia de un objeto de conocimiento como realidad autónoma e independiente del sujeto que observa. Así mismo, toma en consideración nuevas categorías conceptuales –“Ecología del espíritu”, “ConoCSentir”, “Pedagogía de la Reconexión” “Territorialidad epistémica”, “Matriz TerritorioCuerpoMemoria”, “TerritorioSCuerpo”, “CuerpoSMemoria” – elaboradas por Yolanda Parra (2013) como resultado de su doctorado en Pedagogía y Ciencias de la Educación en la Universidad de Bologna (Italia), en cuanto categorías epistémicas esenciales a la temática aquí abordada, las cuales se presentan entre comillas para resaltar la grafía que rompe con los esquemas institucionalizados de las lenguas, desconociendo los significados y los horizontes de sentido que subyacen en el sistema de conocimiento de cada cultura.

Desde esta perspectiva, considerando que el lenguaje, lejos de ser neutro, es una expresión de poder y relaciones de estructuras de poder, y como tal subordinan esas formas otras de sentir, pensar y estar en el mundo, las autoras también hemos decidido, de manera

intencional, utilizar las mayúsculas para algunos sustantivos comunes. Esta elección tiene como propósito derribar fronteras no sólo gramaticales sino también epistemológicas propias del sistema de conocimiento occidental, a la vez que toma distancia de ordenamientos jurídicos que aún no reconocen la naturaleza como sujeto de derecho, de allí que entre las categorías abordadas sean particularmente relevantes los “TerritorioSCuerpo” y los “CuerpoMemoria”.

Se trata entonces, de poner en discusión estructuras rígidas que encajonan la investigación educativa en parámetros de rigor científico sujetas a mediciones, cuantificaciones y demostraciones. También es una invitación para que profesoras y profesores, asumamos el reto de consolidar investigaciones en contexto y prácticas pedagógicas que den cuenta de esos saberes situados en los “TerritorioSCuerpo” y los “CuerpoSMemoria” desde un abordaje interdisciplinario e interepistémico.

El abordaje metodológico, toma en consideración discusiones contemporáneas relacionadas con la investigación de tipo cualitativo, reconociendo la pertinencia del paradigma indígena de investigación (Tuhiwai, 2015), en diálogo con metodologías que, como la etnografía, la autoetnografía (Feliu; Lajeunesse, 2007) y la autobiografía (Arfuch, 2002) han ido consolidando desde la investigación cualitativa, una investigación que reconoce a los territorios y los cuerpos que lo habitan como protagonistas de su propia historia, como subjetividades involucradas y “memorias corporizadas” (Parra; Gutiérrez, 2018, p. 65). Son estas “memorias corporizadas” y las “narrativas encarnadas” (Parra; Villa; Gutiérrez, 2020) develadas en el ejercicio escritural de la autobiografía, las que han hecho posible identificar tantos “CuerpoSMemoria” femeninos con identidades fragmentadas, desarraigadas y olvidadas.

Es desde esta mirada que, se toman en consideración las experiencias de las mujeres kankuamas residentes en la ciudad de Riohacha, con el propósito de resignificar conceptos como: territorio, territorialidad, corporalidad e identidad, tan cuestionados cuando se vive fuera del territorio ancestral.

El contexto de resignificación, desde el cual se teje este texto, exige una aproximación histórica al ordenamiento territorial de la ciudad de Riohacha, como lugar receptor de culturas diversas, en su mayoría asentadas en el tiempo y en la memoria de la población riohachera desde las trincheras de su geografía sagrada, en cuanto territorio ancestral del pueblo *wayuu*, pero también asentamiento de otros Pueblos de la Sierra Nevada de Santa Marta (en adelante

SNSM), así como de población desplazada por el conflicto armado, entre ella el Pueblo kankuamo.

Según el (Plan de Desarrollo Distrital de Riohacha 2020-2023), en el Acuerdo No. 003 de 2002, acto administrativo mediante el cual se aprobó el Plan de Ordenamiento Territorial, se estableció una nueva distribución del territorio urbano de la cabecera municipal de Riohacha por comunas, unidades territoriales emanadas del ordenamiento institucional previsto en la Ley 388 de 1997, Artículo 48 del Acuerdo 003 de 2002, que delimita la ciudad en sectores urbanos o comunas. En esta organización territorial, se encuentra la comuna diez, con los barrios 31 de octubre, Villa Yolima, el Dividivi, Las Marías y Los trupillos, donde se encuentra la mayor concentración de las familias y mujeres kankuamas, las cuales han resistido tanto ayer como hoy a los embates de la colonización militar y evangelizadora, en un efecto multiplicador que hoy conocemos como “colonialidad del poder, del saber y del ser” (Walsh, 2007, p.105).

Así entonces, territorialmente, el Pueblo Kankuamo ha mantenido conexión directa con el área geográfica de la ciudad de Riohacha dadas las interconexiones espirituales desde la “Línea Negra” (Decreto 1500 de 2018, Ministerio del Interior de Colombia), donde se reconoce la geografía sagrada de los cuatro pueblos de la SNSM: Ijku (Arhuacos), Kágaba (Kogui), Kankuamos y Wiwa. Esta “Línea Negra “encarna la cosmovisión, consagrada en la Ley de Origen o derecho mayor en el marco de su autonomía territorial y gobierno propio. Hoy se mantiene esa conexión con el territorio y los sitios sagrados, mediante la práctica espiritual del “pagamento”, como manifestación simbólica de esa interacción entre el cuerpo espiritual y el cuerpo físico, para la sanación y armonización del Territorio, aun encontrándose físicamente fuera de él.

En los resultados presentados: “espirales didácticas y pedagógicas”, se propone una ruta metodológica para el abordaje de contenidos escolarizados que posibiliten la “reconexión identitaria” (Parra; Gutiérrez, 2018, p. 87) de las mujeres, jóvenes, niños y niñas kankuamos en contexto de ciudad. En este sentido, el esfuerzo de articular las prácticas de la vida cotidiana con los currículos escolarizados, implica resignificar los saberes propios, las territorialidades y las corporalidades que se tejen desde la espiritualidad y las prácticas culturales en la vida cotidiana de las familias en la comuna 10 de Riohacha y es por ello que revisten particular importancia las narrativas y la autobiografía en cuanto relato fundante, a partir del cual las criaturas humanas tejemos la espiral de nuestra propia existencia.

Bajo esta perspectiva, se abre la posibilidad de pensarnos en relación con esos “TerritorioSCuerpo” y “CuerpoSMemoria”, como apuesta ontológica, ética y política, lejos de la “cosificación y la mercantilización”, para dar cuenta de “los lugares, los tiempos y los lenguajes de la memoria”, donde se configuran espacios de conocimiento que generen investigaciones contextualizadas, a partir de las prácticas espirituales, pedagógicas, sociales, productivas y organizativas, desde las cuales se configura la “Territorialidad Epistémica”.

Entre lo teórico, lo Epistémico y lo ontológico

Hacer una lectura comprensible de este escrito, requiere de una sensibilidad investigativa y una ruptura de los paradigmas dominantes que han guiado la investigación científica. Es por ello que en la introducción se hacen las consideraciones tanto de las categorías conceptuales que aquí se abordan, como de la forma de las gráficas que unen todo aquello que occidente ha querido siempre separar en honor a los postulados cartesianos: la mente del cuerpo, el hombre de la naturaleza, el tiempo del espacio y la vida de la muerte. Fragmentaciones ya superadas gracias a los aportes de la mecánica cuántica que permitió establecer que las partículas subatómicas solo podrían ser definidas en virtud de las relaciones recíprocas que se manifiestan entre los cuerpos, entre el átomo y el observador; entre las diferentes variables observadas, dando vida a una imagen del mundo subatómico constituido por partes que interactúan en un todo que confiere significado, a su vez, a cada elemento. Es decir, irrumpe un concepto desconocido hasta ese momento al modelo cartesiano: **el significado**.

Es en este tránsito de búsquedas y abordajes “otros” que desde los diálogos interepistémicos se retoma el concepto de *Mente* introducida por Gregory Bateson (1999), quien, siguiendo los principios de la cibernética, en los años sesenta, introduce un nuevo concepto de *Mente*, entendida como “la estructura que conecta”. Para Bateson, la *Mente*,

...lejos de ser prerrogativa de los seres humanos, en cuanto ser dotado de razón y de autoconciencia, representa la estructura a través de la cual todo ser viviente, incluido el planeta mismo, organizan la propia vida a través de un proceso continuo de aprendizaje y adaptación de los comportamientos respecto a las informaciones ambientales, en una dimensión relacional inescindible de interferencia entre los sistemas que se modifican, adquiriendo continuamente nuevos significados (Bateson, 1999, p. 499).

A partir de estos postulados se concibe como fenómeno sistémico, las relaciones entre naturaleza y mente, lo cual representa el primer tentativo científico exitoso que supera la división cartesiana entre mente y cuerpo. Otro punto de gran relevancia en este escrito en relación con el aporte de Bateson es el hecho de que abre nuevas discusiones en relación con la educación y los procesos de aprendizaje. Retoma el debate histórico de la filosofía al considerar en forma separada dos clases de problemas, que a juicio de Bateson son inseparables: uno, los problemas de la ontología: “cómo son las cosas, qué es una persona y qué clase de mundo vivimos” (Bateson, 1999, p. 340). Dos, los problemas de la epistemología: “cómo conocemos algo, más específicamente, cómo conocemos qué clase de mundo es éste y qué clase de criaturas somos nosotros, que podemos conocer algo, o quizá nada” (Bateson, 1999, p. 342), como bien lo expresa en el siguiente párrafo:

En la historia natural del ser humano viviente, la ontología y la epistemología no pueden separarse. Sus creencias (por lo común inconscientes) acerca de qué clase de mundo es aquel en que vive, determinarán la manera como lo ve y actúa dentro de él, y sus maneras de percibir y actuar determinarán sus creencias acerca de su naturaleza. El ser humano, pues, está ligado por una red de premisas epistemológicas y ontológicas que – independientemente de su verdad o falsedad últimas- se convierten parcialmente en autovalidantes para él (Bateson, 1999, p. 344).

Han sido estos hallazgos los que nos ha permitido seguir la trocha en búsqueda de esos otros horizontes del posible, para adentrarnos en los laberintos profundos del conocimiento que den cuenta de esos saberes situados en los “TerritorioSCuerpo” y los “CuerpoSMemoria”, cuyos registros se han guardado sigilosamente en la gramática espiritual de las montañas, los ríos, los mares y los caminos. Cada registro, cada canto, cada susurro, cada tejido, cada puntada, ha abierto un universo de interpretaciones cada vez más amplio, exigiendo de este modo una resignificación de los conceptos de territorio, cuerpo y memoria, a partir de los cuales toman cuerpo los referentes ontológicos, epistémicos, pedagógicos, metodológicos y didácticos que a continuación se presentan.

La Ecología del Espíritu. El ConoCSentir y la Territorialidad Epistémica

La Ecología del Espíritu, en cuanto referente ontológico de la “Territorialidad Epistémica”, se plantea como aporte a la “descolonización de la cognición”, no solo desde la investigación educativa y la práctica pedagógica sino también como desafío al ordenamiento

jurídico en reconocimiento al derecho de autodeterminación de los Pueblos. Así mismo plantea una discusión ontológica que tiene que ver con la inclusión de la naturaleza como sujeto de derecho y protagonista de una interculturalidad situada y sintiente de las afectaciones generadas por la criatura humana.

Lo anterior implica reestructurar, repensar, reacomodar y renunciar a esquemas con los cuales la academia mutila los sentidos, encasillando la investigación en formatos e “instrumentos”, para explorar el reino de la experiencia: sentir, escuchar, mirar, olfatear, degustar y tocar todo cuanto sucede fuera y dentro de la confusión existencial del investigador. Comprender entonces, que hacer investigación va más allá de “validar instrumentos”, “recoger datos”, cuantificar, medir y comprobar abre caminos de conocimiento “otros”, donde la Ecología del Espíritu, cobra sentido y se conjuga a partir de la siguiente definición:

la sensibilidad que permite acercarnos a esos otros horizontes del posible, desafiando el dominio de la razón, para sentir desde el Cuerpo y desde el Corazón los lenguajes ocultos en las dimensiones de la Vida Cotidiana donde se tejen las Pedagogías Pluriversas que conectan los TerritoriosCuerpos y los CuerposMemoria (Parra, 2013, p. 319 *apud* Parra; Gutierrez, 2018, p. 41).

Transmitir al mundo de la razón los profundos horizontes de sentido que subyacen a la Ecología del Espíritu, requiere de esos diálogos interepistémicos que se han venido planteando, en modo tal que, siguiendo a Pascal, podamos comprender esas “Razones del corazón que la razón no puede explicar”, como bien nos plantea Bateson con tanta claridad en el siguiente párrafo:

Pascal concebía las razones del corazón como un cuerpo de relaciones lógicas o de procesos de computación tan precisos y complejos como las razones de la conciencia...(.) Pero estos algoritmos del corazón, o como dicen ellos, del inconsciente, están codificados y organizados de una manera totalmente diferente a la de los algoritmos del lenguaje. Y como gran parte del pensamiento consciente está estructurado en términos de la lógica del lenguaje, los algoritmos del inconsciente son inaccesibles por partida doble. No se trata solamente de que la mente consciente tenga un acceso dificultoso a ese material, sino que a ello se suma el hecho de que cuando ese acceso se logra, por ejemplo, en los sueños, el arte, la poesía, la religión y otros estados semejantes, subsiste un formidable problema de traducción (Bateson, 1999, p. 178).

La “Ecología del Espíritu”, permite la lectura de esos “Pluriversos” lingüísticos que los diccionarios y la gramática aún no han incorporado en sus registros. Fueron esos registros, la geografía y la gramática de los “TerritorioSCuerpo” y los “CuerposMemoria” quienes han permitido comprender esos modos “otros” de acceso al conocimiento, la herencia familiar, el

llamado divino, la experiencia personal y colectiva, las prácticas rituales y la oralidad, donde la proyección de una existencia en armonía con la naturaleza, de la crianza de la vida y del equilibrio permanente entre salud y enfermedad, entre vida y muerte se constituyen en anclaje del sistema de conocimiento ancestral y de los procesos de vida en comunidad.

Es desde esta dimensión comunitaria de interacción entre los seres, vivos y muertos, que habitan un territorio que cobra vida la categoría del “ConoCSentir”, como referente epistémico de la Territorialidad epistémica. Un referente que desafía el dominio de la razón para dar lugar a esos modos “otros” de sentir, pensar y estar en el mundo, desde los cuales se configuran esos horizontes de significado que posibilitan el recorrido del Sentir a través de nuestro Cuerpo para generar conocimiento. Es decir, el útero desde el cual se activa el proceso cognoscitivo y a partir del cual nuestros sentidos pueden sentir los lenguajes ocultos que tienen sus orígenes en las prácticas espirituales, pedagógicas, productivas y organizativas de la vida cotidiana (Parra, 2013).

Así entonces, la categoría epistémica del “ConoCSentir” reconoce al Cuerpo en cuanto protagonista de ese conocimiento que transita entre la vida y la muerte, Cuerpo habitante espiritual de un territorio, más allá del ropaje físico y humano que lo cobija donde subyacen prácticas pedagógicas que se han transmitido de generación en generación para mantener el equilibrio y armonización de los Territorios, por lo tanto, el “ConoCSentir” viene entendido como:

Anclaje de las pedagogías propias, donde el sentir de la naturaleza como ser vivo y la visión proteiforme del universo, configuran las dimensiones de una realidad otra a partir del mirar, escuchar, narrar, cantar, vivir, agradecer y sentir el Territorio, configurando un proceso de aprendizaje situado en el Cuerpo, que incorpora el conocimiento a partir de las experiencias sensoriales que lo nutren (Parra, 2013, p. 325 *apud* Parra; Gutiérrez, 2018, p. 117).

Los planteamientos hechos hasta el momento encarnan sentires y pensamientos que dan cuenta de una cognición situada, a partir de la cual la “Territorialidad epistémica”, se constituye en referente importante en la revisión de los contenidos escolarizados como eje central para la construcción de un currículo con justicia social y ambiental como aporte a la consolidación de la paz total, donde la “Pedagogía de la Reconexión” se configura como apuesta de resistencia espiritual y epistémica que ha mantenido viva la sabiduría ancestral de los Pueblos hasta nuestros días, cuya esencia se manifiesta a partir de:

la búsqueda permanente de equilibrio y armonización con la naturaleza. En cuanto pedagogía para el cuidado y la “Crianza de la vida”, se define a partir los saberes situados en un “EspacioTiempo” a espiral, donde se configuran prácticas de

sanación del Territorio, con el propósito de dar respuesta a las tensiones que sostiene la vida misma en la relación salud-enfermedad, entendida ésta también como enfermedad social (Parra; Gutiérrez, 2018, p. 112).

Es desde esta interconexión entre lo cósmico y lo terrenal, lo visible y lo invisible que se reconoce al Cuerpo como primer Territorio de la experiencia y anclaje de la memoria colectiva de los Pueblos, toda vez que “cuerpo” no hace referencia sólo al cuerpo físico y humano, sino también al Cuerpo Comunitario, cósmico y espiritual, planteamientos que consolidan la “Territorialidad Epistémica” como referente ontoepistémico que da cuenta de un sistema de conocimiento generado en las diferentes interconexiones mediadas por los Cuerpos que habitan un Territorio y por lo tanto va entendida como:

Proceso cognitivo que requiere de la capacidad de comprender las interconexiones que se generan entre las diferentes dimensiones de la percepción, teniendo como puente el Cuerpo desde el ejercicio de su corporeidad, porque es precisamente a través de dichas conexiones que se manifiesta la esencia de la Pedagogía de la Reconexión, es decir la dimensión espiritual donde se configura lo sagrado de la relación, espacio desde el cual se configuran prácticas pedagógicas de la vida cotidiana que se constituyen en anclaje de la Territorialidad Epistémica como manifestación concreta de los saberes situados y del TerritorioCuerpo como generador de conocimiento (Parra; Gutierrez, 2018, p. 57).

La Matriz TerritorioCuerpoMemoria

La matriz TerritorioCuerpoMemoria como referente epistémico metodológico de la investigación en contexto, se propone desde los diálogos interepistémicos, para des-aprender, aprender y aprehender otras formas de construcción del conocimiento, retomando los postulados de Pueblos que han logrado mantener prácticas de vida en comunidad y a conservar como pilares de su sabiduría ancestral una forma de espiritualidad representada en el equilibrio entre las criaturas vivientes, la armonía y el respeto con la naturaleza, como se expresa en la siguiente definición:

La Matriz “TerritorioCuerpoMemoria” en cuanto expresión de las diferentes formas de ver, comprender, sentir y vivir el mundo, se constituye en referente epistémico y anclaje de las pedagogías propias, las didácticas y la investigación en contexto. Se escribe sin separar, sin guiones, sin comas y sin puntos para significar las relaciones de reciprocidad y complementariedad que se tejen en una dimensión espaciotemporal a espiral, donde las situaciones y vivencias generadas a través de relaciones y vínculos de interconexión y continuidad, entrelazan las manifestaciones del mundo simbólico con los “CuerposMemoria” que habitan un Territorio. Se consolida a partir del ejercicio de las Territorialidades que se configuran desde las prácticas espirituales, pedagógicas, productivas y políticas de la vida cotidiana, dando sentido a los lugares, los tiempos y los lenguajes de la memoria que a través

de la tradición oral han perpetuado la memoria colectiva de los Pueblos (Parra, 2013, p. 299 *apud* Parra; Gutierrez, 2018, p. 44).

El Cuerpo al centro se constituye en hilo conductor del andamiaje epistémico aquí expresado. Es manifestación encarnada de la memoria colectiva hecha Cuerpo. Un Cuerpo que se despliega cósmica y espiritualmente y que se constituye en el ombligo de esos Territorios hechos carne. “TerritorioSCuerpo” y “CuerpoSMemoria” que incorporan, articulan, conectan y se distribuyen en ese espacio tiempo del mundo vivido, para resignificar la experiencia vivida a partir de las prácticas espirituales, cognitivas, productivas y políticas que se tejen desde la vida cotidiana.

Metodologías descolonizadoras y Pluralismo metodológico

Haber realizado investigación, desde adentro, en contextos multi-interculturales por más de veinte años y en la academia por casi diez, nos ha llevado como docentes investigadoras a desarrollar un entramado metodológico que se articula a partir del diálogo entre la autobiografía, la autoetnografía, la etnometodología y la fenomenología hermenéutica. El hilo conductor ha sido la búsqueda permanente de un referente que permita romper con los cánones del rigor científico que desconoce esos saberes “otros” que desde la Pluriversidad del Conocimiento ofrecen nuevas propuestas de metodologías descolonizadoras, entre ellas lo planteado por la investigadora maorí, Linda Tuhiwai, quien ve la investigación como un espacio para restituir a los Pueblos el saqueo histórico perpetuado desde Occidente, como lo expresa en el siguiente párrafo:

Como ámbito de lucha, la investigación es significativa para los pueblos indígenas, dado que está imbuida en nuestra historia bajo la mirada del imperialismo y la ciencia occidental. Está enmarcada por nuestros intentos de escapar de la penetración y supervisión de esa mirada, mientras que simultáneamente nos organizamos y nos reconstruimos, como seres humanos indígenas en estado de crisis permanente. La investigación no ha sido neutra en su cosificación de otro. La cosificación es un proceso de deshumanización (Tuhiwai, 2015, p. 69).

Es bajo esta perspectiva que, la narración autobiográfica, en cuanto metodología situada de la investigación en contexto, posibilita un narrarse por sí mismo, desde adentro, en relación con ese “otro” que incorpora también la naturaleza como ser vivo sujeto de derecho. Una narrativa que se resiste a la cosificación, tanto de los Cuerpos, como de los Territorios. Que ofrece la posibilidad de descubrir un espacio oculto de nuestra propia existencia. Un descubrimiento que, aunque causa temor, se convierte en un reto que despierta pasión y nos

lleva a los intersticios más íntimos de nuestro ser para responder esas preguntas sumergidas en el velo del misterio o del secreto guardado con sigilo por las familias, o de esa realidad invisibilizada por una historia mal contada.

Se trata entonces de adentrarse en la expresión de lo autobiográfico para repensar la “escritura del yo”, como un “acto de significado” (Bruner, 1991, p 25.) para reconectar, resignificar y recrear la propia existencia, con la esperanza profunda de encontrar algunas respuestas a tantos “porqués”. Un acto liberatorio para gritar al mundo aquello que no es permitido expresar en escenarios de poder. Un ejercicio íntimo que al hacerse público denuncia lo que históricamente ha sido silenciado, sobre todo los sentires y los decires de la voz propia de las mujeres. Una voz que se hace viva desde los lugares, los tiempos y los lenguajes de la memoria, aún sin ser personajes ilustres. Dado que la narración autobiográfica era considerada:

...privilegio de personajes ilustres, quienes precisamente buscaban con ello un significado de “eternidad”, ha quedado atrás. Hoy la narración autobiográfica quiere dar paso a la voz de los silenciados, como una posibilidad de interacción con la propia existencia, pero también de esos “otros”, interlocutores necesarios para nuestra ubicación en una realidad de la cual hacemos parte (Arfuch, 2002, p. 47).

Es a partir de estas consideraciones que la autobiografía constituye parte importante de este texto, toda vez que, rompe la tradición investigativa de la “entrevista biográfica”, en la que el propio relato viene mediado por la voz de quien escribe. Dar paso al cultivo de la propia intimidad y al protagonismo del Cuerpo es tal vez un proceso que se fortalece en la escritura y que conlleva a un acto de “autoafirmación” y liberación, como nos recuerda la autora a continuación: “Si el cuerpo esta tradicionalmente excluido de la autobiografía, volcadas más bien hacia estados del alma, intelecto, espíritu, memoria, en este tipo de relatos aparece comprometido de modo prioritario no solo como un objeto de tormento sino también como un registro importante de autoafirmación” (Arfuch, 2013, p. 98).

Desde estos otros horizontes del posible, las narrativas que a continuación se comparten, han sido tejidas desde un espacio de “Reconexión identitaria”, constituyendo un espacio liberatorio para las mujeres kankuamas desplazadas en la ciudad de Riohacha. Fuente para la reconstrucción de su propia realidad, aun poniendo en juego su subjetividad, sus miedos y sus fantasmas. Nadie se va a sentir autorizado para exigir qué escribir, cómo escribirlo y, mucho menos, con qué lenguaje escribirlo. Es aquí donde se descubre esa experiencia maravillosa del escribir para resignificar la propia existencia, un acto íntimo en el que una vez liberadas de la incertidumbre fueron tejiendo, puntada a puntada, las palabras de esas voces silenciadas para gritar al mundo lo que se debería decir y se dijo.

Este abordaje que reivindica el Cuerpo como “registro importante de autoafirmación”, hizo posible la lectura de las violencias de esos “TerritorioSCuerpo” femeninos con identidades fragmentadas, víctimas de dinámicas de poder violatorias de los derechos de las mujeres, donde el Cuerpo de la mujer se consideró territorio en disputa entre los actores armados, sembrando en su calidad de víctimas el desarraigo, la negación y el aniquilamiento de las subjetividades femeninas. Situación que describe la narración que se comparte a continuación:

Soy mujer y madre kankuama de un hijo y una hija. Mi hija Luciana nació en la ciudad de Riohacha, por lo que su placenta y ombligo quedaron en el hospital de esta ciudad. A pesar de que siempre escuchaba la importancia de la siembra de la placenta en mi territorio, la época de la violencia no lo permitió, no tuve la oportunidad para conservar esta parte de la vida de mi hija y luego enviarla al territorio. Los miedos y el terror en esos tiempos sumado a la preocupación por mi familia que se quedó allá en mi territorio me generaban momentos de angustia profunda, ya que en ese tiempo de violencia que nació mi hija, los paramilitares no nos dejaban entrar a nuestro pueblo. Esta experiencia fue fatal porque tuvimos que criar a nuestros hijos sin los consejos de los cuidados de mi madre y mis abuelas como siempre nos enseñaron.

Además de estar lejos, en esa época tampoco teníamos lana ni fique para tejer, así que nos tocó tejer lana sintética que vendían en el mercado de Riohacha. Nos consolaba el hecho de tener con nosotras la carrumba², gracias a la cual hoy Luciana sabe hilar y tejer, cosa que me enorgullece como mujer tejedora Kankuama, ya que aprendí a tejer desde muy niña y hoy después de muchos años sigo tejiendo para el sustento de mi familia.

Hoy después de las dificultades y tristeza puedo decir que volver a mi pueblo sin miedos en compañía de mi hija cuando está en vacaciones del colegio es un gran regalo, como lo es también poder tejer con libertad sin nudos en mi corazón y sin que se me enrede el hilo, como sucedía cada vez que me asaltaban los recuerdos. Pude volver a hilar con mi mamá y mi abuela, para luego traer el hilo y seguir mi vida aquí en Riohacha.

Los abuelos y abuelas que ya se murieron dejaron muchos conocimientos a mis padres que ahora están, entre ellas, el vestido que es una manta cruzada y blanca para la mujer, la danza y la música que se llama el chicote, la medicina tradicional, la alimentación propia. Todos estos conocimientos fueron llegando, caminando y conversando con mayores, tíos y tías, pero también con los jóvenes, porque fueron los primos hermanos de Luciana quienes le mostraron algunas prácticas ancestrales que se viven en el territorio. Por ejemplo, sus primos que son danzantes le enseñaron a bailar “chicote”. El chicote es una danza ancestral de los kankuamos, se danza en círculo agradeciendo el territorio, conversa que se disfrutó mientras la abuela preparaba el almuerzo con sopa de guandú. Así en esos viajes a nuestro territorio ancestral, Luciana también tuvo la posibilidad de conocer sitios ceremoniales del territorio, ríos, montañas, caminos; además, se animó a seguir hilando y tejiendo como lo hacían sus primos.

Hoy, gracias a las experiencias compartidas en territorio, he podido cultivar en mi hija la importancia de las prácticas espirituales que como mujeres ofrecemos al territorio y es por eso que hablamos muchos de estos temas y podemos decir que tanto ella como yo estamos seguras de realizar la práctica espiritual del “pagamento”

² Huso elaborado en madera. Lo utilizamos las mujeres Kankuamas para darle forma al hilo para el tejido. Consta de un eje de 40 a 45 centímetro de largo, una rueda que hace de forma de volante de 10 centímetros encajada en la mitad del eje. En la parte baja del huso se encuentra un marco que sirve para agarrar que también es de madera.

con el ofrecimiento de su primera menstruación. Esta decisión la hemos conversado, reconociendo la importancia de haber compartido en las Kankurwas (casa ceremonial), donde nos hemos sentado a calentar el fogón y compartir la palabra con los mayores, abuelos y abuelas que hoy hacen parte de la recuperación y fortalecimiento de la identidad Kankuama. (Conversación madre desplazada a la ciudad de Riohacha. Negalda, 47 años, 15 abr. 2023).

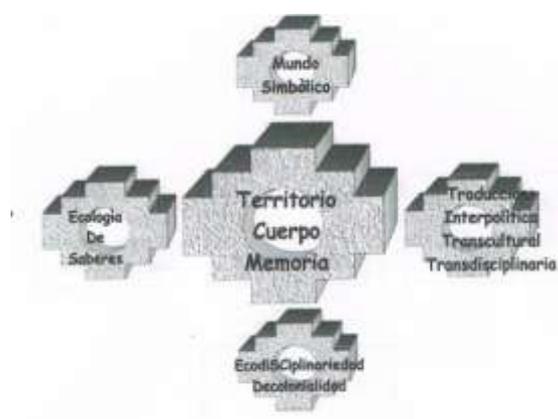
Es momento entonces, de reconocer la madurez y los caminos abiertos por los movimientos de mujeres indígenas, que desde los principios de reciprocidad y complementariedad han creado y continúan creando perspectivas diferentes a las planteadas por el feminismo occidental, ofreciendo desde sus culturas formas de sanar, reparar y restituir al territorio y a los cuerpos el equilibrio y la armonía arrebatada por la guerra, donde las prácticas espirituales que ponen al centro el Cuerpo como Territorio, siguen siendo un legado importante de superación y crecimiento para las jóvenes generaciones, de lo cual es testimonio la narración de una de las autoras:

Mirarme hoy cuatro años después de mi primera narración autobiográfica, y sintetizar en estas páginas mi recorrido en estos tiempos, más consiente de mi propia realidad, me llevaron a investigar las realidades de los pueblos indígenas en contexto de ciudad. Así inicié mi Maestría en Ciencias Sociales. Superando los obstáculos que como mujer indígena, madre, hija, hermana y Etnoeducadora, tuve que afrontar día a día para alcanzar este sueño contemplado. Agradezco este espacio que me permitió envolver y desenvolver la cabuya, volver a empatar y empezar un tejido en espiral que hoy se presenta en estas páginas. Reencontrarme y relacionarme con mis hermanos y hermanas Kankuamas en contexto de ciudad en Riohacha, especialmente con las familias que resistimos en estos territorios guajiros los embates de la guerra, la discriminación y la desesperanza; ha sido la experiencia de vida gratificante que he podido tener. Los encuentros, las conversas, las vivencias compartidas son memoria viva de nuestras existencias y la cabuya en ocasiones se enreda, cuando los interrogantes son algo más que preguntas, para las cuales la mayoría de las veces aún no tenemos respuestas. Así entonces, entre ir y venir a mi territorio ancestral, siento la profundidad de esa reconexión que me permitió vivir la experiencia de sentirme y reconocer que soy parte de la memoria colectiva del pueblo kankuamo, porque mi cuerpo hace parte del territorio ancestral cuando descubrí en esos viajes de ida y vuelta, que mi placenta y mi ombligo están sembradas en mi territorio, es decir, una parte de mi ser vive en él. Hoy agradezco ese dulce retorno, porque me dio la oportunidad de sembrar la placenta y el ombligo de mi hijo en mi territorio ancestral, decidida a dar continuidad a la historia de vida que me permitió realizar esta práctica cultural, aunque físicamente mi vida transcurre en una ciudad. La siembra de la placenta y el ombligo, como práctica cultural de reconexión espiritual del ser kankuamo, está vinculada con la práctica ancestral del “pagamento”, práctica compartida con los pueblos hermanos de la Sierra Nevada de Santa Marta, práctica que he tenido el privilegio de compartir con los hermanos wiwas en el contexto de la ciudad de Riohacha, realizando ceremonias de armonización y sanación en algunos de los sitios que conforman la “línea negra”, el sistema de sitios sagrados y marcaciones espirituales de nuestra Ley de origen (Saray Gutiérrez Montero).

La Fenomenología Hermenéutica y la Matriz TerritorioCuerpoMemoria

Los diálogos interepistémicos entre la Fenomenología Hermenéutica y la Matriz TerritorioCuerpoMemoria en cuanto referente epistémico metodológico de la investigación en contexto recrea otras visiones de mundo desde los lugares, los lenguajes y los tiempos de la memoria, toda vez que, es en esta interacción donde se generan significados vinculados a la realidad donde la vida cotidiana transcurre. Abrir caminos de conocimiento hacia esos otros horizontes del posible exige rupturas paradigmáticas y una mirada desde la Pluriversidad del conocimiento, abordaje que se expresa a partir de las relaciones planteadas en la figura número 1.

Figura 1. La Matriz Territorio Cuerpo Memoria



Fuente Elaboración propia en diálogo con la Chakana andina (Parra, 2013, p. 353)

La representación simbólica de la Matriz TerritorioCuerpoMemoria al centro, manifiesta la conexión entre el mundo simbólico y los diferentes lenguajes de la espiritualidad. El “ConoCSentir” y el “MetaSentir”, dan cuenta de los metalenguajes cognitivos donde los “CuerposTerritorio” y los “CuerpoSMemoria” se encuentran. La “ecodisciplinariedad”, expresa la **Búsqueda de aquel ideal axiológico trascendental que apunte a la integración de las instancias individuales con las exigencias colectivas** (Demozzi, 2012, p. 22) y finalmente la interculturalidad, como ejercicio de traducción interpolítica para generar espacios educativos donde los diálogos interepistémicos y la esencia de la “Pedagogía de la Reconexión” se puedan concretar (Parra, 2013, p. 243).

El tejido metodológico que ha hecho posible estas páginas destaca la posibilidad que ofrece la Matriz TerritorioCuerpoMemoria de transitar la propia experiencia, reconociendo el Cuerpo en cuanto manifestación concreta de esas formas “otras” de ser y estar en el mundo.

Una experiencia vivida que trasciende de la dimensión individual al mundo comunitario en donde esa interacción con la realidad se mira desde los horizontes de sentido que la vivencia misma ofrece.

Para el caso de los Pueblos originarios estos significados vinculados al Territorio y el transcurrir de la vida cotidiana se conjugan con los principios que armonizan la relación entre la vida y la muerte, lo cósmico y lo terrenal, haciendo de la “experiencia vivida” la principal base epistemológica del acto de conocer, es decir, es el sentido del fenómeno y la orientación hacia los sentidos que brotan de las vivencias en relación con los seres visibles e invisibles que habitan un territorio. Por lo tanto, en este escrito se reconoce en la experiencia vivida una realidad que genera conocimiento y es ese fenómeno el que permite establecer los diálogos con la fenomenología hermenéutica, entendiendo que:

El concepto de “experiencia vivida” (traducido de la palabra alemana *Erlebnis*) ...(..) El verbo *erleben* significa literalmente “vivir a través de algo”, así pues, experiencia vivida es este pasivo y activo vivir a través de la experiencia. La experiencia vivida nombra lo ordinario y lo extraordinario, lo cotidiano y lo exótico, la rutina y la sorpresa, lo aburrido y los momentos de éxtasis, así como los aspectos de las vivencias tal y como los vivimos en nuestra existencia humana. (Van Manen, 2016, p. 44).

El encuentro con lo fenomenológico, cobra particular importancia, dado que permite resaltar la experiencia vivida desde la espiritualidad como generadora de conocimiento. En este caso, enfatizamos en la práctica del “pagamento”, toda vez que, desde esta práctica espiritual de los pueblos de la SNSM, se configura el principio de reciprocidad como restitución y agradecimiento a la “Madre Naturaleza” por los alimentos y cuidados recibidos para el equilibrio entre la salud y la enfermedad, la vida y la muerte, la paz y la guerra, práctica donde la mujer tiene especial protagonismo.

Con el propósito de hacer comprensible los horizontes de sentido y el conocimiento que en esta práctica subyace, reportamos la conversación con el sabedor y docente Wiwa Roberto Coronado, quién nos comparte desde su conocimiento ancestral las siguientes palabras:

“Pagamento” en nuestra lengua “damana” es *zhabizhi* y entonces para poder comprender la profundidad de su significado, se hace necesario una aproximación al español, considerando desde cada partícula que componen la palabra misma. Así, *Zha* (semilla), *bi* (frotar), *zhi* (movimiento espiritual del cuerpo). Sería algo así como “frotar la semilla a través del movimiento espiritual del cuerpo”. En la dimensión física, esta práctica espiritual nos dice que cuando venimos a un sitio sagrado, tenemos que traer en pensamiento los alimentos, que desde los fluidos de nuestros propios cuerpos -lágrimas, sudor, menstruación, líquidos corporales de la relación

sexual, vellosidades de las diferentes partes del cuerpo- las cuales se convierten en alimento físico y espiritual para devolverle a las madres y padres espirituales (Madre Naturaleza) los beneficios recibidos y los alimentos que nos proveen para mantener la armonía y el equilibrio entre las diferentes fuerzas cósmicas y terrenales (Coronado, 2022, entrevista personal).

Espirales. Tejidos. Empates y Amarres (Resultados)

Esta colaboración, ha hecho explícito desde la introducción, el reconocimiento de la sabiduría ancestral de los Pueblos, así como el distanciamiento de normas que desde el rigor académico encierran la escritura de artículos científicos en rejillas y normas ajenas a otras realidades y a otros contextos. Esta es la razón de las palabras entre comillas, de la escritura que une categorías que el saber occidental ha separado y que justifica el hecho de que la palabra “resultados” se encuentra entre paréntesis. Son formas de nombrar que se constituyen en un desafío a la lógica academicista del mundo occidental.

Con las anteriores consideraciones, hablamos con legitimidad de: Espirales, tejidos, empates y amarres, para dignificar esas formas “otras” de nombrar, dando voz a la cotidianidad de las mujeres parte de esta experiencia y reconociendo en el acto de tejer un saber situado que simbólicamente entrega en un (producto) el tejido de la cosmovisión y de la propia existencia. Un tejido, hecho de empates y amarres, con el cual las mujeres kankuamas han elaborado un ejercicio de “reconexión identitaria” con su territorio ancestral aun encontrándose en condiciones de desplazamiento en un contexto de ciudad. Son entonces (resultados) de una investigación realizada no solo con fines académicos, sino también como apuesta política y ética para dar cuenta del desarraigo y agonías del desplazamiento forzado. Así, la acción de amarrar y empatar cada vez que se rompe la misma hebra del tejido se constituye en un acto de resistencia, de armonización y sanación de esas cicatrices fruto de las violencias físicas, epistémica y espiritual. Un permanente camino en espiral que lleva a la consolidación del Cuerpo tejido desde lo comunitario y lo ancestral.

Es por ello que las “Espirales Didácticas y Pedagógicas”, se presentan como propuesta para la reorganización de los planes de estudio, abriendo la posibilidad de incorporar en los currículos escolarizados esos saberes situados en los “CuerpoSTerritorio” y en los “CuerpoSMemoria”, que dan cuenta de las interacciones que se generan en las prácticas espirituales, pedagógicas, productivas y organizativas de la vida cotidiana. Los ires y venires de esas prácticas que perviven en contextos diversos, son manifestación concreta de ese pensamiento en espiral, donde los caminos se entrecruzan en cualquier punto y “nunca tendrán un fin”, como bien nos dice Gavilán.

El modelo en espiral permite generar y compartir conocimientos y experiencias colectivas, y en cada contexto tanto los individuos como el colectivo se desarrollan simultáneamente. En un modelo en espiral, el conocimiento y los procesos históricos pueden comenzar en cualquier punto de la espiral y nunca tendrán un fin..... (...) El univesro indígena es una red viva por la que circula en todo momento la energía, y la información bajo un orden autoregulado por la propia naturaleza de las cosas. En el pensameinto indígena todo esta interconcetado, nada está separado del todo (Gavilán, 2011, p.18-20).

Es en este sentido que se persiste en la invitación a transitar caminos de conocimiento “otros” de manera articulada, sin que exista un orden específico que etiquete la importancia o menos que deba existir entre los tiempos o los lugares o los lenguajes, como se expresa en la elaboración gráfica a continuación. En esta representación, se incorporan reflexiones que desde nuestro quehacer docente dan cuenta de la transversalidad y la interdiscipliniedad, con el propósito de elaborar planes de estudio con contenidos pertinentes que respondan a las inquietudes de las nuevas generaciones. Jóvenes que han nacido y crecido en contextos de ciudad, sufriendo afectaciones que requieren una atención urgente desde la educación, entre ellas los procesos de autorreconocimiento que permitan superar las rupturas identitarias acompañadas de violencia psicológica y discriminación social, de las cuales han sido víctimas.

... Se aborda el tema de la transversalidad y la interdiscipliniedad, entendiendo la primera como la herramienta que permite aproximar los contenidos a la vida cotidiana, los cuales son construidos en función social para responder a problemáticas actuales y urgentes del contexto, ocupándose fundamentalmente del sentido y de la intención que mediante estos aprendizajes quieren conseguirse. El carácter transversal de los contenidos desborda la asignatura misma. La comprensión de los temas y problemas definidos requieren de la colaboración de las distintas disciplinas y deben tratarse en forma complementaria, toda vez que, la transversalidad apunta al desarrollo integral de la creatura humana en su relación con la naturaleza, asumiendo una perspectiva ética y una visión del mundo que incluya a la naturaleza como entidad viva y sujeto de derecho. Una dimensión que dé sentido a los diversos modos de ser y estar en el mundo y permita comprender y desarrollar una sensibilidad para actuar en contexto y dar respuestas éticas a las diferentes problemáticas planteadas (Parra, 2016, p. 1-2).

Llegando a este punto, se ratifica la importancia de la articulación entre las prácticas de la vida cotidiana y los contenidos escolarizados, tal como se expresa en la figura número 2, con el propósito de dar respuesta a las preocupaciones de las mujeres kankuamas desplazadas por el conflicto armado que ha azotado históricamente a Colombia, relacionadas con la educación de sus hijas e hijos en contexto de ciudad, dado que las instituciones del Estado ofrecen una educación descontextualizada, ajena a las prácticas espirituales, pedagógicas, productivas y organizativas del Ser Kankuamo.

Figura 2. Espirales, didácticas y pedagogías: Tiempos, lugares y lenguajes de la Memoria del pueblo Kankuamo



Fuente: Elaboración Propia de las autoras

Tal como se visualiza, cada eje representa un macro tema en diálogo con diferentes áreas del saber. Desde allí se configuran diversas asignaturas que articuladas con la Matriz TerritorioCuerpoMemoria, consolidan un plan de estudios en armonía y reconocimiento a esos saberes situados en los “TerritorioSCuerpo” y los “CuerpoSMemoria” desde la cosmovisión del Pueblo kankuamo, como se manifiesta en la figura número 3.

Figura 3. Ruta Metodológica desde la Matriz TerritorioCuerpoMemoria

MATRIZ: TERRITORIOCUERPOMEMORIA		
EJES	AREAS	ASIGNATURAS
Lenguajes de la Memoria CORPORALIDADES	Madre tierra	Música Tradicional Danza-chicote, Gaita Carrizo- Suzúkaró
	Pagamento	Alimentación Siembra de la Placenta-Omblico.
	Tejido	Carrumba – Maguey
Lugares de la Memoria TERRITORIALIDADES	Geografía Sagrada. Línea Negra	Lugares Ceremoniales Camino-Cerros- Montañas Lagunas-Ríos -
	Resguardo Asambleas	Consejos Kankuarwas
	Ciudad – vivienda Vida cotidiana	Barrios El fogón Carrumba – Juegos Ancestrales
Tiempos de la Memoria IDENTIDADES	Ley de Origen	Colonización Desplazamiento Escuela- SEIP- PEC Plan de vida- gobierno propio

Fuente: Elaboración propia de las autoras

Cuanto, expuesto en este texto, hace evidente la necesidad de asumir retos y desafíos para involucrarnos como mujeres en las decisiones y espacios de poder, en aras de superar las heridas de un país desangrado por los absurdos de la guerra y agobiado por las desigualdades económicas, las injusticias, el clasismo, el racismo y el patriarcado.

Como mujeres, soñadoras, tejedoras, caminantes, académicas, docentes, investigadoras, pero sobre todo como criaturas parte de esta inmensidad cósmica, afirmamos nuestro compromiso en la búsqueda de esos otros horizontes del posible, en un esfuerzo por generar respuestas a las crisis política, cultural, espiritual, económica, social y ambiental que nos consume. Entregamos en estas páginas experiencias caminadas, vividas, pensadas y sentidas, como aporte a las transformaciones que Colombia clama con urgencia, en un momento histórico y decisivo para el país.

Un compromiso para avanzar en las reformas del gobierno del cambio en cabeza del presidente Petro. Un pensarnos en relación con otras formas de vida que consoliden los ideales de “justicia social” y “justicia ambiental”. Un ejercicio político, social, comunitario y académico que revalúe los conceptos de “desarrollo” y “progreso” propios de un modelo económico, neoliberal, extractivista y depredador de los “CuerpoSTerritorio” y los “CuerpoSMemoria”; pero también que se ocupe de una revisión profunda de los currículos institucionalizados, para que desde la educación básica primaria hasta la educación superior se generen procesos que puedan romper las cadenas históricas de dominación que han negado la diversidad cultural lingüística y epistémica de este país. Solo así podemos aportar de manera concreta a la consolidación de la “Paz Total” en Colombia.

Bibliografía

ARFUCH, Leonor. **El espacio biográfico**. Dilemas de la subjetividad contemporánea. Buenos Aires: Fondo de cultura económica, 2002.

ARFUCH, Leonor. **Memoria y autobiografía**. Exploraciones en los límites. Buenos Aires: FCE, 2013.

BATESON, Gregory. **Una Sacra Unità**. Altri passi verso un'ecologia della mente. Milano: Adelphi, 1999.

BRUNER, Jerome. **Actos de significado**. Más allá de la Revolución Cognitiva. Madrid: Alianza Editorial, 1991.

DEMOZZI, Silvia. **La struttura che connette**. Gregory Bateson in educazione. Pisa: ETS, 2011.

FELIU, Jenice; LAJEUNESSE, Samuel. Nuevas formas literarias para las ciencias sociales: el caso de la autoetnografía. **Athenea Digital**, Barcelona, v. 12, p. 260-261, 2007

GAVILAN, Víctor. **El pensamiento en espiral**. El paradigma de los pueblos indígenas. Santiago: Nuke Mapuförlaget, 2011 .

MINISTERIO DEL INTERIOR COLOMBIA. **Sistema de Espacios Sagrados reconocido como la “Línea Negra”, en Decreto 1500. 2018.** Bogotá, Ministerio Del Interior Colombia. Disponible em: <http://www.mininterior.gov.co/?s=Lineanegra> Acceso em: 17 nov. 2021

PARRA, Yolanda; VILLA AMAYA, Ernell; GUTIÉRREZ MONTERO, Saray. **Narrativas encarnadas y cicatrices de lo silenciado dese la ancestralidad de las Mujeres para la consolidación de una pedagogía por la Paz** (Sierra Nevada de Santa Marta – Colombia). Bogotá: Editorial Gente Nueva, 2020. Disponible em: https://www.academia.edu/101818679/LIBRO_NARRATIVAS_ENCARNADAS Acceso em: 19 sept. 2022

PARRA, Yolanda *et al.* **Diálogos interepistémicos: Etnoeducación, educación propia y SEIP.** Aportes desde el semillero Putchi Anasü las didácticas situadas, las narrativas, la investigación en contexto y la práctica pedagógica. Bogotá: Editorial Gente Nueva, 2019. Disponible em: http://scholar.google.com.co/citations?view_op=view_citation&hl=es&user=DGeXX2kAAAAJ&citation_for_view=DGeXX2kAAAAJ:MXK_kJrjxJIC Acceso em: 05 mar. 2021

PARRA, Yolanda; GUTIERREZ, Saray. **Diálogos Interepistémicos: Ecologías, Territorialidades, Metodologías y Pedagogías Pluriversas para el Buen Vivir con Paz.** Bogotá: Editorial Gente Nueva, 2018. Disponible em: http://scholar.google.com.co/citations?view_op=view_citation&hl=es&user=DGeXX2kAAAAJ&citation_for_view=DGeXX2kAAAAJ:8k81kl-MbHgC Acceso em: 14 feb. 2021

PARRA, Yolanda. **Plan de Desarrollo del Docente** (Guía Propedéutica). Asignatura Didáctica Contextual Multi-Intercultural. 2016. Disponible em: https://www.academia.edu/31532507/PROPEDEUTICA_DIDACTICA_CONTEXTUAL_MULTI_INTERCULTURAL_pdf Acceso em: 22 abr 2021

PARRA, Yolanda. **Oltre oceano: altri orizzonti del possibile.** Epistemologie di Abya Yala e progettualità essenziale. 2013. Tesis (Doctorado en Ciencias de la Educación) – Dipartimento di Scienze dell'educazione, Università degli Studi di Bologna, Bologna-Italia, 2013. Disponible em: https://scholar.google.com.co/citations?view_op=view_citation&hl=es&user=DGeXX2kAAAAJ&citation_for_view=DGeXX2kAAAAJ:ULOm3_A8WrAC Acceso em: 09 jun 2021

TUHIWAI, Linda. **A decolonizar las Metodologías.** Investigación y Pueblos Indígenas. Santiago: LOM, 2015.

VAN MANEN, Max. **Investigacion Educativa y Experiencia vivida.** Ciencia humana para una pedagogía de la acción y de la sensibilidad. Barcelona: Idea Books, 2003.

WALSH, Catherine. ¿Son posibles unas ciencias sociales/ otras culturales? Reflexiones en torno a las epistemologías decoloniales. **Nómadas Col.**, v. 26, p. 102-112, 2007.

Recebido em: 04/05/2023

Aceito em: 12/09/2023

ESTUDANTES INDÍGENAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA: reflexões sobre a interculturalidade e a decolonialidade

INDIGENOUS STUDENTS AT THE FEDERAL UNIVERSITY OF PARAÍBA: reflections on interculturality and decoloniality

Cíntia Cinara Moraes Borges *

Alícia Ferreira Gonçalves **

Maria Elena Martinez-Torres ***

Maristela Oliveira de Andrade ****

Resumo

Este artigo analisa o significado da presença de estudantes indígenas na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e como essa presença tem sido capaz de promover o processo de interculturalidade no espaço acadêmico. O processo de inclusão social dos povos indígenas no ensino superior representa um desafio, pois envolve a discussão sobre o conceito de interculturalidade, que exige rompimento de paradigmas (decolonização), desconstrução do repasse unilateral de saberes e práticas hegemônicas colonialistas eurocêntricas nas universidades. O presente artigo divulga dados parciais de pesquisa descritiva quanti-qualitativa, obtidos através do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) e fornecidos pela Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) da UFPB, bem como das narrativas de 11 estudantes indígenas egressos dessa instituição entre o período de 2013 a 2022, que responderam a um questionário por meio digital. Esta pesquisa contribui com os estudos sobre inclusão dos povos indígenas no ensino superior, considerando sua identidade cultural, para além da condição de estudante, com abordagem de temas que envolvem o reconhecimento do pertencimento étnico dos estudantes indígenas pela comunidade acadêmica não indígena. A política de Ações Afirmativas (Lei de Cotas), o Programa Bolsa Permanência e algumas ações desenvolvidas na UFPB representam avanços no processo de inclusão social dos povos indígenas no ensino superior. Contudo, a invisibilidade cultural da comunidade discente indígena, relatada pelos estudantes nas narrativas desta pesquisa coloca-se como um desafio a ser superado na construção da interculturalidade na (pluri)universidade.

Palavras-chave: Estudantes indígenas. Interculturalidade. Decolonialidade. Ensino superior.

Abstract

This article analyzes the meaning of the presence of indigenous students at the Federal University of Paraíba (UFPB) and how this presence has been able to promote the process of interculturality in the academic space. The process of social inclusion of indigenous peoples in higher education represents a challenge, as it involves discussion about the concept of interculturality, which requires breaking paradigms (decolonization),

* Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba. E-mail: cintia.cinara@hotmail.com

** Professora da Universidade Federal da Paraíba. Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). E-mail: aliciafg1@hotmail.com

*** Professora do CIESAS-Sureste, no México. Doutora em *Étude Latino-Américaine/ Anthropossociologie des Religions, Institut de Hautes Études de l'Amérique Latine (IHEAL), Université de Paris III*. E-mail: desal@laneta.apc.org

**** Professora titular aposentada da Universidade Federal da Paraíba. Doutora em *Étude Latino-Américaine/ Anthropossociologie des Religions (IHEAL), Université de Paris III*. E-mail: andrademaristela@hotmail.com

deconstructing the unilateral transfer of knowledge and Eurocentric colonialist hegemonic practices in universities. It disseminates partial quantitative-qualitative descriptive research data, obtained through the Integrated Academic Activities Management System (SIGAA) and provided by the Superintendency of Information Technology (STI)/UFPB, as well as the narratives of 11 indigenous students who graduated from UFPB among the period from 2013 to 2022, who responded to a questionnaire digitally. It contributes to studies on the inclusion of indigenous peoples in higher education, considering their cultural identity, beyond their status as a student, with an approach to topics that involve the recognition of the ethnic belonging of indigenous students by the non-indigenous academic community. The Affirmative Action policy (Quota Law), the Permanence Grant Program and some actions developed at UFPB represent advances in the process of social inclusion of indigenous peoples in higher education. However, the cultural invisibility of the indigenous student community, reported by students in the narratives of this research, presents itself as a challenge to be overcome in the construction of interculturality in the (pluri)university.

Keywords: Indigenous students. Interculturality. Decoloniality. Higher education.

Introdução

Este artigo¹ apresenta os dados iniciais de uma pesquisa em curso realizada pela primeira autora com estudantes indígenas da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), considerando a forma de ingresso (ampla concorrência ou Política de Cotas), egressos e beneficiários do Programa Bolsa Permanência (PBP). Buscamos avaliar os efeitos da democratização do acesso ao ensino superior pelos povos indígenas, concretizada nas universidades federais pela Política de Cotas e pelo Programa Bolsa Permanência, sobre a ótica da interculturalidade e alteridade (Peirano, 1999). A pesquisa documental forneceu dados quantitativos, relacionados à permanência e conclusão do curso pelos estudantes bolsistas do programa. Quanto à parte qualitativa, foi realizada a aplicação de questionários por meio digital, direcionada a estudantes indígenas ex-bolsistas e egressos da UFPB, que permitiu uma visão sobre as trajetórias dos estudantes indígenas potiguara na instituição, com relatos sobre limites e possibilidades na construção de um espaço acadêmico intercultural.

Segundo dados do censo da educação superior do INEP (2021), o quantitativo de estudantes indígenas que ingressaram no ensino superior em 2021 foi 11.028, dos quais 2.218 da região Nordeste e 423 da Paraíba. A UFPB possui 556 estudantes autodeclarados indígenas com matrícula ativa nos cursos de graduação e pós-graduação². Esses dados ratificam a importância dos estudos e sistematização de dados sobre a presença dos povos indígenas no ensino superior, contribuindo com a divulgação de dados que subsidiem (re)formulação de políticas de acesso e permanência de estudantes indígenas na universidade, pautadas no respeito à diversidade, que promovam experiências interculturais e decoloniais. Nesta

¹ Trata-se de uma pesquisa de doutorado em curso no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPB.

² Dados fornecidos pela Superintendência de Tecnologia da Informação (STI)/UFPB em 07.08.2023.

perspectiva, as problematizações centrais do artigo são: Qual o significado da presença dos estudantes indígenas nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES)? De que forma a universidade acolhe os povos indígenas e convive com os diversos saberes, valores comunitários, cosmologias, visões de mundo e seus modos de ser, viver e de estar no mundo (Harguindeguy, 2016)?

A interculturalidade é uma via para a permanência dos estudantes indígenas no ensino superior, pois envolve a produção do conhecimento a partir da decolonização dos saberes.

[...] o conceito de interculturalidade é um conceito extremamente complexo, mesmo porque ele vai revelar para a gente que essa produção, essa construção de um saber a partir de uma troca parece que é sempre pensada de forma muito unilateral, e, portanto, os estudantes indígenas, quilombolas e negros, de modo geral, acabam participando muito pouco dessa produção. E da possibilidade de se repensar, inclusive, o que é produzido e transmitido nas universidades (Sousa, 2019, p. 137).

O ingresso e a permanência dos indígenas no espaço universitário e urbano (no caso daqueles que passam a residir nas cidades) tornam-se desafiadores para esses sujeitos, que precisam aprender, vivenciar e intercambiar diferentes perspectivas, concepções e experiências, provocando e sendo por elas provocados a refletir sobre sua identidade étnica. As reflexões acerca da presença indígena na universidade possibilitam pensar sobre o exercício que toda a comunidade acadêmica é convidada a fazer, questionando as formas de ser e estar na universidade, o respeito à diversidade e a prática da interculturalidade, ou seja, do diálogo simétrico e recíproco entre saberes e culturas, inclusive nos componentes curriculares. Reflete no esforço dos estudantes indígenas em permanecer na universidade, suas possibilidades e estratégias em manter o duplo pertencimento, como estudante universitário e como indígena.

Ao incluir os indígenas nas universidades há que se repensar as carreiras universitárias, as disciplinas, abrir novas (e inovadoras) áreas de pesquisa, selecionar e repensar os conteúdos curriculares que têm sido ministrados, e testar o quanto estruturas, que acabaram se tornando tão burocratizadas e centralizadoras, podem suportar se colocar ao serviço de coletividades vivas, histórica e culturalmente diferenciadas. As universidades devem estar prontas para se indagarem sobre o quanto podem beneficiar-se da presença indígena, vivificando-se e ampliando-se na construção de um mundo de tolerância e riqueza simbólica em que não bastará mais a repetição ampliada dos paradigmas do horizonte capitalista contemporâneo e da reprodução de um saber único, eurocêntrico.

Interculturalidade e diversidade nas universidades

O debate sobre interculturalidade reverbera em diversos aspectos da vida societária, representando uma categoria teórica que incide, juntamente com o conceito de diversidade, numa agenda reivindicatória dos movimentos sociais. Embasam o discurso governamental como fundamento de políticas públicas, ainda que, por vezes, não ultrapasse esse nível (do discurso). Historicamente, alguns modelos foram utilizados para conceituar as formas de pensar e lidar com a questão da diversidade. O quadro 1 apresenta quatro modelos para refletirmos sobre a interculturalidade.

Quadro 1 – Modelos de Políticas para lidar com a diversidade

Modelo	Países de Referência	Período	Característica
Assimilacionista	Austrália, Nova Zelândia e EUA	Final séc. XIX e início do séc. XX	<ul style="list-style-type: none"> ● Ações voltadas para os grupos ou segmentos sociais. ● Imposição para que adotassem os valores nacionais. ● Perda das especificidades culturais.
Integracionista	França	Século XX	<ul style="list-style-type: none"> ● Ações voltadas para os indivíduos. ● Imposição para que integrassem a cultura nacional. ● Participação “tutelada”.
Multicultural	EUA	Décadas de 1960 e 1970 (pós-lutas do movimento negro)	<ul style="list-style-type: none"> ● “Tolerância” à diversidade, sem preocupação com as questões de justiça, igualdade e inclusão sociais. ● Diversidade foi “aceita”, mas não havia troca ou relação entre as culturas.
Intercultural	América Latina	Segunda metade do século XX	<ul style="list-style-type: none"> ● Tratamento igualitário da diversidade, sem sobreposição da cultura dominante. ● Diferença é vista como fator enriquecedor. ● Educação “intercultural” é tida como instrumento de “empoderamento” para os grupos sociais.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2023)

No Brasil, os fundamentos dos modelos assimilacionista e integracionista, pautados na tutela e assimilação cultural dos povos indígenas, foram reconfigurados legalmente a partir da Constituição de 1988, “[...]que inaugurou o paradigma multicultural de reconhecimento da diversidade cultural, reconhecendo aos indígenas sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições” (Munhós; Urquiza, 2021, p. 69). No entanto, Walsh ressalta que

O reconhecimento da tolerância para com os outros que o paradigma multicultural promete não só mantém a desigualdade social como deixa intacta a estrutura social e institucional que constrói, reproduz e mantém essas desigualdades. O problema,

então, não se concentra simplesmente nas políticas do multiculturalismo como um novo paradigma dominante na região e no globo, mas também nos meios de que cada política se vale para ofuscar tanto a subordinação colonial quanto as consequências da diferença colonial, incluindo o que Mignolo designou como "racismo epistêmico da modernidade" (Walsh, 2019, p. 24).

O conceito de interculturalidade (séc. XX), apesar de representar um avanço em relação aos demais modelos postos sobre a diversidade e estar associado ao de diversidade cultural como um valor a ser globalmente respeitado, deve ser entendido a partir da concepção de que há um saber hegemônico, resultante de uma colonização epistêmica passível de questionamento. Walsh (2002a) acredita ser preciso “descolonizar o saber”, isto é, elaborar uma nova ideologia capaz de subverter as formas de pensar e agir que o Estado colonizador impõe e que a ciência positiva adotou e difundiu.

A crítica ao multiculturalismo está ancorada na ideia de que esse modelo subsidia uma diferença epistêmica, quando não rompe com o saber hegemônico; promove uma inclusão no sentido de respeito, vazia de “lugar político”. Desconsidera os sujeitos como protagonistas de um projeto com crítica epistêmica, política e cultural.

[...]el concepto de "interculturalidad" revele y ponga en juego la diferencia colonial, lo cual queda un tanto escondido en el concepto de "multiculturalidad". Por eso, cuando la palabra "interculturalidad" la emplea el Estado, en el discurso oficial el sentido es equivalente a "multiculturalidad." [...] Pero, en todo caso, es importante reconocer las reformas que se pueden realizar a través de la política del Estado. En cambio el proyecto "intercultural" en el discurso de los movimientos indígenas está diciendo toda otra cosa, está proponiendo una transformación. No están pidiendo el reconocimiento y la "inclusión" en un Estado que reproduce la ideología neoliberal y el colonialismo interno, sino que están reclamando la necesidad de que el Estado reconozca la diferencia colonial (ética, política y epistémica) (Walsh, 2002b, p. 26).

Até que ponto a interculturalidade, compreendida apenas como o diálogo entre conhecimentos, favorece a ruptura do modelo de conhecimento da modernidade ocidental, trazendo para a discussão a temática do poder? O entendimento é de que há um processo de construção de um “outro” conhecimento, “outra” prática política e poder social, uma forma de pensar oposta à modernidade. Assim, “[...]a educação intercultural não deve ser simplesmente apontar para o diálogo entre conhecimentos, mas para uma ruptura com o modelo de conhecimento da modernidade ocidental, assim como trazer à discussão a temática do poder que muitas vezes é desconsiderada” (Paladino; Almeida, 2012, p. 17).

Lima (2016, p. 21-22) ressalta que a diversidade “[...] tornou-se uma panaceia, ou seja, tanto serve para a reprodução quanto para a contestação do poder global e hegemônico [...]

Afinal, reconhece-se a importância da diversidade cultural, ao mesmo tempo em que se afirma a unidade da humanidade e a necessidade das trocas interculturais”. Descreve o interculturalismo como expressão intencional de projetos sociais em prol de maior equanimidade e respeito na vivência da realidade multicultural.

Para Candau (2020), a ideia de interculturalidade pode abrir caminhos para o reconhecimento e reposição dos sujeitos colonizados, subalternizados, subjugados, silenciados, dominados e alijados de suas autonomias societárias e cosmológicas a uma posição de diálogo, de interação, de coexistência e conveniência dialética. No entanto, pode ser percebida como promessa de diálogo discursivo, ideológico e ainda colonizador. A presença de estudantes universitários pertencentes a grupos sociais historicamente excluídos do espaço acadêmico (por pertencimento étnico racial e/ou identidade social) provoca a discussão sobre a construção de uma universidade mais intercultural, menos branca e eurocêntrica, que necessita de diálogo entre as diferentes epistemologias, culturas e formas de pensar e produzir conhecimentos. Desse modo, escreve Walsh:

[...] a interculturalidade representa uma lógica, não simplesmente um discurso, construída a partir da particularidade da diferença[...] consequência da passada e presente subordinação de povos, linguagens e conhecimentos[...]Essa lógica, ao mesmo tempo em que parte da diferença colonial[...] trabalha para transgredir as fronteiras do que é hegemônico, interior e subalternizado (WALSH, 2019, p. 15).

Castro (2018) entende a interculturalidade a partir de três dimensões: **epistemológica**, quando sustenta que existe uma multiplicidade de tipos de saberes e que nenhum deles é superior ao outro; **ética**, pois intervém contra as formas totalizadoras da vida social e **linguística**, no reconhecimento de que a língua é o fundamento de construção identitária de um povo. Essas dimensões estão presentes e atuantes nas práticas e vivências acadêmicas, repercutindo direta ou indiretamente na trajetória dos estudantes indígenas universitários.

Baniwa (2019) pontua que a forma de ingresso (processo seletivo) e a permanência dos estudantes indígenas na universidade desconsideram as diferenças linguísticas dos povos indígenas, que possuem inclusive amparo legal para estudar em escolas específicas e diferenciadas (bilíngue, intercultural e com currículo diferenciado). Porém, submetem-se aos processos seletivos e aulas baseadas unicamente na língua portuguesa. “Esses fatos demonstram incoerência e contradição na política, quando, ao tempo que reconhecem o direito específico e diferenciado aos povos indígenas, limita ou impede o acesso a outras políticas públicas de seu interesse” (Baniwa, 2019, p. 69).

Estudantes indígenas no ensino superior

“[...]indígena é visto na universidade através de três prismas: o do privilégio (está sendo beneficiado, então tem que fazer por merecer), o da invisibilidade (simplesmente não é visto, sendo submetido a padrões já consolidados) e, em menor grau, o do preconceito (as infelizes imagens que se têm dos índios: preguiçoso, festeiro, silvícola...)” (Marcos Moreira Paulino, 2008)

A presença dos acadêmicos indígenas nas universidades públicas constitui-se como um fenômeno no Brasil, decorrente da progressiva ampliação da escolarização de crianças, jovens e adultos em terras indígenas. Apresenta-se contextualizado mediante o reconhecimento da educação escolar indígena na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, no Plano Nacional de Educação de 2001 e nas Diretrizes Nacionais da Educação Escolar Indígena no Brasil, bem como associado às discussões e experiências de implantação das cotas para estudantes negros, indígenas e quilombolas oriundos de escolas públicas nas universidades públicas.

A democratização do ensino superior passa por duas vias igualmente essenciais, o acesso e a permanência, que envolve tanto a perspectiva da participação da comunidade indígena, suas lutas e movimentos sociais, quanto a intervenção estatal, na elaboração e implementação de políticas públicas que corroboram a inclusão dos estudantes indígenas no ensino superior, em cursos de graduação e pós-graduação. Quanto ao acesso dos estudantes indígenas no ensino superior, a partir da Lei nº 12.711/2012 (Lei de Cotas), testemunhamos mudanças no perfil da comunidade discente nas Instituições Federais de Ensino Superior. Grupos sociais historicamente excluídos do acesso à educação superior passam a transitar nas universidades. Indígenas, quilombolas, negros, pessoas com deficiência podem ocupar vagas nos cursos superiores de forma diferenciada, pelo Sistema de Cotas. Essa inserção dos povos indígenas no ensino superior repercute na comunidade acadêmica não indígena, quando provoca debate sobre a (de)colonização dos saberes e processos de troca entre culturas diferentes (interculturalidade).

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), mais de um milhão de estudantes cotistas ingressaram em Instituições Federais de Ensino (IFES), no período de 2012 a 2021, atendidos pela Lei de Cotas, conforme quadro 2.

Quadro 2 – Quantitativo de ingressos de cotistas nas IFES por ano

ANO	QUANTITATIVO
2012	40.954
2013	56.954
2014	85.294
2015	105.873
2016	128.127
2017	139.821
2018	130.320
2019	137.621
2020	131.000
2021	124.895
TOTAL	1.080.566

Elaborado pelas autoras (2023)

O aumento gradual no quantitativo de ingressantes pelo sistema de Cotas nas IFES traz a reflexão sobre uma universidade mais diversa, com a presença de estudantes de classes pobres, oriundos de grupos étnico-raciais diferentes (pretos, pardos, indígenas), rompendo com a tendência histórica da universidade elitista, predominantemente constituída por estudantes brancos e procedentes de escolas particulares.

Esse cenário reverberou no ingresso de estudantes indígenas nos cursos de graduação da UFPB, de acordo com dados disponíveis no site da instituição³, traduzidos no quadro 3.

Quadro 3 – Quantitativo de ingressos de indígenas na UFPB por ano

ANO	QUANTITATIVO
2012	49
2013	31
2014	33
2015	37
2016	48
2017	63
2018	51
2019	50
2020	54
2021	70
TOTAL	486

Elaborado pelas autoras (2023)

³ Dados divulgados no site <https://metabase.ufpb.br/public/dashboard/fb949a9e-8cfe-4a20-bdf1-dec01acfad7d>

A trajetória dos povos indígenas na universidade se reflete no debate acerca da (in)visibilidade das suas identidades culturais no espaço universitário e afeta diretamente a instituição em todas as suas dimensões (ensino, pesquisa e extensão), suscitando indagações no sentido de perceber qual o significado da presença indígena. A diversidade sociocultural tem sido reconhecida pela comunidade acadêmica? Como está se dando o processo de interculturalidade no ensino superior: quais os desafios e receptividade aos conhecimentos originários?

As políticas de inclusão e permanência devem promover acesso com equidade e permanência com dignidade, favorecendo uma escuta efetiva e afetiva dos saberes e conhecimentos. Neste sentido, as licenciaturas indígenas representam um projeto político pedagógico que contempla o acolhimento da cultura indígena no âmbito do ensino superior, considerando suas especificidades culturais.

Se considerarmos os editais do ingresso regular nas universidades pode-se perceber que, a rigor, não há necessariamente um projeto político que pretenda quebrar paradigmas epistemológicos científicos a partir da concepção intercultural dos campos do saber. Preocupações desse tipo estarão mais presentes nos projetos de criação de cursos diferenciados com estrutura curricular e pedagógica específicas, como as licenciaturas interculturais ou indígenas, ou nos debates e projetos em torno das universidades indígenas, em que haverá maior preocupação com a inserção indiferenciada e a não assimilação, incorporando em seus projetos termos (como diálogo, articulação, intercâmbio) que deem conta desse esforço de produzir interculturalidade com esta inserção e de produzir relação entre diferentes ordens epistemológicas de conhecimentos científicos e de conhecimentos indígenas ou tradicionais. Nos projetos para implementação de cursos de licenciatura indígena propostos em torno do princípio da interculturalidade tais conceitos estarão mais presentes, geralmente subtendendo-se trocas de saberes científicos e tradicionais nos projetos político-pedagógicos, tendo a valorização dos saberes indígenas como um importante bandeira, sem excluir o interesse pelo aprendizado dos saberes científicos (Souza, 2019, p. 85).

Ações, projetos e programas são desenvolvidos nas Instituições Federais de Ensino Superior, direcionados à permanência dos estudantes indígenas nos cursos de graduação das universidades federais. Repercutem essencialmente nas questões de ordem material da permanência, através da concessão de auxílios e bolsas, sem uma preocupação formal com as questões imateriais, de promoção da interculturalidade e decolonialidade de saberes.

Programa Bolsa Permanência (PBP)

Com foco na permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, foram criados, pelo governo federal, o Programa Bolsa Permanência (PBP) e

o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). O Programa Bolsa Permanência, regulamentado pela portaria nº 389, de 9 de maio de 2013, “[...]tem por finalidade minimizar as desigualdades sociais, étnico-raciais e viabilizar a permanência, no curso de graduação, de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em especial os indígenas e quilombolas” (Brasil, 2013), através da concessão de auxílio financeiro.

Em 2013, quando do lançamento do Programa Bolsa Permanência, o estudante de engenharia florestal, Poran Potiguara, da Universidade de Brasília (UnB) celebrou sua inclusão no programa como o milésimo indígena a conseguir a bolsa e afirmou: “Depois que me formar, quero dar aula aos jovens do meu povo.” Procedente da Paraíba, o estudante é da etnia potiguara e destacou que os estudantes indígenas sentem as diferenças da vida na aldeia e nas cidades.

Poran reforçou a importância do programa lançado como uma continuação das conquistas dos indígenas pela educação superior. As primeiras foram as ações de ampliação do acesso como as cotas e os convênios. Para ele, “O mais difícil é a permanência, com o modelo que temos hoje, nós temos gastos com livros, alimentação, moradia e transporte. Essa bolsa vem nos auxiliar porque algumas vezes você não vem para as aulas porque tem que escolher entre o transporte ou o que comer”, afirmou o estudante. Em matéria disponível no site do MEC⁴, Poran ressaltou que a primeira dificuldade é a adaptação, a universidade tem um modelo elitista e você se sente desprotegido fora de sua origem. A segunda dificuldade é a do conhecimento, pois, segundo o estudante, “não que o indígena não tenha capacidade, mas sofremos o mesmo que todos os estudantes de escolas públicas”.

FOTO 1 - Estudantes indígenas no lançamento do Programa Bolsa Permanência/2013



Fonte: Site do MEC, 2023

⁴ Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12498&Itemid=820

O programa é gerido (seleção e acompanhamento dos beneficiados) pelas Instituições Federais de Ensino, no entanto não há repasse de verba para o órgão. A execução do programa é realizada nas universidades federais, que são supervisionadas pela Secretaria de Educação Superior (SESu) e, nos institutos federais, supervisionados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação. O recurso é repassado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) diretamente aos estudantes de graduação por meio de um cartão de benefício, no valor de R\$ 1.400,00 para estudantes indígenas e quilombolas. Contribui para cobrir as despesas de manutenção e dos estudos nas universidades federais de estudantes que, na maioria das vezes, estão muito distantes das comunidades indígenas. A presidente da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), Joenia Wapichana, assinala que:

O Bolsa Permanência é uma conquista importante dos povos indígenas. É fruto de um esforço coletivo e da luta dos povos indígenas que constantemente vêm colocando na mesa suas demandas por formação de profissionais indígenas em todas as áreas do conhecimento nas nossas universidades (Funai, 2023).

Segundo dados do MEC, em 2019 foram alocados R\$ 139,5 milhões para execução das ações do programa, sendo 22.017 estudantes atendidos pelo programa nesse ano, dos quais 8.474 indígenas, 6.385 quilombolas e 7.158 em situação de vulnerabilidade socioeconômica; 188.413 bolsas concedidas e 4.000 novas vagas abertas no programa no ano referido. Na UFPB, 255 estudantes indígenas são beneficiados com a Bolsa Permanência⁵. No período de 2013 a 2021, o percentual de estudantes indígenas bolsistas do PBP que concluíram o curso foi de 73%, o que revela o quão fundamental é o programa citado para a permanência dos estudantes indígenas na graduação. A intenção do programa volta-se para as condições materiais da permanência dos estudantes, não havendo preocupação em dar visibilidade à cultura indígena no espaço acadêmico.

Ingresso e permanência de estudantes indígenas na UFPB

Na Universidade Federal da Paraíba, segundo dados fornecidos pela Superintendência de Tecnologia da Informática (STI), de 2013 a 2020, houve o ingresso de 149 estudantes que se autodeclararam indígenas. Neste aspecto, a Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012) representou um marco na democratização do ensino superior para grupos sociais historicamente excluídos

⁵ Segundo dados fornecidos pela PRAPE, em 19 de setembro de 2023.

do direito à educação superior no Brasil; entre eles, os povos indígenas. Os dados constantes no Plano de Desenvolvimento Institucional (2019-2023) indicam que a UFPB mantém o percentual de cotistas em 50% em conformidade com a legislação em vigor (Lei de Cotas). Em 2022, das 7.625 vagas disponibilizadas no Sisu pela UFPB, 3.818 foram destinadas aos cotistas, sendo 2.347 dessas reservadas aos estudantes pretos, pardos ou indígenas, consideradas as demais condições para cada grupo (renda per capita e pessoa com deficiência).

Para além da concessão da Bolsa Permanência, outras ações e iniciativas vem sendo executadas na UFPB, direcionadas aos estudantes indígenas, dentre as quais a execução do Programa de Educação Tutorial (PET) Indígena, com funcionamento no campus de Rio Tinto (Campus IV), no litoral norte do Estado.

Em 2022, o grupo PET Indígena foi convidado pela coordenação do Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCAÉ)⁶ para uma recepção aos servidores, que ocorreu no campus de Mamanguape. Em 2023, o grupo realizou a I Mostra PET Indígena, com apresentação de uma Retrospectiva das atividades realizadas, dentre elas a recepção aos feras no campus IV, projeto “Os potiguara pelos potiguara”, oficina “Confecção de cocar indígena Potiguara”, Seminários Temáticos, registros de convidados que se fizeram presentes nas reuniões do grupo, oficina de produção de beiju, acolhimento dos servidores, exposição dos registros do dia 19 de abril de 2023 na aldeia São Francisco, PET ENEM, incentivando o jovem indígena a ingressar na universidade e exposição dos projetos de pesquisa desenvolvidos pelo grupo.

FOTO 2 – Dança do Toré na I Mostra PET Indígena/UFPB



Fonte: Autora (2023)

⁶ O Centro de Ciências Aplicadas e Educação, único que existe no Campus IV, subdivide-se em duas unidades, localizadas nos municípios de Rio Tinto e Mamanguape, e oferece onze cursos de graduação, três mestrados acadêmicos (sendo um profissional) e duas especializações.

FOTO 3 – Exposição de artesanato Potiguara na I Mostra PET Indígena/UFPB



Fonte: Autora (2023)

PET Indígena

Criado pela Lei nº 11.180, de 23 de setembro de 2005, e regulamentado pelas Portarias nº 3.385/2005, nº 1.632/2006 e nº 1.046/2007, o Programa Educação Tutorial (PET) destina-se a fomentar grupos de aprendizagem tutorial mediante a concessão de bolsas de iniciação científica a estudantes de graduação e bolsas de tutoria a professores-tutores de grupos do PET. É da competência da Diretoria de Políticas e Programas de Educação Superior, no âmbito da Coordenação Geral de Relações Estudantis (Dippes/CGRE). Visa à melhoria do ensino, formação acadêmica, atuação coletiva e planejamento de atividades, além de preparar os alunos para o exercício profissional de forma crítica e ética.

É desenvolvido por grupos de estudantes, com tutoria de um docente, organizado a partir de formações em nível de graduação nas Instituições de Ensino Superior do país e orientado pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e da educação tutorial. O grupo PET, uma vez criado, mantém suas atividades por tempo indeterminado. No entanto, os seus membros possuem um tempo máximo de vínculo: ao bolsista de graduação é permitida a permanência até a conclusão da sua graduação e, ao tutor, por um período de, no máximo, seis anos, desde que obedecidas as normas do Programa. Atualmente o PET conta com 842 grupos distribuídos entre 121 Instituições de Ensino Superior (Brasil, 2023)

Na UFPB, foi instituído pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes), no ano de 1979, com a denominação “Programa Especial de Treinamento”. Posteriormente, no final de 1999, o programa teve sua gestão repassada ao Ministério da

Educação e Cultura (MEC), passando a ser identificado como Programa de Educação Tutorial no ano de 2004. O PET Indígena funciona desde 2010 na UFPB, sob a tutoria de um professor e conta com a participação de 14 estudantes indígenas (12 bolsistas e 2 voluntários). Denomina-se PET Indígena Potiguara – o Acesso e a Permanência do Universitário Indígena na Academia.

Encontro Unificado da UFPB

Em 2023, o grupo PET Indígena e alguns estudantes indígenas egressos da UFPB estiveram presentes na XXIV edição do Encontro de Iniciação à Docência (ENID) da instituição, que ocorreu no campus de Rio Tinto. Foi a primeira participação do grupo nesse evento, que ocorre anualmente. “Sentimos falta dos indígenas que deveriam estar aqui”, ressaltou uma estudante indígena, presente no evento, revelando a preocupação com uma luta coletiva do movimento estudantil indígena na universidade. É preciso “colocar a UFPB na aldeia”, alerta outra estudante indígena do curso de letras, expressando a importância de retornarem para suas aldeias com os conhecimentos adquiridos na academia.

Minicurso sobre Tupi

Em 2022, aconteceu o minicurso “Língua, história e cultura do Tupi Antigo”, que foi ministrado pelo professor Nathan Tuxaua, Alto do Tambá, na Baía da Traição, Litoral Norte paraibano. O público-alvo foi a comunidade acadêmica da UFPB e o curso aconteceu de forma remota, finalizando com 15 participantes. Para celebrar o término do curso, o cacique Nathan convidou a turma para visitar a sua aldeia, Alto do Tambá, localizada no município de Baía da Traição, litoral norte da Paraíba.

Estudantes indígenas na UFPB

Como divulgação parcial dos dados desta pesquisa, serão apresentados relatos de onze participantes, estudantes indígenas egressos da UFPB, que foram previamente consultados sobre a disponibilidade em participar da pesquisa. À medida que os estudantes indicavam interesse em contribuir com a pesquisa, era enviado um formulário com perguntas abertas pela plataforma do *Google Forms*, de onde foi possível obter os relatos contidos neste trabalho. Foi inserido um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido no formulário, de

modo que os estudantes que responderam ao questionário tiveram acesso ao TCLE e concordaram antes de prosseguir no questionário.

Os estudantes que participaram desta pesquisa concluíram os seguintes cursos: Ciências Contábeis (2), Secretariado Executivo Bilíngue (2), Agronomia (1), Antropologia (1), Ecologia (1) Fonoaudiologia (1), Letras (1), Odontologia (1) e Pedagogia (1). Quanto à conclusão do curso, os participantes da pesquisa ingressaram na UFPB entre os anos de 2011 e 2016, tendo concluído o curso em 2016 (3), 2019 (3), 2020 (1), 2021 (3) e 2022 (1).

Dos onze participantes, oito ingressaram na UFPB pelo Sistema de Cotas e três pela Ampla Concorrência, tendo sido na sua totalidade beneficiários do Programa Bolsa Permanência. São estudantes da etnia Potiguara, povo indígena que ocupa o litoral norte do estado da Paraíba, distribuídos em 32 aldeias localizadas nos municípios de Baía da Traição, Marcação e Rio Tinto. Com relação à experiência com o Programa Bolsa Permanência, os participantes avaliaram de forma positiva o recebimento da bolsa, ressaltando a importância do programa para a permanência na universidade.

Nos relatos estão presentes aspectos da trajetória acadêmica relevantes para a discussão sobre a presença dos estudantes indígenas no ensino superior e serão divididos em duas categorias: avaliação sobre o Programa Bolsa Permanência e experiências como estudante indígena na UFPB, essas contendo os relatos sobre a convivência com docentes e discentes não indígenas. Desta forma, busca-se uma análise sobre a permanência dos estudantes indígenas quanto à questão material (bolsa permanência) e imaterial (relação com a comunidade acadêmica).

Avaliação sobre o Programa Bolsa Permanência

Os relatos expressam a importância do Programa Bolsa Permanência no subsídio de despesas com transporte, alimentação, dentre outras pertinentes direta ou indiretamente à condição de estudante. Ressaltamos que os estudantes indígenas são potiguara, sendo a maioria residente nas aldeias dos municípios de Baía da Traição, Rio Tinto e Mamanguape, tendo cursado a graduação no campus IV da UFPB (Rio Tinto e Mamanguape). No entanto, alguns cursaram a graduação no campus I da UFPB, no município de João Pessoa e Santa Rita, distante cerca de 100 km do litoral norte (Baía da Traição).

Quanto ao processo de cadastramento e acesso ao Programa Bolsa Permanência, há divergências nas avaliações dos estudantes. Alguns classificam com um processo

burocrático⁷, moroso, fazendo referência às exigências documentais para cadastro no Sistema de Gestão da Bolsa Permanência (SISBP).

“[...] Apesar da burocracia das exigências de documentação, ela foi fundamental para minha trajetória acadêmica” (Participante 1).

“Atendeu sim, só que para conseguir foi extremamente burocrático” (Participante 2).

“Foi difícil o processo pra conseguir muita burocracia, tive que gastar o que não tinha pra ir pra João Pessoa” (Participante 3).

“Processo de muita luta, e dificultoso acesso. Foi preciso muita mobilização para poder ter acesso a bolsa. Quando comecei estudava ciência da computação, porém estava com CRA baixo, por vários motivos, um deles era falta de recurso. Faltei muitas aulas porque não tinha como pagar passagens o mês inteiro ou se alimentar, nessa época, não existia RU [restaurante universitário], e nem um auxílio no campus IV, só tive acesso a partir do terceiro período. Aí por está muito atrasado nas disciplinas, preferi mudar de curso, fiz o Enem e passei para pedagogia em Mamanguape. Recebi a bolsa permanência até metade do tempo na pedagogia, porque somava com o tempo que já tinha recebido nos últimos período que fiquei em computação. E o resto do curso, estudei sem a bolsa, pois tinha sido cortada” (Participante 4).

O corte da bolsa a que se refere o interlocutor 3 deu-se em virtude da legislação específica do PBP (Portaria MEC nº 389/2013) que define o tempo máximo de permanência no curso para concessão da bolsa permanência. É condição para recebimento do benefício que o estudante não ultrapasse dois semestres do tempo regulamentar do curso de graduação em que está matriculado para se diplomar.

Outros estudantes tiveram experiência mais positivas quanto ao processo de acesso ao programa.

“Fui beneficiário da bolsa. Processo de cadastramento seguiu o rito normal, sem complicações, logo após cadastro esperar homologação e liberação do valor a receber, me ajudou muito durante o período acadêmico, pois como tinha que me deslocar até a capital os gastos eram grandes, me ajudou em todos os sentidos, seja na compra de alimentação, no transporte, no aluguel, na compra de materiais e livros pra estudo entre outros” (Participante 5).

“A bolsa permanência foi de extrema importância para mim. Me possibilitou concluir o curso sem atrasos por motivos de trabalhos extras para auferir renda. O processo de cadastramento foi sem burocracia, apenas comprovando a condição de indígena” (Participante 6).

“A bolsa foi de grande importância pra o término da minha graduação. Logo, não precisei trabalhar e me dedicar apenas a graduação” (Participante 7).

Fase posterior dessa pesquisa aprofundará as razões das divergências encontradas nos relatos quanto ao cadastro e acesso ao Programa Bolsa Permanência pelos estudantes. Em

⁷ Em fase posterior desta pesquisa, será realizada uma análise sobre a categoria “burocracia”, a fim de compreender qual é o seu significado para os estudantes indígenas da UFPB.

diálogo com estudantes bolsistas do PET Indígena (alguns bolsistas do Bolsa Permanência), há queixas quanto à comunicação com a PRAPE (responsável pela gestão do programa na UFPB), divulgação dos dados relativos ao processo seletivo, esclarecimentos de dúvidas surgidas no processo de inscrição na seleção e cadastro no SISPB, particularmente no tocante à documentação exigida.

Experiências como estudante indígena na UFPB

“[...] ocupar o espaço acadêmico e tantos outros para quebrar esse estereótipo do indígena de 1500, é nos apresentar como somos dentro de nossas realidades contadas e apresentadas por nós mesmos [...] nos leva a uma outra dimensão, nos proporciona aprender coisas novas e nos capacita para estar no mercado de trabalho[...] tendo sempre a responsabilidade de não esquecer das nossas origens. De onde viemos, quem somos e o que podemos fazer para ajudar o nosso Povo” (Participante 4).

A percepção, neste caso, não é na direção de um discurso integracionista ou multicultural, mas sim de ações voltadas à interculturalidade; visão de respeito à diversidade, concessão de um espaço afirmativo da cultura dos povos tradicionais no meio acadêmico. Conforme Paulo Freire (1987) “não há saber mais, nem saber menos, há saberes diferentes”, de acordo com a realidade de cada sociedade, considerando as questões temporais, espaciais e culturais.

A dimensão da cultura, da identidade e das tradições estão presentes nos relatos dos estudantes, expressas na necessidade de, ao entrar no mundo acadêmico, ter de levar sua história enquanto indígena, levar a aldeia para a universidade:

“[...]nos apresentar como somos dentro de nossas realidades contadas e apresentadas por nós mesmos” (Participante 1).

“[...]temos que estar em todos os lugares nos afirmando como somos” (Participante 7).

Essas falas expressam a posição dos estudantes indígenas para levar e reafirmar sua cultura, identidades, visões e cosmovisões. O estudante Bruno Rodrigues da Silva, egresso do curso de ecologia (2022) e diretor do Departamento de Gestão Ambiente, Territorial e Promoção ao Bem Viver Indígena, da Secretaria de Gestão Ambiental e Territorial Indígena no Ministério dos Povos Indígenas, compreende o espaço acadêmico como local de protagonizar uma história.

[...] o conhecimento, na academia, ele é apenas sintetizado. Você traz na base, você traz as comunidades. O conhecimento é feito a partir das comunidades, muitas vezes

a partir de um conhecimento empírico que é relacionado com o estudante. Então, pra nós é ocupar o espaço. Esse é o ponto positivo. Porque você começa a ingressar nas universidades, você começa a ocupar os espaços e é isso que incomoda a elite. A universidade foi pensada para a elite. Meu trabalho não é um trabalho para ser feito para a academia, o trabalho tem que ser voltado para as comunidades. Reivindicam também o protagonismo, desejam contar a sua própria história. Têm a consciência histórica do papel central que ocupam dentro das aldeias e da sociedade[...] eu acho que já tá no momento desses avanços todos que a gente tem entrado nas universidades, de a gente começar a reescrever nossa própria história. A história sempre foi escrita na ótica de um branco, de alguém que é colonizador, que chegou e que escreve à sua maneira”

Considerar, a partir de uma perspectiva decolonial, o espaço acadêmico como local de lutas e disputas epistêmicas faz compreender que existem outros saberes não científicos, silenciados pela invisibilidade da diversidade cultural étnico-racial existente na universidade.

[...]são sujeitos coletivos, fortemente vinculados às suas comunidades de origem e ao mesmo tempo passam a fazer parte do sistema acadêmico, fortemente homogeneizador, competitivo, monocultural, monoepistêmico e monolíngue. No ambiente acadêmico, suas ontologias, seus conhecimentos e suas línguas não são sequer imaginados, pois para a maioria dos docentes dos cursos de graduação e pós-graduação essas dimensões no trato com os estudantes indígenas não são consideradas (Herbetta; Nazareno, 2020, p. 72)

A formação de universidades interculturais e cursos de formação superior para indígenas em universidades convencionais representa uma via de reconhecimento e valorização da cultura indígena. Porém, ainda é um grande desafio para a dinâmica universitária, pautada no academicismo e na reprodução monocultural da razão científica, fundamentada na organização, produção e reprodução de um saber único, individualista e, geralmente, a serviço do mercado. Baniwa pontua que:

Estes povos desejam formação superior em seus termos, ou seja, para atender a suas demandas, realidades, projetos e filosofias de vida [...] O desafio é como esta instituição superior formadora pode possibilitar a coexistência lado a lado e a circulação, interação, aplicação e reconhecimento mútuo entre distintos saberes, pautados em distintas bases cosmológicas, filosóficas e epistemológicas (Baniwa, 2019, p. 67).

A fala de Baniwa nos remete aos desafios da interculturalidade no âmbito das instituições de ensino superior. Em termos conceituais e práticos significa “entre culturas” num sentido amplo do termo, que é o de convivência, influência e intercâmbio em condições de igualdade, não apenas coexistência. Precisa interromper a ideia de “cultura dominante” e “cultura subordinada”, de modo que o “outro não só tenha reconhecimento, mas protagonismo”. Nesse sentido, a interculturalidade é uma tarefa política, gerada em uma

instituição educacional engajada, livre do racismo epistêmico e estrutural, perpassada pela decolonialidade.

[...]a interculturalidade aponta e representa processos de construção de um conhecimento outro, de uma prática política outra, de um poder social (e estatal) outro e de uma sociedade outra; uma outra forma de pensamento relacionada com e contra a modernidade/colonialidade, e um paradigma outro, que é pensado por meio da práxis política (Walsh, 2019, p. 9).

Walsh (2019), Mignolo (2017) e Muyolema (2001) argumentam que a interculturalidade representa uma configuração conceitual com ruptura epistêmica, baseada em experiências de dominação, exploração e marginalização, construídas como consequência da modernidade/colonialidade, que constrói resposta social, política, ética e epistêmica a partir de um lugar de enunciação indígena, um “lugar político”. Compreende o sujeito da enunciação e um projeto político, cultural e epistêmico possível num processo de decolonização do poder e saber epistêmico. Walsh considera importante perceber o movimento entre os conceitos de interculturalidade e colonialidade, em que há afetação mútua.

O que é importante destacar aqui não é somente o que o conceito de diferença colonial oferece para a interculturalidade, mas o que a prática da interculturalidade acrescenta aos conceitos de “diferença colonial” e “colonialidade do poder”. Em suma, a interculturalidade é um paradigma “outro”, que questiona e modifica a colonialidade do poder, enquanto, ao mesmo tempo, torna visível a diferença colonial. Ao agregar uma dimensão epistemológica “outra” a esse conceito – uma dimensão concebida na relação com e através de verdadeiras experiências de subordinação promulgadas pela colonialidade – a interculturalidade oferece um caminho para se pensar a partir da diferença e através da descolonização e da construção e constituição de uma sociedade radicalmente distinta. O fato de que esse pensamento não transcenda simplesmente a diferença colonial, mas que a visibilize e rearticule em novas políticas da subjetividade e de uma diferença lógica, torna-o crítico, pois modifica o presente da colonialidade do poder e do sistema-mundo moderno/colonial (Walsh, 2019, p. 27).

Esse debate reverbera na análise da presença dos estudantes indígenas na universidade, no compartilhamento de suas culturas, (cosmo)visões, formas de ser da e pertencer à academia. Uma visão de universidade como uma pluriversidade a coloca (estrutura e organização) num lugar de dialogar com “outras” (ou todas as) culturas. Segundo a visão de Mignolo (2003), o caráter “pluritópico e dialógico” contrasta com um agir “monotópico e inclusivo” encontrado no espaço acadêmico e revelado pelas narrativas dos estudantes. O enfoque está na inclusão dos estudantes indígenas, porém sem um diálogo permanente com seus saberes e culturas. Para Mignolo (2000, p. 69), “essa reformulação do conhecimento, em

diálogo com outros conhecimentos, abre uma nova perspectiva de uma ordem geopolítica de produção do conhecimento”.

Decolonizar envolve prática, um fazer decolonial (Mignolo, 2008). Ballestrin (2013, p. 105) considera a decolonialidade como um “movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico, à lógica da modernidade/colonialidade”. Walsh defende a decolonialidade como uma forma de vida, em que viver o decolonial é refletir na prática cotidiana a busca de novas formas de (re)existências, fazer diferente entre gretas e fissuras na sociedade.

Convivência com docentes

A maior parte dos relatos dos estudantes aponta para uma postura de respeito por parte dos docentes quanto à presença dos estudantes indígenas no espaço universitário. No entanto, a postura de respeito não é suficiente para fazer do espaço universitário um local de vivências interculturais, com relação de trocas de saberes e culturas, rompendo com a dominação de um saber hegemônico.

“Tive um ótimo relacionamento com todos os professores, até os que não eram muito de dar abertura pra conversar sobre minha história, sempre respeitou quem eu era lá dentro” (Participante 4).

“Foi normal ele(docente) não se importava com minha etnia” (Participante 7).

O entendimento de que sua cultura (indígena) “não importa”, expressa no depoimento do participante 7, revela o lugar que a outra cultura (que não seja a do branco) deve ocupar no espaço universitário. Provoca uma reflexão sobre a necessidade de avançar no processo de decolonização. Segundo Mignolo (2008, p. 97):

[...]num contexto decolonial é necessário aprender a desaprender, para reaprender a pensar a conectar com o mundo, o que não significa abandonar conhecimentos construídos ou formar ‘novos resumos universais’, mas aprender a pensar fora da estrutura na qual fomos treinados[...] Pensar a formação de professores num diálogo com as discussões decoloniais pode trazer possibilidades para uma educação plural que reconheça outras formas de ser e pensar, assim, possibilitar a ressignificação de experiências, combater as desigualdades e contribuir para a formação de uma sociedade humanizada.

A formação universitária é predominantemente alicerçada numa perspectiva presente nos processos sociais dos países colonizados pelos europeus, definida como eurocentrismo. Segundo Quijano (2005), o eurocentrismo é a racionalidade específica do poder mundial, baseado na dominação colonial, que tem como fundamento a classificação social da

população de acordo com a ideia de raça. A ideia de raça coloca (motivada por razões biológicas) alguns em situação de inferioridade (conquistados/dominados) em relação a outros (conquistadores/ dominadores). “Essa ideia foi assumida pelos conquistadores como o principal elemento constitutivo, fundacional, das relações de dominação que a conquista exigia” (Quijano, 2005, p. 107). Relação de poder que gerou, nas Américas, identidades sociais novas como os indígenas, negros e mestiços:

[...] na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, como constitutivas delas, e, conseqüentemente, ao padrão de dominação que se impunha[...] raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população (Quijano, 2005, p. 107).

Na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação imposta pela conquista. O lugar dos povos conquistados e dominados era o da inferioridade, inclusive de suas descobertas mentais e culturais, com definição de papéis na estrutura de poder da nova sociedade. “[...] como parte do novo padrão mundial, a Europa também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura e, em especial, do conhecimento, da produção do conhecimento” (Quijano, 2005, p. 110). Esse processo de dominação entre a Europa e demais regiões do mundo gerou novas identidades geoculturais, a partir de algumas operações, dentre as quais a repressão das formas de produção de conhecimento dos colonizados, seus padrões de sentidos, universo simbólico, padrões de expressão e de objetivação da subjetividade. Outra medida adotada foi a obrigação imposta aos colonizados de “[...] aprender parcialmente a cultura dos dominadores em tudo que fosse útil para a reprodução da dominação, seja no campo da atividade material, tecnológica, como da subjetiva, especialmente religiosa” (Quijano, 2005, p. 111).

Aplicada de maneira específica à experiência latino-americana, a perspectiva eurocêntrica de conhecimento opera como um espelho que distorce o que reflete. Quer dizer, a imagem que encontramos nesse espelho não é de todo quimérica, já que possuímos tantos e tão importantes traços históricos europeus em tantos aspectos, materiais e intersubjetivos. Mas, ao mesmo tempo, somos tão profundamente distintos. Daí que quando olhamos nosso espelho eurocêntrico, a imagem que vemos seja necessariamente parcial e distorcida (Quijano, 2005, p. 129).

Para o autor, “seguimos sendo o que não somos” (Quijano, 2005, p. 130), a partir do momento que essa imagem não é capaz de nos identificar coerentemente com o que somos e influencia nossa forma de ser e agir. O eurocentrismo opera numa lógica estruturante de poder

que subalterniza um grupo em favor de outro (europeu). As consequências são resoluções de problemas sociais de forma parcial e distorcida, pois amparadas numa imagem que não reproduz os problemas inerentes a nossa sociedade, nem considera a identidade cultural do povo, particularmente o latino-americano.

Convivência com discentes não indígenas

Quando indagados sobre a convivência com estudantes não indígenas, as experiências se contrapõem às relações com os docentes. Revelam uma convivência difícil, com traços de preconceitos e discriminação, que impedem um diálogo simétrico, intercultural. A partir do entendimento de que a universidade é parte de uma sociedade pautada em princípios predominantemente racistas, que geram discriminação e violências (simbólicas ou não), as posturas dos estudantes não indígenas reproduzem essa dinâmica social, gestada numa forma de conceber o mundo a partir de uma única cultura, a do homem branco.

“No início foi bem difícil, os olhares de indiferença corroíam por dentro em ver o preconceito, o desconhecimento da nossa cultura, quando ia com as pinturas em meu corpo e as pessoas me perguntavam ‘O que é isso’ sempre tinha que estar relatando o significado para eles” (Participante 8).

Alguns estudantes indígenas relatam falas preconceituosas por parte dos estudantes não indígenas, que os consideravam “menos indígenas” pelo fato de não falarem uma língua indígena. Outros escutavam frases como: “Você anda pelado na sua tribo?” “Sua casa é normal”, “só conseguiu entrar no curso por causa das cotas” “Como faz pra ser índio e ganhar essa bolsa” “Mim não ser índio”, demonstrando ironia e falta de respeito pela cultura indígena.

Para Ribeiro e Escobar (2009 *apud* Beltrão, 2018, p. 276) o resultado da movimentação em busca da transformação pode ser a possibilidade de aceitar a diversidade epistêmica como um projeto de universidade, abarcando o que poderia ser chamado de diversalidade. O neologismo refletiria a tensão constitutiva de uma universalidade que contempla a diversidade e rejeita as amarras coloniais.

Considerações finais

A presença dos estudantes indígenas no ensino superior diz muito sobre um tempo de lutas e conquistas, desafios e possibilidades, resistência e resiliência. A comunidade

acadêmica é convidada a repensar suas posturas ideológicas e práticas com relação aos grupos étnico-raciais em interação no espaço universitário. A diversidade cultural incide na (des)construção das consciências de todos os envolvidos no processo formativo e repercute na dinâmica da convivência dos estudantes para além da universidade, nas suas comunidades de origem e nos espaços a serem ocupados enquanto profissionais.

Ser estudante indígena universitário representa um avanço no processo de universalizar a universidade com diferentes saberes e culturas, ainda que sob o prisma de uma epistemologia dominante. Ocupar esse espaço diz muito à sociedade contemporânea sobre quebra de paradigmas, superação de preconceitos e alteridade, ainda que estar incluído não signifique necessariamente estar dentro dos processos que se estabelecem na universidade. Revela que o pertencimento étnico não é determinado por uma limitação territorial ou representação social; acompanha seu povo, ainda que permaneça silenciado pela voz e presença dominante da cultura hegemônica: a branca.

Olhar para a universidade hoje requer entender que é necessário não somente diversificar o perfil dos seus estudantes, mas envolver sua cultura num movimento de troca entre saberes construídos para além do espaço acadêmico. Romper com uma ideologia que favorece o preconceito, a discriminação e exclusão de outras culturas na universidade é tarefa de toda a comunidade acadêmica. O Programa Bolsa Permanência, o grupo PET Indígena, o minicurso sobre Tupi e a participação dos estudantes indígenas em eventos ocorridos na UFPB (XXIV ENID e recepção aos servidores e estudantes do campus IV) representam uma via de possibilidade e reconhecimento da presença indígena no ensino superior, seja subsidiando financeiramente os estudantes ou sinalizando para a construção de uma interculturalidade na universidade. Permanência com visibilidade e alteridade, com reconhecimento cultural e social, que provoca questionamentos sobre a reprodução unilateral da cultura branca num espaço agora diverso e plural.

Referências Bibliográficas

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 89-117, maio/ago. 2013.

BANIWA, Gersem. **Educação Escolar Indígena no século XXI**: encantos e desencantos. Rio de Janeiro: Mórula: Laced, 2019.

BELTRÃO, Jane Felipe. Povos indígenas: histórias e histórias sobre políticas afirmativas. *In*: LIMA, Antônio Carlos de Sousa; CARVALHO, Luís Felipe dos Santos; RIBEIRO, Gustavo Lins (org.). **Interculturalidade(s)**: entre ideias, retóricas e práticas em cinco países da América Latina. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia: Contracapa, 2018. p. 269-278

BRASIL, Ministério da Educação. **Em três anos, Lei de Cotas tem metas atingidas antes do prazo.** Brasília: Ministério da Educação, 2015. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/30301-em-tres-anos-lei-de-cotas-tem-metas-atingidas-antes-do-prazo>>. Acesso em: 24 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Nº 389, de 9 de maio de 2013. Cria o Programa de Bolsa Permanência e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil.** Brasília: Ministério da Educação, 13 maio 2013. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/30550825 . Acesso em: 06 out. 2020.

BRASIL. Ministério dos Povos Indígenas. **Governo Federal anuncia reajuste na Bolsa Permanência, bolsas de graduação, pós e iniciação científica.** Brasília: Ministério dos Povos Indígenas, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2023/governo-federal-anuncia-reajuste-na-bolsa-permanencia-bolsas-de-graduacao-pos-e-iniciacao-cientifica>. Acesso em: 05 maio 2023.

CANDAU, Vera Maria. Diferenças, educação intercultural e decolonialidade: temas insurgentes. **Revista Espaço do Currículo**, João Pessoa, v. 13, n. especial, p. 678-686, dez. 2020.

CASTRO, Fernando I. Salmerón. O programa universidades interculturais no México: principais problemas e perspectivas de uma experiência prática. In: LIMA, Antônio Carlos de Sousa; CARVALHO, Luís Felipe dos Santos; RIBEIRO, Gustavo Lins (org.). **Interculturalidade(s): entre ideias, retóricas e práticas em cinco países da América Latina.** Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia; Contracapa, 2018. p. 97-120

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HARGUINDEGUY, Laura Collin. El Buen Vivir la emergencia de un concepto. **Gaia Scientia**, João Pessoa, v. 10, n. 1, p. 5-11, 2016.

HERBETTA, Alexandre Ferraz; NAZARENO, Elias Nazareno. Sofrimento acadêmico e violência epistêmica: considerações iniciais sobre dores vividas em trajetórias acadêmicas indígenas. **Tellus**, Campo Grande, v. 20, n. 41, p. 57-82, jan. /abr. 2020.

INEP. **Censo da Educação Superior.** Brasília: Diretoria de Estatísticas Educacionais, 2021.

LIMA, Antonio Carlos de Souza (org.). **A educação superior de indígenas no Brasil: balanços e perspectivas.** 1 ed. Rio de Janeiro: E papers, 2016.

MIGNOLO, Walter. Prefacio a la edición castellana e Introducción. In: MIGNOLO, Walter. **Historias locales/diseños globales.** Colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo. Buenos Aires: Akal Editorial, 2003. p. 19-60.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**, Niterói, n. 34, p. 287-324, 2008.

MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 32, p. 1-18, 2017.

MUNHÓS, Luyse Vilaverde Abascal; URQUIZA, Antônio Hilário Aguilera. Direitos culturais fundamentais dos povos indígenas: do multiculturalismo à interculturalidade. **Revista Direitos Culturais**, Santo Ângelo, v. 16, n. 40, p. 69-84, 2021.

PALADINO, Mariana; ALMEIDA, Nina Paiva. **Entre a diversidade e a desigualdade: uma análise das políticas públicas para a educação escolar indígena no Brasil dos governos Lula.** Rio de Janeiro: Contracapa Livraria: LACED: Museu Nacional/UFRJ, 2012.

PAULINO, Marcos Moreira. **Povos indígenas e ações afirmativas: o caso do Paraná.** 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

PEIRANO, Mariza G. S. **A alteridade em contexto: a antropologia como ciência social no Brasil.** Série Antropologia. Brasília: Universidade de Brasília, 1999.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina1. **A Colonialidade do Saber: etnocentrismo e ciências sociais – Perspectivas Latinoamericanas.** Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 107-126.

SILVA, Frederico A. Barbosa da; ARAUJO, Herton Ellery; SOUZA, André Luis Souza. Diagnóstico da situação das populações indígenas no Brasil (Contribuição do IPEA ao Grupo de Trabalho sobre Populações Indígenas da Câmara de Política Social). In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 15., 2006, Caxambu-MG. Anais

eletrônicos... Belo Horizonte-MG: ABEP, 2006. Disponível em: < <https://www.abep.org.br//index.php/anais/article/view/1688/1648> >. Acesso em: 03 mai. 2023.

SOUZA, Ana Cláudia Gomes de. Reflexões em torno da Interculturalidade na universidade. **Novos Olhares Sociais**, Cachoeira, v. 2, n. 1, p. 135-149, 2019.

WALSH, Catherine. (De)Construir la interculturalidad. Consideraciones críticas desde la política, la colonialidad y los movimientos indígenas y negros en el Ecuador. *In*: FULLER, Norma (ed.). **Interculturalidad y Política: desafíos y posibilidades**. Lima: Red de Apoyo de las Ciencias Sociales en el Perú, 2002a. p. 115-142.

WALSH, Catherine. Las geopolíticas de conocimiento y la colonialidad del poder. Entrevista a Walter Mignolo. *In*: WALSH, Catherine; SCHIWY, Freya; CASTRO-GÓMEZ, Santiago (ed.). **Indisciplinar las ciencias sociales**. Geopolíticas del conocimiento y colonialidad del poder. Perspectivas desde lo andino. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar, Abya Yala, 2002b. p. 17-44.

WALSH, Catherine. Interculturalidade e decolonialidade do poder: um pensamento e posicionamento “Outro” a partir da diferença colonial. **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas**, Pelotas, v. 5, n. 1, p. 6-38, jan./jun. 2019

MUYOLEMA, Armando. De la ‘cuestión indígena’ a lo ‘indígena’ como cuestionamiento. Hacia una crítica del latinoamericanismo, el indigenismo y el mestiz(o)aje. *In*: RODRÍGUEZ, Ileana (ed.). **Convergencia de tiempos. Estudios subalternos / contextos latinoamericanos**. Estado, cultura, subalternidad. Amsterdam: Rodopi, 2001. p. 365-380.

Recebido em: 06/04/2023

Aceito em: 27/09/2023

Artigos

**MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO EM CRISE:
dinâmicas e transformações pré-pandêmicas (2013-2019)**

***BRAZILIAN LABOUR MARKET IN CRISES:
pre-pandemic dynamics and transformations (2013-2019)***

Diego Torres de Matos Orteiro*

Eduardo Rezende Pereira**

Joelson Gonçalves de Carvalho***

Resumo

O fim do ciclo neodesenvolvimentista no Brasil foi marcado pelos efeitos de uma crise econômica e política sem precedentes no período recente, agudizada pelo *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff (PT), em 2016. É nesse contexto que se assiste a um recrudescimento do neoliberalismo no país, com forte impacto sobre as condições de vida e de trabalho de milhares de brasileiros. Dito isso, este artigo tem por objetivo discutir as mudanças no mercado de trabalho brasileiro entre os anos de 2013 e 2019, período marcado por mudanças políticas de grande envergadura que abriram caminho para a reforma trabalhista de 2017, apresentada como solução para o desemprego e a informalidade. Metodologicamente, o trabalho se assenta na análise de dados sobre o mercado de trabalho no Brasil, notadamente sobre ocupação, postos de trabalho formal e informal e rendimentos, além de uma revisão crítica da literatura especializada sobre o assunto. As conclusões da pesquisa indicam que, mesmo antes dos impactos negativos da pandemia de covid-19, o Brasil já convivía com a redução do salário real dos empregados no setor formal, intensificação da informalidade e a tendência à precarização no mercado de trabalho, fenômenos estes derivados da condução neoliberal da economia em geral e, mais especificamente, das medidas contidas na reforma trabalhista imposta ao país.

Palavras-chave: Mercado de trabalho. Crise. Reforma trabalhista. Informalidade.

Abstract

The end of the neo-developmental cycle in Brazil was marked by the effects of a unprecedented economic and political crisis in the recent period, exacerbated by the impeachment of the President Dilma Rousseff, in 2016. It is in that context that we watch in the country a resurgence of the neoliberal, with strong impacts over the life and work conditions of thousands of Brazilian. That said, this article aims to discuss the changes in the Brazilian labour market between the years of 2013 and 2019, a period marked by large scale political changes that paved the way to the 2017 labour reforms, presented as the solution to the unemployment and informality problems. Methodologically, the work is based on the analysis of data on the labor market in Brazil, notably on occupation, formal and informal jobs and income, in addition to a critical review of the specialized literature on

* Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Atualmente, graduando em Ciências Econômicas pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: orteiro.diego@gmail.com.

** Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Mestre e doutorando em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). E-mail: e264257@dac.unicamp.br.

*** Doutor em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos (DCSo/UFSCar), do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural (PPGADR/UFSCar) e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da Universidade de Araraquara (PPGDTMA/UNIARA). E-mail: joelson@ufscar.br.

the subject. The conclusions indicate that, even before the negative impacts of the Covid-19 pandemic, Brazil was already living with a reduction in the real wages of employees in the formal sector, an increase in informality and a tendency towards precariousness in the Brazilian labor market, derived from the neoliberal conduct of the economy in general and, more specifically, from the labor reform imposed on the country.

Keywords: Labour market. Crisis. Labour reform. Informality.

Introdução

São inegáveis os impactos negativos que a pandemia da covid-19 trouxe para a economia como um todo e para o mercado de trabalho em específico, notadamente para os trabalhadores de menor ou nenhuma proteção social. Se, em um primeiro momento, o impacto maior foi no sentido de afastar os trabalhadores temporariamente de seus postos de trabalho, com efeito reduzido sobre a taxa de desocupação, em um segundo momento, a persistência da pandemia elevou a taxa de desocupação em relação aos anos anteriores. Cabe ressaltar, ainda sobre o período pandêmico, que embora o impacto da pandemia sobre a perda da ocupação tenha ocorrido de modo disseminado, a destruição de postos de trabalho foi muito mais forte entre os trabalhadores informais e os por conta própria (Carvalho *et al.*, 2022).

Cabe pontuar que o sentido de crise que se pretende abordar neste trabalho, assim como bem observou Braga (2023), é de uma crise “no capitalismo” e não “do capitalismo”. Sabe-se que a sociedade capitalista é marcada por sucessivas crises sem que a existência do sistema seja colocada em risco. Isso posto, para o caso brasileiro, como pretende-se demonstrar, a crise que afeta o emprego e a renda dos trabalhadores é anterior à pandemia, sendo resultado de dinâmicas políticas e econômicas específicas que precisam ser entendidas para não terem suas responsabilidades diminuídas em função da crise sanitária que ainda afeta os diferentes países. Assim, este artigo tem como objetivo analisar o comportamento setorial no mercado de trabalho brasileiro entre 2010 e 2019, período imediatamente anterior à pandemia, buscando identificar os impactos mais gerais da reforma trabalhista de 2017 – implementada em um contexto de crise econômica e política – sobre o mercado de trabalho e sobre a remuneração dos trabalhadores.

Não desconsideramos o fato de que o lumpemproletariado, como classe social marginal do capitalismo, tende a estar no subemprego, ocupando postos informais, diferentemente do proletariado, que tende a ocupar os postos formais que, todavia, na contemporaneidade, são cada vez mais marcados pela precariedade. Partimos do pressuposto de que os postos de trabalho informais e formais tipicamente precarizados têm crescido. Além disso, ao contrário do que foi defendido às vésperas de sua aprovação, a reforma trabalhista

não logrou impactar positivamente o mercado de trabalho, mas reduziu os salários reais dos trabalhadores.

Metodologicamente, a análise empreendida tem como base os dados quantitativos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD-Contínua), da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), cotejados a dados produzidos pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e a uma bibliografia especializada acerca das alterações na legislação social e trabalhista promovidas no último período.

Para cumprir os objetivos propostos, o artigo está dividido em três seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira seção, apresenta-se uma caracterização geral do mercado de trabalho brasileiro, lançando luz aos eventos mais recentes que impactaram a precarização social do trabalho. Em seguida, se realiza uma análise crítica dos dados sobre os setores formal e informal a partir das informações mais gerais sobre as ocupações no mercado de trabalho brasileiro. Por fim, discute-se o comportamento dos salários reais no período em questão, cotejando-os a dados da reforma trabalhista que, conforme pretende-se demonstrar, teve como consequência a redução dos salários reais e um não aumento da empregabilidade no país, ao contrário do que se alardeava à época de sua aprovação no Congresso Nacional.

Neoliberalismo como (anti)resposta à crise neodesenvolvimentista

O capitalismo brasileiro é resultado de processos históricos e políticos que se manifestam de modo contraditório e diferenciado na sociedade, notadamente no que diz respeito às condições e relações de trabalho. Diferentemente das sociedades europeias, onde se buscou instaurar um estatuto coletivo do trabalho (Barbosa, 2016) e foram adotadas certas reformas como parte de um projeto de desenvolvimento nacional, no caso brasileiro, na análise sobre as dinâmicas do mercado de trabalho, é de fundamental importância que se leve em consideração os determinantes que deram forma e sentido às características estruturais de um capitalismo que avança junto com a superexploração da força de trabalho, em sentido mais geral. Não obstante, destaca-se no país, a baixa remuneração e a precariedade das condições de trabalho, além da histórica concentração de renda e riqueza que agudizam a desigualdade social (Barbosa de Oliveira, 1998; Oliveira; Proni, 2016).

A desigualdade no mercado de trabalho brasileiro é ilustrada pelo grande contingente de trabalhadores informais e formais precarizados, ocupados fora e às margens da legislação

social e trabalhista, que servem como exército industrial de reserva ao mercado de trabalho formal ou, em outras palavras, proletarização precarizada e lumpemproletarização. No que diz respeito à precariedade do mercado de trabalho brasileiro, enquanto condição concreta e inseparável do processo contemporâneo de acumulação capitalista, é possível qualificá-la a partir das seguintes características: vulnerabilidade das formas de inserção no mercado de trabalho e as desigualdades sociais; intensificação do trabalho e a terceirização enquanto modalidades de gestão e organização do trabalho; desrespeito às medidas de segurança e à saúde física e psicológica no ambiente de trabalho; perda das identidades individual e coletiva dos trabalhadores; fragilização da organização sindical e das formas de luta e representação dos trabalhadores; e descarte do direito trabalhista (Druck, 2011).

Com o avanço neoliberal no Brasil durante a década de 1990 pelos governos de Fernando Collor de Mello (PRN) e Fernando Henrique Cardoso (PSDB), as características da precariedade foram aprofundadas e agudizadas. Esse processo se deu de forma atrelada ao avanço da desindustrialização (Cano, 2015); do aumento dos postos de trabalho em setores de baixa produção, tal como no comércio e nos serviços privados; da flexibilização na legislação trabalhista e redução dos direitos sociais (Cunha *et al.*, 2021); da privatização dos serviços públicos e flexibilizações legislativas diversas; e, por fim, e não menos importante, da abertura ao mercado externo e expansão do capital financeiro (Saes, 2001).

Durante a década de 2000, com os governos neodesenvolvimentistas¹ de Lula da Silva e Dilma Rousseff, ambos do Partido dos Trabalhadores (PT), o processo de precarização do trabalho não foi plenamente revertido, apenas arrefecido (Galvão, 2008; Boito Jr., 2018), registrando-se, mesmo assim, o reconhecimento de certos direitos sociais e trabalhistas e melhora nos índices mais gerais do mercado de trabalho e da própria economia brasileira.

Houve, assim, sob os governos petistas, a formalização do trabalho acompanhada da ampliação do acesso à seguridade social. Segundo Krein e Manzano (2014), esse fenômeno se deu a partir de um quadro econômico e de mercado mais favorável, e num período em que o próprio mercado de trabalho foi menos pressionado pela dinâmica demográfica. Assim, “houve uma convergência de iniciativas governamentais, das instituições públicas e dos atores sindicais e empresariais que possibilitaram o avanço da formalização dos contratos de trabalho” (Krein; Manzano, 2014, p. 13-14). Todavia, conforme Druck (2011) adverte, os

¹ Conforme Boito Jr. (2018), o neodesenvolvimentismo pode ser caracterizado como um programa político que prevê certa distribuição de renda sob a manutenção do tripé macroeconômico neoliberal. Além disso, o mesmo autor ressalta que esse programa foi sustentado por um conjunto amplo de frações de classes distintas.

empregos gerados foram marcados pela precarização e se concentraram no setor de serviços de pouca complexidade, com rendimentos de até dois salários mínimos.

A melhora temporária acima referida se deveu, em grande parte, ao aumento do consumo das famílias e ao crescimento expressivo da chamada “classe C” (Pochmann, 2012), bem como os investimentos públicos, notadamente das empresas estatais, que, juntos, promoveram um aumento absoluto e relativo dos empregos formais. Baltar e Leone (2015) acrescentam que o crescimento econômico com inclusão social ajudou a elevar a renda das famílias brasileiras e a diminuir as diferenças entre elas: “Os aumentos verificados nas rendas familiares baixas e intermediárias foram particularmente intensos devido aos programas de transferência de renda (...) e ao forte aumento no valor do salário mínimo” (Baltar; Leone, 2015, p. 63-64).

As políticas implementadas pelos governos neodesenvolvimentistas no período compreendido entre 2003 e 2014, impactaram positivamente o nível geral de empregos formais. No início de 2003, o Brasil contava, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com 39,7% de trabalhadores com carteira de trabalho assinada no setor privado em relação à população ocupada, o que, naquele momento representava 7,3 milhões. Já no final de 2014, 12 anos depois, esse contingente cresceu 59,6%, significando um incremento de 4,4 milhões, totalizando cerca de 11,8 milhões de trabalhadores com carteira assinada no setor privado.

Ocorre que, após quase uma década de crescimento econômico, melhoria nas condições de vida, acesso ao mercado de consumo, aumento do emprego e da empregabilidade e acesso a direitos sociais, o Brasil foi acometido por uma recessão sem precedentes, derivada de um cenário econômico internacional recessivo iniciado em 2008 e agravada por instabilidades políticas no plano interno.

A crise mundial de 2008 impactou o mundo de maneira bastante heterogênea no que se refere à temporalidade e intensidade. Especificamente para o caso brasileiro, ela foi mais sentida com o fim do *boom* dos preços das *commodities*, indicando dificuldades de manutenção dos níveis de gastos públicos sustentados pelo período anterior de crescimento. A resposta brasileira ao cenário foi um conjunto de políticas contracionistas, especialmente monetárias, que tiveram como consequência a queda do nível geral de investimentos das empresas e do consumo das famílias e que contribuíram, ainda mais, para a retração econômica. O fato é que, em 2014, a economia brasileira mostrou-se já em estagnação, ao passo em que, nos anos seguintes, entrou em recessão, com a piora em quase todos os indicadores macroeconômicos, notadamente no emprego. Ao mesmo tempo, e para completar

o quadro de crise no país, assistiu-se a uma aceleração inflacionária na economia. Como causas, destacam-se a desvalorização cambial, em decorrência da reversão das boas condições no mercado externo para o país, e a liberalização de preços administrados pelo governo, prática adotada entre 2011 e 2014 no setor de elétrico e de combustíveis. O aumento inflacionário em 2015 teve importantes consequências sobre os rendimentos reais dos trabalhadores, como será apontado posteriormente.

Esse contexto de crise econômica foi combinado a uma crise política, com as conquistas do período anterior sendo rapidamente revertidas diante do recrudescimento da política neoliberal e com a exacerbação das políticas de austeridade fiscal (Belluzzo; Bastos, 2015). A instabilidade política que culminou no processo de *impeachment* que depôs Dilma Rousseff, em 2016, contribuiu para a criação de condições ideais para uma nova pactuação de grupos políticos e empresariais interessados na substituição de programas sociais pelo recrudescimento do neoliberalismo, agora especialmente focada em alterações no plano orçamentário e na legislação social e trabalhista. O resultado mais imediato foi um cenário ainda mais restritivo à retomada da geração de empregos formais e do crescimento econômico.

No que se refere à legislação trabalhista, promoveu-se importante mudança institucional nas regras que regulamentavam o trabalho formal, por meio da reforma implementada em 2017. Seu conteúdo promoveu a flexibilização de direitos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), com a consequente perda de capacidade de negociação por parte dos trabalhadores, por meio da prevalência dos acordos individuais ou coletivos na empresa sobre os acordos setoriais e sobre os direitos estabelecidos pela legislação (Cunha *et al.*, 2021). Um dos primeiros efeitos, após a aprovação da reforma, foi a queda dos salários reais, implicando uma importante mudança a ser levada em conta quando se analisa os índices mais recentes do mercado de trabalho brasileiro.

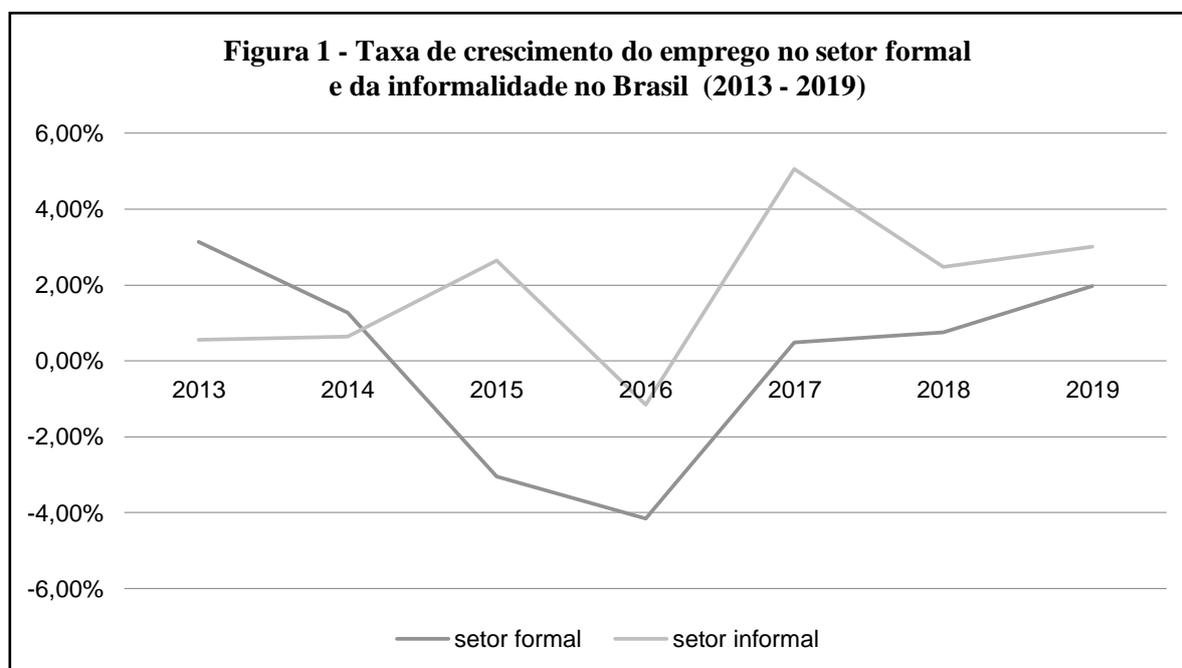
Analisar as especificidades e os impactos desses diferentes momentos políticos e econômicos é imperioso para compreender a dinâmica do chamado “mundo do trabalho” mais recentemente, sobretudo para compreender o que efetivamente deriva da crise sanitária da covid-19 no país e o que é resultado direto de escolhas e processos de caráter político.

Empregos formais e informalidade no Brasil: notas sobre a dinâmica do mercado de trabalho antes da pandemia

Sabendo que as condições objetivas para geração de postos de trabalho formais dependem, além da eficácia das políticas públicas, do nível de investimento e consumo das

famílias, isso, por seu turno, influenciará a distribuição, mais ou menos desigual, entre as ocupações formais e informais e, em função disso, contarão, ou não, com a proteção social e trabalhista prevista na CLT. Neste sentido, uma observação mais detalhada do comportamento do emprego permite identificar algumas tendências gerais, uma vez que o nível de emprego tende a responder, positiva ou negativamente, a ciclos ascendentes ou descendentes, respectivamente, de desempenho econômico.

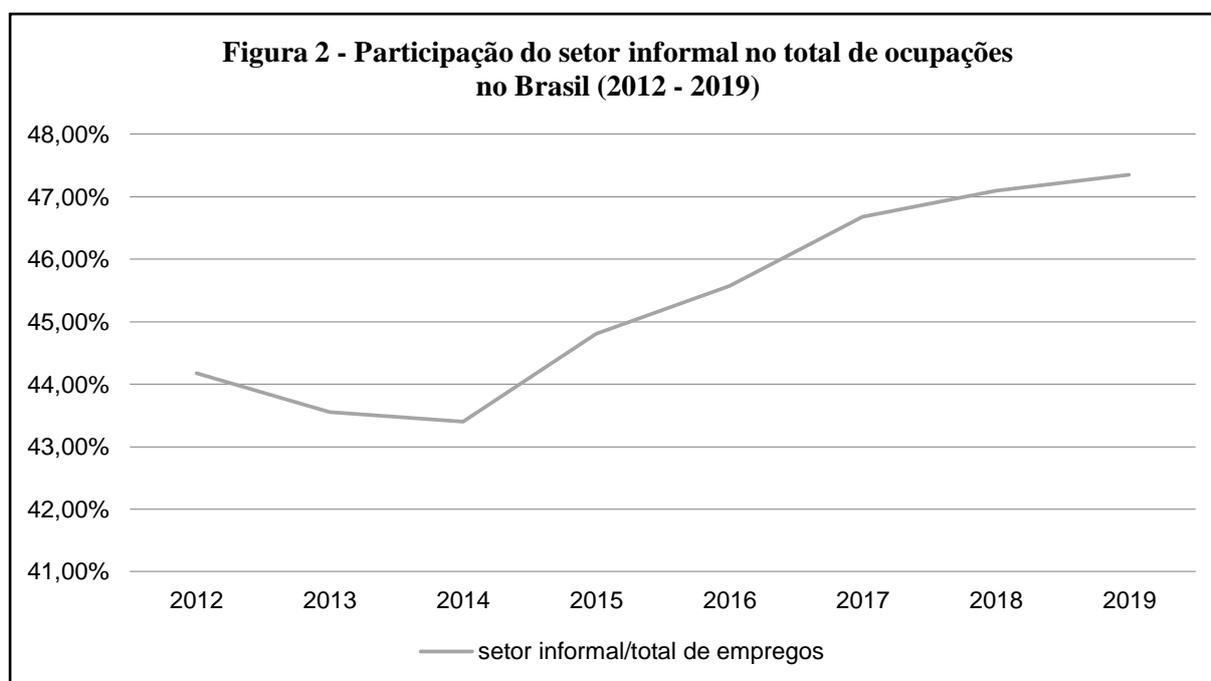
Dito isso, pode-se perceber que, entre 2014 e 2019, houve um movimento perverso na relação entre a formalidade e a informalidade (Figura 1). O crescimento econômico que impactou positivamente a geração de empregos formais – especialmente no setor terciário, como se verá – encontrou seu esgotamento no ano de 2014, pelos argumentos já apresentados. Havia, até o ano em questão, um nítido hiato entre a taxa de crescimento dos empregos formais e da informalidade, em favor da primeira. Todavia, a partir de 2014, essa relação se inverteu e se manteve durante todo o período analisado. Ao final do ciclo, a partir de 2018, mesmo com a redução da distância entre as duas taxas, chama a atenção o crescimento da informalidade em um contexto de crescimento dos empregos formais, indicando que o comportamento da economia foi menos positivo em termos de dinâmica e que o aumento dos empregos formais não pode ser o único indicador para se analisar o desempenho do mercado de trabalho no país.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do MTE/RAIS e IBGE/PNAD Contínua. Nota: taxa de crescimento em relação a dezembro do ano anterior.

Embora se observe, a partir de 2017, certa melhora na taxa de crescimento do setor formal na ocupação da mão de obra, a partir de 2018, o peso do setor informal é inegável e crescente. Ademais, segundo o DIEESE (2019a, 2019b), mesmo indicando uma ligeira melhora em relação aos empregos totais, o emprego que foi gerado, em sua maioria, é considerado de pior qualidade.

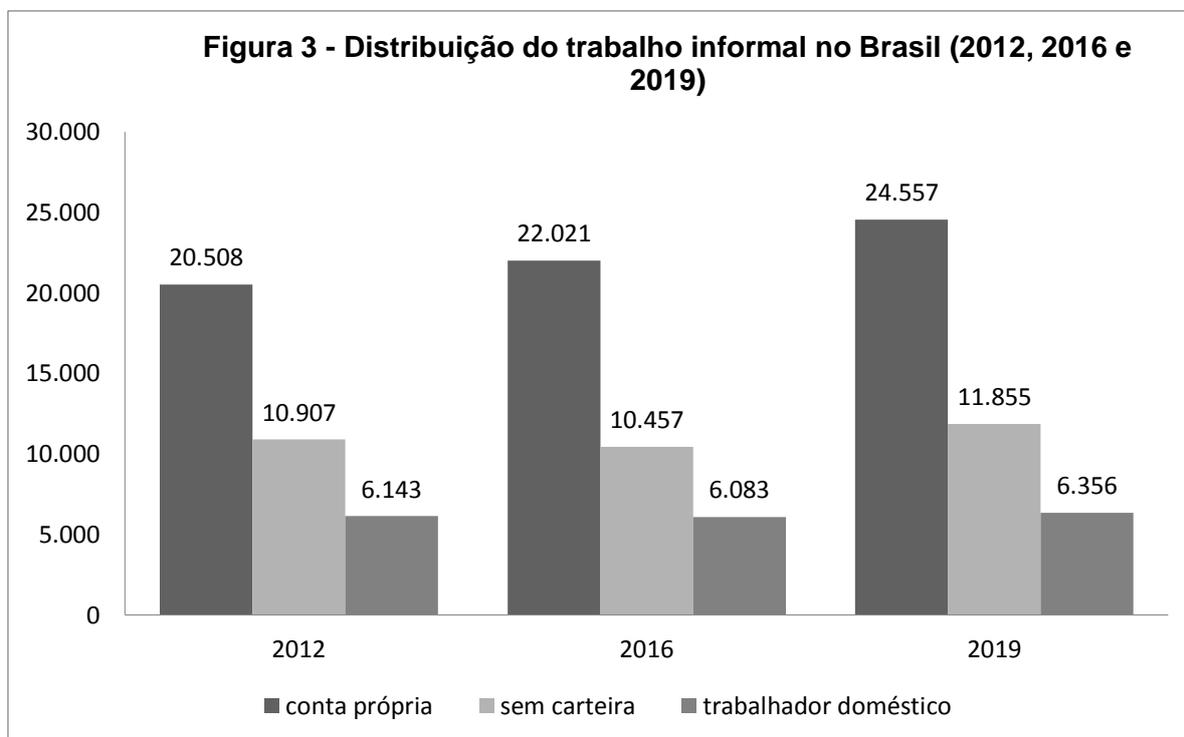
A proporção elevada – e crescente – de trabalho informal sobre o total de ocupações no país, conforme se evidencia a seguir (Figura 2), indica, dentre outras coisas, o intenso processo de lumpemproletarização marcado pela precarização e desproteção social e trabalhista, dada a ausência de direitos como o auxílio-desemprego, as férias remuneradas, o 13º salário e o recolhimento de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE/PNAD Contínua.

Além da desproteção social, os rendimentos salariais dos trabalhadores informais tendem a ser menores do que no setor formal e, ainda, há maior dificuldade de organização coletiva e apoio sindical para obtenção de benefícios e direitos, uma vez que a estrutura sindical corporativa brasileira não permite a representação de trabalhadores informais. Ainda sobre o setor informal, observa-se maior proporção dos trabalhadores por conta própria, seguidos por empregados sem carteira de trabalho e por trabalhadores domésticos. Ao longo da década, os empregos por conta própria foram os que mais apresentaram crescimento, sendo

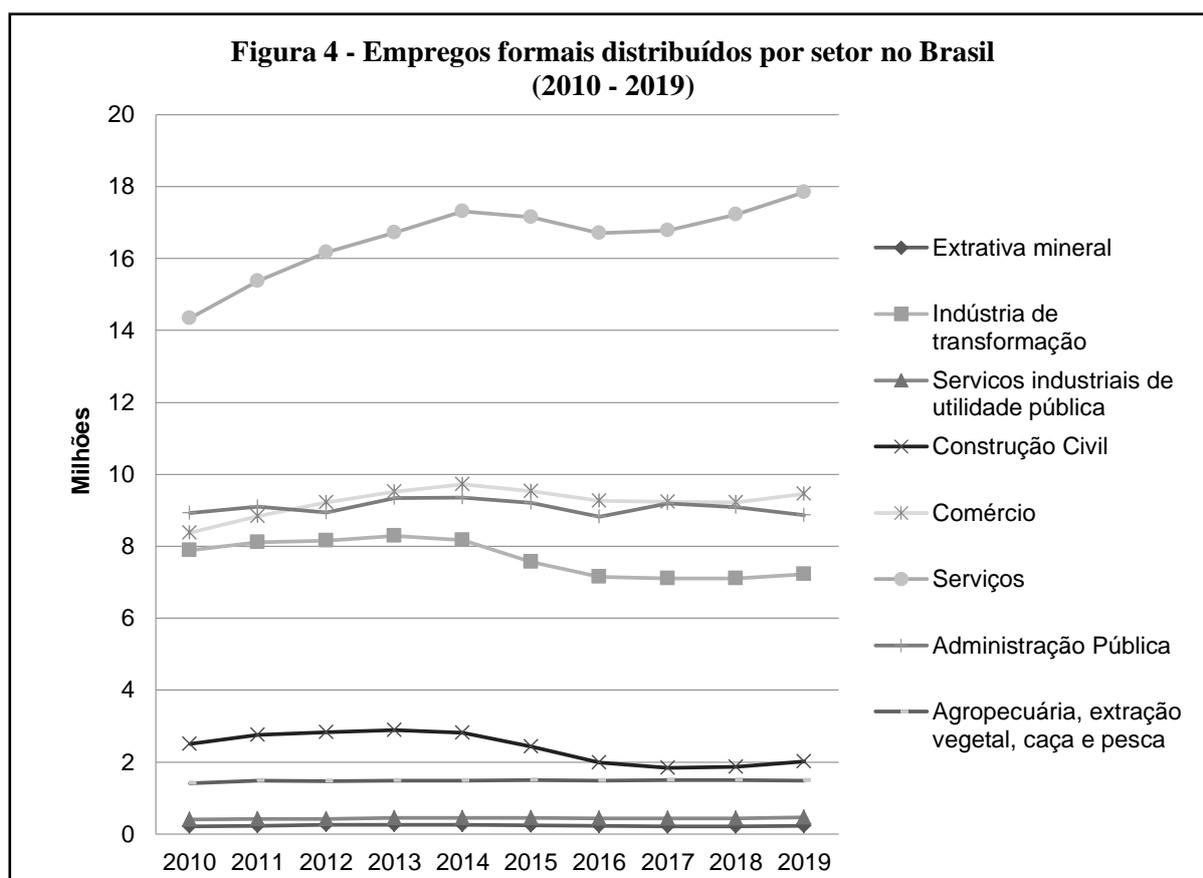
que entre 2012 e 2019 houve crescimento de 19,7%. Os empregados sem carteira vêm em segundo lugar, com crescimento de 8,7% (Figura 3).



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE/PNAD Contínua.

Como se sabe, o lumpemproletariado é formado por um elevado contingente de trabalhadores informais e desempregados, compondo um exército industrial de reserva, que contribui negativamente para a determinação dos salários nominais e reais da economia. Isso porque aumenta a concorrência pelas vagas de trabalho e diminui o poder de negociação dos empregados, além de servir de argumento – falacioso, ressalta-se – para flexibilização na legislação trabalhista, uma vez que a diminuição dos custos do trabalho é um argumento frequentemente mobilizado pelos setores patronais como condição necessária para incentivar as empresas a contratarem mais (Cunha *et al.*, 2021).

No que se refere à quantidade de empregados formais em cada setor da economia, de acordo com a classificação do IBGE, o setor de serviços ocupa a primeira posição isolada, seguido, respectivamente, pelo comércio, administração pública, indústria de transformação e, de maneira menos expressiva, pela construção civil e a agricultura, extração vegetal, caça e pesca (Figura 4).



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do MTE/RAIS.

Os dados apresentados na Figura 4 correspondem aos vínculos ativos em dezembro de cada ano e permitem observar a capacidade de cada setor para a geração de empregos de modo a concluir que, a partir de 2014, há redução nos vínculos gerados em quase todos os setores, sendo que apenas a agropecuária, extração vegetal, caça e pesca e os serviços industriais de utilidade pública se comportaram em sentido oposto, embora, como se depreende dos dados, esses setores têm baixa participação no total geral. Interessante observar que a agricultura, em termos comparativos, apresenta baixíssima capacidade de absorção de mão de obra formal, em que pese deter grande atenção governamental e direcionamento de variadas políticas públicas de incentivo (Graciano; Carvalho, 2022). Os dados ainda permitem apontar alguns movimentos ao longo do período: o primeiro, do descolamento do setor de serviços dos demais na geração de empregos, dado que a geração de novos empregos, entre 2011 e 2013, era liderada pelo setor de serviços, seguido pelo comércio e, além disso, a queda da geração de empregos em alguns setores tradicionais da economia brasileira, como a construção civil e a indústria de transformação, contribuindo para ilustrar o intenso processo de desindustrialização em curso no país.

A partir de 2014, ano em que o crescimento econômico cessa e antecede a crise de 2015, observa-se uma segunda tendência. Por conta dos efeitos da crise econômica, há redução nos vínculos gerados em quase todos os setores. Os únicos setores que mantiveram o nível de emprego é o setor de agropecuária, extração vegetal, caça e pesca, e o de serviços industriais de utilidade pública. O setor manufatureiro liderou as perdas, seguido pelo de construção civil e pelos serviços. A construção civil sofreu impacto significativo dado o aumento da taxa de juros, o que tende a encarecer os empréstimos para construção e compra de novos edifícios, casas, etc.

A partir de 2017, quando a economia volta a apresentar crescimento econômico, a geração de empregos formais foi puxada, quase inteiramente, pelo setor de serviços, apesar de ser em um ritmo menor do que no início do período. Tal cenário demonstra a dificuldade de geração de empregos em setores que geram maior valor agregado, como no setor manufatureiro e no setor extrativista mineral

Por fim, observados os dados da PNAD Contínua do IBGE, em meados de 2021, o rendimento médio real recebido pelos trabalhadores estava aproximadamente 9% abaixo do registrado em meados do ano anterior. No mesmo período, foram 6,6 milhões de trabalhadores ocupados a menos e um salto de quase 2 milhões a mais no total de desempregados. Esse agravamento, indubitavelmente, se deve aos impactos mais diretos relacionados à pandemia de covid-19, todavia, importante ressaltar, ela “apenas” agravou um quadro de deterioração da renda e do emprego que tem sua origem no aprofundamento neoliberal no país.

Remunerações em queda: impactos da crise e da reforma trabalhista

A reforma trabalhista de 2017, prevista na Lei 13.467, de 2017, impactou de maneira significativa as relações de emprego e trabalho no país. A classe empresarial, por meio de instituições como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e a Confederação Nacional da Indústria (CNI), advogava a tese de que a modernização da legislação trabalhista, por meio de uma ampla reforma, seria capaz de ampliar as oportunidades de emprego formal no Brasil (Cunha *et al.*, 2021). Na contramão do argumento de que a reforma trabalhista era fundamental para a recuperação da atividade econômica e, por consequência para aumentar e melhorar o nível geral de empregos, o que se constatou foi a substancial mudança no regramento jurídico que até então organizava as relações de trabalho.

Conforme Galvão *et al.* (2017), a ideologia que fundamentou a reforma trabalhista foi baseada na narrativa da necessidade de modernização legislativa frente às mudanças econômicas. Dentre outros pontos, tais fundamentos político-ideológicos foram na direção de que a CLT estava ultrapassada, anacrônica, e que o excesso e a disfuncionalidade das leis eram responsáveis pela informalidade e pela dificuldade de ampliação de novas contratações. Para essa “modernização”, o pressuposto era de que se assegurasse a substituição dos direitos universais por direitos diferenciados ou flexíveis garantidos por contratos específicos e individuais. Segundo Druck, Dutra e Silva (2019), esses aspectos da reforma tratam a negociação pelas condições do trabalho como partindo de uma relação simétrica entre empregado e empregador e individualizando a situação do trabalhador, marcando uma importante ruptura com o regime anterior.

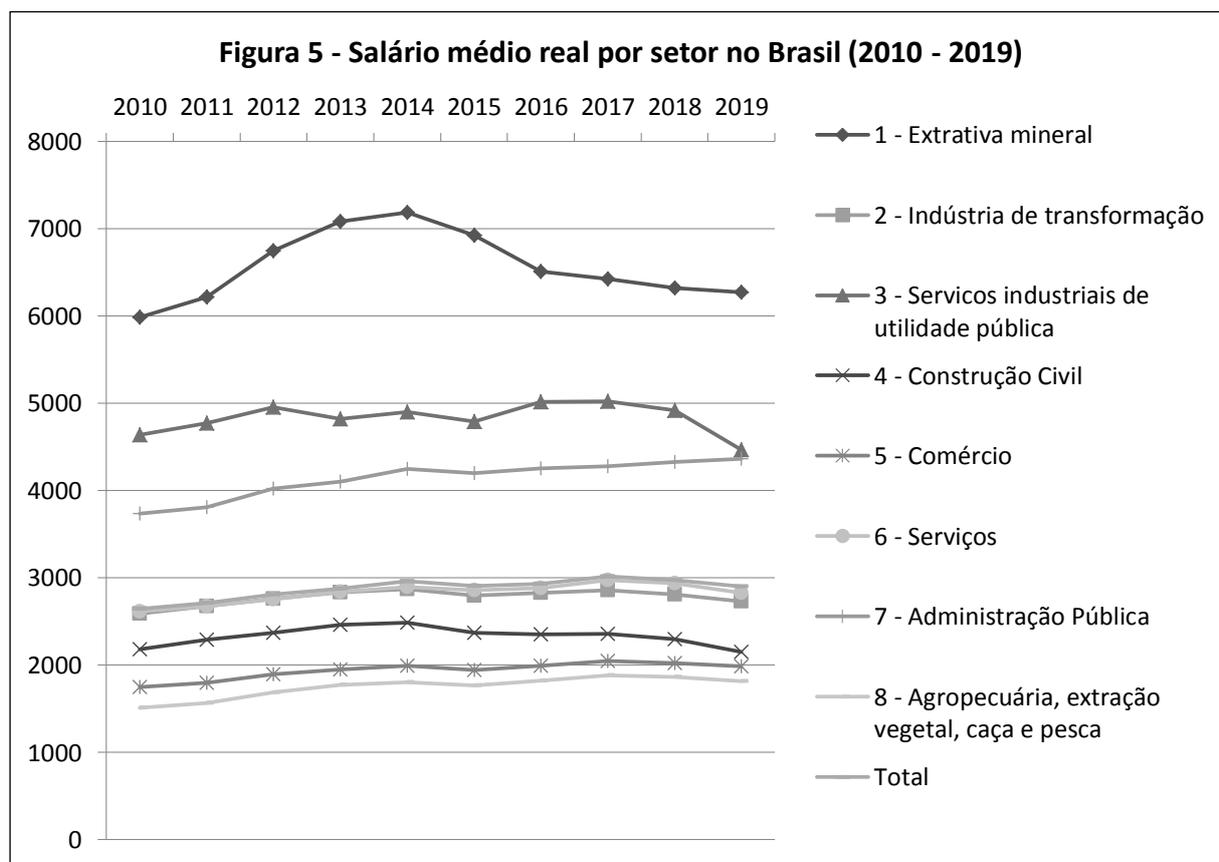
Todavia, conforme Cunha *et al.* (2021), as medidas da reforma trabalhista instituíram, dentre outros pontos, três grandes ordens de alterações legislativas que impuseram elevado custo à classe trabalhadora por visar a reduzir os custos do capital com a folha salarial, além de, por meio da desregulamentação do mercado de trabalho, inibir o acesso do trabalhador à justiça e aos direitos do trabalho. Tais alterações se circunscrevem às formas da jornada de trabalho, às formas de contratação e à variabilidade da remuneração (Quadro 1).²

Quadro 1 – Alterações legislativas previstas na Reforma Trabalhista de 2017	
Alterações legislativas	Medidas adotadas
Nas formas da jornada de trabalho	Alteração no regime parcial, de 25 horas para 32 horas semanais; redução do intervalo entre jornadas de uma hora para 30 minutos
Nas formas de contratação	Contratação por hora trabalhada sob jornada intermitente; normatização do trabalho remoto; aumento do prazo contrato de trabalho temporário de 90 para até 270 dias; possibilidade de contratação de autônomos e Pessoa Jurídica (PJ) de forma contínua
Na variabilidade na remuneração	Terceirização irrestrita e remuneração variável; não pagamentos das “ <i>Horas Itinere</i> ”; e instituição de bancos de horas individuais
Nas relações sindicais	Fim da contribuição sindical obrigatória; demissão coletiva e rescisão por acordo; e dispensa da participação do sindicato na homologação de verbas rescisórias

² Em sentido semelhante, sobre os principais elementos da reforma trabalhista com foco na desconstrução de direitos, Krein (2018) elabora um quadro que prevê a flexibilidade nas modalidades de contratação; a despadronização da jornada de trabalho; a remuneração variável; e impactos nas condições de trabalho. Em outra sistematização, com foco na fragilização das instituições públicas e dos sindicatos, o autor ressalta que a reforma trabalhista impõe fragilização ao sindicalismo; esvaziamento da justiça do trabalho; e redução da fiscalização.

Mesmo com a reforma trabalhista, não se observou, entretanto, uma retomada dos investimentos das empresas devido à ausência de estímulos de demanda — elemento que caracterizou o crescimento do período anterior. A resposta que viria da reforma aos índices de desemprego não se efetivou. O discurso de redução dos custos com o trabalho, que, supostamente, faria com que as empresas contratassem mais, também não se sustentou. O que se assistiu foi a uma alteração da natureza dos contratos de trabalho, permitindo e favorecendo a prevalência de contratos individuais, trabalho intermitente e a flexibilização dos direitos trabalhistas.

Para os anos que seguiram à reforma trabalhista, o que se observou foi a redução no salário real em todos os setores produtivos, indicando que os trabalhadores não conseguiram nem recompor as perdas da inflação do período. Com base no salário real médio de cada setor ao longo da última década (mensurados em dezembro de cada ano, a preços de 2019), é possível concluir que, em termos práticos, a resposta do governo ao desemprego, por meio da reforma, se materializou na redução dos salários (Figura 5).



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do MTE/RAIS. Nota: Salários reais deflacionados pelo IPCA, em valores de 2019.

Os dados da Figura 5 evidenciam que os salários mais altos estão, pela ordem, no setor extrativista mineral, nos serviços industriais de utilidade pública e na administração pública. Em seguida, no setor de serviços, indústria de transformação, construção civil e comércio. Destaca-se que o fato de o setor de serviços apresentar salários equiparados ao da indústria de transformação deve-se à evolução desse setor entre 2003 e 2010, quando o baixo índice de desemprego contribuiu para a valorização salarial ao longo do período. Desse modo, uma característica do período analisado foi a diminuição do hiato salarial entre as várias categorias, realizado, ressalta-se, pelo achatamento maior dos rendimentos superiores.

Olhando para a evolução do salário real ao longo do período, constata-se que todos os setores apresentaram leve elevação do salário real entre 2010 e 2014. Tal fato é consequência da redução do desemprego no período e da redução da oferta de mão de obra. Não obstante, em contextos de menor desemprego, o poder de negociação dos sindicatos em dissídios ou convenções coletivas aumenta. A inflexão na tendência de aumento da renda real dos trabalhadores ocorreu em 2015, quando quase todos os setores analisados indicaram perdas do poder de compra dos trabalhadores, expressas na redução dos salários reais, como consequência, principalmente, da aceleração inflacionária do período. Entre os anos de 2016 e 2017, observa-se uma recuperação real dos salários. Em alguns setores, todavia, no ano seguinte, as perdas de poder de compra são generalizadas, com exceção para os serviços públicos, o que se permite inferir como uma das primeiras consequências da reforma trabalhista.

Para além dos impactos nos rendimentos dos trabalhadores, a reforma trabalhista de 2017 acarretou mudanças nas formas de contratação e de jornadas de trabalho, promovendo, assim, flexibilizações que reduziram o poder de barganha dos empregados e seus sindicatos, que permitiram, para além do aumento da informalidade, redução de rendimentos e outras formas de precarização que podem se materializar, inclusive, no binômio draconiano expresso na redução salarial associada ao aumento da jornada de trabalho.

Em tempo, é importante reconhecer que as manifestações de precariedade do trabalho observadas no Brasil podem, igualmente, ser observadas em outros países capitalistas. Também é importante reconhecer a relação existente entre o crescimento do trabalho digital, por meio de aplicativos, e o desemprego estrutural. Esses fenômenos, impulsionados pela rápida evolução tecnológica, têm permitido a automação de diversas tarefas, substituindo postos de trabalho tradicionais e contribuindo para o aumento do desemprego. Além disso, a ascensão de plataformas digitais

tem proporcionado novas formas de trabalho, muitas vezes caracterizadas pela informalidade, baixa remuneração e falta de proteção social.

Considerações finais

A geração de empregos formais e o crescimento econômico, herdados do período conhecido como neodesenvolvimentista, já demonstravam sinais de esgotamento quando se assistiu ao fim do ciclo de preços internacionais elevados das *commodities*. A desaceleração do consumo das famílias e dos investimentos privado e público contribuíram com esse esgotamento. O quadro deteriorou-se em 2015, em meio a uma crise política que gerou ainda mais instabilidade macroeconômica com impactos visíveis no mercado de trabalho.

Nesse contexto, a reforma trabalhista surge como resposta de cunho neoliberal ao desemprego crescente no mercado formal. Seu conteúdo promoveu alterações não apenas na remuneração dos trabalhadores como também nas formas de contratação, jornada de trabalho e no conjunto de direitos trabalhistas previstos na CLT. Vista em retrospectiva e frente aos dados consolidados, os impactos inequívocos foram: a redução do salário real dos empregados no setor formal; a manutenção e intensificação da informalidade e a tendência à precarização no mercado de trabalho brasileiro, tudo isso pelo menos um ano antes das medidas adotadas para garantir o distanciamento social e evitar a disseminação da covid-19 no território brasileiro. A bem da verdade, o que se assistiu foi a uma perversa redistribuição da renda do trabalho para o capital que permitiu a recomposição, pelo menos parcial, dos lucros empresariais. Em outras palavras, assistiu-se no país, com o recrudescimento do neoliberalismo, a uma intensificação no processo de lumpemproletarização da classe trabalhadora brasileira.

Referências

BALTAR, Paulo. LEONE, Eugenia. Perspectivas para o mercado de trabalho após o crescimento com inclusão social, **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 29, n. 85, p. 53-87, set./dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/pr8zrd6Vty5wvG6ZBXsQZrS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 dez. 2022.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. O mercado de trabalho: uma perspectiva de longa duração. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 30, n. 87, p. 7-28, 2016. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/article/view/119112/116496>. Acesso em: 18 dez. 2022.

BARBOSA DE OLIVEIRA, Carlos Alonso. Formação do mercado de trabalho no Brasil. In: OLIVEIRA, Marco Antônio de. (org.). **Economia e trabalho**: textos básicos. Campinas: Unicamp/IE, 1998. p. 113-127.

BELUZZO, Luiz Gonzaga de Mello; BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Austeridade para quem? In: BELUZZO, Luiz Gonzaga de Mello; BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. (org.). **Austeridade para quem?** Balanço e

perspectivas do governo Dilma Rousseff. São Paulo: Carta Maior: Friedrich Ebert Stiftung, 2015. p. 5-14. Disponível em: <http://www.luizfernandodepaula.com.br/ups/belluzzo-e-bastos-2015-austeridade-para-quem.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2022.

BOITO JR., Armando. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. *In*: BOITO JR., Armando. **Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT**. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Editora da UNESP, 2018. p. 99-119.

BRAGA, Liandro. Aprofundamento neoliberal e discurso jornalístico no Brasil. **Entropia**, v. 7, n. 13, p. 06-39, 2023. Disponível em: <https://www.entropia.slg.br/index.php/entropia/article/view/453>. Acesso em: 9 jun. 2023.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2021.

CANO, Wilson. A desindustrialização no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, n. 4, p. 831-851, 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8642273>. Acesso em: 19 dez. 2022.

CARVALHO, Sandro Sacchet; CAVALCANTI, Marco Antônio Freitas de Hollanda; LAMEIRAS, Maria Andreia Parente; RAMOS, Lauro. Análise das transições no mercado de trabalho brasileiro no período da COVID-19. *In*: IPEA. **Impactos da pandemia de Covid-19 no mercado de trabalho e na distribuição de renda no Brasil**. Brasília: IPEA, 2022. p. 55-75.

CUNHA, Sebastião Ferreira da; SILVA, Andrieli Magioli da; FILHO, Randon Ferreira de Souza; CARVALHO, Joelson Gonçalves de; MOLINA, Wagner de Souza Leite. Reforma trabalhista e relações de trabalho no Brasil: por quem os sinos dobram? **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 103-117, 2021. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1516-37172021000100007. Acesso em: 19 dez. 2022.

DIEESE. Boletim emprego em pauta: Ocupados, mas insatisfeitos – uma análise do crescimento da subocupação. **Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos**, n. 12, abr./maio 2019a. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/boletimempregoempauta/2018/boletimEmpregoEmPauta7.html>. Acesso em: 18 ago. 2020.

DIEESE. Índice da Condição do Trabalho (ICT). **Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos**, n. 5, 4º trimestre 2019b. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analiseict/2020/052020.html>. Acesso: 18 ago. 2020.

DRUCK, Graça. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. 1, p. 37-57, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/ccrh/a/qv/TGPNcmnSfHYJjH4RXLN3r/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 19 dez. 2022.

DRUCK, Graça; DUTRA, Renata; SILVA, Selma Cristina. A contrarreforma neoliberal e a terceirização: a precarização como regra. **Caderno CRH**, Salvador, v. 32, n. 86, p. 289-305, maio/ago. 2019.

GALVÃO, Andréia. Entre o real e o virtual: as reformas sindical e trabalhista no governo Lula. *In*: LUCENA, Carlos. (org.). **Capitalismo, estado e educação**. Campinas: Átomo Alínea, 2008. p. 207-223.

GALVÃO, Andréia, KEIN, José Dari; BIAVASCHI, Magda Barros; TEIXEIRA, Marilane Oliveira. (org.). **Contribuição crítica à Reforma Trabalhista**. Campinas: CESIT/Unicamp, 2017. Disponível em: <http://www.cesit.net.br/wp-content/uploads/2017/06/Dossie-14set2017.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2022.

GRACIANO, Monyele Camargo; CARVALHO, Joelson Gonçalves de. Questão agrária e agronegócio: notas para um debate político. *In*: CARVALHO, Joelson Gonçalves de; BORSTATTO, Ricardo Serra; SANTOS, Leandro de Lima. **Formação de Agentes Populares de Agroecologia**. São Carlos: EDUFSCar, 2022. p. 19-30

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2021**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 19 dez. 2022.

KREIN, José Dari. O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva: consequências da reforma trabalhista. **Tempo Social**, São Paulo, v. 30 n. 1, p. 77-104, jan./abr., 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v30n1/1809-4554-ts-30-01-0077.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2022.

KREIN, José Dari; MANZANO, Marcelo. Notas sobre formalização. Estudo de Caso: Brasil. Forlac. **Programa de formalização na América Latina e no Caribe**, Lima: Escritório Regional da OIT para a América Latina e o Caribe, 2014. Disponível em: https://www.academia.edu/9677042/Notas_sobre_a_formaliza%C3%A7%C3%A3o_estudo_de_caso_Brasil?auto=download. Acesso em: 19 dez. 2022.

OLIVEIRA, Tiago.; PRONI, Marcelo Weishaupt. Um mercado de trabalho heterogêneo e flexível: um problema persistente no Brasil. **Revista da ABET**, João Pessoa, v. 15, n. 2, p. 60-86, dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/abet/article/view/32888> Acesso: 10 dez. 2021.

POCHMANN, Márcio. **Classes do trabalho em mutação**. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

SAES, Décio. **República do capital**. São Paulo: Boitempo, 2001.

Recebido em: 05/01/2023

Aceito em: 12/06/2023

**DIVIDIR PARA FRAGILIZAR:
terceirização, contratos autônomos e o enfraquecimento sindical nos
Correios**

***DIVIDE TO FRAGILIZE:
outsourcing, autonomous contracts and union weakening in Correios***

Bernardo Paim Cunha Masson*

Mariana Bettega Braunert**

Resumo

O presente artigo analisa como as alterações realizadas na legislação trabalhista em 2017 impactaram negativamente nas condições de trabalho e na luta sindical de uma importante empresa pública brasileira, os Correios. Com base em pesquisa empírica na qual analisamos documentos oficiais da empresa e entrevistamos trabalhadores e dirigentes sindicais, identificamos uma ampliação da quantidade de trabalhadores terceirizados, que desempenham funções semelhantes às de trabalhadores contratados diretamente pela empresa, porém sem os mesmos direitos e em condições bem mais precárias. Além disso, constatamos um crescimento das contratações de trabalhadores autônomos, sobretudo carteiros, que desenvolvem suas atividades contratados como pessoas jurídicas, em moldes semelhantes ao formato de trabalho “uberizado”. Essas tendências não apenas contribuem com a precarização das condições de trabalho da categoria como também fragilizam a luta sindical, na medida em que pulverizam e fragmentam os trabalhadores.

Palavras-chave: Terceirização. Contratos autônomos. Enfraquecimento sindical. Correios.

Abstract

This article analyzes how the changes made to labor legislation in 2017 had a negative impact on working conditions and on the union struggle of an important Brazilian public company, Correios. Based on empirical research in which we analyzed official company documents and interviewed workers and union leaders, we identified an increase in the number of outsourced workers, who perform functions similar to those of workers hired directly by the company, but without the same rights and in much more difficult conditions precarious. In addition, we observed a growth in the hiring of self-employed workers, especially postmen, who carry out their activities contracted as legal entities, in a similar way to the 'uberized' work format. These trends not only contribute to the precariousness of the category's working conditions, but also weaken the union struggle, as they pulverize and fragment workers.

Keywords: Outsourcing. Autonomous contracts. Union weakening. Correios.

* Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPR e membro do Grupo de Pesquisa de Sociologia e Trabalho (GETS) da UFPR. E-mail: paim.bernardo@gmail.com

** Doutora em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPR e professora do curso de bacharelado em administração pública da UFPR – Setor Litoral. E-mail: mbbraunert@gmail.com

Introdução

A Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017) e a Lei de Terceirizações (Lei nº 13.429/2017) tiveram impacto direto no movimento sindical dos trabalhadores, uma vez que promoveram uma alteração significativa na estrutura das relações de trabalho, permitindo que empresas terceirizadas sejam responsáveis pelas contratações das atividades finalísticas das empresas, além da legalização do contrato de “autônomos” sem que sejam considerados “empregados”.

O presente artigo analisa a flexibilização das formas de contratação na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), que se expressa pelo crescimento da contratação de trabalhadores terceirizados e autônomos, bem como as consequências da ampliação dessas modalidades contratuais para a luta coletiva e mobilização sindical.

Ao legalizar a terceirização nos serviços finalísticos (prática que já ocorria, mesmo sem regulamentação, porém em menor escala), o movimento sindical encarou um dilema sobre como conseguir organizar os trabalhadores. Juridicamente, os trabalhadores terceirizados tendem a ter um sindicato próprio, já que a base social da entidade representativa é definida pelo empregador. Assim, as entidades percebem a redução no número de representados, o que gera um impacto financeiro direto, por terem menos filiados, mas, mais do que isso, encontram dificuldades para mobilizações e greves, por não representarem o setor terceirizado e autônomo.

No caso dos Correios, houve um enfraquecimento nas unidades de trabalho dos carteiros, mas, especialmente, nos Centros de Tratamento de Cargos, onde trabalham os Operadores de Transporte e Transbordo (OTT), cargo que foi extinto para ser exclusivamente terceirizado. As agências também sofreram com esse processo, especialmente com o aumento no número de franqueadas, que são unidades que levam o nome da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), porém geridas por setores privados sob regras próprias, que não acompanham as regras das estatais.

Os dados aqui apresentados são baseados em pesquisa empírica realizada junto a trabalhadores e representantes sindicais dos Correios, no decorrer do ano de 2021. Além de três entrevistas com dirigentes e ex-dirigentes sindicais, utilizamos materiais de entidades representativas dos trabalhadores nos Correios, informações constantes no site da empresa, bibliografia pertinente à área e pesquisas relacionadas à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT).

Terceirização: contratos precários e a divisão da base sindical

A terceirização não é recente nos Correios; pelo menos desde a década de 1990 é adotada como mecanismo de gestão, primeiro com serviços meio, como limpeza e segurança; na sequência, a estratégia de agências franqueadas¹ criou uma lógica de atendentes comerciais terceirizados. A possibilidade de empresas privadas concorrerem no ramo de encomendas também seguiu nessa mesma orientação. No início do século XXI, o processo se ampliou, com a terceirização da frota de caminhões para viagens de longa distância e, por fim, a terceirização ilegal nas funções de carteiros² e Operadores de Transporte e Transbordo (OTT)³, especialmente na segunda metade da década de 2010. Essa, por sua vez, demonstrou sua fragilidade jurídica, visto que a empresa perdeu vários processos judiciais movidos por entidades sindicais, mas que não conseguiram executar a vitória jurídica por decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST) (Teixeira, 2013).

Esses casos demonstram que, também nos Correios, a Reforma Trabalhista e a Lei de Terceirizações foram adotadas no sentido de legalizar práticas que já vinham sendo incorporadas na estrutura de trabalho brasileira, como analisaram Krein e Oliveira (2019). Assim, as reformas jurídicas realizadas deram segurança jurídica para ampliar a exploração do trabalho, além de fragilizar a organização sindical. Nesse sentido, artigo publicado na própria revista dos Correios afirma:

A atual legislação trabalhista brasileira, recentemente reformada, admite diversas formas de contratação de mão de obra, equiparando-se às relações trabalhistas há muito implementadas em outros países, com diferentes formas de prestação de serviços em face do avanço tecnológico. Dentre as diversas alterações oriundas da reforma trabalhista, que passou a vigorar a partir de novembro de 2017, está a **contratação de serviços de terceiros** (objeto da Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017), que altera a redação da Lei 6.019/1974, enfim regulamentando a contratação de serviços de terceiros, definindo a empresa prestadora de serviços a terceiros como “a pessoa jurídica de direito privado destinada a prestar à contratante serviços determinados e específicos”. (Santos, 2019, p. 32, grifos nossos).

¹ A Agência Franqueada dos Correios faz a recepção e despacho de cartas e encomendas, como as Agências dos Correios, porém, é uma pessoa jurídica que possui gestão privada e contrata sem concurso (portanto, de forma distinta do trabalhador direto da estatal), mas se utiliza da marca Correios.

² O carteiro é o responsável final do serviço dos Correios, que maneja as cartas e encomendas no Centro de Distribuição Domiciliar (CDD) e entrega nas residências ou empresas.

³ O Operador de Triagem e Transbordo tem a função de receber as cartas e encomendas nos centros de triagem, que chegam nos caminhões, separar de acordo com o destino e carregar novamente outros veículos para que sejam levadas para os Centros de Distribuição Domiciliar (CDD). Fazem parte do trabalho direto da empresa por participarem do manejo dos objetos postais para que cheguem ao seu destino.

Seu principal argumento para a defesa de tal prática é que a terceirização permite que a empresa se concentre na atuação no mercado, portanto na concorrência com as demais empresas. Além disso, ressalta a demanda por implementação de novos produtos e serviços, o que demonstra a lógica comercial como elemento fundante de tal mecanismo de gestão, como expresso na sequência do mesmo artigo citado acima:

É inegável que a terceirização vem assumindo um importante papel como efetiva ferramenta de gestão, permitindo o foco corporativo na inovação e na criação de valores das próprias marcas, contribuindo para a implementação de vantagens competitivas. Essa possibilidade pode representar uma excelente alternativa para a Administração Indireta, uma vez que viabiliza a concentração dos esforços no aprimoramento da atuação no mercado, na implementação de novos produtos e serviços, bem como no estudo de novos mercados (Santos, 2019, p. 38).

As vantagens competitivas, porém, parecem residir em outro aspecto dessa técnica de gestão, que é o barateamento da contratação da força de trabalho, seja por salários reduzidos, ou, como no caso dos Correios, menos direitos, já que os trabalhadores não são abrangidos pelo Acordo Coletivo da Categoria, apesar de exercerem as mesmas funções que os trabalhadores contratados diretamente pela empresa (Gonçalves, 2019). Isso demonstra uma indisposição da empresa em investir na estabilização e qualificação dos trabalhadores, uma vez que há alta rotatividade nesse tipo de contratação.

Neste sentido, Cavalcante e Marcelino (2021) conceituam trabalho terceirizado como “todo processo de contratação de trabalhadores por empresa interposta, cujo objetivo último é a redução de custos com a força de trabalho e/ou a externalização dos conflitos trabalhistas” (Marcelino; Cavalcante, 2012, p. 338 *apud* Cavalcante; Marcelino, 2021). Essa elaboração tem como base a conceituação marxista da necessidade do capital de intensificar a exploração do trabalhador, sendo a terceirização, de acordo com esse entendimento, um dos mecanismos capitalistas que ampliam a capacidade de extração da mais-valia. Com abordagem semelhante, Oliveira (2018) demonstra, a partir da pesquisa realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) sobre a terceirização, que, na prática, o objetivo é a redução de custos e aumento do lucro empresarial, que pode ser um instrumento de comparação com o que ocorre na ECT. Sua conclusão parece um espelho do que estudamos aqui:

A argumentação favorável ao projeto apoiava-se, também, nos dados de pesquisa realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), realizada com 1443 empresas industriais. A referida pesquisa apontou que 54% das empresas industriais pesquisadas utilizavam serviços terceirizados e, destas, 46% teriam reduzida sua competitividade, caso não pudessem recorrer à terceirização. No entanto, os dados da mesma pesquisa mostram que 91% das empresas que utilizavam serviços

terceirizados apontavam explicitamente a redução de custos como a principal vantagem da terceirização e 58% consideravam que o seu principal problema é a qualidade abaixo do esperado (CNI, 2009). Tais dados, omitidos na narrativa de defesa do PL 4330/2004, contrariam a própria argumentação dos defensores do projeto, segundo os quais a grande vantagem da terceirização é a especialização dos serviços (Oliveira, 2018, p. 531).

A última contratação de carteiros, OTTs e atendentes comerciais via concurso público foi em 2013, sendo o último concurso em 2011. Assim, observando a série histórica de 2004 até 2020, percebemos que de 2004 a 2010 ocorreu um leve aumento no número de trabalhadores diretos de 104.821, em 2004, para 107.992 trabalhadores, em 2010. Após o concurso de 2011, houve o ingresso de um contingente significativo de novos trabalhadores, chegando a 125.420, em 2013. Porém, a partir daí, ocorreu uma queda significativa e não houve recomposição do quadro por meio de concurso, chegando a 98.098 trabalhadores, em 2020. Na contramão desta redução do número de trabalhadores diretos, percebeu-se o aumento no número de contratos terceirizados.

De acordo com o relatório dos Correios (2021), com extração de dados do período de abril a julho de 2021, os Correios tinham, no total, 16.210 trabalhadores terceirizados, sendo que, desses, 7.457 eram operadores de triagem e transbordo (OTT) e 2.494 carteiros; considerando que, em 2020, os Correios tinham 98.092 trabalhadores concursados, praticamente 10% do operacional dos Correios estavam terceirizados. Podemos observar, também, uma predominância na terceirização dos OTTs, se comparado aos carteiros, pois partiu de uma política da gestão de não contratar mais esse segmento via concurso e extinguir o cargo para torná-lo exclusivamente terceirizado.

Para usar como exemplo, o Centro Internacional de Cargas dos Correios (CEINT) de Pinhais (PR) recebe e distribui as encomendas internacionais para diversas regiões do país. Os dados oficiais da empresa demonstram que são 863 trabalhadores terceirizados na área operacional, sendo 23 “encarregados”, 8 operadores de empilhadeira e o restante, 832, auxiliares operacionais, que cumprem as mesmas funções exercidas pelos OTTs (Correios, 2021), praticamente sem nenhum contratado direto pela ECT. Outra unidade de Curitiba, que também funciona com quase sua totalidade de terceirizados, é o Centro de Tratamento de Encomendas de Curitiba (CTE), onde há 247 trabalhadores do operacional terceirizados. Desses, 9 são encarregados e 238 auxiliares operacionais, os OTTs.

Na medida em que se efetiva a contratação de trabalhadores terceirizados nos Correios, cria-se uma situação em que empregados desempenham na prática a mesma função, porém sob modalidades contratuais bastante distintas. Além de os terceirizados não possuírem

os mesmos direitos que os trabalhadores contratados diretamente pela empresa, via de regra também não há interação entre eles, em função das próprias diferenças contratuais, o que produz outro efeito relevante, que é o enfraquecimento da mobilização coletiva e fragilização da luta sindical.

À primeira vista, a mudança formal do contratante não significaria um impacto na sociabilidade no local de trabalho, porém, certos aspectos contradizem esse senso comum. Antes das alterações da legislação de 2017, as contratações de Carteiros e OTTs terceirizados não passavam de 3 meses e esses não podiam ser responsabilizados pelos erros que cometiam, pois frequentemente havia notícias de fraudes ou extravios de correspondências, no geral de responsabilidade dos terceirizados, que “manchavam a reputação” dos carteiros. Além disso, pelo curto período em que permaneciam na empresa, os terceirizados não conseguiam adquirir a habilidade e rapidez dos trabalhadores mais antigos, sobrecarregando o profissional que os acompanhava. Quando eles começavam a desenvolver o trabalho com mais eficácia, eram desligados da empresa (Gonçalves, 2019).

Parte dessas questões são contornadas após 2017, com a ampliação do tempo de contrato de 3 para 9 meses. Contudo, as fragilidades nas relações, por conta das dificuldades históricas, não são completamente sanadas. Gonçalves (2019) ressalta que a nova regra permite a contratação por 180 dias, prorrogáveis por mais 90, não precisando ser consecutivos. Porém, findo esse período, a pessoa contratada precisa aguardar mais 90 dias para regressar como temporário nos Correios, causando prejuízos em seus rendimentos, uma vez que, no geral, esse profissional depende de tal contratação para seus proventos. Além disso, há perda de identidade na relação entre trabalhadores diretos e terceirizados:

A perda das identidades profissionais individuais e coletivas nos Correios está muito relacionada à reestruturação do seu quadro. Este extinguiu alguns cargos operacionais visando sua substituição por adoção de novas tecnologias e mão de obra proveniente de contratos com empresas terceirizadas e agenciadoras de mão de obra temporária (E2). Mas esse tipo de substituição de postos de trabalho tem como consequência a perda de identidade dos trabalhadores que não são considerados funcionários dos Correios (E3), embora também estejam vinculados ao processo de trabalho da empresa. Como a permanência dos funcionários temporários e terceirizados é fugaz não há tempo de constituição de uma identidade profissional neste grupo de trabalhadores (Gonçalves, 2019, p. 81).

Esse exemplo reforça o entendimento de Druck e Oliveira (2021) de que a terceirização é uma tática do empregador para fragmentar os trabalhadores e as entidades sindicais a partir da introdução de contratos de trabalho diversos e com uma multiplicidade de empresas. Com isso, amplia a heterogeneidade nos locais de trabalho e facilita a

intensificação da exploração da força de trabalho, fragilizando a capacidade de resistência. Isso se torna ainda mais grave devido à herança da estrutura sindical varguista, com características corporativas e autonomia limitada pelo Estado, uma vez que os trabalhadores não possuem a liberdade de decidir a base sindical que os representa (Boito, 1991). Assim, ao incluir, em um mesmo local de trabalho, diferentes tipos de vínculos empregatícios, a fratura da luta coletiva se faz evidenciada.

Os terceirizados, no geral, possuem um sindicato próprio, impedindo que eles acompanhem a categoria ecetista⁴ em seus movimentos paretistas, o que gera, para os Correios, um contingente fixo de “fura-greves”, setor que não para de trabalhar por não ter respaldo legal para isso. Assim, por exemplo, em uma paralisação em um Centro de Distribuição Domiciliar (CDD), é provável que sempre tenha um contingente de carteiros que não aderirão, seguindo o trabalho normalmente, pelo único motivo de serem terceirizados (Teixeira, 2013). A resistência dos terceirizados em aderir às greves e mobilizações coletivas é plenamente compreensível diante da precariedade e fragilidade contratual a que estão submetidos, sobretudo por não terem nenhuma estabilidade, ao contrário dos trabalhadores contratados diretamente pela empresa, que, mesmo sendo celetistas e não estatutários, possuem uma “estabilidade relativa”, como identificou Braunert (2018) em pesquisa com trabalhadores de empresas estatais.

Isso se expressa, também, na pulverização de entidades sindicais que teriam interesses comuns em um mesmo local de trabalho. Ao fragmentar a organização dos trabalhadores, a redução da força de trabalho da categoria se estende a todos, portanto a precarização a que os terceirizados estão expostos é ampliada, em partes, para os trabalhadores diretos. Como se torna muito difícil que os trabalhadores aumentem a pressão paralisando a circulação de objetos postais, devido à manutenção de vários setores funcionando com trabalhadores terceirizados, o poder de barganha se reduz e, conseqüentemente, sua luta se enfraquece. Isso pode gerar a percepção na categoria de que o “problema” são os trabalhadores terceirizados que estariam “furando greve”, colocando uma categoria contra a outra, quando, na prática, isso parte de uma estratégia patronal (Gonçalves, 2019).

Como percebemos, a terceirização vem se intensificando a partir de 2017, pois sua legalização nos serviços-fim permitiu ampliar a quantidade dessa forma de contratação, bem

⁴ Ecetista se refere a trabalhadores da ECT, uma forma como se autodenominam os trabalhadores nos Correios.

como a diversificação das funções que exercem. A percepção de uma trabalhadora entrevistada expressa um pouco dessa realidade:

O CDD [Centro de Distribuição Domiciliar] que eu trabalho, que tem uma média de 30 a 40 trabalhadores, é o menor CDD de Curitiba e bem periférico. Antigamente o máximo que a gente já teve foi 3 trabalhadores terceirizados. Agora a gente está com 7. Só que ainda assim não supre a quantidade de pessoas que pediram demissão voluntária. Só no meu local de trabalho, que 6 pediram demissão e 3, não, 5 foram para outras unidades. A gente teve 11 baixas e teve 7 contratações (Entrevista 2, realizada com trabalhadora e ex-dirigente sindical dos Correios em 29 de junho de 2021).

Nos Centros de Triagem, os Operadores de Triagem e Transbordo (OTTs) também viram aumentar os colegas vinculados a empresas que não os Correios. Em 2018, o cargo de Operador de Triagem e Transbordo foi extinto, passando a não ser mais recomposto por concursados e a operar com terceirizados, em sua maioria. Como aponta Gonçalves (2019, p. 79):

Ponto que merece especial atenção, é o aumento dos contratos temporários para a função de OTT, pois em 2017, logo após a lei ser aprovada, foi realizado contrato [terceirizado] para OTTs mesmo quando o cargo não havia sido extinto, demonstrando intenções da empresa de terceirização do setor (E3), fato que ocorreu em janeiro de 2018. Após a extinção, foram celebrados contratos de MOT para a função de OTT e também contratos de MOT referentes a funções diversas para exercer as funções de auxílio à triagem e despacho postal, além do surgimento dos contratos de MOT específicos para a função de carteiros, inéditos até então. Cabe pontuar que, apesar de antes de 2018 não haver registro de contratos de MOT para carteiro, já havia uma prática recorrente do uso de MOTs nesta função.

Um trabalhador dos Correios entrevistado, que atua como OTT, também percebe a realidade se alterando nos locais de trabalho e como a ECT busca a substituição completa a médio prazo, como ocorreu com o setor de transporte:

Nos Centros operacionais [onde é feita a triagem dos objetos postais] deve dar, hoje, 80% de terceirizados e 20% trabalhadores dos Correios. É tudo OTT, é tudo Operador de Triagem e Transbordo, e alguns supervisores que vêm junto com eles. (...) [O OTT] entrou em extinção em 2018, em 2017 a empresa extinguiu o cargo de OTT, (...) O OTT pode ser todo o quadro, todo o plantel de OTT pode ser substituído por terceirizado, então coloca-se em extinção, como fizeram com os motoristas, na década, no final dos anos 2000. (Entrevista 1, realizada com Operadores de Triagem e Transbordo (OTT) em 28 de junho de 2021).

Um dirigente da FENTECT nos traz um exemplo da dificuldade na organização sindical dos terceirizados, ressaltando que a área em que trabalham os OTTs é estratégica para o movimento sindical, pois é um dos locais de trabalho que geram mais impacto econômico para a empresa em período de paralisação:

O coração dos Correios são os centros de triagem, se você para os centros de triagem não chega, não sai encomenda. Quando você tira esses caras da nossa categoria, que você joga para outra categoria, que são dos terceirizados, não é categoria na minha opinião, mas foi criado esse sindicato dos terceirizados, você começa a quebrar isso. (...) Você quebra a unidade da categoria em trabalhadores e subtrabalhadores. E começa esses trabalhadores que ganham menos, também, a olhar para os trabalhadores ganham direito, justo, né, e começam a falar “não, vocês têm privilégio”, como se fosse privilegiado aqueles que têm trabalho com uma certa estabilidade e benefícios sociais. Então isso é terrível para a organização dos trabalhadores, não só do ponto de vista do financiamento, como do ponto de vista da organização e da estratégia sindical (Entrevista 3, realizada com dirigente da FENTECT em 03 de setembro de 2021).

E complementa com um exemplo de um caso ocorrido na base sindical de Campinas (SP), na cidade de Indaiatuba:

O que vem acontecendo é o seguinte: quando tem problema no contrato deles [terceirizados] eles chamam a gente [sindicato dos trabalhadores nos Correios]. Campinas e Indaiatuba aconteceu isso já umas 3 vezes. Antes um pouco da nossa data-base a empresa não tava pagando eles, tal. O sindicato de Campinas [Sindicato dos Trabalhadores dos Correios de Campinas e Região (SINTECT-CAS)] foi lá e parou tudo. Aí veio o sindicato deles e eles não confiavam no sindicato, mas o sindicato de Campinas chamou eles e disse que “vocês têm que fazer isso aqui”. Aí veio o sindicato organizando, parou e conseguiram resolver o problema lá, que era um contrato novo e a empresa ela tinha que pagar os terceirizados antes de receber o pagamento dos Correios, porque tem um tempo para os Correios pagar, e isso tava no contrato, se não tinha condições de bancar isso não tinha que ter pago. Aí a empresa conseguiu resolver esse problema e pagar depois de uma greve dos terceirizados. Bom, fez a greve, beleza, voltou a trabalhar. E aí começamos a nossa greve, dos trabalhadores dos Correios e decidimos que íamos parar o complexo de Indaiatuba e lá funciona 24 horas e fomos parar lá. Fomos, trabalhador parou lá na porta, fechou tudo. E o ônibus da galera que ia sair dos terceirizados óbvio, começou a atrasar por que tava tudo fechado, parou tudo na porta, e os próprios terceirizados que nós organizamos a greve veio brigar com a gente e aí saiu no pau, mesmo, na briga mesmo, rasgamos faixa e tudo, então você vê, eles queriam ir embora para casa, tinham trabalhado o período deles e eles não estavam com paciência para discutir como nós ia fazer aquilo, de como nós ia liberar eles. E aí teve um confronto mesmo, aí você vê, olha, aquele mesmo que a gente ajudou na greve estava virado contra a gente, porque queria ir embora. “Foda-se o problema é de vocês, não é nosso”. Tudo bem, a gente sabe que os caras estavam cansados, entendeu? Depois nós resolvemos, porque já tínhamos o ônibus nosso, nós pusemos eles nos nossos ônibus, mandamos entregar cada um em casa (Entrevista 3, realizada com dirigente da FENTECT em 03 de setembro de 2021).

Esses casos reforçam que, além da dificuldade jurídica da representação, há uma barreira política, cultural, de interação e atuação conjunta das categorias que precisa ser compreendida como uma, sem a distinção que se observa a partir das contratações feitas por empregadores diferentes. Esse exemplo ressalta, também, que as lutas econômicas reforçam os interesses específicos de cada setor e, por vezes, ampliam a concorrência entre eles. Essa pode ser considerada uma consequência da estrutura sindical brasileira, vinculada ao Estado e definida pela unicidade sindical que, ao longo dos anos, aprofunda o caráter corporativista da

organização sindical e molda o movimento dos trabalhadores a partir de suas regras (Boito, 1991; Oliveira; Galvão; Campos, 2019).

Autônomos sem autonomia: o fim dos direitos trabalhistas e sindicais sob o véu do contrato via CNPJ

Os contratos autônomos são inseridos na legislação de modo que a empresa possa contratar trabalhadores como se supostamente fosse uma relação entre empresas. Assim, estabelece uma relação de trabalho camuflada por um acordo entre pessoas jurídicas. Tal relação é regulamentada pelo decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018. Trata-se da legalização de contratos autônomos individuais, como prestação de serviços pago por produtividade, similar aos trabalhadores “plataformizados”, na lógica da uberização, que Lima e Bridi (2019) denominaram de “ocupações plataforma”, e outros autores têm se referido como trabalho plataformizado. Como vemos no artigo 442-B da nova Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

A contratação do autônomo, cumpridas por este todas as formalidades legais, com ou sem exclusividade, de forma contínua ou não, afasta a qualidade de empregado prevista no art. 3º desta Consolidação (Brasil, 2017).

Essa modalidade foi aprovada pelo Conselho de Administração dos Correios, em 23 de junho de 2020, segundo ata publicada em seu site (Correios, 2020a), e recentemente adotada nos Correios, chamada de contratação por “Execução Indireta de Serviços” (EIS). Essa forma de contratação pode ser aplicada em diversos setores; a que substitui o carteiro, por exemplo, é a “Modalidade Linhas de Distribuição”. Nesse caso, são contratados profissionais autônomos que trabalham com seus próprios carros, recebendo por produtividade e sem vínculo empregatício com os Correios (Correios, 2020b).

A revista Postal Brasil, de 2019, produzida e impulsionada pela própria ECT – que se afirma como “técnica científica” e voltada para discussões da empresa, divulgada em seu próprio site – revela que a proposta de uberização da entrega é apresentada como forma de substituição dos carteiros. Depois de apresentar o aumento do *e-commerce*, os avanços tecnológicos, os *smartphones*, o avanço das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e o “empreendedorismo” vinculado a entregas como “Eu Entrego” e “*Shippify* (termo utilizado para designar serviço de entregas terceirizado para sites de *e-commerce*), a revista indica o interesse comercial dos Correios em implementar um modelo de distribuição em que

o entregador seria autônomo, portador de veículo próprio, porém o *smartfone* seria cedido pela ECT. Caberia aos Correios, nesta proposta, organizar e planejar as rotas e a remuneração, seguindo a influência da ampliação do modelo “uberizado”, pautado na quilometragem percorrida, pontos atendidos e o volume de entregas. De acordo com Santos, Araújo e Lima (2019, p. 124):

Diante dos estudos realizados e analisando o atual cenário mercadológico, entende-se que as empresas produtoras, distribuidoras, importadoras, comerciais ou prestadoras de serviço esbarram em um grande gargalo no processo comercial: a distribuição do produto ao cliente final. Percebe-se, então, um nicho de mercado a ser explorado, em que a flexibilização do processo de entregas, com a possibilidade de que estas sejam realizadas por parceiros autônomos, é uma opção viável para os Correios vista os benefícios descritos no presente artigo.

Segundo a orientação do próprio Correios, observada a partir de uma apresentação feita para o Rio de Janeiro sobre os requisitos técnicos para esta contratação, o postulante ao contrato autônomo deve apresentar um carro com mais de 600kg e que não seja adesivado por outro serviço (por exemplo, como frete escolar), pois receberá um adesivo magnético com a logomarca dos Correios para utilizar em serviço. Além disso, esses profissionais não são autorizados a trabalhar nos finais de semana ou feriado e não podem adentrar a unidade dos Correios, devendo receber as encomendas já ordenadas pelos demais trabalhadores. Os autônomos recebem um aparelho *smartfone*, porém o carregamento no carro é feito exclusivamente por eles. A estimativa é que entreguem de 130 a 170 encomendas em um dia, podendo ter o auxílio de um carteiro ou supervisor nos primeiros dias (Correios, 2020b).

O autônomo, chamado pelos correios de “contratada”, como se fosse uma empresa, tem a responsabilidade de conferir se há avarias nos objetos recebidos. Se, porventura, não entregar todos e devolver alguns aos Correios, há conferência de danificações com o objetivo de responsabilizar o profissional pelo dano com desconto pecuniário. Se houver perda ou danificação do aparelho celular, os custos são do profissional, além de todos os custos do carro, que não pertencem à ECT (Correios, 2023).

Constam, ainda, como principais erros, submetidos a penalidades, observadas neste tipo de contrato: as roupas “inadequadas” usadas pelo motorista, a não assinatura do documento da lista de objetos postais recebidos ou entregues, a documentação do veículo vencida e a não comunicação aos Correios de acidentes ocorridos no trabalho. Além disso, há determinação de multa de 100% se os objetos pré-determinados não forem entregues por responsabilidade do trabalhador autônomo (Correios, 2023). Uma das nossas entrevistadas expõe como percebe essa relação a partir de seu local de trabalho:

Nós temos 4 trabalhadores [no CDD que ela trabalha] que tem uma sigla de EIS [Execução Indireta De Serviços], como se fosse o nome daquela locadora de carro. Eles chegam lá com seu próprio veículo, aí, de manhã, que seria o Uber, a uberização total dos serviços postais, aí eles chegam lá pela manhã, e algum concursado, que tenha matrícula que o responsabilize, no sentido de ser imputável pelas encomendas, eles entregam de 150 a 200 objetos para este uberizado, vou colocar assim porque se não vai confundir com o terceirizado, que é de uma outra forma. Aí esse uberizado ele pega esses objetos, pega uma lista e sai. E ao final do dia, óbvio que ele não consegue entregar tudo, ele não foi treinado, ele não sabe nem como ordenar como colocar numa ordem mais rápida e mais produtiva esses objetos, então ele acaba fazendo pelo GPS, como se tivesse pegando um cliente com seu carro. Chega ao final do dia ele não consegue, então não recebe o valor total que foi acordado, ele recebe por quantidade de encomenda entregue, então isso para ele é bem foda, isso pra ele é bem danoso, porque gastou combustível, ele gastou seu carro, tudo, e não vai receber o valor fixo porque porventura não conseguiu entregar as encomendas (Entrevista 2, realizada com trabalhadora e ex-dirigente sindical dos Correios em 29 de junho de 2021).

Essa reestruturação do modelo interno de trabalho ainda é incipiente. De acordo com dados do relatório dos Correios (2021), a ECT declara que foram 95 contratados de maneira autônoma no país em 2020, sendo que, no total, foram 10.046 trabalhadores terceirizados no setor operacional naquele mesmo ano e, além disso, parece haver certa autonomia para a celebração desses contratos, a partir de parâmetros nacionais (Correios, 2021). Contudo, o exemplo apresentado por uma ex-dirigente sindical entrevistada nos permite observar que, no caso dos trabalhadores autônomos, esse modelo já chega a 10% de sua unidade de trabalho. Compreendemos, também, que visa a responder questões antigas do modelo de trabalho dos Correios. Como nos demonstra Teixeira (2013), na década de 1970, uma consultoria francesa foi contratada para analisar as possibilidades de modernização da estrutura laboral. Sua conclusão é que o setor de entrega não seria possível ser robotizado, dependendo, necessariamente, da força de trabalho. O que seria impossível antever, naquele momento, era o avanço das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e a uberização do trabalho, que agora adentra os Correios.

Ao adotar esse modelo, a ECT busca uma estrutura alheia à lógica de contratação via concurso que é típica das empresas estatais. Assume a estrutura de máxima exploração, estabelecendo relação empregatícia a partir de contratos autônomos, sem se responsabilizar com o capital constante utilizado, e passando grande parte do custo de investimento para o trabalhador, agora entendido como um empreendedor, com o seu carro, uniforme etc. Além disso, os riscos da atividade são transferidos para o entregador, que se expõe a possibilidade de assaltos e acidentes, além de arcar com os gastos cotidianos, como combustível, danificação do aparelho celular, revisão do carro, multas, consertos etc.

Trabalhadores contratados via Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), como autônomos, mistificados pelo *status* de “empreendedores”, em vez de trabalhadores, possuem um contrato estabelecido, supostamente, entre duas empresas. Nesse tipo de relação, o “contratado” é alienado, além do fruto de seu trabalho, da própria identidade de trabalhador, ou seja, o capital mistifica a relação encobrendo sua real função de exploração com o véu de pessoa jurídica, eliminando, inclusive, a figura do patrão ou supervisor direto. Essa transformação é particularmente eficiente por alterar a interação no plano econômico, não apenas ideológico. Isto é, não se trata apenas do exercício de trocar o conceito de “operário” por “colaborador”, buscado anteriormente, mas modificar a estrutura de contratação de tal forma que o indivíduo se sinta participando de um modo distinto na relação de classes. Assim, este “autônomo”, que não possui autonomia, na prática, não possui também nenhum direito trabalhista, uma vez que não há relação de subordinação jurídica. Desta forma, não tem direitos clássicos historicamente conquistados pelos trabalhadores, como FGTS, 13º salário, férias, descanso semanal remunerado, licença-médica, entre tantos outros.

Sua remuneração segue a lógica de receber exatamente pelo que produziu ou trabalhou e deixar de receber caso não o faça, o que não é, senão, uma forma de salário flexível (Baeta, 2018). O tipo de pagamento adotado também se modifica, passando a ser por serviço executado, o que Marx (2004) identificou analiticamente como o pagamento por peças, no capítulo XIX de “O Capital”. As metas passam a ser do próprio trabalhador, que busca aumentar seu rendimento, trabalhando cada vez mais, sem limites de jornada, buscando fazer as entregas em menor tempo para melhorar seu rendimento. Desta forma, a figura do gerente que pressiona, calculando os segundos do movimento, dá lugar a pressão incorporada pelo próprio trabalhador.

Dado o salário por peça, é, naturalmente, interesse pessoal do trabalhador empregar sua força de trabalho o mais intensamente possível, o que facilita ao capitalista elevar o grau normal de intensidade do trabalho. É também interesse pessoal do trabalhador prolongar a jornada de trabalho a fim de aumentar seu salário diário ou semanal (Marx, 2004, p. 641).

Outro aspecto significativo é a falta de contribuição à previdência pública, o que reduz o custo para o capital e elimina amplos setores desse direito assegurado pelo Estado, o que, por outro lado, fragiliza a concepção de seguridade social como direito. Soma-se a isso a tendência geral de redução no rendimento dos trabalhadores autônomos ao longo dos anos, como observado no estudo de Filgueiras (2019), o que é mais uma expressão do aumento da exploração, pois além de passarem a assumir os riscos e os custos dos equipamentos de

trabalho, os trabalhadores percebem sua remuneração cair ano após ano, a despeito do recorrente aumento na inflação:

Com relação aos trabalhadores supostamente autônomos (que, na PNAD [Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios], mistura indivíduos afetados ou não pela reforma), seus rendimentos médios no trimestre encerrado em maio de 2019 foram de R\$ 1.666, contra R\$1.669 no trimestre terminado em outubro de 2017. Se ficaram praticamente estagnados depois da reforma, eles permanecem bem abaixo de maio de 2014, quando eram R\$ 1.801 – queda de 7,5%. Para os supostos autônomos com CNPJ, que são o foco da reforma (que incentiva que as empresas contratem trabalhadores desse modo), os rendimentos têm caído seguidamente. No trimestre terminado em maio de 2019 foram de R\$ 3.088, queda de 3,4% em relação a maio de 2018 (R\$ 3.198) 5% a menos do que maio de 2016 (R\$ 3.251) (Filgueiras, 2019, p. 33).

Vale ressaltar que essa pressão pela redução dos proventos não é desdobramento somente da ideologia do trabalho autônomo como parte do “empreendedorismo”, apesar de essa possuir papel central, mas, também, do enorme contingente de desempregados gerados pela política neoliberal. O exército industrial de reserva aumenta a concorrência sobre os ocupados jogando o preço da força de trabalho para baixo, como mecanismo de redução de direitos. Na medida em que a quantidade de candidatos por uma vaga se amplia, sendo o trabalhador facilmente substituível, o empregador se impõe, reduzindo direitos e salários:

A lógica de desconstruir ou mitigar o sistema de direitos e de proteção social tende a expor o trabalhador a uma condição de maior vulnerabilidade, seja ao submetê-lo a uma dinâmica de intensificação da concorrência do mercado, fazendo-o aceitar ocupações e condições de trabalho mais precárias e até sem direitos, como o caso do trabalho supostamente autônomo; seja ao dificultar o acesso ao sistema de seguridade por meio de uma aposentadoria digna, do atendimento pelo sistema de saúde pública, do acesso aos benefícios em razão de afastamento involuntário do mercado de trabalho ou pelo direito ao seguro-desemprego. Some-se a isso a fragilização das instituições públicas responsáveis por garantir a efetividade dos direitos e da proteção social (Krein; Oliveira, 2019, p. 129).

Cabe observar que a precarização vai além da categoria, uma vez que, ao reduzir o rendimento à produtividade individual, acaba por impor um aumento de jornada para cumprir uma meta salarial definida pelo próprio trabalhador. Assim, conforme este entregador consegue ampliar sua própria meta de entregas diárias, a empresa passa a precisar de menos funcionários para atender a mesma demanda. Desta forma, percebemos que o argumento de que essa “modernização” geraria empregos, na prática não se confirma. Pelo contrário, na medida que um trabalhador assume a demanda de dois, o número de postos de trabalho é reduzido pela metade.

Podemos perceber que esse processo é favorável à empresa, pois tende a levar a um aumento da jornada de trabalho, com redução do custo do trabalhador e, conseqüentemente, aumento da exploração e precariedade do trabalho. Os “poros” do trabalho, aqueles tempos de não produtividade, de pausas, são eliminados, uma vez que os autônomos recebem por produtividade. Até mesmo as horas de descanso, como a hora do almoço, tendem a ser reduzidas porque não são remuneradas. É a equação que permite ao capital explorar cada momento que o trabalhador disponibiliza para a empresa, deixando de pagar cada segundo ocioso.

Cabe enfatizar, por fim, que no âmbito da organização do trabalhador autônomo, esse mecanismo de trabalho dificulta ainda mais a atuação sindical, esvaziando suas bases, uma vez que a contratação é indireta, impessoal, cujos trabalhadores são empregados disfarçados de pessoas jurídicas autônomas, se inscrevendo no direito comercial e não do trabalho. Nessas plataformas digitais de entrega, o número de pessoas que podem se inscrever nesses aplicativos é infinito, sendo que a empresa pode convocar ou deixar de chamar sem dar explicações.

O impacto dessa modalidade em um movimento grevista ainda não é conhecido, pela recente adoção do modelo na categoria, mas a prerrogativa da empresa de poder convocar trabalhadores autônomos para entregar correspondências durante o movimento paralista é mais um movimento que enfraqueceria a interrupção do serviço. Além disso, pensar na adesão desta categoria à paralisação nos leva a perceber que, primeiro, o trabalhador “autônomo” deixaria de receber sua remuneração imediatamente e, segundo, que a empresa teria grande facilidade em não renovar a contratação daqueles que tenham participado de um movimento sindical. Isso resultaria em algo análogo a uma demissão, porém sem os custos do rompimento de um contrato ou necessidade de qualquer justificativa, apenas deixando de convocar determinada “pessoa jurídica”.

Considerações finais

O presente artigo analisou a flexibilização das formas de contratação que vem sendo observada nos Correios, seguindo uma tendência geral do mercado de trabalho, que foi intensificada e legitimada pelas importantes reformas na legislação trabalhista implementadas em 2017.

Nesse sentido, temos, de um lado, o crescimento de trabalhadores terceirizados, inclusive desenvolvendo atividades finalísticas da empresa, que possuem condição de trabalho

mais instável e precária, embora desempenhem as mesmas funções que trabalhadores diretamente contratados pela ECT. De outro lado, cresce a contratação de trabalhadores “autônomos”, assim designados porque são contratados como pessoas jurídicas, o que no caso dos Correios assume uma lógica semelhante a um trabalho de tipo “uberizado”, em que o trabalhador recebe por produtividade e assume os riscos da atividade econômica.

As alterações nos contratos de trabalho, seja por meio da terceirização, seja com contratos de “autônomos”, não apenas precarizam o trabalho, como também promovem a desorganização sindical. Como vimos, o modelo de sindicalismo do século XX, que respondia à estrutura fordista de contrato direto e grandes parques industriais, tem um desafio para se adaptar às diversas formas de contratação impulsionadas em 1990 e no século XXI. Os Correios são uma expressão disso, pois a categoria passa por uma intensa transformação em que é adaptada ao modelo corporativo e suas formas de organização coletiva sofrem intensa metamorfose.

Os dados coletados nos sugerem que a diversificação nos mecanismos de contrato exigirá criatividade e firmeza do movimento sindical em reconhecer que, apesar das diferenças contratuais, todos fazem parte da classe trabalhadora e há necessidade de se organizar em conjunto, já que, separados, os segmentos estarão mais fragilizados para resistir a tentativas de retiradas de direitos.

Ressaltamos, também, que, os principais argumentos em prol da Reforma Trabalhista, que afirmavam ser ela uma forma de modernização dos contratos, que permitiria a extensão dos direitos dos trabalhadores formais para os precarizados e que ampliaria o emprego, não se sustentam na análise de sua aplicação nos Correios. Percebemos o contrário, isto é, que há uma significativa redução no número de trabalhadores estáveis, concursados, que são substituídos por terceirizados ou autônomos, chamados pela categoria de “uberizados”. Assim sendo, se observarmos além do viés ideológico apresentado pelos proponentes da nova legislação trabalhista, perceberemos que ela funcionou em sentido oposto da “propaganda” em torno dela, ampliando formas precárias de contratação, intensificando o trabalho e enfraquecendo a luta sindical.

Cabe enfatizar, por fim, outro aspecto significativo da flexibilização das formas de contratação nos Correios: ela tende a precarizar não apenas o trabalho, mas os próprios serviços prestados pela empresa. Desse modo, quem sofre as consequências negativas desse processo não são apenas os trabalhadores, mas a sociedade como um todo, na medida em que

a precarização dos vínculos de trabalho ameaça também a qualidade do serviço prestado pela estatal, que é de suma relevância para toda a coletividade.

Referências Bibliográficas

BAETA, Karla. **Reforma trabalhista de 2017 no Brasil**: aspectos de interesse para a saúde do trabalhador. Brasília: Especialização em Planejamento e Estratégias de Desenvolvimento, 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Brasília, DF: Presidência da República, mar. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018**. Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. Brasília, DF: Presidência da República, [2018]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9507.htm. Acesso em: 28 jan. 2023.

BOITO, Armando. **O sindicalismo de Estado no Brasil**. Campinas: Unicamp/Hucitec, 1991.

BRAUNERT, Mariana Bettega. **Empresas públicas, racionalidade privada**: um estudo sobre o trabalho nas companhias de economia mista do Paraná. 2018. Tese (Doutorado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

CAVALCANTE, Sávio; MARCELINO, Paula. Revisitando uma definição de terceirização. **Caderno CRH**, Salvador, v. 34, p. 1-13, 2021.

CORREIOS. 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO 2020. Aos vinte e três de junho de dois mil e vinte. <https://www.correios.com.br/aceso-a-informacao/institucional/publicacoes/atas-de-reunioes/reuniao-extraordinaria-do-conselho-de-administracao/2020/4a-ata-reuniao-extraordinaria-do-conselho-de-administracao>. Acesso em setembro de 2023. 2020a.

CORREIOS. Relatório anual de atividades de auditoria interna – RAINTE 2020. <http://www.correios.com.br/aceso-a-informacao/auditorias/arquivos/relatorio-anual-de-atividades-de-auditoria-interna-rinte-2020/view>. Acesso em outubro de 2023. 2020b.

CORREIOS. Diretoria de Governança – DIGOV. Lista de empregados terceirizados (art. 149, Lei nº 14.116/2020). Fonte: Informações fornecidas pelas Superintendências Estaduais. <https://correios.com.br/aceso-a-informacao/servidores/arquivos/lista-de-terceirizados-diretoriate-governanca.ods>. Data Extração dos Dados: abr a jul/2021. Data de publicação dos Dados: 16/08/2021. Acesso em 24 de setembro de 2021. 2021.

CORREIOS. **Prestação de serviço de execução indireta de serviços para entrega de encomendas sistema de registro de preços - SRP** <https://www.correios.com.br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/minutas-de-editais/servico/edital-eis-encomendas-dedis-srp>. Acesso em 04 de outubro de 2023. 2023.

DRUCK, Graça; OLIVEIRA, Isabela Fadul de. O debate conceitual sobre terceirização: uma abordagem interdisciplinar. **Caderno CRH**, Salvador, v. 34, p. 1-13, 2021.

FILGUEIRAS, Vitor. As promessas da reforma trabalhista: combate ao desemprego e redução da informalidade. *In*: KREIN, José Dari; OLIVEIRA, Roberto Veras de; FILGUEIRAS, Vitor Araújo (org.). **Reforma trabalhista no Brasil**: promessas e realidade. Campinas: Curt Nimuendajú, 2019. p. 13-52.

GONÇALVES, Caroline Soares. **Subcontratação, agenciamento e precarização do trabalho**: o caso da empresa brasileira de correios e telégrafos. 2019. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2019.

KREIN, José Dari; OLIVEIRA, Roberto Veras. Os impactos da Reforma nas condições de trabalho. *In*: KREIN, José Dari; OLIVEIRA, Roberto Veras de; FILGUEIRAS, Vitor Araújo (org.). **Reforma trabalhista no Brasil**: promessas e realidade. Campinas: Curt Nimuendajú, 2019. p. 127-155.

LIMA, Jacob Carlos; BRIDI, Maria Aparecida. Trabalho digital e emprego: a reforma trabalhista e o aprofundamento da precariedade. **Caderno CRH**, Salvador, v. 32, p. 325-342, 2019.

MASSON, Bernardo Paim Cunha. **E agora, para onde marcha o sindicalismo nos Correios?:** impactos da reforma trabalhista sobre a organização dos trabalhadores. 2022. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2022.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2004.

OLIVEIRA, Ricardo Gonçalves. Regulamentação da terceirização no Brasil: novas configurações das relações de trabalho, novos desafios à ação sindical. **Século XXI: Revista de Ciências Sociais**, Santa Maria, v. 8, n. 2, p. 519-562, 2018.

OLIVEIRA, Roberto Veras de; GALVÃO, Andreia; CAMPOS, Anderson. Reforma Trabalhista: impactos imediatos sobre os sindicatos e primeiras reações. **Cadernos do CEAS**, Salvador/Recife, n. 248, p. 668-689, set./dez. 2019.

SANTOS, Nair Martins de Sá dos. Terceirização na Administração Pública Indireta: Uma abordagem de seus limites e impactos. **Postal Brasil, Revista Técnico Científica dos Correios**, Brasília, 2019. Disponível em: https://portalteste.correios.com.br/sobre-os-correios/educacao-e-cultura/postal-brasil-revista-tecnico-cientifica-dos-correios/volume-iv/pdf/Revista_PostalBrasil_v4_Edicao_completa.pdf. Acesso em: 12 set. 2021.

SANTOS, Nair Martins de Sá dos; ARAÚJO, Wilson Gomes Ferreira de; LIMA, Márcia Freitas Mendes de. Diversificação dos meios de distribuição. **Postal Brasil Revista Técnico Científica dos Correios**, Brasília, 2019. Disponível em: https://portalteste.correios.com.br/sobre-os-correios/educacao-e-cultura/postal-brasil-revista-tecnico-cientifica-dos-correios/volume-iv/pdf/Revista_PostalBrasil_v4_Edicao_completa.pdf. Acesso em: 12 set. 2021.

TEIXEIRA, Tadeu Gomes. **Os correios em transformação: reestruturação, organização do trabalho e políticas de gestão do trabalho (1994-2011)**. Campinas: Unicamp, 2013.

Recebido em: 27/03/2023

Aceito em: 28/09/2023

TWITCH.TV, AS NOVAS FRONTEIRAS DO TRABALHO PLATAFORMIZADO

TWITCH.TV, NEW FRONTIERS OF PLATFORM LABOR

Maria Aparecida Bridi*

Thiago Bedin**

Resumo

A Twitch.tv é uma plataforma de transmissões ao vivo, onde milhares de pessoas tentam ganhar a vida realizando Transmissões ou *streams*. A Twitch nos apresenta a possibilidade de compreender parte de como as novas formas de trabalho são organizadas e condicionadas pelo desenvolvimento das novas tecnologias da informação (TICs). Os dados tornaram-se ponto central da produção capitalista. Empresas de plataforma utilizando suas bases de dados colocam-se como interface que medeia as relações produtivas entre seus diferentes autores. Além das plataformas, vemos outro tipo de configuração organizacional surgir com as TICs, as redes de empresas, uma estrutura amorfa com vários pontos produtivos que se conectam, formando, assim, cadeias produtivas complexas. O trabalho dos *streamers* e outros produtores de conteúdo condicionados pelos modelos de empresa de plataforma e empresa em rede nos permite vislumbrar como o trabalho é moldado dentro da lógica do capitalismo de plataforma. Analisamos como o trabalho toma um aspecto não clássico que foge de uma relação diádica entre trabalhador e patrão e passa para uma concepção de uma multiplicidade de autores presentes no fazer-saber do trabalho. Para compreender como as relações de trabalho são organizadas e transformadas, adotamos a análise metodológica de netnografia na coleta de dados na plataforma Twitch.tv. Também realizamos entrevistas com os trabalhadores que usam a Twitch como meio de trabalho, permitindo uma melhor compreensão das relações produtivas e do trabalho inseridos no capitalismo de plataforma.

Palavras-chave: Capitalismo de plataforma. Trabalho plataformizado. Twitch. Streamers.

Abstract

Twitch.tv is a streaming platform where thousands of people try to make a living. Twitch presents us the possibility to comprehend part of how the new forms of labor are organized and conditioned by the development of the new Information Technologies (ITs). Data has become a central part of capitalist production. Platform companies utilize their database to put themselves as the interface that mediates the productive relationships between the different parts of the process. Beyond the platforms another organization configuration surges, the network company, an amorphous structure with several interconnect points that form complex chains of production. The work of streamers and other content creators conditioned by the platform and network models allow us to perceive part of how the process of labor is shaped from a platform capitalism perspective. We analyze how this labor takes a non-classical aspect that differentiates from the diactic relations of employee and employer and focus on a multiplicity of authors present in the know-how labor. To comprehend how the labor relations are organized and transformed we adopt a netnography methodology that consists of the collection of data on the platform Twitch.tv. Also we interviewed three streamers that use Twitch as their primary source of income. This allows us a better understanding on how these productive relations and labor are inserted into the logic of platform capitalism.

Keywords: Platform capitalismo. Platform labor. Twitch. Streamers.

* Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná (1988), mestrado e doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (2005 e 2008). Coordenadora do Grupo Trabalho e Sociedade (GETS/CNPq). Professora Associada do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Paraná e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia. E-mail: macbridi@gmail.com

** Possui graduação em Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná (2022), bacharel em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2010). Participante do Grupo Trabalho e Sociedade (GETS/CNPq). E-mail: ThiagoBedin@hotmail.com

Introdução

As novas tecnologias produtivas alteram a organização do trabalho, as formas de trabalhar, de organizar e distribuir a produção. Novos negócios emergiram em razão das tecnologias de informação e comunicação (TICs) e das mudanças políticas que aderiram à onda neoliberal da flexibilização dos direitos do trabalho. Fenômeno recente, as plataformas digitais vêm promovendo significativas reconfigurações no mercado de trabalho e no próprio trabalho. Trata-se de tema que vem despertando o interesse de investigação pela comunidade científica latino-americana, embora como afirmam Bridi, Vêras de Oliveira e Salas (no prelo), os estudos são bastante concentrados nos trabalhadores que atuam no segmento de transporte de passageiros e de mercadorias e alimentos, as chamadas plataformas digitais no ecossistema *location-based*, isto é, para aqueles trabalhos que utilizam aplicativos, caso de motoristas de Uber, motoboys e ciclistas, que trabalham sob demanda, em um espaço definido e sob o controle dos algoritmos das empresas¹. Quanto às plataformas de tipo *web based*, nos quais os trabalhadores atuam a partir de suas casas, por meios telemáticos, com uso intensivo de *desktop/notebooks* e *software* (Bridi, 2022), os estudos são ainda escassos.

Muitas das plataformas promovem formas adaptadas de relações que já existiam ou modelos criados a partir do desenvolvimento de novas tecnologias. Esse é o caso dos “*streamers*” que trabalham dentro da Twitch.tv, uma plataforma de transmissões ao vivo. Para que possamos compreender o funcionamento dessa plataforma e como o trabalho nela se configura, utilizamos a metodologia de Kozinets (2014), a netnografia, que consistiu na inserção de um dos autores dentro de diferentes canais e comunidades que existem dentro da Twitch, para a produção de diários de campo. Coletamos dados referentes ao funcionamento da plataforma e suas mudanças ao longo do tempo, bem como às diferentes formas de sociabilidades que permeiam a plataforma. No presente artigo, desenvolvido a partir de Bedin (2022), nos focamos no aspecto organizacional da plataforma e sua relação com os que lá trabalham. Dessa maneira, fizemos o contato direto com os trabalhadores que a utilizam para trabalhar. Com isso, foram realizadas três entrevistas no ano de 2022 com *streamers* que já tinham na Twitch sua principal forma de renda.

¹ Entre as inúmeras pesquisas no Brasil sobre esse trabalho plataformizado, citamos Abílio (2020), Festi e Oliveira (2022), Kalil, Fonseca e Almeida (2021), Machado e Zanoni (2022).

Os três entrevistados serão referenciados aqui por codinomes a fim de resguardar suas identidades: *Streamer A* (SA), *Streamer B* (SB) e *Streamer C* (SC)². Como todos os entrevistados são de outros países, as entrevistas foram realizadas em inglês e por meio da internet. Soma-se às entrevistas (com tradução livre nossa), a análise e acompanhamento do próprio site da Twitch.tv, que oferece todo seu arcabouço legal, termos e outros programas direcionados a *streamers*, que serão discutidos à frente. Outras ferramentas importantes foram os sites TwitchTracker³ e StreamsCharts⁴, que, apesar de não afiliados à Twitch ou à Amazon, disponibilizam dados e informações sobre a plataforma Twitch.tv.

Para efeito de apresentação e análise dos dados, organizamos o artigo em dois eixos de análise. O primeiro trata das plataformas como um modelo de empresa. O segundo analisa como o trabalho dos *streamers* se estrutura dentro da lógica da empresa de plataforma.

A Twitch.tv e os *streamers* que lá trabalham

A Twitch é um site onde aqueles que o acessam podem escolher uma miríade de transmissões ao vivo. Todos aqueles que possuem uma conta na Twitch podem fazer transmissões, pelo menos na teoria. Fazer uma transmissão ao vivo não nos torna automaticamente um *streamer*; consideramos como *streamers* as pessoas que realizam transmissões ao vivo dentro de plataformas dos mais variados tipos. Um *streamer* seria então um indivíduo que se utiliza de determinada plataforma para realizar essas transmissões com uma certa regularidade tendo uma continuidade da prática por um tempo mais longo (não importando o quão esparsa ela é). Essa prática pode ter ou não um retorno financeiro, dependendo de uma série de fatores: número de inscritos no canal, patrocínios, contratos etc.

² O SA é um *streamer* do sexo masculino, na faixa etária de 30 anos, residente na Europa. Possui formação dentro da área de ciência da computação, mas nunca trabalhou na área, assim que terminou a faculdade começou suas atividades dentro da Twitch, que transformou em sua carreira. Faz *streams* desde 2015 e tem como média de 3000 espectadores. O SB está na Twitch há mais de 10 anos. SB é um homem também na faixa etária dos 30 anos, nascido e criado nos EUA e possui uma formação acadêmica em história, tendo sido professor antes de virar *youtuber* e *streamer*. SB teve uma média de 800 espectadores, o seu número de inscritos não pode ser visualizado, pois ele não disponibilizou essa informação para acesso. A SC é uma *Vtuber* e está na Twitch desde 2016. É uma mulher com idade em torno dos 20 anos, é dos EUA. Começou uma faculdade de arte gráfica voltada para o 3D, mas não concluiu. A SC nos últimos 90 dias teve uma média de 1000 espectadores, tendo totalizado mais de 300 horas de *stream*. Os dados das *streams* foram coletados no mês de julho de 2022, no site TwitchTracker. Disponível em: <https://twitchtracker.com/> Acesso em: 02 jul. 2022.

³ Disponível em: <https://twitchtracker.com/> Acesso em: 02 jul. 2022.

⁴ Disponível em: <https://streamscharts.com/> Acesso em: 02 jul. 2022.

A diferença principal de um *streamer* e um usuário normal está nessa atividade periódica de realizar transmissões ao vivo.

Quando denominamos os trabalhadores e o seu trabalho como *streamers* e *stream*, é necessário manter uma compreensão de que existe uma interconexão com toda uma esfera social da internet e da produção de mídia dentro dela. Os trabalhadores desse meio também podem ser definidos como criadores de conteúdo, termo acolhido por aqueles que trabalham na área. A diferença entre *streamers* e criadores de conteúdo é que o primeiro trata de um indivíduo que tem sua atividade dentro das plataformas de *streaming*; e o segundo se atém a uma visão mais geral que envolve toda atividade desses indivíduos em diversas plataformas. Os termos *streamer* e criadores de conteúdo têm similaridades, mas o último se refere a uma atividade de trabalho mais ampla que escapa do espaço da plataforma da Twitch.tv.

Mas o que podemos compreender como sendo “conteúdo”? A ideia de conteúdo se relaciona a algo produzido e disseminado pela internet, geralmente dentro de redes sociais e/ou plataformas de vídeos. Conteúdo é algo muito flexível que pode ser aplicado para diversos tipos de atividades, mídias e ações. Essa flexibilidade de tipos de mídia e formas de engajamento é a razão para afirmarmos que o termo mais correto para se referenciar a esses trabalhadores seja de criadores de conteúdo dentro de toda cadeia produtiva a qual pertencem. Os termos discutidos aqui não são excludentes, mas sim partes de uma mesma categoria de trabalhadores. No entanto, para compreender as dinâmicas do trabalho dos *streamers* é necessário o entendimento de como as plataformas digitais se estruturam como empresas e, por sua vez, estruturam as dinâmicas dos trabalhos que as permeiam.

A figura da Empresa no Capitalismo de Plataforma

As empresas de plataforma foram analisadas por Srnicek (2017) como aquelas que criam e organizam estruturas produtivas, ao mesmo tempo em que buscam cercar seus usuários dentro dessas mesmas estruturas. Não são apenas os modelos de empresa que se modificam, mas novas estruturas de produção, novas formas de trabalho e de controle do trabalho também vem em seu seio. A bibliografia sobre o tema das plataformas digitais as define como “infraestruturas combinadas de software e hardware, de propriedade privada ou pública, alimentadas por dados, automatizadas e organizadas por meio de algoritmos digitais” (Bridi, 2022, p. 10). Essas ao entrarem nos setores econômicos já existentes os reconfiguram, moldando as estruturas organizacionais e criando configurações de negócios e de trabalho.

Srnicek (2017), no entanto, coloca certas características que podemos perceber para categorizar plataformas como modelos empresas. A primeira delas seria o papel de mediador entre as partes: as plataformas se colocam como interface entre seus usuários, sendo aqueles que trabalham e/ou vendem seus produtos, e aqueles que os consomem. Tudo é mediado pela plataforma. A segunda seria o “efeito de rede”: quanto mais usuários e quanto mais esses passam tempo nos sistemas da plataforma, mais valiosa ela se torna. Grande quantidade de usuários corresponde a uma grande base de dados e um papel maior da plataforma como intermediária. O efeito de rede proporciona a terceira característica o “subsídio cruzado”: o capital gasto para subsidiar um serviço gratuito é compensado em outro produto/serviço, tal como o YouTube, que é gratuito, porém gera ganhos com os anúncios presentes na plataforma. Srnicek (2017) também define cinco modelos de plataformas, sendo elas: a de anúncios, a qual envolve a venda de anúncios em seus espaços; a de nuvem, que aluga servidores, programas e serviços; a industrial, que fornece sistemas de organização da produção; a de produtos, que oferecem um tipo de serviço que é mantido pela própria plataforma; e magras, como empresas sem funcionários e até sem “mercadorias”. É importante compreender que todos os modelos de plataforma apresentados se utilizam de dados como base para seu funcionamento.

Os dados se tornam a principal matéria-prima das plataformas para desenvolver suas estruturas e sua hegemonia nos modelos produtivos. As maneiras como essas empresas de plataforma agem e se comportam dentro de uma economia global se demonstram na formação de suas cadeias produtivas, pelo menos naquelas que detêm uma maior fatia do mercado. Com a necessidade de manter um número crescente de usuários, a competição entre as diferentes plataformas é feroz. A capacidade de coletar dados é parte central na disputa entre plataformas. Porém, a coleta é apenas parte da estratégia de expansão. Com seu armazenamento, tem-se a necessidade da organização, quantificação e utilização dos dados coletados. “Expandir a capacidade de coletar dados é um dos imperativos de competição destas companhias, desenvolver meios correspondentes de análise é outro” (Srnicek, 2017, p. 65).

A manutenção de uma vantagem competitiva faz com que as plataformas precisem expandir cada vez mais e assim, ao mesmo tempo, se tornam cada vez mais parecidas. Um bom exemplo disso são os aplicativos de música como Spotify, Itunes, Amazon Music, YouTube Music etc. Srnicek (2017) destaca que a contínua expansão para todos os lados dessas

plataformas faz com que elas se tornem incrivelmente semelhantes; o desafio delas é como fazer com que os usuários fiquem em suas plataformas e não nas de seus concorrentes. Para isso, as plataformas se utilizam de estratégias como a incompatibilidade ou imobilidade para outras plataformas⁵; descontos ou brindes vinculados a outros serviços da plataforma. O nível de conectividade e flexibilidade que existe nos modelos contemporâneos de empresas, e o processo de globalização do capital fazem com que as empresas se transformem, não apenas para lidar com seus mercados, mas também para moldar as formas como se relacionam umas com as outras.

Empresas de Plataforma em Rede: a relação entre Amazon e a Twitch

Os modelos de empresa desde a revolução informacional, nos termos de Castells (2019), se transformam junto com os meios produtivos. Como analisa o autor, as novas condições introduzidas pelo surgimento e avanço de novas tecnologias informacionais possibilitam a emergência de novos meios organizacionais da produção e do trabalho. As empresas, no final dos anos 80 e começo dos anos 90, configuradas como entidades únicas, tendiam a ter parte de sua produção concentrada e com uma estrutura produtiva “fordista”. Com o avanço das TICs, as empresas vão deixando essa verticalidade para tomarem formas mais horizontais, com base em uma relação que envolve várias empresas que se organizam sobre uma mesma “marca”, ou uma empresa-mãe. Por exemplo, a Google, Google Capital, Calico etc. são empresas de propriedade de outra empresa, a Alphabet, que se configura como empresa em rede, tendo suas estruturas produtivas descentralizadas em outras empresas que, por sua vez, se conectam entre si. Já a Amazon funciona em uma lógica parecida, várias empresas se conectam dentro de sua rede: Amazon Ads, AWS, Amazon Logistics e claro a Twitch.tv⁶.

A maneira como essas empresas se configuram reforça o modelo do capitalismo de plataforma proposto por Srnicek (2017), visto que a posse do *software*, ou a posse da propriedade intelectual da empresa, de sua marca, de seu código se torna um bem quase que mascarado pela densidade e complexidade de sua rede, mas é também fator primário no

⁵ Como a Apple, que prende seus usuários dentro de seu próprio sistema operacional.

⁶ Não discutimos a relação entre essas empresas e o grau de subordinação de uma em relação a outra, o que exigiria pesquisa específica.

controle do capital e do trabalho. Isso não significa que possamos declarar o fim do trabalho e do capitalismo industrial, visto que parte dele é transferido para as novas fronteiras da economia mundial. Os processos de exportação da produção são parte dessa rede produtiva. As empresas de plataforma têm uma vantagem nesse processo, pois seu modelo de estrutura e de funcionamento já nasce dentro dessa perspectiva de conectividade das relações. Castells (2019) e Srnicek (2017) apresentam em suas análises certas diferenças, enquanto o primeiro coloca empresas em rede como sendo a união de sistemas descentralizados, ou pelo menos, de uma difusão de funções dentro dos modelos clássicos de empresa; o segundo compreende o surgimento de um novo tipo de organização, onde o controle se concentra na propriedade de sistemas e dos dados por onde ela se estrutura. Vemos em ambos características que refletem a atual configuração do capitalismo industrial de plataforma, como nomearam Amorim, Bridi e Cardoso (2022). O conhecimento de como as plataformas lidam com os dados, sistemas, softwares etc. criando estruturas e serviços – que conectam diferentes partes para o fechamento do ciclo do capital – é de vital importância para a compreensão de como a Twitch Interactive e, em consequência, plataformas como a Amazon, operam dentro da esfera produtiva da internet. Compreender as empresas em rede nos permite vislumbrar como as plataformas conseguem estruturar redes produtivas complexas e compreender como se inserem dentro do ciclo capitalista de circulação. Essa visão é importante principalmente para compreender a relação da Twitch.tv e sua “empresa-mãe”, a Amazon, tanto como plataformas quanto como empresas em rede.

A Amazon combina dentro de sua alçada estruturas que tocam em todos os modelos colocados por Srnicek (2017). Ela trabalha com sistemas de organização da produção industrial, com a produção de mercadorias em si para serem comercializadas dentro de sua própria plataforma de vendas; funciona como empresa magra, onde seus “colaboradores” trabalham como entregadores, estoquistas etc.; e ainda por cima também lida com a venda de anúncios dentro de suas plataformas. Com a aquisição da Twitch.tv, em agosto de 2014, a Amazon começa a inserir a Twitch dentro de sua rede produtiva, conectando-a a seus outros serviços, por exemplo, os anunciantes que compram espaços na Twitch o fazem pelo programa de anúncios da própria Amazon, ou a inserção de programas de parcerias com a plataforma de vendas da Amazon, através de *links* de produtos que podem ser comprados diretamente da plataforma.

As estruturas da Twitch e suas inserções na rede da Amazon

A Twitch se estrutura através de canais. Cada usuário tem o seu canal e pode usá-lo para realizar *streams*. As categorias de canais em sua maioria se referem a jogos eletrônicos, mas existem outros tipos como o “só conversando” ou o “criativo”. Os canais consistem em três partes principais: a tela onde a *stream* aparece; o painel de informações do canal, que consiste em painéis montados pelo próprio *streamer* contendo informações como uma introdução sobre quem ele é; tipo de computador utilizado; suas redes sociais; *links* para dar doações/gorjetas; e o espaço do chat onde os espectadores podem conversar entre si e interagir com o *streamer*. Na plataforma, existem três tipos de espectadores (não estamos considerando neste estudo os perfis de empresas ou marcas de produtos eletrônicos). O primeiro tipo são os espectadores em geral, que não possuem nenhum vínculo com aquele canal específico. O segundo tipo são os seguidores, aqueles que clicaram no botão de seguir o canal. O terceiro tipo é o dos inscritos no canal, ou, como se diz no jargão da Twitch, os “*subscribers*” (ou subs, ou inscritos), que escolheram pagar uma mensalidade para acesso ao canal.

A inscrição paga nos canais é o objeto da alteração mais significativa na incorporação da Twitch dentro da rede produtiva da Amazon. A mudança consiste na introdução de uma nova forma de inscrição nos canais, utilizando o serviço do “Twitch Prime”. A inscrição *prime* é basicamente a possibilidade de se inscrever em um canal de “graça”, porém esse brinde só é recebido por aqueles que possuem o Amazon Prime⁷. Após a introdução do Twitch Prime, temos a introdução de diferentes níveis de inscritos organizados em: 1, 2, e 3. Cada nível corresponde a um preço que aumenta gradativamente. A recompensa que o inscrito ganha é ter do lado do seu nome no chat uma imagem e acesso a uma seleção de emojis (que na Twitch são chamados de “*emotes*”) que são exclusivos daquele canal e podem ser utilizados em toda a plataforma. Desde final do ano de 2021, os preços dos inscritos começaram a variar de acordo com as moedas locais dos países (daqueles incluídos nessa precificação) onde o espectador reside. A diferença nas moedas também afeta o pagamento feito aos *streamers*. A divisão do valor é feita pelo preço da moeda em que foi paga, então teoricamente um inscrito brasileiro valeria menos dinheiro do que um inscrito americano

⁷ O Amazon Prime é um serviço de assinatura que dá benefícios como frete grátis na Amazon, acesso ao Prime Vídeo, Amazon Music, entre outros. Seu valor gira em torno de 119 reais por ano. Retirado de <https://www.amazon.com.br/prime> Acesso em: 26 mar. 23.

devido à diferença cambial. O SA relata sobre como essa mudança afetou a renda dos *streamers*, principalmente aqueles de médio e pequeno porte. Ficou mais fácil para pessoas de outros países se inscreverem. Porém, para os *streamers* menores não houve um aumento real do número de inscritos, apenas a desvalorização das inscrições realizadas por inscritos de outro país⁸. Já os *streamers* grandes tiveram um aumento em inscritos no canal. A média de inscritos que esses canais tinham passa a render menos, refletindo que o preço dessa inscrição não corresponde aos 5 dólares de antes da mudança. A precificação em moedas nacionais pode ter ajudado na rentabilidade do trabalho, mas com ela veio um corte significativo no pagamento.

O Twitch Prime, conforme mencionamos, é uma maneira de o espectador se inscrever em um canal de “graça”, desde que ele seja assinante do Amazon Prime. A introdução do Twitch Prime significou, para aqueles que usavam a plataforma para meios de trabalho, uma viabilidade que antes não existia. SA ao relatar sobre sua primeira experiência com o Twitch Prime diz que no dia em que ficou disponível ganhou mais de 150 inscritos, conseguindo atingir uma meta pessoal de 300 inscritos no canal: “Atingi a meta de 300 inscritos em um dia, foi insano, mudou tudo completamente, foi uma das coisas que me fez ver que viver de *streams* na Twitch era possível.” (Entrevistado SA, 12 de abril de 2022).

O Twitch Prime possibilitou que pessoas com o serviço da Amazon conseguissem se inscrever nos canais de seus *streamers* favoritos. Sua principal contribuição foi a inserção da Twitch.tv dentro da estrutura produtiva da Amazon. Essa inserção é exemplificada pelo “*prime gaming*” (mais um benefício de assinar o Amazon Prime). Nele, o inscrito ganha vários jogos de graça, e recompensas dentro dos mais diversos jogos, como cosméticos, itens, entre outros. Os jogos disponibilizados mudam, e as recompensas dentro dos jogos costumam ter um tempo limite para que possam ser resgatadas. A decisão sobre quais jogos serão selecionados ou quais terão recompensas cabe à Twitch e à Amazon. O modelo *prime*, dessa forma, fez com que a plataforma da Amazon passasse a fazer a ponte entre suas próprias estruturas produtivas no universo da Twitch. Os desenvolvedores de jogos e eletrônicos, os criadores de conteúdo e a audiência de espectadores da Twitch se inserem, assim, na plataforma da Amazon, seja na parte de anúncios, na parte do entretenimento ou no próprio comércio de mercadorias.

⁸ E isso ainda sem considerar a diferença no pagamento para *streamers* de outros países, como o Brasil, no qual a mudança significou um corte ainda maior.

O *prime* não é a única mudança que ocorre na plataforma, também temos outras ferramentas e maneiras de interagir com a plataforma, um exemplo disso são os *bits*, uma moeda virtual que pode ser comprada e usada dentro dos canais da Twitch para dar gorjetas para os *streamers*. Outra maneira, foram os *drops*, que são uma forma dos espectadores ganharem brindes em certos jogos se assistirem por um certo período às *streams* participantes. Observando essas interconexões, percebemos como a Twitch se integra à plataforma da Amazon tornando-se mais um espaço para que os sistemas da empresa sejam implementados e utilizados.

As estruturas e características das plataformas podem parecer à primeira vista como apenas um detalhe. Porém, é preciso considerar que os meios e maneiras pelas quais as grandes plataformas (pelo menos, as hegemônicas) se organizam, tornam-se padrões a serem seguidos. A maneira como os canais são organizados: o *layout*; as ferramentas disponibilizadas; os espaços como *chat*; os bônus como *emotes* e *bits*, todos eles se tornam razões para que os usuários continuem a usar a plataforma em detrimento de outra. Isso não se deve apenas ao *layout* ou estrutura que o *chat* possui, mas todo um suporte provido pela plataforma que continua criando ferramentas e mudanças sempre a fim de manter seus usuários dentro de seus sistemas. Todas estas características desenvolvidas pelas plataformas seguem a lógica apontada por Srnicek (2017) de manter cada vez mais usuários ensimesmados dentro delas. As dificuldades de sair desses sistemas para mudar de plataforma são enormes. Segundo o nosso entrevistado, SB, é preciso ver onde está o público. Se novos espaços surgem, e tentam competir com as plataformas já estabelecidas, eles precisam provar que o público está lá, para que *streamers* e espectadores se interessem em sair da Twitch.

Organização e controle do trabalho: as relações entre os *Streamers* e a Twitch.tv enquanto Plataforma Magra

A organização do trabalho também passa por estruturas ditadas pelas plataformas. A relação de trabalho na Twitch.tv se configura em sua maioria como uma plataforma magra. Para receber um pagamento da plataforma por fazer *streams* na Twitch é necessário que o *streamer* participe dos programas de parceria que, segundo o contrato disponível, não consta como sendo de emprego, ambas as partes são empreendedores individuais como vemos no artigo 14 do contrato dos afiliados

“Art. 14. Relação das Partes. Você e nós somos, e permaneceremos em todos os momentos, contratados independentes, e nada neste Contrato será interpretado para criar uma agência, emprego, fiduciário, representante ou qualquer outro relacionamento entre você e nós. Você não se apresentará como um funcionário, representante ou agente nosso. Você entende e concorda que não tem autoridade para nos vincular de qualquer maneira, ou entrar em qualquer acordo ou incorrer em qualquer responsabilidade em nosso nome” (Twitch, 2019).

Essa desvinculação da relação entre as duas partes permite que a empresa não seja obrigada a pagar custos trabalhistas, como férias, seguros, horas extras etc. As plataformas, segundo Srnicek (2017), são magras justamente pela capacidade de funcionar sem a “presença” de trabalhadores e de estruturas. A Uber não detém posse dos carros que estão trabalhando nela, da mesma maneira, a Twitch também não detém a posse dos computadores, jogos, mixadores de áudio e outros aparelhos usados para realizar *streams* em sua plataforma. A plataforma possui os servidores por meio dos quais esses indivíduos trabalham. Essa independência, no entanto, não significa uma liberdade total entre as partes. No contrato de afiliado, temos também uma cláusula de exclusividade⁹ em que o conteúdo produzido ao vivo é exclusivo da Twitch.tv por um certo período, no caso aqui 24 horas após o término da transmissão. A exclusividade é mais uma estratégia para manter usuários dentro de seus sistemas.

Os contratos na Twitch seguem o mesmo padrão, em que existe uma divisão de 50/50 no dinheiro gerado pelas inscrições no canal. Canais que tenham durante 3 meses pelo menos 350 inscritos que pagam recorrentemente¹⁰ podem se classificar como sendo “parceiros plus”, que tem uma divisão de 70/30 no pagamento das inscrições. Após entrar no programa, os *streamers* ficam nele por 12 meses. A divisão de 70/30 no entanto dura até o canal ter 100 mil dólares de renda, após isso ela retorna para a divisão 50/50. Outras plataformas podem até ter melhores divisões no pagamento, mas os *streamers* não conseguem trazer seus espectadores para ela. Diferentes plataformas têm diferentes meios de consumo e tipos de público.

A renda dos anúncios é gerenciada por outra divisão que depende muito da quantidade de espectadores, como relata o *streamer* entrevistado SB, que afirma que um terço de sua renda anual vem de anúncios. Quando uma *stream* alcança em média 500 espectadores regulares é que os anúncios começam a dar um bom retorno. Os anúncios dentro das *streams*

⁹ TWITCH Interactive. Twitch Affiliate Agreement. Califórnia, 2019. Disponível em: <https://www.twitch.tv/p/en/legal/affiliate-agreement/>. Acesso em: 24 ago. 2022.

¹⁰ São apenas contabilizadas inscrições feitas diretamente pela Twitch. Inscrições do Twitch Prime, ou inscrições que foram dadas de presente, não contam para o programa do parceiro plus.

é um dos pontos centrais por meio do qual a plataforma impõe o seu controle sobre o meio. Outra entrevistada, a SC, relatou como ela foi “fortemente encorajada” para passar mais anúncios. O *streamer* pode programar anúncios para passar em determinados horários; ou deixar na reprodução automática que passa anúncios segundo seu algoritmo próprio. Se há *links* para outras lojas, de lembranças, roupas etc. e eles estiverem colocados dentro da plataforma, o *streamer* recebe parte da venda também. Alguns *streamers* possuem contratos de exclusividade com termos adicionais, por exemplo, um bônus caso completem metas de produção realizando x horas de *stream* ao mês.

A relação entre a plataforma e os *streamers* se dá primeiramente pelas regras aplicadas pela empresa, os Termos de Serviço (TOS). É pela violação deles que *streamers* são banidos e impedidos de trabalhar. Dependendo da ofensa, o banimento dura um período diferente, podendo até mesmo ser permanente. Fora o policiamento dos TOS, a plataforma não tem ingerência direta em como o trabalho é realizado dentro da plataforma. O controle do trabalho se dá pelo algoritmo da Twitch. A principal forma que observamos o algoritmo agindo são como os canais são organizados em determinada categoria, tendo como primeiros os canais que teriam “mais afinidade” com suas preferências¹¹. Enquanto os TOS seriam as regras pelas quais as *streams* precisam seguir; o algoritmo é a força que molda e orienta o conteúdo que é divulgado. Não é à toa que a grande maioria dos vídeos do YouTube contém uma capa do *youtuber* fazendo uma careta apontando para algo e seus vídeos são todos reações deles de outros conteúdos. Todo esse formato é fortemente influenciado pelo algoritmo que define os parâmetros para recomendar ou não certo tipo de conteúdo.

O trabalho dos *streamers* parece à primeira vista um trabalho simples, afinal é apenas jogar videogames on-line ou só se sentar em uma mesa, ligar a câmera e ficar conversando. Enquanto acompanhamos a rotina dos *streamers*, percebemos uma realidade bem mais complexa. Ao longo de nossa observação na plataforma, identificamos que as *streams* duram geralmente em torno de 6 horas ao vivo, podendo variar, mas a tendência é sempre para mais tempo. Essa quantidade de horas trabalhadas não foge muito dos padrões da Twitch, pois quase todos os *streamers* com os quais tivemos contato, e/ou acompanhamos a partir de nossa inserção na plataforma, têm horários em torno de 8 horas. Os horários não são fixos, o *streamer* pode escolher quando trabalhar e a duração de sua *stream*. É necessário que

¹¹ É possível organizar os canais por número de espectadores, mas a configuração padrão é a organização titulada como “para você”.

tenhamos a noção que diferentes *streamers* em diferentes países ou regiões de um mesmo país têm necessidades diferentes. A quantidade necessária de trabalho para que se possa viver de fazer *streams* varia de acordo com a realidade social do trabalhador.

O trabalho dos *streamers* vai além do seu período on-line. Existe toda uma preparação para que a *stream* aconteça. Como a produção de elementos gráficos que possam aparecer na tela, *layouts*, a produção de novos *emotes* temáticos para determinado jogo etc. A entrevistada SC, por exemplo, sendo uma *vtuber*, cria figurinos e detalhes para incrementar seu avatar virtual para algo relacionado a um jogo ou tema para a *stream*. A SC relata como se dá a preparação de figurinos para seu avatar, desde seu design até sua programação e/ou configuração. O processo pode levar horas e até mesmo dias de trabalho, on-line e/ou off-line, antes que o avatar possa ser utilizado. Esse é um trabalho invisível, oculto, em que a maioria do processo não aparece. É uma parte do trabalho que em sua grande maioria não é pago. O retorno dessa atividade se dá pelo aumento de seus espectadores e do crescimento do canal, mas não há garantia de que ocorra. Porém, se não o fizer de tempos em tempos, seu conteúdo não é mais distribuído pelo algoritmo. As horas trabalhadas fora da bolha do on-line são gastas dentro de outras redes sociais, pesquisando sobre novos jogos; novidades para suas *streams*; contatos com outros criadores de conteúdo; reuniões com possíveis patrocinadores e na produção de outros conteúdos para diferentes plataformas. *Streamers* têm em suas relações de trabalho a disseminação de conteúdo por mais de um meio de distribuição. Isso torna a relação que esses criadores têm com outras plataformas e redes sociais de grande importância para a viabilidade do trabalho.

A presença dos *streamers* em outras plataformas sociais é central, ela expande a área de alcance que seu conteúdo pode ter, aumentando sua “*Discoverability*”, a chance de alguém ser descoberto pela internet ou dentro de certa plataforma. Existe toda uma lógica de postagem nas redes sociais para conseguir melhores resultados, quais horários postar, em que redes fazer e até mesmo que imagem colocar na capa de seus vídeos do YouTube. O entrevistado SB detalhou como a presença e os números nas redes sociais importam. São através desses números que os patrocinadores escolhem quem contratarão. A rotina de trabalho de um *streamer* é repleta de uso de diversas plataformas, cada uma com algoritmos diferentes que influenciam o processo de produção do conteúdo. Essa cadência de envolvimento em diversas plataformas não é algo exclusivo dos *streamers*, podemos até colocar que criadores de conteúdo em geral dependem desse marketing multifacetado para divulgar o que fazem, e talvez com isso ganhar mais olhos voltados ao que estão fazendo,

afinal, quanto mais pessoas você alcançar maior serão as chances de que alguém continuará a seguir o seu conteúdo.

Diferentes plataformas significam diferentes formas de trabalho ou novas formas de apresentar um mesmo conteúdo. A adaptação a esses ritmos diferentes, que se misturam e mudam constantemente, é outra faceta do trabalho dos criadores de conteúdo. A necessidade de se manter relevante dentro de um cenário que muda constantemente intensifica essa necessidade de se adaptar, de estar sempre presente, sempre disponível para as novas mudanças do mercado. O poder dos algoritmos usados nas plataformas se expressa na necessidade de “manter-se relevante”. Se o conteúdo não estiver dentro do modelo que o algoritmo dá preferência ele será menos sugerido a novos espectadores. O relacionamento com seus pares também faz parte da vivência do trabalho dos *streamer*, a colaboração entre *streamers* é uma maneira de aumentar sua disponibilidade de expandir a esfera de espectadores e aumentar sua esfera social dentro da plataforma. Uma pausa no trabalho pode causar queda de seus números, quantas pessoas se inscreveram, seguiram e assistiram nos últimos 90 dias. É por essas médias que são decididos os valores pelos quais os *streamers* vão ser pagos em contratos de patrocínio e/ou publicidades que seus canais podem fazer.

O trabalho não envolve apenas a interação dentro da *stream*, é também a construção de redes de relações pelos criadores de conteúdo e seus seguidores, chamadas de comunidades. A ideia de construir uma comunidade é muito presente no universo da Twitch.tv, seja ela pela própria plataforma ou por aqueles que a utilizam. A comunidade é um lugar para cultivar, ou melhorar, o seu contato com os espectadores, fazer crescer seu canal, planejar o que será produzido no futuro, fazer contatos com outros *streamers*, etc. O fazer do trabalho dos *streamers* e de outros criadores de conteúdo é marcado por essa interação com aqueles que lhes assistem. No caso da Twitch, esse contato é muito mais direto, afetando o trabalho enquanto ele está sendo produzido. As vontades de seus espectadores, de seus consumidores, estão sempre presentes moldando o produto. Com o passar do tempo, o *streamer* consegue ter uma noção de que tipo de conteúdo as pessoas preferem que ele faça. Essa preferência dos espectadores é tanta que *streamers* encontram dificuldade para realizar *streams* de outros jogos/conteúdos, pois, ao fazerem, perdem boa parte de seus espectadores. É comum encontrar *streamers* comentando que não fazem conteúdo X ou Y porque diminuiria seus números de espectadores (e, em consequência, prejudicam seu canal e também a renda de seu trabalho). As novas formas de trabalho nascidas dentro das revoluções tecnológicas de nossa

era carregam consigo aspectos novos e antigos da morfologia do trabalho. Quanto às possibilidades engendradas pelas novas tecnologias, Bridi e Lima (2018) apontam que elas trazem novos espaços de acumulação de capital, focados principalmente em ambientes virtuais, que trazem consigo novos negócios e novos meios de trabalhar e, com isso, novos mecanismos de controle do trabalho.

O *streaming* como trabalho não clássico

O trabalho dos *streamers* e de grande parte de criadores de conteúdo não pode ser compreendido da mesma forma de um trabalhador de fábrica ou de escritório. A definição de Trabalho não Clássico de Garza & Hernández (2018) pode ser adequada para essa atividade. Segundo os autores, a análise marxista da produção capitalista focava (até hoje de certa maneira) a relação industrial de produção, a venda de uma força de trabalho, que se converte, então, em mercadoria e toma forma de quaisquer produtos. Assim, precisamos diferenciar estes novos tipos de trabalho que fogem de uma noção de trabalho ligada ao modelo de uma produção industrial. Os autores Garza & Hernández (2018) ao proporem o conceito de “trabalho não clássico” lembram que Marx (2013) observa que o trabalho é em si atividade humana, dispêndio de força de trabalho que se completa em sua materialidade histórica, independentemente se essa materialidade é ou não ligada a uma relação de produção capitalista. O “marco mais amplo que imprime diferentes sentidos às categorias do trabalho acaba sendo o das relações sociais de produção [...] Nessa medida, a relação social de produção entre capital e trabalho aparece somente como uma de suas formas” (Garza; Hernández, 2018, p. 221). As relações sociais de produção dentro do capitalismo passam por transformações e podem ser entendidas como relações diádicas de capital/trabalho em seus modos mais clássicos, depois em relações triádicas e, por fim, em um novo momento do capital em relações múltiplas.

O processo do trabalho é diretamente influenciado dentro do espaço público tendo sua completude moldada pelos significados e sentidos imbuídos a ele. O trabalho dos *streamers* é a produção de suas *streams*, do conteúdo midiático que ficará guardado em suas plataformas, do momento de sua *live*. Enquanto os processos que ocorrem no YouTube têm um certo tempo para acontecerem, principalmente, com seus espectadores, na Twitch, as influências ocorrem quase que instantaneamente. O entrevistado SB informou que fazer conteúdo para a Twitch e para o YouTube é como a diferença entre fazer uma peça de teatro e um show de tv.

“Na Twitch você vai na frente da audiência e sabe imediatamente se eles gostaram [...] quando você coloca no YouTube tem cortes, edições e pausas entre o que você filma e edita”. (Entrevistado SB, 27 de outubro de 2022). O trabalho dos *streamers* – em sua relação de constante transformação com a mediação dos algoritmos, participação de seus espectadores através do *chat* e outras ferramentas que resultam na produção de um conteúdo imbuído de significados – é exatamente onde se percebe as relações múltiplas do processo de trabalho.

A ideia de mercadoria, ou da realização do que é o produto desse trabalho, também seria definida através dessas relações. Garza e Hernández (2018) apontam um problema nas teorias clássicas do trabalho, onde se existem diferentes relações de produção e trabalho nos quais seus resultados são determinados por sua materialidade histórica, o foco das teorias clássicas na fisicalidade do resultado da produção capitalista precisa ser revisado. Objetos possuem características subjetivas, sendo repletos de significados que surgem durante o próprio processo do trabalho. Mercadorias e produtos não dependem de ser físicos, eles são objetos construídos socialmente através de relações sociais de produção. Sendo assim, é indiferente para os modelos da produção capitalista que “sejam produzidas mercadorias físicas materiais imprimidas de significados, de signos objetivados imateriais ou que se trate de interações com significados geradas por trabalhadores assalariados” (Garza; Hernández, 2018, p. 223), a sua completude dentro da relação capitalista está em sua capacidade ou não de gerar a mais-valia.

Essa dinâmica, então, cria a necessidade de que examinemos a ideia de força de trabalho mais de perto. Garza e Hernández (2018) argumentam que não podemos considerar força de trabalho apenas a partir do dispêndio de energia imbuído na produção das mercadorias, visto que há todo um processo que escapa à parte da produção em si. As relações sociais de produção determinam a produção de mercadorias que podem ser ou não físicas e que englobam certos tipos de trabalho e trabalhadores. O próprio Marx (2013) já nos dá uma resposta a esse problema, quando afirma que o valor de uma mercadoria não é seu valor individual, mas sim seu valor social, isto é, o tempo socialmente necessário de trabalho para produzir a mercadoria. Nele, estão incluídos todos os processos de construção de significados e sentidos presentes na ideia de “trabalho não clássico”. Um exemplo de signos criados através do trabalho dos *streamers* pode ser visto nos *emotes* que são gerados para um canal, neles estão imbuídos valores e significações construídas através desse trabalho imaterial¹². A

¹² Eles não refletem a totalidade dos signos que o trabalho produz, esse sempre estará em si próprio, mas demonstram facetas que podem ser observadas.

mercadoria só se completa depois de seu consumo, depois que seu ciclo gerador de mais-valia se completa. Essa lógica traz alguns desafios para pensar a produção de conteúdo. A visão de como a noção de mercadoria entra no processo: o conteúdo enquanto tal tem seu valor de uso realizado, por exemplo, quando alguém assiste ao ou vê o conteúdo X. Porém, não é apenas o conteúdo que se caracteriza como mercadoria, a imagem do próprio criador também se torna ao mesmo tempo parte dessa mercadoria e também uma mercadoria em si mesma. Essa imagem da marca do criador de conteúdo é construída no mesmo processo de trabalho não clássico, moldando-se em uma relação dialética com o conteúdo produzido. Através dessa marca, surgem outras relações de produção nas quais o trabalho dos criadores de conteúdo se insere.

A relação do valor de uso e de troca do conteúdo enquanto mercadoria não fecha por si só o ciclo do capital. O valor de troca aparece (em ambas as formas) na capacidade de alcançar o maior número de pessoas, ou gerar um maior volume de consumo que leve a um aumento de sua capacidade de visualização. O conteúdo, diferentemente de mercadorias físicas, tem sua replicabilidade levada à última instância. Isso não significa que o conteúdo tenha um valor de troca infinito. Sua validade enquanto mercadoria está diretamente ligada a como os sentidos e significados imbuídos nela são ou não relevantes dentro da materialidade histórica em que estão incluídos¹³. É nessa relação que se cria a necessidade dos criadores de conteúdo de estarem sempre presentes, sempre conectados em diversas plataformas, em um ritmo constante de trabalho, adaptando sua produção para seguir as tendências das redes, dos algoritmos. As plataformas não só recebem parte do resultado desse trabalho, por exemplo na divisão de inscritos na Twitch, como vendem essa capacidade de alcance dos criadores que trabalham dentro de suas estruturas para outros setores de produção, sejam eles quais forem, pois se adaptam dependendo do contexto de cada região.

Considerações finais

O capitalismo se transformou rapidamente desde o começo do milênio. As transformações das cadeias produtivas condicionadas pelo desenvolvimento de novas tecnologias como as TICs trouxeram com elas novas formas de organização e de trabalho. A

¹³ Isso não quer dizer que o conteúdo entre em um limbo quando não é mais relevante, mas sim que conforme a materialidade histórica se transforma, juntamente são transformados os sentidos e significados que se tornam centrais em determinadas sociedades e nos processos de produção capitalista.

organização a partir das TICs trouxe consigo novos modelos de produção capitalista. Empresas se tornam cada vez mais descentralizadas dentro de redes produtivas que formam um outro tipo de modelo empresarial. A consolidação das informações como meio principal de organização da produção capitalista através dos dados trouxe consigo espaços e condições para que novas formas de trabalho aparecessem. Trabalhos esses que poderiam até existir antes dessa consolidação, mas só se consolidaram enquanto prática após o surgimento de um processo produtivo já transformado pelos avanços tecnológicos. O surgimento das plataformas e seus modelos organizacionais são fruto direto dessa transformação, assim como novas formas de trabalho também o são. Trabalho constantemente delapidado pela necessidade de estar em contato com diversas plataformas e redes ao mesmo tempo, cada uma trazendo consigo dinâmicas diferenciadas.

O trabalho dos *streamers* surge neste contexto, ao contrário de trabalhos como os motoristas e entregadores de aplicativos que foram “adaptados” aos novos modelos produtivos, o trabalho dos produtores de conteúdo já nasce inserido nessa lógica (pelo menos na produção de conteúdo dentro do espaço digital). Sua característica de trabalho não clássico sendo formado por uma multitude de relações sociais não teria o mesmo alcance ou complexidade se não fossem as TICs. Trabalho que já aparece dentro do processo em um tipo já plataformizado que possui aspectos bem diferenciados no fazer do trabalho e, ao mesmo tempo, com um controle do saber-fazer em sua prática rigorosamente julgado e condicionado pela intermediação que a tecnologia impõe. O surgimento do algoritmo como ferramenta de controle se demonstra cada vez mais eficaz em condicionar os modelos organizacionais do trabalho.

Uma coisa, no entanto, nos parece certa: as relações de produção e de trabalho mesmo que desenvolvidas a partir de novas sociabilidades – que surgem com as TICs – ainda carregam em si a essência das “antigas” relações de trabalho, mas em um ambiente de negação do estatuto do trabalho. Talvez essas plataformas sejam, como defendem Amorim, Bridi e Cardoso (2022), a fase radicalizada da externalização da produção advinda, sobretudo, a partir das crises do capitalismo dos anos 1970, quando as empresas começam um franco processo de expulsão da força de trabalho de suas vistas.

Referências

ABÍLIO, Ludmila C. et al. Condições de trabalho de entregadores via plataforma digital durante a COVID-19. **Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano**, Campinas, v. 3, p. 1-21, jun. 2020. Disponível em: <http://www.revistatdh.org/index.php/Revista-TDH/article/view/74>. Acesso em: 30 ago. 2021.

AMORIM, Henrique; BRIDI, Maria. A.; CARDOSO, Ana. C. M. Trabalho Digital e Plataformizado no Século XXI: reconfigurando o passado no presente. **Caderno CRH**, Salvador, v. 35, p. e022019, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/50225>. Acesso em: 16 jun. 2023.

BEDIN, Thiago. **Obrigado por se Inscrever: O caso da Twitch.tv e as novas formas de trabalho**. 2022. Monografia (Licenciatura em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2022.

BRIDI, Maria Aparecida; LIMA, Jacob Carlos (org.). **Flexíveis, Virtuais e Precários? Os trabalhadores em tecnologias da informação**. Curitiba: Editora UFPR, 2018.

BRIDI, Maria. A. Prefácio. In: MACHADO, Sidinei.; ZANONI, Alexandre. P. (org.). **O trabalho controlado por plataformas digitais: dimensões, perfis e direitos** [meio eletrônico]. Curitiba: UFPR: Clínica Direito do Trabalho, 2022. p. 9-15

BRIDI, Maria Aparecida; VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto; SALAS, Minor M. **O estado da arte dos estudos sobre capitalismo de plataforma na América Latina**. Revista Brasileira de Sociologia (no prelo).

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FESTI, Ricardo; OLIVEIRA, Roberto V. Entregues à sua própria sorte: os “autônomos” entregadores por plataformas. **Revista Ciências do Trabalho**, São Paulo, n. 21, p. 1-4, abr. 2022.

GARZA, Enrique De La; HERNANDEZ, José Angel Cerón. Os Youtubers como trabalhadores não clássicos. In: BRIDI, Maria Aparecida; LIMA, Jacob Carlos (org.). **Flexíveis, Virtuais e Precários? Os trabalhadores em tecnologias da informação**. Curitiba: Editora UFPR, 2018. p. 219-245.

KALIL, Bernardi Renan; FONSECA, Vanessa Patriota; ALMEIDA, Paula Freitas. Estratégias adotadas por empresas prestadoras de serviço via plataforma digital para afastar o reconhecimento de vínculos empregatícios. In: LEONE, Eugenia Troncoso; PRONI, Marcelo Weishaupt (org.). **Facetas do Trabalho no Brasil Contemporâneo**. Campinas, SP: Unicamp, 2021. p. 187-202. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.eco.unicamp.br/images/publicacoes/Livros/centros-e-nucleos/facetas_do_trabalho_no_brasil_contemporaneo.pdf Acesso em: 25 mar. 2023

MACHADO, Sidnei; ZANONI, Alexandre. P. (org.). **O trabalho controlado por plataformas digitais: dimensões, perfis e direitos**. Curitiba: UFPR: Clínica Direito do Trabalho, 2022.

KOZINETS, Robert. V. **Netnografia: Realizando pesquisa etnográfica online**. Porto Alegre: Penso, 2014.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

SRNICEK, Nick. **Platform Capitalism**. Cambridge: Polity Press, 2017.

Documentos jurídicos

TWITCH Interactive. **Terms of Service**. California, 2021. Disponível em: <http://www.twitch.tv/p/en/legal/terms-of-service/>. Acesso em: 24 ago. 2022.

TWITCH Interactive. **Twitch Affiliate Agreement**. California, 2019. Disponível em: <https://www.twitch.tv/p/en/legal/affiliate-agreement/>. Acesso em: 24 ago. 2022.

Sites

STREAMCHARTS. Disponível em: streamscharts.com/ Acesso em: 02 jun. 2022.

TWITCH. Disponível em: [twitch.tv](https://www.twitch.tv/). Acesso em: 02 jun. 2022.

TWITCH TRACKER. Disponível em: [twitchtracker.com](https://www.twitchtracker.com/). Acesso em: 02 jun. 2022.

Recebido em 03/08/2023

Aceito em 30/10/2023

MINERAÇÃO E DESIGUALDADE DE RENDA: efeitos da extração e beneficiamento de calcário em Minas Gerais

MINING AND INCOME INEQUALITY: effects of limestone extraction and processing in Minas Gerais

Tádzio Peters Coelho *

Laura Maris Gomes e Silva **

Resumo

Neste artigo, buscamos conhecer os efeitos socioeconômicos gerados pela estrutura produtiva de extração e beneficiamento do calcário e sua relação com a desigualdade de renda, em Córrego Fundo (MG). O município de Córrego Fundo apresentou o menor índice de Gini da renda domiciliar per capita de Minas Gerais e o terceiro menor do país (IBGE, 2010). Perguntamos: a estrutura produtiva da mineração e beneficiamento de calcário em Córrego Fundo levou o município à situação de menor desigualdade de Minas Gerais? A metodologia inclui análise de indicadores sociais e econômicos de Córrego Fundo e municípios limítrofes e entrevistas semiestruturadas com agentes-chave. Os resultados apontam a prevalência de postos de trabalho e estabelecimentos na indústria de transformação do calcário em comparação ao restante da estrutura produtiva local, em específico à extração de calcário, e que os efeitos sobre a distribuição de renda em Córrego Fundo foram causados pelo beneficiamento do calcário, e não por sua extração. Os resultados apontam que o número relativamente alto de micro e pequenas empresas de transformação de calcário gerou uma necessidade de trabalhadores no setor, o que pressionou para cima o preço da força de trabalho. Esse processo teria gerado a situação de menor desigualdade social no município. Na percepção dos entrevistados, a indústria do calcário gera alguns danos ambientais, que são compensados pelos salários e postos de trabalho no município, o que caracterizaria uma situação de subestimação dos danos causados pela indústria caieira.

Palavras-chave: Desigualdade Social. Calcário. Mineração. Beneficiamento.

Abstract

In this article we seek to know the socioeconomic effects generated by the productive structure of limestone extraction and processing and its relationship with income inequality, in Córrego Fundo (MG). The municipality of Córrego Fundo had the lowest Gini index of per capita family income in Minas Gerais and the third lowest in the country (IBGE, 2010). We ask: has the productive structure of the mining and limestone processing in Córrego Fundo led the municipality to a situation of less inequality in Minas Gerais? The methodology includes the analysis of social and economic indicators of the municipalities of Córrego Fundo and Formiga microregion and semi-structured interviews with key agents. The results indicate the prevalence of jobs and establishments in the limestone processing industry compared to the rest of the local production structure, specifically for limestone extraction, and that the effects on income distribution in Córrego Fundo were caused by the improvement of limestone and not by its extraction. The results indicate that the relatively high number of micro and small limestone processing companies generated a need for workers in the sector, which increased the price of the labor force. This process would have generated the situation of lower social inequality in the municipality. In the perception of the interviewees, the limestone industry generates some environmental damage, compensating them through wages and jobs in the municipality, which would characterize a situation of underestimation of the damage caused by the limestone industry.

Keywords: Social Inequality. Limestone. Mining. Improvement.

* Docente do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Viçosa e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Viçosa. E-mail: tazio@ufv.br

** Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Viçosa. E-mail: laura.maris@ufv.br

Introdução

Os efeitos socioeconômicos da mineração foram tema de diversas pesquisas que buscam entender como a atividade mineradora afeta economicamente e socialmente as populações de municípios minerados (Bunker, 1984; Coelho, 2018, 2022; Coelho; Wanderley; Giffoni, 2021; Enríquez, 2008). Um desses efeitos é a distensão das desigualdades socioeconômicas. Neste artigo, buscamos conhecer os possíveis efeitos socioeconômicos da extração e beneficiamento de calcário no município de Córrego Fundo. O objetivo é compreender os efeitos econômicos gerados pela estrutura produtiva de extração/beneficiamento de calcário e sua relação com a desigualdade social no município.

Analizamos Córrego Fundo porque o município apresentou o menor índice de Gini da renda domiciliar¹ per capita de Minas Gerais e o terceiro menor do país (IBGE, 2010). O baixo índice de Gini encontrado no município de Córrego Fundo pode ser uma exceção aos estudos que ressaltam a tendência à distensão da desigualdade social em regiões e países que possuem a extração de recursos naturais como o principal setor de sua estrutura produtiva (Hartmann *et al.*, 2017). Em Córrego Fundo, a extração e, principalmente, o beneficiamento de calcário representam grande parte da economia local, composta basicamente por micro e pequenas empresas intensivas em postos de trabalho (Augusto, 2013; Pimentel, 2014). O município de Córrego Fundo, e sua estrutura de micro e pequenas empresas de extração e beneficiamento de calcário, pode ser um caso único de economia local baseada na mineração e na indústria de transformação em que ocorreu a diminuição da desigualdade social.

Baseado nisso, perguntamos: a situação de menor desigualdade de renda em Córrego Fundo está relacionada à mineração de calcário? Foi a estrutura produtiva da mineração de calcário em Córrego Fundo que levou o município a ser o menos desigual de Minas Gerais? Ou isso se deve unicamente à indústria de transformação do calcário? Existem outros efeitos socioeconômicos da extração de calcário em Córrego Fundo?

A hipótese que colocamos para análise é a de que o aumento no número relativo de micro e pequenas empresas de extração e beneficiamento de calcário pressionou a procura por mão de obra, principalmente de baixa escolaridade, o que por sua vez elevou a média dos

¹ O Índice de Gini corresponde ao valor “da renda domiciliar per capita das pessoas residentes em determinado espaço geográfico, no ano considerado”. Considera-se “como renda domiciliar per capita a soma dos rendimentos mensais dos moradores do domicílio, em reais, dividida pelo número de seus moradores” (IBGE, 2010). Vale ressaltar que o índice considera apenas residentes dos municípios.

salários dos trabalhadores do setor de extração e beneficiamento do calcário, assim como o número de postos de trabalho, que ocupam uma porção relevante do estoque de empregos do município. Por se tratar de um setor intensivo em mão de obra e com barreiras de entrada menos elevadas, como o diminuto investimento inicial para a extração e beneficiamento de calcário, o setor possibilitou um número maior de estabelecimentos.

A metodologia inclui análise e comparação dos indicadores sociais e econômicos, tais como Gini, IDH, dentre outros, dos municípios do entorno de Córrego Fundo (Pains, Arcos e Formiga) e entrevistas semiestruturadas com agentes-chave, como vereadores, prefeitura, representantes das empresas mineradoras e das cooperativas de extração e beneficiamento de calcário.

O calcário é um minério não metálico usado, comumente, como corretivo de solos, ração animal, para a construção civil, pavimentação de estradas, fabricação de blocos e pré-moldados ou enviado para a calcinação. Em geral, o calcário é vendido no mercado interno e não é destinado à exportação. A cal é um dos produtos que pode ser obtido pela calcinação do calcário (Campos *et al.*, 2018).

O mineral tem forte relevância na região. Córrego Fundo apresenta extração de calcário e de areia. Pains apresenta extração do calcário, ressaltando a extração de calcário dolomítico, que é o calcário com maior teor de cálcio e magnésio, enquanto Formiga e Arcos, além do calcário, extraem areia, argila e cascalho (ANM, 2022).

A primeira seção do artigo revê a bibliografia sobre os efeitos socioeconômicos da mineração em economias locais, em particular em relação à desigualdade social. Na segunda seção, analisamos o perfil da estrutura produtiva, postos de trabalho, trabalhadores e arrecadação em Córrego Fundo e o comparamos com os municípios do entorno. Centramos particularmente na análise dos postos de trabalho da mineração, a remuneração dos trabalhadores, a arrecadação e as despesas municipais provenientes da mineração e de outros setores econômicos. A terceira seção é composta pelas entrevistas feitas (no total, oito entrevistas) com agentes dos diferentes grupos sociais envolvidos com a mineração em Córrego Fundo: prefeitura, pequenos empresários e membros de cooperativas de extração de calcário.

Desigualdade social e atividades extrativas

A literatura acerca dos efeitos socioeconômicos especificamente da mineração de calcário no Brasil é praticamente inexistente e, por isso, foi necessário ampliar o escopo da análise para os efeitos socioeconômicos da extração de outros tipos de bens minerais e sua relação com a desigualdade social. Devido aos limites da bibliografia, também incluímos literatura de outros países sobre o tema.

De acordo com Bunker (1984), quando os recursos naturais são extraídos de um determinado ambiente, os *linkages* socioeconômicos e ambientais locais tendem a perder valor, enquanto os locais de destino da matéria-prima tendem a incrementar seu valor. Essa apropriação extrativa empobreceria a região que depende da extração e exportação desses recursos naturais. Ainda para Bunker (1984), não seria possível calcular o valor extraído da natureza em termos de tempo de trabalho corporificado na mercadoria, o que seria válido apenas para as economias produtivas. Assim, as economias extrativas se apoiariam mais na expansão da exploração de recursos naturais do que na criação de valor por meio do trabalho (Coelho; Monteiro, 2005). Dessa forma, a tendência é que as exportações de matérias-primas empobrecem os países e regiões onde são extraídas e enriqueçam os países e regiões para onde são destinadas.

Segundo Enríquez (2008), os impactos sociais e econômicos da mineração não são padronizados e devem ser contextualizados de acordo com cada caso. A mineração colaboraria para o crescimento econômico, assim como favoreceria a formação de capital humano. Entretanto, é incerto seu papel no combate à pobreza e à desigualdade social. Uma das razões para isso é que a atividade não teria como característica a intensividade em mão de obra, ao contrário, seria intensiva em capital e pouparia mão de obra.

Algo que deve ser considerado nas pesquisas sobre efeitos socioeconômicos da mineração é o tipo de atividade mineradora. Existem diferenças relevantes entre a mineração de larga escala de minério de ferro ou ouro e a extração de areia e calcário, a começar pela relação entre postos de trabalho e investimentos. Os níveis de automação dos processos extrativos da mineração de larga escala (ferro, ouro, bauxita etc.) podem ser muito mais elevados do que os presentes na mineração de agregados da construção civil, por exemplo, o que gera proporções de postos de trabalho e fluxos de renda distintos. Por isso a necessidade de se destacar qual tipo de mineração está sendo considerado.

Pesquisadores documentaram para o período de 1963 a 2008 uma possível correlação entre a complexidade econômica de um país e sua desigualdade de renda (Hartman *et al.*, 2017). Os resultados sugerem que o nível de desigualdade de renda de um país pode ser condicionado por sua estrutura produtiva.

Hartman *et al.* (2017) desenvolveram um índice que estima as mudanças na desigualdade de renda quando um país remove ou adiciona um grupo de produtos a sua economia. Usando a análise de regressão multivariada, os autores concluem que a complexidade econômica é um previsor significativo e negativo da desigualdade de renda e que há uma relação robusta disso com as medidas de renda, as instituições, a concentração das exportações e do capital humano.

Os autores também introduzem uma medida que associa um produto à média do Gini dos países que o exportam (baseado no peso de um produto na pauta exportadora). Eles utilizam essa medida para ilustrar como o desenvolvimento de novos produtos está associado a mudanças na desigualdade de renda. Essas descobertas sugerem que a estrutura produtiva de um país define o escopo de desigualdade de renda (Hartman *et al.*, 2017).

Outro ponto importante no estudo de Hartman *et al.* (2017) é acerca do grupo de produtos de uma economia que condiciona as escolhas ocupacionais, as oportunidades de aprendizado e o poder de barganha dos trabalhadores e sindicatos. O *catch-up* tecnológico e a industrialização fornecem novos empregos e oportunidades de aprendizado para os trabalhadores, contribuindo para o surgimento de uma nova classe média. Por outro lado, a desindustrialização, a dessindicalização e a crescente competitividade na exportação de bens industriais elevam os níveis de desigualdade. Muitos trabalhadores industriais ficaram desempregados e foram forçados a trabalhar em funções com baixos salários, o que diminui a capacidade de influência dos sindicatos (Hartman *et al.*, 2017).

Rubbers (2020) examina os efeitos do recente *boom* das *commodities* na região do cinturão do cobre, no Congo, sobre a distensão da desigualdade salarial entre os próprios trabalhadores da mineração. O mercado de trabalho da mineração teria aumentado a desigualdade entre os diferentes grupos de trabalhadores do setor de mineração nessa região durante o *boom* das *commodities*. A crescente segmentação desse mercado de trabalho teria aumentado as desigualdades entre trabalhadores locais de escolaridade alta, trabalhadores locais de escolaridade baixa e trabalhadores expatriados e também na relação entre trabalhadores diretos das mineradoras e trabalhadores de empresas subcontratadas. Assim, um

limite do estudo é que a desigualdade foi medida apenas dentro do próprio mercado de trabalho de mineração, sem considerar seus efeitos no restante dos trabalhadores ou da população local.

Em estudo sobre a mineração na Austrália, Reeson, Measham e Hosking (2012) destacam que a atividade é um importante vetor para o crescimento das exportações, dos empregos e da renda em algumas regiões do país. Entretanto, o crescimento da renda na mineração está associado ao aumento da desigualdade, particularmente nos níveis iniciais e intermediários de instalação dos projetos de mineração nessas regiões. Quando atinge etapas mais avançadas, com infraestrutura instalada e estabilidade na capacidade de extração, a desigualdade se estabiliza. Portanto, esse estudo sugere que a desigualdade seria um problema que evolui nos estágios iniciais e intermediários da atividade mineradora (Reeson; Measham; Hosking, 2012).

Em pesquisa sobre a mineração de ouro em Godofredo Viana (MA), Coelho (2022) aponta como essa atividade se mostra uma importante fonte de postos de trabalho. Entretanto, além dos baixos salários pagos no município, o desenvolvimento da atividade mineradora envolve a renúncia a outras atividades econômicas, na economia local, tais como a pesca e a agricultura. Em Godofredo Viana, junto à instalação e expansão da mineração de ouro, diminuiu-se a produção de banana, arroz, feijão, mandioca e açaí. A estrutura econômica gerada pela mineração do ouro no município impediu o desenvolvimento da agricultura, criando obstáculos para a diversificação produtiva que podem gerar mais problemas para o futuro da região. Assim, foram gerados postos de trabalho na mineração, ao mesmo tempo em que foram destruídos empregos na agricultura, numa dialética de criação e destruição própria da mineração de larga escala. Por fim, analisando a geração e apropriação da renda mineira, considerando a tributação e as taxas, percebeu-se que a mineradora obtém faturamento bastante elevado em relação ao valor arrecadado pelo município, quando se compara a arrecadação da Compensação pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) e o faturamento bruto da empresa no município.

Na próxima seção analisamos os dados referentes a Córrego Fundo e municípios limítrofes, buscando entender os efeitos socioeconômicos da extração/beneficiamento de calcário.

Análise dos dados de Córrego Fundo e municípios limítrofes

Em 2022, o calcário dolomítico foi responsável por 2% do faturamento do setor mineral no Brasil (Ibram, 2023) e seus 678 títulos minerários renderam R\$ 8.551.954.642,49, em valor bruto, tendo gerado R\$ 178.970.926,19 em CFEM, ou 2,09% do valor bruto (ANM, 2022). Arcos e Pains, municípios do entorno de Córrego Fundo, estão entre os cinco principais produtores de calcário em 2022.

Tabela 1: Títulos minerários

o	Município	Quantidade de títulos minerários	CFEM	Valor de operações	% da CFEM do Valor de operações
1	Nobres - MT	18	857.233.021,73	16.887.716,05	1,97%
2	Arcos - MG	17	378.744.446,39	8.300.670,01	2,19%
3	Indiara - GO	8	329.265.601,84	6.479.683,28	1,96%
4	Bela Vista - MS	12	300.489.063,87	5.969.670,53	1,98%
5	Pains - MG	18	286.046.469,75	5.478.717,70	1,91%

Fonte: ANM, 2022.

Córrego Fundo, localizada no centro-oeste mineiro, é conhecida como a “Cidade da cal”, por ter sua economia predominantemente baseada no beneficiamento do calcário. O município já pertenceu a Ouro Preto, São João del Rei, Tiradentes, Itapeçerica e Formiga, mas obteve sua emancipação em dezembro de 1995.

Os dados selecionados contemplam o município de Córrego Fundo e o seu entorno: Formiga, Pains e Arcos. Buscamos entender a especificidade de Córrego Fundo em relação à desigualdade social comparando sua situação com os municípios vizinhos. Entre as variáveis analisadas estão os postos de trabalho por setor, salários, escolaridade dos trabalhadores, tamanho das empresas, as receitas totais e os valores recolhidos de CFEM (Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais). Também comparamos indicadores sociais e econômicos.

O caso do município de Córrego Fundo pode representar um contraponto aos demais municípios que apresentam atividades mineradoras, uma vez que a cidade apresentou, em 2010, o terceiro menor índice de Gini da renda domiciliar per capita do país e o menor de

Minas Gerais (IBGE, 2010). Em 2000 e 2010, o índice de Gini em Córrego Fundo caiu de 0,4354 para 0,3288 (cf. tabela 1). Tal trajetória de queda pode ser notada também nos municípios do entorno, mesmo que Córrego Fundo possua o menor índice de Gini em ambos os anos.

Tabela 2 - Gini dos municípios

Município	Gini - 2000	Gini - 2010
Córrego Fundo	0,4354	0,3288
Arcos	0,5234	0,4372
Pains	0,4914	0,4676
Formiga	0,5349	0,4900

Fonte: IBGE, 2010

Dentro da região estudada, Córrego Fundo é o município com menor população estimada e possui alguns dos menores números absolutos dentre os indicadores, por exemplo, tem o menor Produto Interno Bruto (2017). Córrego Fundo apresenta também a menor taxa de homicídios, ao mesmo tempo em que possui o menor IDH e a maior taxa de mortalidade infantil, o dobro do segundo município com maior mortalidade infantil, Arcos. Tal situação revela que apesar da menor desigualdade social, a população de Córrego Fundo provavelmente convive com uma situação de deficiência no acesso à saúde.

Em termos de salário médio, apesar do PIB menor da região, os salários em Córrego Fundo estão acima dos pagos em Pains e no mesmo nível dos salários em Formiga. A média salarial não é um bom preditor das desigualdades por se tratar de uma média, mas sugere que um município com baixa desigualdade de renda, como Córrego Fundo, além de pouco desigual, mantém um nível alto nos salários para o contexto regional. Se por um lado a distribuição de renda é melhor em Córrego Fundo, por outro lado, o município apresenta o menor valor adicionado bruto, o que indica que para atingir níveis mais satisfatórios de distribuição de renda não é necessário a economia local apresentar altos valores no valor adicionado/PIB.

Formiga é detentora do maior IDH na região e possui o maior valor adicionado bruto, mas apresenta a pior distribuição de renda (Gini). Pains apresenta a menor taxa de

mortalidade infantil. Por fim, Arcos possui um perfil socioeconômico muito próximo de Formiga na maioria dos indicadores, com exceção da taxa de homicídios.

Tabela 3: Indicadores dos municípios

Cidade	Córrego Fundo	Formiga	Pains	Arcos
População (2022) - IBGE	6.133	68.248	8.142	41.417
Gini (2010) – IBGE	0,3288	0,49	0,4676	0,4372
IDH (2010) – IBGE	0,678	0,755	0,728	0,749
Mortalidade Infantil (2017) - IBGE	32.26	15.11	11.49	16.06
Taxa de Homicídios (2016) - IPEA	-	7	12.06	32.06
Valor adicionado bruto total, a preços correntes (R\$ 1.000) (2017) – IBGE	152.071	1.460.076	258.297	1.025.747
Produto Interno Bruto, a preços correntes (R\$ 1.000) (2017) – IBGE	183.130	1.620.086	311.140	1.229.696
Produto Interno Bruto per capita, a preços correntes (R\$ 1,00) (2019) – IBGE	27.492,15	24489,74	38.298,46	42.159,13
Trabalho e emprego (Salário Médio Mensal) (2018) – IBGE	1.9	1.9	1.6	2.3
Trabalho e Emprego (Pessoal Ocupado) (2018) - IBGE	1.752	20.821	268	13.286

Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE, IPEA e DataSUS.

Acerca dos postos de trabalho na região, a indústria de transformação se destaca como principal setor em Córrego Fundo (46%) e em Pains (36%). O setor extrativo mineral tem presença relevante em Pains (10%) e Arcos (13%), enquanto é praticamente inexistente em Córrego Fundo e Formiga. Somando a indústria de transformação à extrativa mineral, nota-se a centralidade do setor em Córrego Fundo e em Pains. Formiga apresenta em primeiro lugar o setor de serviços, seguido por comércio e indústria de transformação. O setor de serviços também lidera em Arcos, seguido por comércio e indústria de transformação, tendo a extrativa mineral também em quarto lugar.

Tabela 4: Postos de trabalho nos municípios – 2019

Setor	Córrego	Pains	Formiga	Arcos
1 - Extrativa mineral	55	326	33	1.163
%	0,1%	10%	0,1%	13%
2 - Indústria de transformação	700	913	3.293	2.479
%	46%	36%	17%	22%
3 - Serviços industriais de utilidade pública	0	11	12	8
4 - Construção Civil	13	6	3.020	497
5 - Comércio	191	295	4.520	2.419
6 - Serviços	159	372	5.568	3.079
7 - Administração Pública	347	443	1.888	1.111
8 - Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	49	115	815	196
Total	1.514	2.481	19.149	10.952
Extrativa mineral + Indústria de transformação	46%	46%	17%	35%
Minerais extraídos	Calcário	Calcário	Calcário,	Calcário,

Fonte: Elaboração própria com dados da ANM e RAIS.

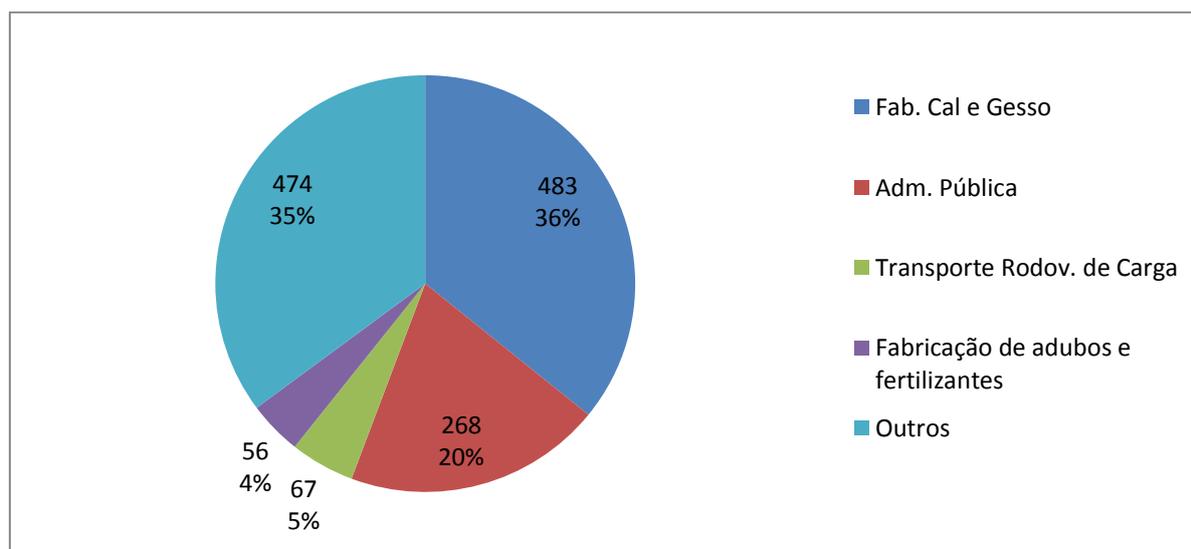
Em 2019, Córrego Fundo possuía quatro estabelecimentos do setor extrativo mineral e setenta e seis estabelecimentos de indústria de transformação, evidenciando que a indústria extrativa de calcário em si não é predominante, mesmo que a economia acabe girando em torno do calcário. Além disso, nota-se uma grande quantidade de estabelecimentos para um município com uma população em torno de 6 mil habitantes.

Afunilando mais ainda em direção à indústria de beneficiamento do calcário, em 2020, do total de 700 postos de trabalho da indústria de transformação, 483 eram pertencentes à fabricação de cal e gesso, enquanto a extração de calcário possuía apenas 15 postos (RAIS, 2022). Do total de postos de trabalho em Córrego Fundo, 36% eram na fabricação de cal². A

² Na classificação subclasse (CNAE 2.0), a fabricação de cal aparece junto à de gesso. Porém, como não existem estabelecimentos de fabricação de gesso, assumimos que a essa classificação se resume à fabricação de cal.

administração pública aparece com 20% (268), o que é uma característica de municípios com população menor, e mais afastados estão o transporte rodoviário de carga e a fabricação de adubos e fertilizantes, que também podem estar ligados ao transporte do calcário e seu beneficiamento em fertilizante. O restante dos setores não passa dos vinte postos³ (RAIS, 2022), o que demonstra a centralidade do calcário e o seu beneficiamento em Córrego Fundo.

Gráfico 1: Postos de trabalho em Córrego Fundo – 2020



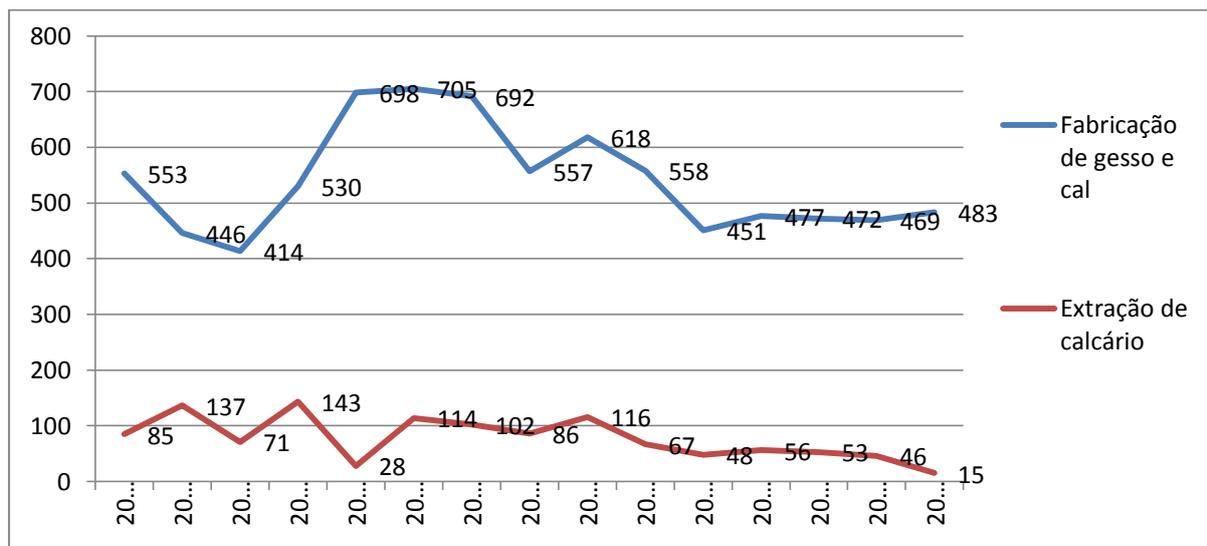
Fonte: RAIS, 2022.

Essa situação de predominância do setor de fabricação de cal vem pelo menos desde 2006 (gráfico 3). Na série histórica de postos de trabalho, podemos perceber uma queda entre 2014 e 2015, na indústria de transformação do calcário, e entre 2009 e 2010, na extração de calcário. A queda na indústria de transformação do calcário pode ser consequência de operações de fiscalização que ocorreram a partir de 2010⁴, visando as operações irregulares na extração e beneficiamento do calcário. Assim, as exigências podem ter resultado na adoção de maquinário e bens de capital em substituição à mão de obra na produção.

³ Dentre estas ocupações, várias também estão ligadas à indústria do calcário, tais como fabricação de produtos de minerais não metálicos não especificados anteriormente (19). A maioria desses postos está ligada ao comércio no município.

⁴ Em 2010, ocorreu a operação **Pá de Cal**, que contou com a participação dos Ministérios Públicos Federal, Estadual e do Trabalho. A operação tinha como objetivo a interrupção de extração ilegal de calcário e o trabalho irregular na região. Trinta e duas mineradoras foram fiscalizadas nas cidades de Arcos, Córrego Fundo, Iguatama e Doresópolis. A Microminas e muitos outros fornos pequenos tiveram que ser fechados para atender às especificações exigidas pela fiscalização ambiental.

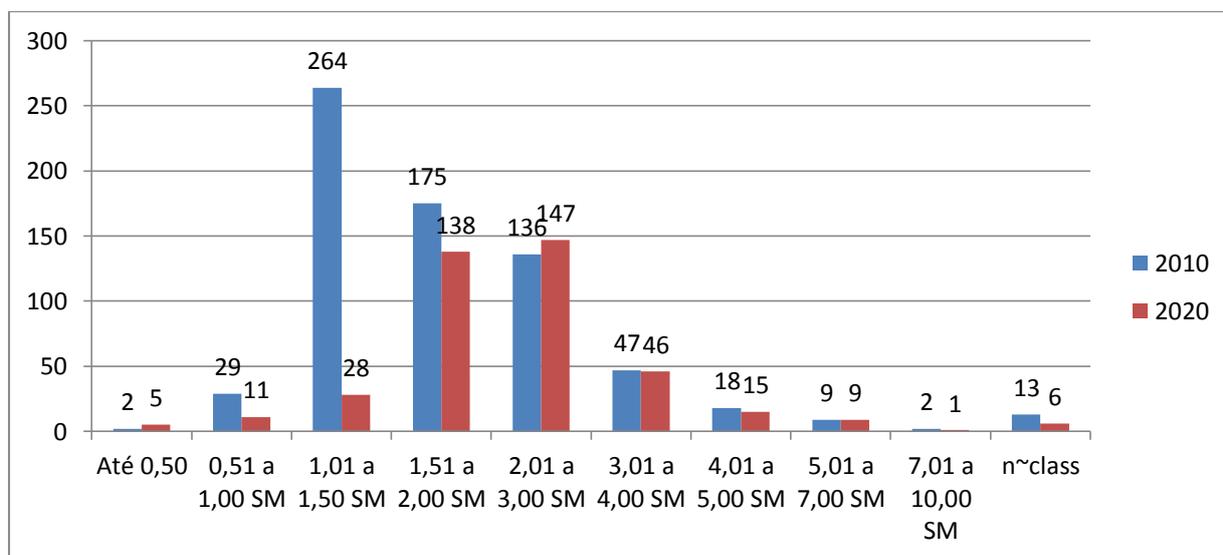
Gráfico 2: Evolução dos postos de trabalho em Córrego Fundo



Fonte: RAIS, 2022.

Acerca da desigualdade salarial entre trabalhadores na fabricação de cal, comparando 2010 e 2020, podemos notar que a maioria dos postos de trabalho estavam entre 1 e 4 salários mínimos, com uma minoria de postos acima de 5 salários mínimos – 3,4% dos postos, em 2010 e 3,9%, em 2020. Tal situação mostra que a amplitude da desigualdade salarial interna do setor de fabricação de cal é pequena. Além disso, cabe notar a tendência da faixa salarial com mais trabalhadores ter se deslocado de 1 a 1,5 salário mínimo, em 2010, para 2 a 3 salários mínimos, em 2020. Sendo assim, com o salário mínimo de R\$ 1.039,00, em 2020, a principal faixa salarial estava localizada entre R\$ 2.078,00 e R\$ 3.017,00.

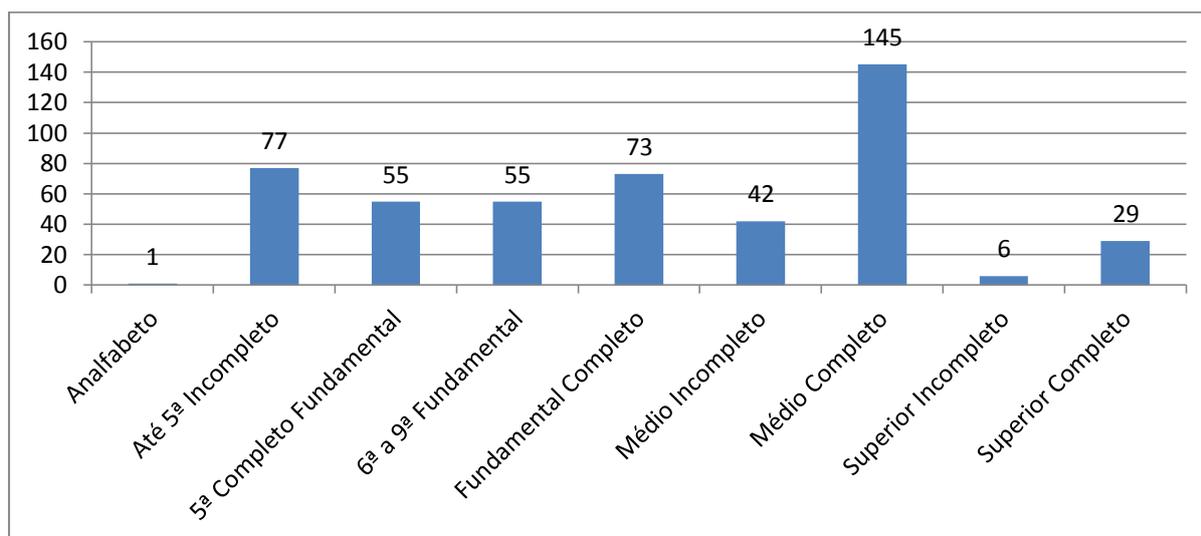
Gráfico 3: Faixas salariais em salários mínimos na fabricação de gesso e cal - Córrego Fundo



Fonte: RAIS, 2022.

A respeito da escolaridade dos trabalhadores no beneficiamento do calcário, podemos perceber que a maioria tem o ensino médio incompleto e o ensino médio completo. Apenas 29 trabalhadores possuem o ensino superior completo. Assim, podemos dizer que em geral o trabalhador desse setor é um trabalhador de escolaridade baixa, apesar da principal faixa salarial estar localizada entre R\$ 2.078,00 e R\$ 3.017,00.

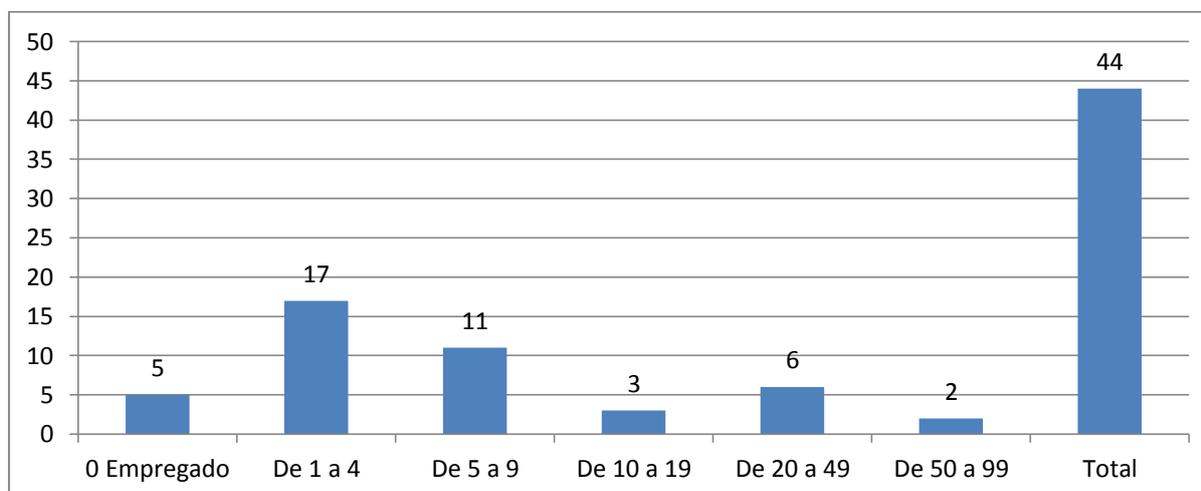
Gráfico 4: Escolaridade dos trabalhadores de fabricação de cal e gesso - 2020



Fonte: RAIS, 2022.

Sobre o tamanho dos estabelecimentos especializados na fabricação de cal, trata-se basicamente de micro e pequenas empresas. Em 2020, não existiam empresas do setor de fabricação de cal com mais de 99 postos de trabalhos e mais da metade era formada por empresas de 1 a 9 funcionários (vinte e oito empresas).

Gráfico 5: Tamanho das empresas de fabricação de cal e gesso em Córrego Fundo - 2020



Fonte: RAIS, 2022.

Em 2020, Córrego Fundo recebeu apenas 40 mil reais referentes à CFEM, com faturamento bruto do setor de mineração de 2 milhões de reais. Tais valores demonstram a pequena dimensão da mineração de calcário e areia no município, sendo que o calcário representa 95% desse valor. Arcos foi o município que recebeu o maior valor de CFEM em 2020, seguido por Pains e Formiga, deixando Córrego Fundo em último. É possível dizer que as minas da região se concentram em Arcos, pois possui vinte e seis títulos minerários. A porcentagem da CFEM recebida por Córrego foi quase insignificante, no entanto, isso pode ser explicado pelo fato de as empresas que geram emprego para moradores da cidade estarem situadas geograficamente em uma localidade denominada Onça, na zona rural de Pains.

A CFEM representa um espaço ínfimo nas receitas correntes de cada município da região, não ultrapassando os 0,02%, mesmo em Arcos⁵. Assim, o discurso de empresas mineradoras, a ser analisado na próxima seção, de que a atividade mineradora gera grandes ganhos para a arrecadação municipal se mostra equivocado.

Tabela 5: CFEM municipal e receitas correntes – 2019

	CFEM do município	Receitas correntes	%
Córrego Fundo	110.964,30	23.738.262,10	0,01
Pains	1.076.314,88	39.890.200,57	0,02
Arcos	2.241.658,09	118.710.639,89	0,01
Formiga	573.256,29	187.067.520,76	0,01

Fonte: Siconfi, 2022.

Em suma, a fabricação de cal é o setor central da estrutura produtiva de Córrego Fundo, que, por outro lado, tem na mineração de calcário um setor pouco relevante em termos de postos de trabalho e arrecadação. Essa situação de predominância do setor de fabricação de cal vem pelo menos desde 2006, o que nos ajuda a entender que a extração mineral não pode ser considerada como uma atividade importante na diminuição da desigualdade de renda em Córrego Fundo, mas sim o beneficiamento do calcário.

⁵ Ressaltando que, a partir de 2018, de acordo com a legislação federal, sessenta por cento da CFEM pertencem ao município produtor.

Acerca da desigualdade salarial entre os trabalhadores na fabricação de cal, os dados mostram uma diminuta amplitude da desigualdade salarial. Ainda, cabe ressaltar que, em 2020, a faixa salarial com mais trabalhadores estava localizada entre R\$ 2.078,00 e R\$ 3.017,00, o que é um salário relevante para o custo de vida de uma cidade do interior de Minas Gerais como Córrego Fundo. Também a maioria dos trabalhadores no beneficiamento do calcário possuem o ensino médio incompleto e o ensino médio completo. Portanto, o trabalhador desse setor em geral é um trabalhador de baixa escolaridade.

A fabricação de cal em Córrego Fundo é composta por micro e pequenas empresas com no máximo noventa e nove postos de trabalhos e a maioria dessas empresas possui de um a nove funcionários (vinte e oito empresas). Por fim, a arrecadação municipal decorrente da atividade mineradora se mostrou insignificante. Tais valores demonstram a pequena dimensão da mineração de calcário e areia no município.

Pela prevalência de postos de trabalho e estabelecimentos da indústria de transformação do calcário, em comparação à extração de calcário, podemos afirmar que os efeitos sobre a desigualdade social em Córrego Fundo foram causados por uma estrutura produtiva de micro e pequenas empresas especializadas no beneficiamento do calcário, e não por sua extração.

A alta demanda por mão de obra nessa estrutura produtiva elevou o salário médio da força de trabalho, aproximando os extremos do mercado de trabalho no beneficiamento de calcário em Córrego Fundo, o que se refletiu no índice Gini do município. Seria importante possuir dados mais atualizados para avaliar como essa situação se desenvolveu após as operações de fiscalização ambiental nas empresas de cal. Também seria possível notar se a desigualdade de renda seguiu a tendência de alta dos últimos anos da década de 2010.

Poderíamos questionar se a situação de menor desigualdade social em Córrego Fundo foi gerada pelo processo de larga escala que se desenvolveu no Brasil nos anos 2000, pautado concomitantemente pela criação de postos de trabalho e políticas sociais (Barros; Foguel; Ulyssea, 2007). Entre 2001 e 2015, os rendimentos dos programas sociais contribuíram com 19% da redução da desigualdade de renda, os rendimentos do trabalho contribuíram com 57% e as aposentadorias e pensões oficiais contribuíram com 17% (Saad *et al.*, 2020).

Afinal, a concomitância de processos locais, regionais e nacionais por vezes pode confundir a análise das variáveis explicativas de determinado fenômeno em escala local. A redução das desigualdades no país é certamente um fator que colaborou para tal situação, o que de certa forma contribui para a explicação da redução do Gini nos quatro municípios, mas

não explica por si só a especificidade de Córrego Fundo quando comparamos sua situação com a dos municípios do entorno. Sendo assim, é necessário reconhecer a existência de processo concomitante, qual seja, os efeitos sociais da indústria de beneficiamento do calcário.

O caso de Córrego Fundo e região demonstra que nem sempre a situação de maior igualdade de renda leva a uma situação satisfatória na qualidade de vida, particularmente no acesso à saúde. Com a maior taxa de mortalidade infantil da região, provavelmente Córrego Fundo não contempla necessidades básicas de saúde, apesar da situação de menor desigualdade de renda, ao mesmo tempo em que a aproximação dos extremos salariais, junto ao padrão do custo de vida de uma cidade do interior de Minas Gerais, possibilita o acesso a bens e serviços que em outros contextos seria impossível.

A diminuição da desigualdade de renda em Córrego Fundo contempla o argumento a favor da verticalização da produção, que tende a gerar um maior número de postos de trabalho, e evidencia as limitações das estruturas produtivas de regiões especializadas na atividade mineradora. Entretanto, a particularidade de Córrego Fundo está no contexto de grande procura por mão de obra de baixa escolaridade, o que dificilmente poderia ser reproduzido em outras localidades devido à especificidade do beneficiamento do calcário, com alta intensidade de mão de obra. Tal característica é própria da indústria da produção de calcário e não pode ser reproduzida em qualquer setor econômico, principalmente com as tendências produtivas de automatização e robotização. Ainda vale ressaltar que tal processo se desenvolveu em um pequeno município de Minas Gerais e seus efeitos se tornaram mais perceptíveis justamente por se tratar de uma população pequena, o que não seria evidenciado dessa maneira caso o mesmo processo ocorresse em municípios de médio e grande porte.

Por se tratar de uma análise que considera centralmente a desigualdade de renda, não contempla outros tipos de desigualdade, tais como a racial, de acesso à saúde e à educação etc. A respeito da desigualdade de gênero, por meio das entrevistas, foi possível tatear algumas das suas características na região, a serem abordadas na próxima seção.

Síntese das entrevistas

No total foram sete entrevistados que se dividiram em quatro grupos⁶. Foram realizadas conversas com: os representantes da Secretaria Municipal de Obras e Secretaria de

⁶ Devido à pandemia do coronavírus e a conseqüente impossibilidade de uma visita à cidade de Córrego Fundo, o número de entrevistas foi limitado a pessoas que possuam disponibilidade e recursos para chamadas de vídeo

Meio Ambiente e Desenvolvimento, contando com a presença do secretário e dois de seus supervisores; com o presidente da Câmara dos Vereadores; com o sócio-proprietário de uma das microempresas da região, a Britagem LM; e com dois dos três diretores da Cooperativa Microminas. A seguir categorizamos os principais temas abordados nas entrevistas.

Segundo os entrevistados, depois que circulou a informação de que os salários em Córrego Fundo estavam altos e a indústria de transformação do calcário contratando, muitas pessoas chegaram à cidade. Eles explicaram que isso se deve ao fato de que os salários se padronizaram, mesmo em empresas diferentes, e conseguiram atender ao baixo custo de vida da cidade. Porém, em consequência da chegada de novos moradores, foi necessário criar políticas sociais para atender àqueles que chegavam em busca de emprego.

Ao serem perguntados sobre os benefícios da mineração para a cidade, os entrevistados apresentaram respostas semelhantes, de entusiasmo para com a mineração, mesmo que essa atividade seja confundida com a fabricação de cal. Destacaram a geração de empregos, o giro de capital, a movimentação da economia e os impostos gerados para o governo e para a cidade. Além disso, ressaltaram que o que mais ajuda a região é o fato de o dinheiro gerado pela indústria de cal ser distribuído por lá mesmo, uma vez que mesmo os proprietários das empresas são moradores da região. Para eles, o interessante é o padrão de vida similar para os donos das empresas e funcionários, uma vez que todos conseguem viver de maneira satisfatória com a remuneração que ganham em suas respectivas funções.

Mencionaram ainda os benefícios trazidos para a cidade à medida que as empresas e a cooperativa existentes em Córrego Fundo crescem. Já ao serem questionados sobre os danos que a mineração de calcário causa, os entrevistados apresentaram resistência para abordar o tema, seguindo a linha de que a população córrego-fundense não se importaria com os danos ambientais porque a maior parte deles depende dos empregos da mineração de calcário. Segundo eles, a população da cidade trabalha ou tem alguém na família que trabalha na indústria caieira. No entanto, fizeram questão de ressaltar que a fiscalização ambiental tem sido cada vez mais rigorosa e que depois disso a situação ambiental melhorou. A cidade se tornou mais limpa e verde, e quase não há casos de doenças respiratórias ou ocupacionais.

on-line. É importante ressaltar que, por conta dessa falta de acesso, o perfil dos entrevistados ficou limitado a grupos específicos da população, de funcionários públicos, cooperativados e empresários. Logo, as informações coletadas têm como base a perspectiva dessa parcela da população. Nesse caso, não conseguimos chegar a pessoas que trabalham no chão das minas/fábricas ou mesmo àqueles moradores que não estão diretamente relacionados à mineração, como pretendíamos no início da pesquisa.

Apesar de acreditarem que existem danos, justificam sua existência argumentando que seriam consequência de qualquer mineração, mas como a extração hoje se localiza afastada da cidade, não existiria impacto direto, como ruído ou poeira. De acordo com os empresários do setor do calcário, as mineradoras de pequeno porte apresentam como maior custo as exigências ambientais a fim de garantir que não haja danos graves, como o desmatamento ou a contaminação de solos.

Os problemas socioambientais causados pela extração e beneficiamento do calcário parecem ser subestimados pelos agentes entrevistados, o que converge com pesquisa realizada acerca da percepção dos impactos ambientais gerados pela indústria caieira de Córrego Fundo, segundo a qual grupos/movimentos referenciais na cidade “possuíam pouco conhecimento e posicionamento crítico sobre os danos ambientais causados pela atividade caieira” (Guimarães, p. 4, 2012). Em nossa pesquisa, tal constatação se deve provavelmente à limitação do trabalho de campo, no qual não foi possível entrevistar moradores e possíveis atingidos pela indústria caieira.

Apesar de alguns entrevistados não conhecerem a CFEM, os empresários consideram-na justa, ao contrário da carga tributária brasileira, que eles consideram abusiva, complexa e pesada. Córrego Fundo só arrecada impostos (a CFEM não pode ser considerada imposto, e sim uma contraprestação) de uma mineradora, a Cal Oeste Ltda. (ou Cal Cruzeiro, como é conhecida pelos moradores), pois é a única que tem sede localizada nesse município. As outras, apesar de possuírem minas no município, não se localizam dentro de seus limites. O município perde, por exemplo, o ICMS (Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação) arrecadado da Microminas⁷, que tem sede em Pains. Segundo os entrevistados, no entanto, o imposto mais relevante para a cidade é o ISS (Imposto Sobre Serviços), e a prefeitura só consegue pagar seus trabalhadores em função dele.

Segundo os entrevistados, mesmo depois que os fornos pequenos da cidade foram fechados, a partir dos anos 2000, por conta da fiscalização ambiental, os trabalhadores foram realocados entre os dois tipos de fornos existentes: os fornos de barranco, que são construídos com tijolos em encostas ou barrancos, esses fornos geralmente possuem de uma a três

⁷ A Microminas (Cooperativa dos Micromineros do Centro-Oeste de Minas Gerais) foi criada com o intuito de regularizar os pequenos mineradores irregulares, tendo como atividade principal a extração e o beneficiamento de pedra calcítica, brita, moinha e pedra de construção. Sua produção é destinada à calcinação e a materiais de construção. Ela foi uma das primeiras a voltar a funcionar após a Operação **Pá de Cal**, pois rapidamente conseguiu a LOC (Licença de Operação Corretiva).

chaminés e uma porta; e os alto fornos, como é chamado o reator químico na siderurgia, que é revestido com metal por fora e material refratário por dentro.

Por fim, segundo os entrevistados, as mulheres, em sua maioria, trabalham nas fábricas de costura da cidade e das cidades vizinhas, fábricas essas que, em grande parte, devido à pandemia, foram fechadas, deixando várias das trabalhadoras desempregadas. Para elas não houve essa realocação imediata, uma vez que não há muitas oportunidades no setor minerário para as mulheres, que ainda é predominantemente masculino. Em 2022, dos 483 trabalhadores da fabricação de cal em Córrego Fundo, 436 (90,3%) eram do sexo masculino e 47 (9,7%) do sexo feminino (RAIS, 2022).

Conclusões

No início de nossa pesquisa, levantamos a hipótese de que a menor desigualdade de renda em Córrego Fundo se devia à mineração de calcário e à indústria de transformação do calcário. Analisando os postos de trabalho e os estabelecimentos no município, percebeu-se que a mineração ocupou um espaço pouco relevante na economia local, enquanto a indústria de transformação de calcário é o principal setor econômico de Córrego Fundo, assim como a média salarial é relativamente alta na indústria de transformação e a distribuição de salários relativamente equânime. Sendo assim, um primeiro ponto relacionado à hipótese do estudo a ser ponderado é que a mineração não pode ser considerada como o setor que gerou a situação de menor desigualdade de renda, mas sim a indústria de transformação do calcário.

Um segundo ponto importante é que a estrutura produtiva composta por micro e pequenas empresas de beneficiamento gerou uma procura por mão de obra, principalmente de baixa escolaridade, o que por sua vez elevou a média dos salários dos trabalhadores do setor de beneficiamento do calcário, que ocupam uma porção relevante do estoque de empregos do município. O trabalhador ocupado nas empresas de beneficiamento do calcário tem baixa escolaridade e salário aproximado entre 2 mil e 3 mil. Por se tratar de um setor intensivo em mão de obra e com barreiras de entrada menos elevadas, por exemplo, na compra/construção dos fornos para o beneficiamento do calcário, o setor de beneficiamento possibilitou um número maior de estabelecimentos e postos de trabalho.

Esse processo de procura por mão de obra de baixa escolaridade, de acordo com os entrevistados, foi compensado com a chegada de novos moradores, atraídos pelas notícias de empregos em Córrego Fundo, o que atendeu a parte da procura por trabalhadores no setor de transformação de calcário. Tal como relatado nas entrevistas, é provável que essa procura

tenha diminuído e encontrado estabilidade ao longo da última década, o que provavelmente será demonstrado no próximo Censo do IBGE.

Se por um lado percebemos a intensividade em mão de obra do setor de fabricação do calcário, por outro lado, a CFEM decorrente da extração de calcário é pouco relevante na arrecadação municipal da região.

Por fim, acerca de possíveis danos causados pela indústria caieira, a percepção dos entrevistados de que essa indústria gera alguns danos ambientais, mas que esses seriam diminutos quando comparados à situação anterior ao processo de fiscalização (Operação Pá de Cal), e que seriam compensados por meio dos salários e postos de trabalho no município, sugere uma subestimação dos danos causados pela indústria caieira, particularmente ambientais. São necessárias novas pesquisas sobre esses danos para aprofundar sua compreensão.

Bibliografia

- ANM. **Maiores Arrecadadores**. 2022. Disponível em: https://sistemas.anm.gov.br/arrecadacao/extra/relatorios/cfem/maiores_arrecadadores.aspx. Acesso em: 22 jan. 2022.
- AUGUSTO, Leonardo. Córrego Fundo registra a menor diferença entre os mais pobres e os mais ricos em Minas. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 2013. https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2013/08/11/interna_politica,433819/corrego-fundo-registra-a-menor-diferenca-entre-os-mais-pobres-e-os-mais-ricos-em-minas.shtml. Acesso em: 22 jan. 2022.
- BARROS, Ricardo; FOGUEL, Miguel; ULYSSEA, Gabriel. **Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente**. IPEA: Brasília, 2007.
- BUNKER, Stephen. Modes of Extraction, Unequal Exchange, and the Progressive Underdevelopment of an Extreme Periphery: The Brazilian Amazon, 1600-1980. **American Journal of Sociology**, v. 89, n. 5, p. 1017-1064, mar. 1984.
- CAMPOS, Antonio; LUZ, Adão; BASTOS, Flávia; NOGUEIRA, Igor. **Calcinação**. Tratamento de Minérios. CETEM: Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.cetem.gov.br/antigo/images/capitulos/2018/capitulo16pdf>. Acesso em: 22 jan. 2022.
- COELHO, Maria Célia; MONTEIRO, Maurílio. As Economias Extrativas e o Subdesenvolvimento da Amazônia brasileira: contribuições do Prof. Stephen Bunker. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 8, n. 1, p. 5-17, jun. 2005.
- COELHO, Tádzio. Minério-Dependência em Brumadinho e Mariana. **Lutas Sociais** (PUCSP), São Paulo, v. 22, p. 252-267, 2018.
- COELHO, Tádzio. Uma vila esquecida: minério-dependência e os efeitos da mineração de ouro na economia de Godofredo Viana. *Revista de Ciências Sociais da UFMA* (no prelo). 2022.
- COELHO, Tádzio; WANDERLEY, Luiz; GIFFONI, Raquel. Dependência mineral, falta de política de reparação e injustiça ambiental em Brumadinho. *In: MILANEZ, Bruno; FELIPPE, Miguel Fernandes (org.). Minas esgotada: antecedentes e impactos do desastre da Vale na Bacia do Paraopeba*. Juiz de Fora: UFJF, 2021. p. 69-82.
- ENRÍQUEZ, Maria Amélia. **Mineração: maldição ou dádiva? Os dilemas do desenvolvimento sustentável a partir de uma base mineira**. Signus Editora: São Paulo, 2008.

GUIMARÃES, Flávia da Costa. **Análise do conhecimento e mobilização de estudantes em relação aos danos e riscos ambientais causados pelas caieras na cidade de Córrego Fundo - MG**. 2012. Monografia (Especialização em Ensino de Ciências por Investigação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-985HM8/1/an_lise_do_conhecimento_e_mobiliza__o_de_estudantes_em_rela__o_aos_danos_e__riscos_ambien_tais_cau2.pdf. Acesso em: 22 jan. 2022.

HARTMAN, Dominik; GUEVARA, Miguel R.; JARA-FIGUEROA Cristian; ARISTARÁN, Manuel; HIDALGO, Cesar A. Linking Economic Complexity, Institutions and Income Inequality. **World Development**, v. 93, p. 75-93, 2017.

IBGE. **Índice de Gini da renda domiciliar per capita**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibge/censo/cnv/ginibr.def>. Acesso em: 22 jan. 2022.

IBRAM. **Setor Mineral - 2022**. 2023. Disponível em: <https://ibram.org.br/publicacoes/>. Acesso em: 22 jun. 2023.

PIMENTEL, Thaís. Em Córrego Fundo, não falta trabalho e renda é equilibrada. **O Tempo**, Belo Horizonte, 18 maio 2014. <https://www.otempo.com.br/economia/em-corrego-fundo-nao-falta-trabalho-e-renda-e-equilibrada-1.847174>. Acesso em: 22 jan. 2022.

RAIS. **Relação Anual de Informações Sociais**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2022.

REESON, Andrew F.; MEASHAM, Thomas G.; HOSKING, Karin. Mining activity, income inequality and gender in regional Australia. **The Australian Journal of Agricultural and Resource Economics**, Sidney, v. 56, p. 302-313, abr. 2012.

RUBBERS, Benjamin. Mining Boom, Labour Market Segmentation and Social Inequality in the Congolese Copperbelt. **Development and Change**, v. 51, p. 1555-1578, nov. 2020.

SAAD, Marina; BORTOLUZZO, Adriana; MENEZES FILHO, Naercio; KOMATSU, Bruno. Os determinantes da queda da desigualdade de renda nas regiões brasileiras entre 2001 e 2015. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 35, n.104, p. 1-21, 2020.

SICONFI. **Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro**. Brasília: Tesouro Nacional, 2022. Disponível em: https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/declaracao/declaracao_list.jsf;jsessionid=uqR1rIUadzbsJK5xsKBDdguk.node1. Acesso em: 22 jan. 2022.

Recebido em: 23/02/2023

Aceito em: 15/09/2023

**CUIDADOS:
tecendo e desfazendo direitos.
Desigualdades sociais e desafios institucionais no Brasil¹**

***CARE AND RIGHTS.
Inequalities and institutional changes in Brazil***

Nadya Araújo Guimarães^{2*}

Resumo

Findo o período ditatorial, o processo de redemocratização trouxe avanços significativos no campo dos direitos, especialmente a partir da Constituição brasileira de 1988. Tais avanços, entretanto, alcançaram de modo muito desigual a demandantes de cuidado, por um lado, e a beneficiário/as de cuidado, por outro. Este texto pretende analisar esse processo desigual de construção de novos sujeitos de direitos no campo do cuidado. Assim, se foram alcançados importantes avanços normativos que propiciaram a implementação de políticas públicas voltadas ao cuidado a idosos e crianças, ao mesmo tempo se negava o reconhecimento profissional e direitos às trabalhadoras, domésticas e cuidadoras, que se constituíam nas principais provedoras de tais cuidados. Reconhecê-lo permite sentar as bases para o entendimento do cuidado enquanto um direito universal, em consonância com avanços progressivamente alcançados em outros países.

Palavras-chave: Cuidado. Direitos. Desigualdades. Brasil.

Abstract

After the dictatorial period, the re-democratization process brought significant advances in the field of rights, especially since the 1988 Brazilian Constitution. Such progresses, however, reached care seekers, on the one hand, and care beneficiaries, on the other, in a very uneven way. This text intends to analyze this unequal process of construction of new subjects of rights in the field of care. Thus, if important normative advances were achieved that led to the implementation of public policies aimed at caring for the elderly and children, at the same time professional recognition and rights were denied to workers -housemaids and the emerging caregivers - who were the main providers of such care. Recognizing it allows laying the foundations for understanding care as a universal right, in line with advances achieved in other countries.

Keywords: Care. Rights. Inequalities. Brazil.

¹ As ideias expostas neste texto foram inicialmente formuladas para discussão no Seminário *Los Cuidados en la Constitución*, uma promoção do *Centro de Estudios de la Mujer* (CEM) e da Plataforma *Juntas en Acción*, a cujos participantes agradeço, vez que o argumento em muito se beneficiou da reflexão coletiva ali produzida. Agradeço, igualmente, aos comentários e sugestões dos avaliadores da Revista Política & Trabalho.

^{2*} Doutora em Sociologia pela Universidad Nacional Autónoma de México e livre-docente em Sociologia do Trabalho pela Universidade de São Paulo. É, atualmente, professora titular sênior do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, pesquisadora do CNPq no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) e membro titular da Academia Brasileira de Ciências. Publicou recentemente os livros *O Gênero do Cuidado. Desigualdade, Identidades, Significações* (Ed. Ateliê, 2020) em coautoria com Helena Hirata) e co-organizou *Care and Care Workers. A Latin-American Perspective* (Ed. Springer, 2021). E-mail: nadya@usp.br

Introdução

Nos últimos anos a temática do cuidado tem sido objeto de crescente interesse no campo das ciências sociais. Já vai longe o tempo em que autores diagnosticavam (ao modo de Guimarães, Hirata e Sugita, 2011) serem os domínios da gerontologia, da geriatria, da enfermagem e da saúde aqueles que mais contribuía para o conhecimento sobre o tema em nosso país. Com efeito, vimos emergir, em pouco mais de vinte anos, uma multiplicidade de linhas de investigação. Elas focalizaram, em crescente detalhe, o trabalho de cuidado remunerado (Guimarães; Hirata, 2012, 2020; Pinheiro; Tokarski; Posthuma, 2021; Groisman, 2015; Guimarães; Pinheiro, 2023), explorando temas como as condições e relações de emprego (Brites, 2016; Araujo, 2015; Guerra, 2017), as novas tecnologias e a plataformização do trabalho de cuidado (Moreno, 2022; Cardoso; Pereira, 2023), a composição racial e por sexo da força de trabalho do cuidado e os sinais do racismo e do sexismo (Sorj, 2008; Arango, 2018; Fontoura; Marcolino, 2021; Pinheiro *et al.* 2021), as hierarquias e os pleitos por reconhecimento das cuidadoras, trabalhadoras emergentes no campo (Groisman, 2015; Acciari, 2019; Guimarães; Hirata, 2016; Guimarães, 2020).

Nesse esforço, enlaçaram-se domínios como os estudos do cuidado e o do trabalho doméstico remunerado (Guimarães, 2019; Guimarães; Hirata, 2020) ou do envelhecimento e do cuidado (Camarano, 2010; Félix, 2019; Debert; Felix, no prelo). A atenção também se deslocou para o âmbito do cuidado não remunerado, renovando-se a reflexão sobre os elos entre produção e reprodução (Sorj, 2008), sobre a desigual distribuição das cargas de cuidado não remunerado (Pinheiro; Medeiros, 2016; Jesus, 2018) e das penalidades que incorriam sobre quem por ele se responsabilizava (Pinheiro; Tokarski; Posthuma, 2021; Camarano; Pinheiro, 2023). Mais ainda, vieram à luz as múltiplas formas de entreajuda, geralmente não monetizadas, que costumam ser acionadas pelos mais pobres numa organização social do cuidado que prima pela injusta distribuição de meios (Vieira, 2017; Moreno, 2019; Guimarães; Vieira, 2019; Fernandes, 2021).

A crise sanitária dos anos 2020-2022, decorrente da pandemia da covid-19, animou ainda mais o interesse pelo tema já que visibilizou, como nunca dantes, a vulnerabilidade de todos em face ao cuidado e a necessidade desse para a vida em sociedade. Nesse sentido, operou como um dispositivo capaz de dotar de visibilidade as práticas de um trabalho pouco aparente dado seu caráter de um “saber-fazer discreto” (Molinier, 2005). Enquanto um dispositivo de visibilidade, a pandemia generalizou e enraizou no nosso cotidiano o que foi denominado uma “gramática do cuidado” (Blanc; Laugier; Molinier, 2020). Ademais, pôs em

xeque o paradigma da dependência, até então imperante nas análises sobre o cuidado e, por consequência, nas formulações de políticas. Nele se distinguia e privilegiava um certo grupo de “beneficiários”, a saber, os idosos, as crianças menores, as pessoas com necessidades especiais, ao tempo em que se mantinham na sombra os provedores de cuidado. Assim, a pandemia nos fez ver que todos podemos vir a ser demandantes de cuidados em algum momento da vida e que os provedores de cuidado também careciam ser cuidados (quem esquece o bordão do “cuidar de quem cuida” posto na ordem do dia pelas trabalhadoras domésticas?). Fez-se igualmente evidente o valor estratégico da ação do Estado e a centralidade das políticas públicas e de regulação de direitos para compensar a crescente mercantilização do cuidado em contextos, como o nosso, marcado por múltiplas desigualdades sociais e por níveis de pobreza extrema. Em suma, a construção institucional do cuidado se tornou um tema de primeira hora.

É justamente sobre esse tema que me deterei neste texto. Nele, reúno reflexões e apontamentos para o debate sobre o modo como transcorreu o processo de construção institucional do cuidado no Brasil. Para desenvolver o argumento, adotarei um partido analítico, qual seja: sendo o cuidado um fenômeno de interesse para a sociedade, ele demanda ação pública e, por isso mesmo, regulação normativa. Ação e regulação, entretanto, variam tanto entre sociedades – se as observarmos num mesmo momento de tempo – quanto numa mesma sociedade – se a acompanharmos no curso do tempo, ou no modo como distintos atores do cuidado são alcançados pelas regulações de direitos.

Por isso mesmo, há que explicitar as balizas que organizam a análise. Primeira: dar conta dessa dimensão dinâmica que caracteriza a regulação, construirei a reflexão ao redor de dois momentos do tempo particularmente significativos para o tema: (i) o momento da reorganização normativa consequente à redemocratização em 1985 e à promulgação da Constituição de 1988; (ii) e o momento mais recente, marcado por um processo de regressão política em matéria de direitos humanos, sociais e laborais. Segunda: procurarei observar como a ação pública e a regulação normativa alcançaram os diferentes sujeitos de direitos, focalizando tanto os beneficiários quanto os provedores de cuidado. O escopo da reflexão privilegiará quatro personagens centrais. Assim, pelo lado dos beneficiários, me concentrarei nos chamados “idosos dependentes” e nas “crianças menores”, figuras-chave que demarcam os dois principais campos de políticas de cuidados recorrentemente tratados na literatura. Pelo lado dos provedores, focalizarei as “cuidadoras”, nova personagem que emerge nos anos 1990; e dada a especificidade da organização social do cuidado no Brasil, fortemente

assentada no trabalho das “domésticas”, será inescapável trazê-las à cena da análise de modo a bem entender o tema do acesso aos direitos por parte das “cuidadoras”.

O texto se desenvolverá em duas seções principais, além desta “Introdução” e uma breve “Conclusão”. Na primeira delas, focalizarei o que se passa com a construção de direitos no polo dos que a regulação reconhece como beneficiários do cuidado (idosos e crianças menores); isso remeterá o meu olhar para a conjuntura da redemocratização e expansão de direitos e da cidadania, que tem como marco de referência o ano de 1988, com a promulgação da nova Constituição. Na segunda, centrarei a atenção no polo de quem provê o cuidado no Brasil, das suas trabalhadoras; isso me obrigará a mover o olhar para um momento mais recente, que se desenvolve a partir dos anos 2000, para entender o acesso a direitos por parte das “cuidadoras”; mas me remeterá de volta ao momento da Constituinte, pois, nela, se retiram as “domésticas” do acesso completo a direitos associados ao trabalho de cuidado que realizam.

Espero, com essas reflexões, contribuir para analisar os processos políticos e institucionais que permitiram, no caso brasileiro, o delineamento e implementação de políticas públicas de corte nacional voltadas ao cuidado com idosos e crianças (ainda que sem constituírem um sistema nacional integrado), ao mesmo tempo em que se negava o reconhecimento profissional e os direitos às trabalhadoras que se constituíam as principais provedoras de tais cuidados.

Essa desconcertante dissonância só ganha sentido se vista contra um pano de fundo que é inescapável à caracterização da realidade do país, qual seja, a profunda desigualdade que marca a estrutura social brasileira e, por extensão, a organização social do cuidado entre nós. Ela conforma o modo como as necessidades de cuidado e o seu provimento têm tido lugar, fragmentando indelevelmente a sociedade. Distingue e hierarquiza os que têm meios para consumir serviços de cuidado, por um lado, e os que vivem do seu trabalho de prover tais serviços. Entretanto, e como veremos, desigualdade internamente tanto os provedores como os beneficiários do cuidado.

Assim sendo, o direito ao cuidado e as formas como é exercido no caso brasileiro não podem ser pensados ao arrepio da característica definidora do perfil dessa sociedade, a saber, a profunda desigualdade que transcende marcadores de classe e que tem fortes raízes nas hierarquias não apenas de gênero e geração, mas especialmente de raça.

Atentar para esse filão de análise, em meio a um campo de conhecimento que se amplia e se renova, é não somente importante pelo efeito de lançar luz sobre novas dimensões

do fenômeno do cuidado – dando lugar a vias de interpretação e conexões entre processos ainda inexploradas –, mas é igualmente relevante para alinhar academia e produção de políticas (ao modo de Mello e Morandi, 2020), num campo em que a comunidade brasileira de intérpretes até aqui apenas assistira, fascinada, às inovações institucionais postas em prática por outros países da América Latina, como o Uruguai e o seu Sistema Público Integrado de Cuidados. Ora, quando está sobre a mesa de debates, no Brasil, a possibilidade de avançar no sentido de planejar e construir políticas transversais de cuidados, é de todo relevante refletir sobre o modo como tecemos, no passado recente, o acesso a direitos, identificando gargalos por transpor e nós por desatar. O presente texto se propõe a contribuir para tal.

Tecendo os direitos dos “idosos-dependentes” e das “crianças menores” sob a redemocratização: Novos sujeitos de direitos ou sujeitos de novos direitos?³

As mais importantes mudanças institucionais no domínio do cuidado tiveram lugar, no Brasil, a partir da redemocratização dos anos 1980, conseqüente ao fim do regime militar. Tais mudanças marcaram o modo como se reconfiguraram e regularam os direitos tanto de “idosos dependentes” como de “crianças menores”.

Entretanto, se esses beneficiários socialmente reconhecidos como sujeitos de direitos foram favorecidos pelos novos instrumentos normativos e políticas a eles conseqüentes, o mesmo não se verificou quando se observam os impactos sobre os direitos das trabalhadoras do cuidado e as políticas de proteção associadas ao exercício do seu trabalho, de que trataremos na seção subsequente. Para melhor evidenciar o que se passa no campo dos beneficiários do cuidado, dividirei esta seção em duas partes; na primeira, tratarei mais detidamente do que se passou com os direitos no que concerne ao cuidado aos idosos, e na segunda, deslocarei o foco para direitos associados ao cuidado a crianças menores.

A redemocratização e os novos direitos dos idosos

Muito embora a historiografia date o fim da ditadura cívico-militar em março de 1985, com a posse de um presidente civil, o grande avanço no campo dos direitos, com repercussões

³ Para o preparo desta seção, lancei mão de argumentos antes desenvolvidos em Guimarães, Hirata e Posthuma (2020) e Debert, Guimarães e Hirata (2020).

sobre o cuidado, decorreu da nova Constituição, promulgada em 1988 (Brasil, 1988). Pela primeira vez, um capítulo constitucional foi dedicado aos idosos.⁴³ Assim, em seu art. 230, estabeleceu-se a responsabilidade tripartite entre família, Estado e sociedade, de maneira a garantir participação, dignidade e bem-estar aos idosos brasileiros. Ao mesmo tempo, baniu-se, na letra da lei, qualquer tipo de discriminação no trabalho (de ingresso ou salarial) que se fundasse na idade dos indivíduos. Benefícios específicos, como a gratuidade nos transportes públicos, foram também constitucionalmente assegurados.

Isso deixa transparecer como, na década de 1980, a questão dos direitos dos idosos ganhou força no Brasil, transformando-os não apenas em novos sujeitos de direitos, mas em atores políticos de relevo no país. A Constituição de 1988 foi a pedra de toque para tal. A partir daí, a questão da velhice passou a ganhar importância na formulação de políticas públicas, em meio à preocupação da sociedade brasileira com o reconhecimento dos direitos sociais de um modo geral, especialmente em relação à violência e às minorias discriminadas. Ao longo dos anos 1990, diversos dispositivos constitucionais foram sendo regulamentados, ampliando a proteção conferida, com especial destaque para a lei que instituiu a Política Nacional do Idoso (PNI), de 1994 (regulamentada em 1996). Vejamos.

A Política Nacional do Idoso (PNI), de 1994, e o Estatuto do Idoso, de 2003, são também exemplos importantes do impacto, no Brasil, de decisões e compromissos firmados em diversos fóruns internacionais.⁵⁴ Assim, além dos direitos de todo o cidadão, o idoso passou a gozar de direitos específicos. A PNI reiterou alguns princípios constitucionais básicos, como o direito à vida, à dignidade humana e à cidadania, mas a eles acrescentou direitos específicos. Estabeleceu, entre suas principais diretrizes, a viabilização de formas

⁴³ Tal avanço ecoava o espírito das decisões da Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, realizada em Viena, no ano de 1982.

⁵⁴ O Brasil assinou tratados internacionais como o Plano Internacional sobre o Envelhecimento, concebido na I Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, realizada pela ONU, em 1982, em Viena. Esse foi o primeiro documento da ONU sobre a questão do envelhecimento de repercussão mundial e pode ser visto como marco inicial para o desenvolvimento de uma agenda de políticas públicas para a população idosa, não só no Brasil como em âmbito internacional. Da mesma forma, o Brasil foi signatário do Plano de Ação Internacional para o Envelhecimento, resultado da II Assembleia Mundial do Envelhecimento, promovida pela ONU e realizada em Madri, em 2002. Esses planos internacionais reconheciam que o envelhecimento representava uma experiência específica, não contemplada pelas declarações e tratados de cunho universalista. Por essa razão, um amplo debate sobre direitos diferenciados e políticas de reconhecimento marcaram as reflexões sobre os desafios da igualdade e da democracia. Os próprios órgãos regionais ligados às Nações Unidas, por reconhecerem a grande diversidade do processo de envelhecimento, elaboraram estratégias para a implementação do Plano de Madri, que levassem em conta as especificidades regionais e fossem menos generalizantes. Disso foram exemplos as conferências sobre Envelhecimento na América Latina e Caribe, a primeira delas realizada no Chile, em 2003, e a segunda sediada no Brasil, em 2007.

alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso, que proporcionassem sua integração às demais gerações; a participação do idoso, e da sociedade civil na formulação das políticas a serem desenvolvidas; a priorização do atendimento ao idoso através de suas próprias famílias, em detrimento do atendimento asilar; capacitação e reciclagem dos recursos humanos nas áreas de geriatria e gerontologia e na prestação de serviços; priorização do atendimento ao idoso em órgãos públicos e privados prestadores de serviços, quando desabrigados e sem família; apoio a estudos e pesquisas sobre as questões relativas ao envelhecimento.

O Brasil criou, ademais, um Conselho dos Direitos Humanos, como parte de uma Secretaria de Direitos Humanos (SDH/PR), de início ligada diretamente à Presidência da República, com a finalidade de elaborar diretrizes para a formulação e implementação da Política Nacional do Idoso conforme o Estatuto do Idoso. Para acompanhar e avaliar a execução da PNI, criou-se o Conselho Nacional do Idoso, implementado em 2002.⁶⁵

Entretanto, numa sociedade fortemente desigual havia que fazer face a índices alarmantes de pobreza que desafiavam os que envelheciam e as novas políticas a eles dirigidas. Nesse sentido, cabe destacar o papel da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), do ano de 1993, ao instituir um dispositivo que se mostrou crucial para assegurar direitos sociais aos idosos. Através da LOAS não apenas estabeleceram-se as responsabilidades pelos programas e projetos de atenção ao idoso, viabilizando-os institucionalmente, como criou-se o Benefício de Prestação Continuada (BPC). O BPC provou ser o mais importante dispositivo de combate à pobreza entre os idosos, pois passou a garantir, desde então, uma renda mensal de cidadania no valor de um salário mínimo a todas as pessoas com 65 anos ou mais (e às pessoas com deficiência) que vivessem em famílias com renda média de até um quarto do salário mínimo, vale dizer, em situação de extrema pobreza.⁷⁶

⁶⁵ Na quase totalidade dos estados e em boa parte dos municípios do país há Conselhos do Idoso com representantes do estado e da sociedade civil. Ver Debert e Destro de Oliveira (2016).

⁷⁶ Em 2016, quando o período de expansão de direitos e políticas pareceu chegar a seu fim, esse importante mecanismo de proteção social já alcançava quase 4 milhões e meio de pessoas (Jaccoud; Mesquita; Paiva, 2017). Vale dizer que um quinto dos idosos e deficientes brasileiros viviam, então, em situação de extrema privação. Ademais, o BPC teve resultados impactantes, especialmente enquanto vigorou, no Brasil, uma política de valorização do salário-mínimo. Estudos econométricos mostram que a indexação do benefício ao salário-mínimo, em condições de apreciação contínua desse, o pôs na dianteira dos determinantes da redução das desigualdades no Brasil (Soares, 2010; Kerstenetzky, 2017). Enquanto teve o seu valor real em recuperação, o salário-mínimo obtido pelo idoso, via BPC, funcionava, para o grupo familiar em pobreza extrema, como um patamar a partir do qual era possível alavancar a busca de remuneração complementar.

Tal arquitetura institucional fez do Brasil um dos pioneiros, na América Latina, no que concerne à implementação de uma política de garantia de renda para os idosos e no desenho de uma política de proteção aos mesmos.

Dez anos mais tarde, em 2003, surge uma outra novidade institucional. Aprovava-se o Estatuto do Idoso, após longo período de tramitação no Congresso Nacional. O Estatuto consolidou em um extenso documento legal uma série de leis e políticas já existentes e regulamentou novas medidas que colocavam o idoso como sujeito de direitos específicos, contemplando as formas particulares pelas quais a discriminação os atingia. Assim estabeleceu, entre outras precedências, que os mais velhos deveriam ter atendimento preferencial em órgãos públicos e privados; prioridade na tramitação de processos judiciais e administrativos; meia-entrada em atividades culturais e de lazer; reserva de 3% das unidades nos programas habitacionais públicos; gratuidade no transporte municipal; assentos reservados no transporte coletivo; vagas reservadas em estacionamento; medidas de proteção ao idoso que se encontrar em situação de risco, atendimento geriátrico e gerontológico, além de reafirmar o direito ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), correspondente ao valor de um salário mínimo para os maiores de 65 anos que não pudessem prover a própria subsistência.

O problema do envelhecimento, na forma como construído no país, ganhou proeminência também no campo dos direitos humanos, dando lugar a uma multiplicidade de novas iniciativas e de institucionalidades na política pública, que ampliaram o leque dos mecanismos voltados a reparar outras formas de iniquidades. O relevo que adquiriram essas formas de ação institucional é sintomático da importância da temática da violência contra o idoso no país.

Dentre as experiências pioneiras no Brasil, destinadas ao combate à violência contra o idoso, temos as delegacias especializadas e os grupos especializados do Ministério Público. A sua atuação é um outro fruto das mudanças propiciadas pela Constituição de 1988, que levaram à necessidade de dotar o Ministério Público de instrumentos para a defesa de interesses metaindividuais, fazendo a tutela de interesses difusos e coletivos. A criação do GAEPI é fruto do poder de agência de outro grupo do Ministério Público, o GAPI (Grupo de Atuação de Proteção ao Idoso), o qual, originalmente, tinha como responsabilidade reprimir os crimes contra os idosos institucionalizados, ou seja, aqueles em clínicas ou asilos. Isso deixa igualmente entrever a importância desse tipo de ocorrência no país.

A implantação das Delegacias de Polícia de Proteção ao Idoso, em 1992, foi mais uma iniciativa brasileira pioneira, em resposta às reivindicações de setores engajados na luta pelos direitos dos idosos. O formato dessas delegacias especializadas foi inspirado no sucesso obtido pelas Delegacias de Defesa da Mulher, criadas também no estado de São Paulo em meados da década de 1980. Em 2016, ao final dessa primeira conjuntura que até aqui se vem analisando, a maioria dos estados brasileiros já contava com tais delegacias. Além das delegacias de polícia especializadas, o Ministério Público também desenvolveu, em quase todos os estados do Brasil, promotorias específicas, de Defesa da Pessoa com Deficiência e Idosos.

O que fica evidente, nessa notável produção de institucionalidades, é que não bastava a novidade de consignar numa Constituição, que se dizia “cidadã”, um rol de direitos associados a um novo sujeito. Torná-los efetivos, e traduzi-los em políticas públicas, requereu um amplo, cumulativo e consistente processo de politização da justiça, através do qual se exigiu que o Estado se posicionasse frente às demandas das minorias discriminadas, os idosos entre elas.

Entretanto, compõe o intrincado paradoxo brasileiro a dificuldade de implementação desse rico leque de diretrizes legalmente estabelecidas. Mas isso não é, como veremos em seguida, algo que tenha se passado apenas com a implementação de direitos voltados ao cuidado a idosos. Fazer valer direitos também desafiou atores no campo do cuidado às crianças menores.

A redemocratização e o direito ao cuidado das “crianças menores”⁸⁷

Foi também com a Constituição Federal de 1988 que, no Brasil, o direito à creche foi reconhecido como um direito social tanto dos trabalhadores e das trabalhadoras com filhos de 0 a 5 anos, como um direito das crianças; ou seja, simultaneamente um direito ao trabalho e à educação.

⁸⁷ A faixa etária correspondente ao que aqui se denomina como “crianças pequenas” é definida pelo marco legal vigente no Brasil, assim como pela organização da política de educação infantil. Assim, conforme disposto na Lei 13.257/2016, considera-se o período dos seis primeiros anos de vida das crianças como “Primeira Infância”; e, seguindo a divisão dos grupos etários estabelecida na política de educação infantil, entende-se o lapso compreendido entre 0 e 3 anos como a idade de creche, e entre 4 e 5 anos como o da pré-escola. O grupo etário de 0 a 5 anos configura, assim, o público da chamada “Educação Infantil”.

Ampliar a abrangência da educação infantil, no caso brasileiro, vinha sendo, de há muito, uma bandeira no sentido de minorarem-se desigualdades sociais. Mais ainda, essa era a forma de dar ao cuidado extradomiciliar o estatuto de um direito – das crianças, mas também das mães trabalhadoras. Não sem razão, o tema teve também uma presença longeva na agenda dos movimentos feministas no país. Com efeito, a dimensão de classe no acesso à creche havia sido historicamente marcante, posto que essa se constituía, no Brasil, como uma forma mercantilizada de cuidado. Sendo um serviço de alto custo e provido por estabelecimentos privados, era acessível apenas às crianças pequenas provenientes de grupos sociais de mais alta renda, predominantemente brancos e habitando sobretudo em regiões urbanas e metropolitanas.

Nas palavras de Kramer, Nunes e Pena (2020, p. 3)

A construção de uma nova forma de olhar a criança – a criança cidadã – expressa na Constituição Federal (BRASIL, 1988) só foi possível graças à força de um movimento social, que conseguiu se introduzir no processo constituinte e se fazer presente a partir de uma emenda popular, recordista em número de assinaturas – mais de um milhão e duzentos mil signatários, de todas as unidades da Federação. Liderada pelo Movimento Nacional Criança e Constituinte, essa articulação inseriu as crianças no mundo dos direitos humanos, um marco para o lançamento de princípios e de implementação de novas políticas para a infância (CRAIDY, 1994).

Entretanto, e mesmo sob governos democráticos, passaram-se quase trinta anos até que o direito formalmente concedido em 1988 tivesse consequência prática. Só muito recentemente a ação pública brasileira reconheceu que creches e pré-escolas eram parte do processo educacional do cidadão e, assim, assegurou-se o seu financiamento.

O longo percurso e as idas e vindas de inúmeras legislações e normativas são indicadores das dificuldades para solver no campo político algo que parecia conquistado no domínio da norma. Assim, transcorreram quase dez anos até que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, admitisse que a creche e a pré-escola eram parte da primeira etapa da educação básica, conformando a Educação Infantil; com isso, em 2007, regulamentou-se o seu financiamento (resultado de uma Emenda Constitucional de 2006), por meio da criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização de Profissionais da Educação (Fundeb).⁹⁸

⁹⁸ O Fundeb é um conjunto de 27 fundos (26 estaduais e 1 do Distrito Federal) que serve como mecanismo de redistribuição de recursos para valorizar os professores e desenvolver e manter funcionando todas as etapas da educação básica – desde creches, pré-escola, educação infantil, ensino fundamental, ensino médio até a educação de jovens e adultos. O Fundo é uma evolução do mecanismo anterior, o Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério), que vigorou entre 1998 e 2006.

Dar consequência ao direito, mesmo tão tardiamente, foi um passo significativo no campo do cuidado às crianças. Os números para esse período da redemocratização são eloquentes: em 2003, apenas 11,7% das crianças brasileiras frequentavam creches; já em 2017, a média nacional triplicou, passando a 32,7% (IBGE, 2018). Todavia, mesmo com tal expansão, vê-se que o acesso à creche ainda não é garantido à maioria das crianças de 0 a 3 anos e de suas famílias.

Isso ilustra como, no cuidado infantil, também se expressa a configuração característica da organização social e política do cuidado (Faur, 2014), cujo provimento é sempre distribuído entre famílias, Estado, mercado e comunidade. Uma configuração, vale ressaltar – e o vemos no exemplo da creche – que é essencialmente dinâmica, e que resulta do entrecruzamento das diferentes ofertas e das lutas pelas redefinições nesse entrecruzamento, mas que, no caso brasileiro, tem sido marcada por relações de gênero, classe e raça. Com efeito, sociólogas e pesquisadoras dos estudos da infância convergem na avaliação de que a organização social e política do cuidado reflete e reproduz as diferenças de classe entre as mulheres, mas também entre as crianças (Faur, 2014; Rosemberg, 2015).

No Brasil, as diferenças e desigualdades entre as grandes regiões, tanto quanto entre os meios rural e urbano, mostram como é complexa a organização social e política que sustenta o exercício do direito ao cuidado de crianças pequenas. Assim, além de insuficiente, o acesso a creches é também desigual, especialmente quando comparado às diferentes regiões do país e ao rendimento das famílias. Os dados da PNAD 2017 Educação apontaram que as regiões Sul e Sudeste apresentavam as maiores taxas de escolarização das crianças de 0 a 3 anos, respectivamente 40% e 39,2%. Já a Região Norte apresentava a menor taxa (16,9%), seguida do Centro-Oeste (25,4%) e do Nordeste (28,7%).

Considerando as classes de rendimento domiciliar per capita, a frequência a creches por crianças de 0 a 3 anos pertencentes a famílias do primeiro quintil (menor rendimento) era de apenas 23,7%, enquanto entre as crianças do quintil superior chegava a 52,8%. Entre as crianças que estavam fora da creche devido à ausência de vaga ou de creche na localidade de moradia, a desigualdade também era grande: 33,9% das crianças mais pobres (primeiro quintil), contra apenas 6,9% das crianças mais ricas (quintil superior). A média nacional era de 26,3% (IBGE, 2018).

Diante da ausência de vagas nas creches, mas também dada a incompatibilidade entre a jornada de trabalho das mães e/ou pais e o horário das creches, há uma diversidade de estratégias mobilizadas pelas famílias (bem dizer, pelas mulheres), que traz à luz outras modalidades sob as quais se realiza o trabalho remunerado de cuidados de crianças pequenas. Ele não é realizado apenas nas instituições de educação infantil, mesmo quando tais crianças estão sob a guarda de creches em parte do seu dia. Proliferam no Brasil diferentes arranjos, desde estabelecimentos informais para o cuidado de crianças pequenas (Moreno, 2019; Fernandes, 2021)

Nos bairros em que o déficit de vagas em creches é maior, é comum encontrar mulheres que cuidam em suas próprias casas de crianças de famílias vizinhas, algumas em tempo integral, outras antes ou depois do período em que a criança frequenta a creche ou pré-escola, a depender da jornada de trabalho (e do tempo de deslocamento) das suas mães e/ou pais. A remuneração e as responsabilidades, como dar banho e preparar refeições, são combinadas individualmente, entre as mulheres, ou com as famílias. Por sua vez, o apoio da rede familiar (especialmente avós e tias) pode acontecer, com ou sem remuneração monetária, mas baseado em práticas de reciprocidade marcadas por troca de favores, ajudas e presentes (Vieira, 2017).

Ademais, entre as famílias com maior rendimento, a frequência à creche também se combina com o recurso ao trabalho domiciliar de outrem. Todavia, nesse grupo social, isso tende a se fazer mediante a contratação de trabalhadoras domésticas e/ou babás (Sorj; Fontes, 2012). Na Região Metropolitana de São Paulo, por exemplo, segundo dados da Fundação Seade (2016), as mulheres correspondiam, em 2015, a 46% da população ocupada. Do total de mulheres ocupadas, as que estavam no serviço doméstico correspondiam a 13,1%. No caso dessas trabalhadoras domésticas, o cuidado era apenas uma das tarefas que compunham suas atribuições. No caso específico daquelas contratadas como “babás”, a responsabilidade com as tarefas do trabalho doméstico (limpeza, arrumação, preparo de refeições etc.) também compunha o seu cotidiano de trabalho.

Em suma, há uma diversidade de formas pelas quais o cuidado extradoméstico a crianças menores se combina ao cuidado doméstico, em termos de quem o presta, como o presta, onde o faz e como é retribuído. Essa pluralidade se assenta no hiato entre as demandas desses sujeitos de novos direitos e a capacidade de provimento do que a norma estabelece como devido: vagas em creches do sistema público, em horário que possa ser adequadamente gerido por mães trabalhadoras.

“Cuidadoras”: Desfazendo pleitos de direitos¹⁰⁹

Quando analisamos o movimento em busca de direitos que amparariam as trabalhadoras brasileiras do cuidado, vemos que – diferentemente do que se passa com os beneficiários do seu trabalho, sejam eles idosos ou crianças menores – a sincronia temporal com o processo de redemocratização não fica evidente. Isso porque o tema do trabalho de cuidado e dos direitos a ele associados se impõe, no Brasil, apenas a partir dos anos 2000. Tal imposição decorre da presença das cuidadoras domiciliares, que afluem em massa no mercado apenas a partir desses anos.

Guimarães (2016) documentou o caráter muito recente da implantação do vocábulo “cuidador” (em suas diversas flexões, “cuidadora”, “cuidadores”) no léxico dos brasileiros em seu dia a dia. Para tal, recorreu à análise do acervo **d’O Estado de São Paulo**, o mais longevo dos periódicos hoje existentes no Brasil. Assim, dos 2.091 registros compulsados entre 1875 e 2019, a quase totalidade (96%) se concentra no intervalo de apenas duas décadas, os anos 2000 e 2010. Mais ainda, no curso desse quase um século e meio de observações, 80% desses registros estão abarcados apenas nos nove últimos anos, compreendidos entre 2010 e 2019 (conforme atualização dos dados em Guimarães e Hirata, 2020). Ou seja, se o vocábulo existia no nosso repertório desde há muito, o seu uso era residual. Somente no curso dos anos 2000 ele se difunde e se consagra, justamente quando o seu significado se fixa para denotar um novo tipo de trabalho especializado de cuidado que assomava no espaço público, trazendo consigo a necessidade de nomear aquele (ou aquela) que o exercia.

Mais interessante ainda, esse crescimento se fez em sintonia com a consolidação do sentido contemporaneamente conferido ao trabalho de cuidado, a saber, o de um trabalho remunerado, dirigido a humanos e, na forma como então transparece na mídia, voltado a propiciar o bem-estar a idosos dependentes, em suas residências. Tal simbiose acabou por fazer com que, na imagem veiculada na grande imprensa, “cuidadora” se tornasse, por assim dizer, um modo aligeirado de referir “cuidadora de idosos”, categoria tornada, de fato, um seu sinônimo.¹¹⁰

¹⁰⁹ O desenvolvimento desta seção se ancora em argumentos e evidências que apresentei, de modo bem mais detalhado, em Guimarães e Hirata, 2020, notadamente nos capítulos 2 e 3.

¹¹⁰ É interessante destacar que a Constituição de 1988 refere que a casa é o local onde se espera que os idosos sejam cuidados. Nesse sentido, a simbiose entre “cuidadora”, “cuidadora domiciliar” e “cuidadora de idosos” ecoa o que explicita a nossa carta magna.

A maneira como esse trabalho foi acolhido e veiculado deixava entrever, assim, um segundo viés importante na representação socialmente partilhada sobre o que mereceria ser denominado “trabalho de cuidado”: somente às que se dedicavam ao trabalho remunerado de atenção a idosos dependentes cabia o nome de “cuidadoras”; mesmo se, nos domicílios em que atuavam, outras mulheres, igualmente remuneradas, estivessem a fazer o trabalho de cuidado a humanos, igualmente dependentes, como são as crianças. Sim, porque às “babás”, cuidadoras de menores, ou às “domésticas”, cuidadoras das necessidades de adultos autônomos, não atribuíamos, a julgar pela mídia impressa, igual qualificativo de “cuidadoras”, embora todas elas realizassem trabalho de cuidado e o fizessem nos mesmos espaços. O que vale na gramática das representações coletivas, veremos em seguida, também se expressaria na gramática das instituições governamentais, aí compreendidos os dados por elas produzidos a respeito desse tipo de trabalho.

Com efeito, foi apenas em 2002, com a entrada em vigor de uma nova Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), que a atividade das “cuidadoras profissionais” se tornou visível nos inquéritos sociodemográficos brasileiros. A natureza e o conteúdo do seu trabalho foram, pela primeira vez, definidos. Entretanto, como nomear é estabelecer fronteiras, os acercamentos e as distâncias entre profissões do cuidado foram igualmente deixados explícitos no dispositivo regulador da CBO. É interessante que o nome “cuidador” se aplique apenas ao serviço de cuidado a dependentes pela idade (“cuidadores de idosos”)¹²¹¹ ou por algum limite ou deficiência (“cuidadores em saúde”). Isso porque o serviço de cuidar de crianças, embora incluído na mesma família ocupacional, é desempenhado por outras profissões que, sendo do cuidado, não denominam os seus trabalhadores como “cuidadores”, mas como “babás”¹³¹² ou “mães sociais”.¹⁴¹³

Todavia, a CBO cuidou também de deixar patentes as distâncias que apartam cuidadores de outros profissionais que também zelam por pessoas. E o fez de duas formas, tanto silenciando sobre interfaces (com o trabalho no serviço doméstico) quanto explicitando distâncias (com o trabalho no serviço de enfermagem). O primeiro modo de distinguir

¹²¹¹ Sinônima, pela CBO, de “acompanhante de idosos”, “cuidador de idosos domiciliar”, “cuidador de idosos institucional”, “cuidador de pessoas idosas e dependentes” e “*gero-sitter*”.

¹³¹² Profissão sinônima, pela CBO, de “*baby-sitter*” ou “pajem”, assim denominadas as *baby-sitters* em início de carreira.

¹⁴¹³ Profissão sinônima, conforme a CBO, de “mãe crecheira” ou “mãe substituta”.

transparece na descrição da família 5121, que reúne “trabalhadores dos serviços domésticos em geral”, agrupando as ocupações de “empregado doméstico nos serviços gerais”, “empregado doméstico arrumador”, “empregado doméstico faxineiro” e “empregado doméstico diarista”. Essa família tem uma descrição de atividades que não esconde a sua interface com o cuidado, mas a CBO significativamente silenciou sobre isso, apelando para o uso de uma palavra alternativa, a de “assistência”:

“Preparam refeições e prestam assistência a pessoas, cuidam de peças do vestuário como roupas e sapatos e colaboram na administração da casa conforme orientações recebidas. Fazem arrumação ou faxina e podem cuidar de plantas do ambiente interno e de animais domésticos” (Grifo meu).¹⁵¹⁴

Outras vezes, a CBO tratou de deixar explícita a distância a separar os “cuidadores de crianças, jovens, adultos e idosos” de outros trabalhadores que provêm o cuidado. Assim, a sua descrição a respeito desta família ocupacional se conclui com uma frase significativa: “esta família não compreende 3222 - técnicos e auxiliares de enfermagem”,¹⁶¹⁵ uma afirmação que denota a capacidade de fechamento do campo profissional por parte das enfermeiras, que conseguiram, na nova Classificação Ocupacional, trazer para o seu grupo mesmo as funções menos qualificadas, como são os técnicos e auxiliares que atuam na enfermagem. Assim sendo, cabe à enfermagem – uma profissão regulamentada pelo Estado – regular o acesso, desses profissionais, à formação, ao credenciamento e à remuneração.

Em suma, se a inclusão da ocupação de “cuidadora” na CBO produziu o seu reconhecimento pelo Ministério do Trabalho e Emprego de então, isso não foi suficiente para produzir a regulamentação dessa atividade profissional pelo Estado (Debert; Oliveira, 2015). Ao contrário, no Brasil, inexistem garantias de emprego e de direitos trabalhistas associados ao exercício do trabalho profissional de cuidar, a menos daquele desempenhado pelas profissionais de enfermagem, que o adquiriram apenas em 1986. O que denota que diversos são os níveis por meio dos quais tem se constituído o progressivo reconhecimento institucional da atividade de cuidado como um trabalho profissional. Há o nível das estatísticas e registros sociodemográficos, que corre à parte do nível da regulação dos direitos trabalhistas, o qual por sua vez se distingue do reconhecimento formal da profissão, mas há

¹⁵¹⁴ Disponível em: <https://www.ocupacoes.com.br/cbo-mte/5162-cuidadores-de-criancas-jovens-adultos-e-idosos> Acesso em: 28 ago. 2020.

¹⁶¹⁵ Disponível em: <https://www.ocupacoes.com.br/cbo-mte/5162-cuidadores-de-criancas-jovens-adultos-e-idosos> Acesso em: 28 ago. 2020

um segundo elemento balizador da análise do cuidado como profissão no caso brasileiro. Entre nós, seria impossível entender-se a realidade do trabalho profissional de cuidado sem tomar em conta como ele se insere numa pluralidade de formas do “cuidar” as quais, tanto podem não ser reconhecidas como “trabalho” como podem não ser reconhecidas como “cuidado”. Isso nos deixa diante de um rico campo de onde emergem questões relevantes ligadas à (in)visibilidade e ao (auto)reconhecimento.

Com efeito, o trabalho profissional de cuidadoras domiciliares, além de recente em seu reconhecimento no imaginário social (Guimarães; Hirata, 2020), está imerso num conjunto muito mais amplo de formas de trabalho domiciliar remunerado. Dito de outro modo: quando, nos últimos 20 anos, surge e se generaliza a figura da “cuidadora” domiciliar, outras mulheres já faziam trabalho remunerado de cuidado nos domicílios, as “empregadas domésticas”. Elas atuavam em diferentes atividades, como cozinheiras, lavadeiras, passadeiras, babás, arrumadeiras, faxineiras etc. Cada uma delas cuidava de um aspecto do cotidiano das famílias (de classes médias e altas).

Entretanto, embora efetivamente cuidem, essas trabalhadoras domésticas não são vistas, não são contabilizadas e nem mesmo se sentem “cuidadoras”. Tal desconexão entre a atividade concreta (de cuidar) e o reconhecimento profissional que lhes cabe (como “domésticas”) perpassa e organiza não apenas o seu lugar nas estatísticas oficiais e nas interações da vida cotidiana (inclusive com aquelas que podem dizer-se “cuidadoras”), mas esculpe a própria representação que fazem, para si mesmas, do significado do trabalho desempenhado.

Por serem “domésticas” não lhes era possível ter o reconhecimento como “cuidadoras”, e não apenas porque estivessem excluídas da categoria pela estatística oficial; havia uma disputa identitária em jogo. Tornar-se “cuidadora”, num contexto em que inexistia reconhecimento formal da profissão, ou seja, quando não há regras (barreiras) de acesso, nem regras de controle de desempenho ou de alocação de direitos, é um “vir a ser” cuja força e significado emanam da vida cotidiana, dos sentidos outorgados e dos juízos de valor formulados (e feitos valer) pelos próprios atores.

Assim, aquelas mulheres que realizaram o movimento de reconversão identitária para a condição de “cuidadoras”, usaram as suas qualificações tácitas obtidas no trabalho doméstico, fosse ele remunerado (como antigas “domésticas”) ou não (como “donas de casa”) para recriarem-se como “cuidadoras domiciliares” ou “cuidadoras de idosos”, como costumam ser denominadas. Afinal, e paradoxalmente, cuidar era o que haviam feito por toda

a vida. Mas, através desse nome alternativo, procuraram construir uma nova imagem para o seu trabalho, transformando saber tácito em saber profissional sistematizado, de algum modo legitimado (em treinamentos mais ou menos rápidos) que as distanciavam da estigmatizada condição de “doméstica”.¹⁷¹⁶

Mas, por outro lado, esse importante movimento de diferenciação simbólica empreendido pelas “cuidadoras” tem lugar num mercado de trabalho estruturalmente marcado (e igualmente de modo longo) pela maciça presença de outras mulheres trabalhadoras, igualmente remuneradas, voltadas a atender às necessidades e a prover o bem-estar das famílias. A elas – as “empregadas domésticas” – cabia o exercício de um trabalho que, conquanto pago e do domínio de uma relação pública e regular de trabalho, estava privado, até a Emenda Constitucional n. 72, de 2013, dos direitos oferecidos aos demais assalariados, colocando-as numa posição social que as desqualificava enquanto assalariadas.

É notável este fato. Por um lado, como vimos na seção anterior, a “Constituição-cidadã” de 1988 reconhecia como sujeitos e outorgava direitos a idosos e crianças, ampliando-os num leque até então nunca visto na realidade brasileira. Por outro lado, no caso das trabalhadoras domésticas, essa mesma Constituição restringiu expressamente o acesso a uma gama significativa dos direitos, que outorgara a todos os demais trabalhadores brasileiros. Passaram-se nada menos que vinte e quatro anos, entremeados por muitas lutas das “domésticas” até que, pela Emenda Constitucional de 2013, essa sua condição de trabalhadora de segunda categoria fosse deixada para trás.

Antes disso – e mesmo com um movimento de redemocratização e de extensão de direitos em pleno curso – as suas condições de trabalho (ausência de limites para a jornada, de obrigação patronal com respeito à remuneração mínima, sujeição a formas de assédio e humilhação, bem como ao desligamento imotivado e sem compensações) atualizavam a experiência da servidão, que estivera, para a grande maioria delas, na origem dos seus ancestrais, pretos e pardos. Mais importante ainda, era de cuidado – dos patrões, dos filhos, da casa – que se fazia o trabalho dessas empregadas. Cuidado que, entretanto, jamais as havia qualificado como “cuidadoras”. Por isso mesmo, eram outras as personagens que reivindicavam para si a nova forma de nomeação, arguindo tratar-se de um novo trabalho, especializado e distinto do que exercitam as “empregadas domésticas”.

¹⁷¹⁶ Por isso mesmo, entender como se configura, no Brasil, o circuito do “cuidado como profissão” requer não apenas reconhecer a centralidade de duas atrizes, as “cuidadoras” e as “domésticas”, mas explorar a fluidez da fronteira que demarca o trabalho profissional de cuidado.

Entretanto, e por ironia, a regulamentação da profissão de cuidadora foi vetada pela Presidência da República em julho 2019, numa conjuntura política de claro retrocesso no que concerne a direitos sociais e políticos no Brasil. A partir de então, ficariam assegurados direitos trabalhistas mínimos somente àquelas cuidadoras **domiciliares** que quisessem (ou pudessem) ser formalmente registradas como “trabalhadoras domiciliares”, ou seja, que se pusessem sob o amparo da Emenda Constitucional n. 72, de 2 de abril de 2013, fruto da árdua luta das empregadas domésticas. Dentre os direitos adquiridos como resultado da sua (paradoxal) subsunção ao mundo do emprego doméstico passaram a estar: limite para suas jornadas de trabalho, salário mínimo, adicional por trabalho noturno, aposentadoria e benefícios de proteção com respeito ao desemprego (como seguro-desemprego).

Esse complexo amálgama de movimentos (simbólicos, econômicos, políticos), tal como descrito até aqui, mescla pretensões de reconhecimento autônomo, por um lado, e realidade do mercado e das condições de trabalho, por outro, promovendo a fluidez das fronteiras que marcam as trabalhadoras envolvidas no provimento profissional do cuidado no Brasil. Mas, sobretudo, mostra como, no caso das trabalhadoras do cuidado, ou não lhes são reconhecidos estatuto profissional e direitos associados à relação de trabalho, ou, quando direitos lhes são outorgados, eles não se associam ao reconhecimento da atividade de cuidado, mas à simples condição de trabalhadora em domicílio.

Em suma, quando se observa o tema pelo prisma das provedoras (e não dos beneficiários), “cuidado” e “direitos” parecem, no Brasil, trafegar em sentidos opostos. Assim, ali onde há direitos, não há o estatuto de cuidadora (caso das “domésticas”); e ali onde há o desempenho reconhecido da ocupação de cuidado, não há direitos a ela associáveis (caso das “cuidadoras”).

Conclusão

Embora o processo de redemocratização tenha trazido consigo avanços normativos importantes no que concerne aos direitos à proteção e ao bem-estar de grupos socialmente considerados “dependentes” (idosos e crianças menores), nem de longe tal processo sentou as bases para um entendimento do cuidado enquanto um direito universal, que abarcasse todos os brasileiros, fossem eles beneficiários ou cuidadores.

Mais ainda, persistiu o laivo familialista que tem sido a marca de nossos institutos normativos. Daí porque o Estado continuou representado como um protagonista complementar, a ser acionado apenas ali onde a família claudicasse. Por tudo isso, as políticas

públicas nesse campo continuaram a ser concebidas e geridas como políticas de governo, em vez de políticas de Estado, ficando constrangidas às limitações e prioridades orçamentárias negociadas a cada conjuntura e, como tal, reversíveis no tempo.

Em suma, se tomamos o ponto de vista dos beneficiários do cuidado, a redemocratização institucionalizou uma “cesta de direitos” que, conquanto bem mais ampla, não deixava de ser um rol de “quase-direitos”, para dizê-lo de algum modo, haja vista a vulnerabilidade da nova pauta normativa face à pauta política e aos constrangimentos orçamentários. Já do ponto de vista das provedoras de cuidado, a situação mostrou-se ainda mais delicada, já que a ampliação dos seus direitos se revelou apenas parcimoniosa no que tange a algumas delas (como as “domésticas”) ou mesmo inexistente para outras (como as “cuidadoras”), privadas do reconhecimento profissional e da proteção às suas condições de trabalho.

Quando o retrocesso político que atingiu os direitos associados ao cuidado se combinou com as crises econômica e sanitária, ficaram ainda mais evidentes as vulnerabilidades a que estão expostos os beneficiários e as/os cuidadoras/es.

Desse modo, poder-se-ia dizer que o Brasil nos provê um bom exemplo sobre como podem ser tênues as garantias de sobrevivência das políticas de cuidado quando é escassa a regulação constitucional do direito ao cuidado e fragmentárias e/ou desintegradas as políticas que lhe dariam consequência. Na contramão desse exemplo brasileiro, fica o desafio para fazermos valer o cuidado como um direito universal, do que decorre a importância de iniciativas de ação ancoradas em uma gestão pública integrada dos dispositivos de política de cuidados. As experiências latino-americanas de sistemas públicos de cuidado são um farol nesta direção. As atuais iniciativas públicas no sentido de construir um modelo transversal de regime de cuidados demandam que se reflita sobre a trajetória da reprodução do formato tão desigual como o que caracteriza o nosso regime de cuidado, de maneira a bem entender a forma singular que assume, entre nós, a assim chamada “crise dos cuidados”.

Bibliografia

ACCIARI, Louisa. Brazilian Domestic Workers and the International Struggle for Labour Rights. **Revista Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 1, p. 39-63, jan./abr. 2019. Disponível em: <http://www.a-id.org/2018/2002/2026/brazilian-domestic-workers-international-struggle-labour-rights/>. Acesso em: 14 abr. 2020.

ARANGO, Luz Gabriela. Servicios de cuidado y practicas de reparación frente al racismo: salones de belleza para mujeres negras en Brasil. In: ARANGO, Luz Gabriela *et al.* (ed.). **Género y Cuidado**. Teorías, escenarios y políticas. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia; Pontificia Universidad Javeriana; Universidad de los Andes, 2018. p. 120-137.

ARAUJO, Anna Barbara. **Gênero, profissionalização e autonomia**: o agenciamento do trabalho de cuidadoras de idosos por empresas. 2015. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

BLANC, Natalie; LAUGIER, Sandra; MOLINIER, Pascale (2020). O preço do invisível: As mulheres na pandemia. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, Reflexões na Pandemia, p. 1-13, 2020. Disponível em : <https://www.reflexpandemia.org/texto-88> Acesso em: 14 dez. 2023.

BRASIL [Constituição de 1988]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 14 dez. 2023.

BRITES, Jurema. Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 29, p. 91-109, 2016.

CAMARANO, Ana Amélia (org.). **Cuidados de longa duração para a população idosa**: um novo risco social a ser assumido? Rio de Janeiro: Ipea, 2010.

CAMARANO, Ana Amélia; PINHEIRO, Luana (org.). **Cuidar, Verbo Transitivo**. Caminhos para a provisão de cuidados no Brasil. Brasília: Ipea, 2023.

CARDOSO, Ana Claudia Moreira; PEREIRA, Maria Júlia Tavares. **A plataformização do trabalho no Brasil e o subsetor dos cuidados**: uma revisão de achados bibliográficos. São Paulo: Cebrap, 2023.

DEBERT, Guita Grin; OLIVEIRA, Glaucia S. Destro de. Os Dilemas da Democracia nos Conselhos de Idosos. *In*: ALCÂNTARA, Alexandre de Oliveira; CAMARANO, Ana Amélia; GIACOMIN, Karla Cristina (org.). **Política nacional do idoso**: velhas e novas questões. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. p.515-535.

DEBERT, Guita Grin; OLIVEIRA, Amanda Marques de. A profissionalização da atividade de cuidar de idosos no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 18, p. 7-41, set./dez. 2015.

DEBERT, Guita Grin; FÉLIX, Jorgemar Soares. A financeirização da velhice: a crise global do cuidado e o endividamento da pessoa idosa. *In*: LAVINAS, Lena; GONÇALVES, Guilherme; MONTANI, Norberto (org.). **Financeirização**: Crise, Estagnação e Desigualdade. São Paulo: Editora Contracorrente, no prelo.

DEBERT, Guita Grin; GUIMARÃES, Nadya; HIRATA, Helena. Vieillissement et inégalités sociales: le cas du Brésil. **Retraite et Société**, n. 84, p. 97-120, 2020.

FAUR, Eleonor. **El cuidado infantil en el siglo XXI**. Mujeres malabaristas en una sociedad desigual. Buenos Aires: Siglo XXI, 2014.

FÉLIX, Jorge. **A Economia da Longevidade, o envelhecimento populacional muito além da previdência**. São Paulo: Editora 106 Ideias, 2019.

FERNANDES, Camila. Casas de “tomar conta” e creches públicas: relações de cuidados e interdependência entre periferias e Estado. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 64 n. 3, p. 1-22, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/189648/176591> Acesso em: 14 dez. 2023.

FONTOURA, Natália; MARCOLINO, Adriana. A heterogeneidade do trabalho doméstico no Brasil. *In*: PINHEIRO, Luana; TOKARSKI, Carolina; POSTHUMA, Anne C. (org.). **Entre relações de cuidado e vivências de vulnerabilidade**: dilemas e desafios para o trabalho doméstico e de cuidados remunerado no Brasil. Brasília: Ipea: OIT, 2021. p. 105-124.

FUNDAÇÃO SEADE. A presença feminina no mercado de trabalho em 2015. **Mulher e Trabalho**, Boletim 27, São Paulo, Seade e Dieese, 2016.

GROISMAN, Daniel. **O cuidado enquanto trabalho**. Envelhecimento, dependência e política para o bem-estar no Brasil. 2015. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

GUERRA, Maria de Fátima Lage. **Trabalhadoras domésticas no Brasil**: coortes, formas de contratação e famílias contratantes. Tese (Doutorado em Demografia) – Programa de Pós-Graduação em Demografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

GUIMARÃES, Nadya. Casa e mercado, amor e trabalho, natureza e profissão: controvérsias sobre o processo de mercantilização do trabalho de cuidado. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 46, p.59-77, jan./abr. 2016.

GUIMARÃES, Nadya. Os circuitos do cuidado. Reflexões a partir do caso brasileiro. *In*: CONGRESS OF THE LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION (LASA). Boston, 2019.

GUIMARÃES, Nadya; HIRATA, Helena. **Cuidado e Cuidadoras** – As várias faces do trabalho do care. São Paulo: Editora Atlas, 2012.

GUIMARÃES, Nadya; HIRATA, Helena. La frontera entre el empleo doméstico y el trabajo profesional de cuidados en Brasil. Pistas y correlatos en el proceso de mercantilización. **Sociología del Trabajo**, n. 86, p. 7-27, 2016.

GUIMARÃES, Nadya; HIRATA, Helena. **O Gênero do Cuidado**. Desigualdades, significações e identidades. Cotia, SP: Ateliê, 2020.

GUIMARÃES, Nadya; HIRATA, Helena; SUGITA, Kurumi. Cuidado e cuidadoras. O trabalho de “care” no Brasil, França e Japão. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 161-192, 2011.

GUIMARÃES, Nadya; HIRATA, Helena; POSTHUMA, Anne. El cuidado: sus formas, relaciones y actores. Reflexiones a partir del caso de Brasil. *In*: GUIMARÃES, Nadya; HIRATA, Helena (comp.). **El cuidado en América Latina**: mirando los casos de Argentina, Brasil, Chile, Colombia y Uruguay. Buenos Aires: Fundación Medifé Edita, 2020. p. 75-119.

GUIMARÃES, Nadya; PINHEIRO, Luana. O halo do cuidado. Desafios para medir o trabalho remunerado de cuidado no Brasil. *In*: CAMARANO, Ana Amélia; PINHEIRO, Luana (org.). **Cuidar, Verbo Transitivo**. Caminhos para a provisão de cuidados no Brasil. Brasília: Ipea, 2023. p. 443-486.

GUIMARÃES, Nadya; VIEIRA, Priscila. As “ajudas”. O cuidado que não diz seu nome. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 34, n. 98, p. 7-23, jan-abril, 2020.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: 2017. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

JACCOUD, Luciana de Barros; MESQUITA, Ana Cleusa Serra; PAIVA, Andrea Barreto de. **O Benefício de Prestação Continuada na Reforma da Previdência**: Contribuições para o Debate. Texto para Discussão, n. 2301. Brasília: Ipea, 2017.

JESUS, Jordana Cristina de. **Trabalho doméstico não-remunerado no Brasil**. Uma análise de produção, consumo e transferência. 2018. Tese (Doutorado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. Foi um pássaro, foi um avião? Redistribuição no Brasil do século XXI. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 15-34, jul. 2017.

KRAMER, Sonia; NUNES, Maria Fernanda Rezende; PENA, Alexandra. Crianças, ética do cuidado e direitos: a propósito do Estatuto da Criança e do Adolescente. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 46, e237202, 2020.

MELO, Hildete; MORANDI, Lucilene. **Cuidados no Brasil**. Conquistas, legislação e políticas públicas. São Paulo: Friedrich-Ebert-Stiftung – FES Brasil, dez. 2020.

MOLINIER, Pascale. Le care à l'épreuve du travail. Vulnérabilités croisées et savoir-faire discrets. *In*: PAPERMAN, Patricia; LAUGIER, Sandra (dir.). **Le souci des autres**. Éthique et politique du care. Paris: Ed. de l'EHESS, 2005. p. 299-316.

MORENO, Renata Faleiros Camargo. **Entre a família, o Estado e o mercado**: mudanças e continuidades na dinâmica, distribuição e composição do trabalho doméstico e de cuidado. 2019. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

MORENO, Renata Faleiros Camargo. **Implicações da digitalização para o cuidado**. As plataformas digitais de trabalho e os caminhos da “inteligência artificial”. São Paulo: Instituto Lula, Front-D, 2022.

PINHEIRO, Luana; MEDEIROS, Marcelo. **Desigualdades de gênero em tempo de trabalho pago e não-pago no Brasil, 2013**. Textos para Discussão, n. 2214. Brasília: Ipea, 2016.

PINHEIRO, Luana; GOES, Fernanda; REZENDE, Marcela; FONTOURA, Natalia. Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD Contínua. *In*: PINHEIRO, Luana; TOKARSKI, Carolina; POSTHUMA, Anne C. (org.). **Entre relações de cuidado e vivências de vulnerabilidade**: dilemas e desafios para o trabalho doméstico e de cuidados remunerado no Brasil. Brasília: Ipea: OIT, 2021. p. 67-104

.PINHEIRO, Luana; TOKARSKI, Carolina; POSTHUMA, Anne C. (org.). **Entre relações de cuidado e vivências de vulnerabilidade:** dilemas e desafios para o trabalho doméstico e de cuidados remunerado no Brasil. Brasília: Ipea: OIT, 2021.

ROSEMBERG, Fúlvia. A cidadania dos bebês e os direitos de pais e mães. *In:* FINCO, Daniela; GOBBI, Maria Aparecida; FARIA, Ana Lúcia Goulart de (org.) **Creche e feminismo:** desafios atuais para uma educação descolonizadora. Campinas: Edições Leitura Crítica; São Paulo: FCC, 2015. p. 163-183.

SOARES, Sergei Soares D. O ritmo na queda da desigualdade no Brasil é aceitável? **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 364-380, 2010.

SORJ, Bila; FONTES, Adriana. O “care” como um regime estratificado: Implicações de gênero e classe social no Brasil. *In:* HIRATA, Helena; GUIMARÃES, Nadya (org.). **Cuidado e cuidadoras:** as várias faces de trabalho do care. São Paulo: Editora Atlas, 2012. p. 103-116.

SORJ, Bila. O trabalho doméstico e de cuidados: novos desafios para a igualdade de gênero no Brasil. *In:* SILVEIRA, Maria Lúcia; TITO, Neuza (org.). **Trabalho doméstico e de cuidados:** por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana. São Paulo: Sempreviva, 2008. p. 77-89.

VIEIRA, Priscila Pereira Faria. **Trabalho e pobreza no Brasil entre narrativas governamentais e experiências individuais.** 2017. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

Recebido em: 24/07/2023

Aceito em: 29/11/2023

AS CLASSES SOCIAIS NA TEORIA DE ERIK OLIN WRIGHT E O PROGRAMA MARXISTA DE PESQUISA CIENTÍFICA

SOCIAL CLASSES IN ERIK OLIN WRIGHT'S THEORY AND THE MARXIST SCIENTIFIC RESEARCH PROGRAM

Mateus Azevedo *

Paula Marcelino **

Resumo

O tema do artigo é a teoria das classes sociais de Erik Olin Wright. Nosso objetivo é avaliar, a partir do programa de pesquisa marxista elaborado pelo sociólogo Michael Burawoy, quais aspectos específicos e conceitos da obra de Wright possuem maior relevância e consistência no tratamento de dois temas presentes em um dos postulados teóricos centrais do marxismo: aquele que afirma que a luta de classes é o motor da história. Os dois temas são: a) o papel das classes na reprodução e na transição entre modos de produção e b) o problema das classes médias para o marxismo, isto é, a expansão de posições interpostas entre burguesia e proletariado na divisão social do trabalho em sociedades capitalistas avançadas. Defenderemos a tese de que Wright, ao se apropriar da problemática da estratificação social em sua teoria de classes, acaba se afastando do postulado central do marxismo que é aquele da luta de classes como motor da história. Isso ocorre porque Wright abandona a tese da constituição relacional das classes sociais — ou seja, a ideia de que elas se constituem através da contradição de interesses determinados pela sua posição na divisão social do trabalho —, assim como abandona as ideias de polarização e de conflito político transformador, contidas na base da teoria de classe marxista. O artigo foi elaborado a partir de uma pesquisa de natureza bibliográfica e teórica.

Palavras-chave: Classes sociais. Estratificação social. Erik Olin Wright. Teoria marxista.

Abstract

The subject of the article is Erik Olin Wright's theory of social classes. Our aim is to evaluate, from the Marxist research program elaborated by the sociologist Michael Burawoy, which specific aspects and concepts of Wright's work have greater relevance and consistency in the treatment of two themes present in one of the central theoretical postulates of Marxism: the one that affirms that class struggle is the engine of history. The two themes are: a) the role of classes in the reproduction and transition between modes of production and b) the problem of the middle classes for Marxism, that is, the expansion of interposed positions between bourgeoisie and proletariat in the social division of labor in advanced capitalist societies. We will defend the thesis that Wright, by appropriating the problem of social stratification in his class theory, ends up moving away from the central postulate of Marxism, which is that of class struggle as the engine of history. This is because Wright abandons the thesis of the relational constitution of social classes – that is, the idea that they are constituted through the contradiction of interests determined by their position in the social division of labour – as well as abandoning the ideas of polarization and transformative political conflict, contained in the basis of Marxist class theory. The article is based on bibliographical and theoretical research.

Keywords: Social classes. Social stratification. Erik Olin Wright. Marxist theory.

* Possui mestrado em sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo. Atualmente, integra, enquanto pesquisador, o GP “Luta: Estudo e pesquisa sobre classes sociais, sindicalismo e gênero no Brasil contemporâneo” (CNPq), liderado pela Profa. Dra. Paula Marcelino. E-mail: mateusmga@hotmail.com

** Professora do Departamento de sociologia da USP. Editora da revista Crítica Marxista (São Paulo) e coordenadora do GP Luta (CNPq) e do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (Cenedic/USP). Autora de artigos e livros sobre sindicalismo, terceirização e precarização do trabalho. Para mais informações de currículo, ver: <http://lattes.cnpq.br/5794537264211714>. E-mail: prpmarcelino@gmail.com

O tema, o autor, a “régua epistemológica”¹

Em sociologia, a temática das classes sociais ocupa um lugar de destaque desde Karl Marx e Max Weber até os desenvolvimentos contemporâneos de John Goldthorpe, Pierre Bourdieu e o próprio Erik Olin Wright. Atualmente, podemos afirmar que a obra desse último autor representa, tanto para o marxismo quanto para a sociologia em geral, uma das mais importantes referências sobre o tema. Ademais, dentro do campo marxista, a proeminência da abordagem neomarxista das classes de Wright é incontestável. Sua obra pode ser entendida como o segundo projeto mais ambicioso em sistematizar uma teoria das classes sociais marxista, atrás apenas dos desenvolvimentos de Nicos Poulantzas, o primeiro grande esforço de sistematização teórica do uso prático da noção de classe nos clássicos do marxismo, como aponta Wright (1993).

Neste texto vamos analisar a obra de Wright a partir de parâmetros indicados na epistemologia dos programas de pesquisa de Michael Burawoy, o que nos permite avaliar, de maneira sistemática, em que medida a teoria das classes de Wright se distancia ou se concilia com o postulado teórico central do programa marxista de pesquisa da luta de classes como motor da história. A proposta de Burawoy inscreve-se em uma tradição epistemológica que se estende dos trabalhos de Thomas Kuhn a Imre Lakatos; seguindo-a, nosso autor afirma que há, em todo campo científico, um certo dogmatismo e convenção que guiam o avanço da ciência (Burawoy, 1995). Portanto, se por um lado avaliar o distanciamento teórico de Wright do programa de pesquisa marxista não invalida a sua relevância para outros campos de pesquisa, a exemplo da teoria da estratificação, por outro, nos permite avaliar em que medida as contribuições do autor possui relevância para o desenvolvimento interno à teoria marxista. O desenvolvimento teórico é, para qualquer teoria social, uma tarefa de primeira hora. A “régua epistemológica” de Burawoy, portanto, nos será muito útil.

Assim, no intuito de fazer avançar a teoria das classes sociais no geral e a teoria marxista das classes sociais, em específico, o **principal objetivo** do artigo é analisar quais aspectos específicos e conceitos mobilizados pelo sociólogo estadunidense Erik Olin Wright em sua teoria das classes sociais possuem maior relevância e consistência, segundo o programa de pesquisa marxista elaborado pelo sociólogo estadunidense Michael Burawoy em

¹ Este texto é parte revisada e modificada da dissertação de mestrado intitulada “A teoria das classes sociais no marxismo: um estudo comparativo das abordagens de Nicos Poulantzas e Erik Olin Wright”, defendida por Mateus Azevedo, no ano de 2022, no Programa de Pós-graduação em Sociologia da USP.

1990, no tratamento de dois temas que envolvem um dos postulados teóricos centrais do marxismo, qual seja, aquele que afirma que a luta de classes é o motor da história. Os dois temas são: i) o papel das classes na reprodução e na transição entre modos de produção e ii) o “problema das classes médias” para o marxismo, isto é, a expansão de posições interpostas entre burguesia e proletariado na divisão social do trabalho em sociedades capitalistas avançadas — algo que, a princípio, contesta a tese marxista da polarização de classes, presente, por exemplo, em **O Manifesto Comunista**. O primeiro tema envolve diretamente o postulado da luta de classes como motor da história, pois trata da relação entre a transição e as classes, o que, por consequência, cria a necessidade de se pensar as classes em períodos de reprodução do modo de produção. O segundo tema, o problema das classes médias, por sua vez, refere-se diretamente a uma anomalia (refutação), ou instância empírica contestatória, que se impôs à teoria de classes marxista durante o século XX. Essa anomalia contestava a hipótese de polarização das classes entre burguesia e proletariado, pois o próprio desenvolvimento histórico do capitalismo teria impulsionado a expansão de um terceiro conjunto de trabalhadores assalariados, a classe média. A expansão histórica dessa classe foi utilizada como instrumento de contestação da tese da polarização de classes e, conseqüentemente, da ideia de que a luta de classes é o motor da história. Isso porque, sem a polarização e o conflito entre as duas classes fundamentais do capitalismo, não haveria transição para uma outra forma de sociedade.

Marxismo e ciência: o programa marxista de pesquisa científica em Michael Burawoy

Na década de 1990, Burawoy elaborou uma epistemologia e uma concepção de desenvolvimento da ciência por meio da incorporação crítica da metodologia dos programas de pesquisa científica desenvolvida pelo filósofo húngaro Imre Lakatos (1989). Até onde sabemos, Burawoy (1990) é o primeiro e único autor, no campo de debates em epistemologia marxista, a sistematizar o que seriam os postulados teóricos centrais de um programa marxista de pesquisas. Devemos admitir que, de certa maneira, há em Althusser (2017) formulações que se aproximam da elaboração de tal programa, visto que o autor estabelece o parâmetro de desenvolvimento da teoria marxista assentado em um certo conjunto de obras (teóricas e práticas), conceitos e teses que servem como ponto de referência e partida para o desenvolvimento do marxismo.

De acordo com Althusser (2017), o marxismo deve se desenvolver a partir da resolução das inadequações de determinados conceitos encontrados em estado prático nas

obras clássicas. Dessa forma, por meio da retificação, produção e sistematização, esses conceitos devem ser transformados em conceitos novos e mais adequados. A epistemologia de Althusser (2017) guarda semelhanças com a noção de programa de pesquisa em Burawoy (e Lakatos) na medida em que propõe um referencial teórico, as obras clássicas de Marx e Engels, sobre o qual a ciência deve se desenvolver. Entretanto, ao contrário de Burawoy (1990), Althusser (2017) não chega a estabelecer os postulados que devem ser defendidos e desenvolvidos pelo marxismo. Os postulados apontados por Burawoy, assim, permitem a agenda de pesquisa na qual se insere o presente texto: analisar em que medida a teoria das classes sociais de Erik Olin Wright é mais ou menos progressiva em relação aos postulados centrais do que seria, de fato, um programa marxista de pesquisa. Ela está inserida no corpo teórico marxista? Contribui para avançá-lo?

Para Lakatos (1989), inspiração de Burawoy na determinação do programa marxista de pesquisa, a ciência se desenvolve por meio da **refutação das refutações dos postulados centrais do núcleo teórico de um programa**. Nesse sentido, a ciência não se desenvolveria a partir de refutações de conjecturas especulativas – o que define o conceito de falsificação em Popper (1972), por exemplo – mas pela defesa de um núcleo teórico contra anomalias que se dirigem aos postulados desse núcleo. Como aponta Burawoy (1990), Lakatos (1989) não defende que os cientistas devem apenas resolver instâncias contestatórias que coloquem em xeque o núcleo central do programa de pesquisa, mas sim perseguir constantemente novas anomalias, já que o próprio desenvolvimento da ciência aconteceria a partir das resoluções sucessivas delas. Na visão de Lakatos (1989), portanto, são as anomalias que impulsionam o programa de pesquisa e permitem a expansão de seu conteúdo empírico.

Lakatos (1989, p. 4) argumenta que todo programa de pesquisa possui uma heurística, um “maquinário poderoso” para resolução de problemas que é capaz de “digerir” as anomalias e até mesmo transformá-las em evidência. Conforme afirma Burawoy (1990), a heurística dos programas de pesquisa estabelece os seus princípios de desenvolvimento. Lakatos (1989, p. 47) desenvolve dois tipos principais de heurística, a **negativa** e a **positiva**. A **heurística negativa** seria responsável por estabelecer que o “núcleo duro” do programa de pesquisa deve ser defendido a qualquer custo. Já a **heurística positiva** determina as ferramentas e caminhos de pesquisa mediante os quais o núcleo duro do programa deve ser defendido (Lakatos, 1987, 1989). Ou seja, essa heurística define os modelos e hipóteses auxiliares – o cinturão de defesa – que são desenvolvidos para lidar com as anomalias que ameaçam o núcleo central do programa. A heurística positiva é responsável, também, por

estabelecer os problemas e guiar os cientistas na busca das anomalias mais importantes a serem resolvidas (Lakatos, 1987, p. 25-26).

A partir do estabelecimento da heurística dos programas de pesquisa, Lakatos (1987, p. 28) desenvolve uma distinção entre dois tipos de programas: os **progressivos** e os **degenerados**. Nos programas de pesquisa progressivos, a expansão dos cinturões teóricos deve levar ao aumento do conteúdo empírico do programa. Isso acontece não só pela resolução de anomalias, mas também pela capacidade de antecipar e predizer um certo número de fatos com sucesso. Já os programas de pesquisa degenerados ou estagnados barram anomalias por intermédio de explicações *ad hoc* ou da “redução do escopo teórico” do programa, muitas vezes cedendo explicações e hipóteses aos programas de pesquisa rivais (Burawoy, 1990, p. 778).

Com o objetivo de estabelecer um programa de pesquisa marxista, Burawoy (1990) expande certos aspectos epistemológicos que, segundo ele, não foram bem desenvolvidos por Lakatos (1987, 1989). Segundo Burawoy, a teoria dos programas de pesquisa de Lakatos foi pensada para a compreensão das ciências exatas, abordando as ciências humanas apenas de forma indireta. Ainda, para esse autor, tanto o núcleo duro quanto o cinturão protetivo dos programas de pesquisa em ciências humanas/sociais se estabelecem lentamente, mediante sucessivas tentativas e erros. Ao longo de seu processo de formação, o núcleo duro deve ser entendido como uma **família** de núcleos que se sobrepõem e, normalmente, competem entre si, dando origem, dessa maneira, a diferentes ramificações em um único programa de pesquisa. Cada uma dessas ramificações, segundo o autor, reconstrói o núcleo de uma forma diferente.

Ainda tratando das ciências sociais, Burawoy (1990) afirma que as anomalias são geradas mais externamente do que internamente. Na perspectiva dele, as mudanças históricas são as principais fontes externas de anomalias que impõem a construção de novos cinturões teóricos aos programas de pesquisa. Como veremos posteriormente, esse é o caso justamente de um dos temas que abordamos neste artigo: o tratamento dado por Wright ao problema das classes médias.

Consideramos ser preciso ainda justificar um último aspecto de nossa escolha em relação à teoria dos programas de pesquisa marxista propostos por Burawoy (1990). Obviamente o postulado da luta de classes como motor da história não é o único apresentado por ele. Há seis outros postulados propostos pelo autor (Burawoy, 1990, p. 780, grifos do autor): 1) “para que haja história, homens e mulheres devem transformar a natureza em meios

de sobrevivência, ou seja, eles devem *produzir* seus meios de existência”; 2) “a ‘base econômica’ ou modo de produção define os limites de variação da superestrutura”; 3) “um modo de produção se desenvolve através da interação entre as forças produtivas (como produzimos os meios de existência) e as relações de produção (como o produto do trabalho é apropriado)” (terceiro postulado); 4) “uma transição bem sucedida só pode ocorrer quando as condições materiais estão presentes”; 5) “a história é progressiva, na medida em que segue a expansão das forças produtivas” ; por fim, 6) “o comunismo prediz o fim dos antagonismos sociais e o início da emancipação do indivíduo”. Diante de todos esses postulados, escolhemos o postulado da luta de classes como motor da história como parâmetro de avaliação das abordagens de classes de Wright em função de ele ser o único que versa **diretamente** sobre as classes sociais.

Wright e o marxismo analítico: o compromisso com normas científicas convencionais

Wright (1997) afirma que o principal objetivo da análise das classes sociais é tentar compreender tal noção como uma variável independente, capaz de explicar uma ampla gama de fenômenos sociais. Podemos afirmar, portanto, que esse é realmente um fator distintivo de sua obra em relação à noção de classes sociais, na medida em que esse controle teórico e de definição de variáveis será uma preocupação constante do autor. Burawoy (2020) traz uma explicação para essa preocupação na obra de Wright: ela estaria ligada à necessidade de aproximar o marxismo do campo intelectual acadêmico norte-americano, então dominado pelo funcionalismo de Talcott Parsons e Paul Lazarsfeld. Burawoy (2020) destaca que essa preocupação tem reflexos significativos na obra de Wright, uma vez que o autor centra grande parte de suas escolhas metodológicas em pesquisas quantitativas. Seu objetivo seria conferir legitimidade ao marxismo em um ambiente a ele hostil e, para isso, Wright teria aderido ao marxismo analítico², igualmente preocupado com normas científicas convencionais da sociologia.

Assim, Wright (1995, p. 16) e o marxismo analítico nutrem ceticismo em relação a uma suposta “metodologia marxista distintiva”, isto é, uma metodologia única “dialética,

² Para Wright (1995), o marxismo analítico nasce do campo mais amplo do marxismo acadêmico nos anos 1970. Naquela época, o filósofo inglês Gerald Cohen organiza, juntamente com John Roemer, encontros, reunindo os principais teóricos do que viria a ser o marxismo analítico, tais como Adam Przeworski, John Ester e Erik Olin Wright. Apenas em 1986, o termo marxismo analítico apareceria; isso em uma coletânea organizada por Roemer (1986).

histórica, materialista, antipositivista e holista” em contraposição à “ciência social burguesa” “não dialética, a-histórica, idealista, positivista e individualista.” Ao mesmo tempo, Wright insiste que “o mais valioso no marxismo são suas afirmações substantivas sobre o mundo, não sua metodologia”. Para Cohen (2013, p. 20), o marxismo analítico pode ser entendido em dois sentidos: um amplo, que faz oposição ao termo dialético, e um estrito, que seria o oposto de um pensamento holístico. Essas duas compreensões analíticas teriam possibilitado a fuga dos marxistas em direção a metodologias científicas convencionais pouco aceitas pelo campo marxista “tradicional”. A abordagem de classes de Wright seria um exemplo disso.

Como veremos nas próximas seções, o compromisso de Wright com as normas científicas convencionais influenciou suas escolhas metodológicas em relação à abordagem de classes. Entendemos que essa noção de compromisso com normas científicas convencionais leva Wright a se apropriar da teoria da estratificação social, elemento que julgamos pouco consistente com a ideia marxista de classe social, ou seja, de que as classes se conformam relacionalmente e em oposição. Para compreendermos a apropriação de Wright da teoria da estratificação, é preciso entender seu conceito de exploração.

O conceito de exploração de Erik Olin Wright

Podemos afirmar que o conceito de exploração se encontra na origem da teoria das classes sociais de Wright (1997). Para o autor, é através da relação específica de exploração que se conformam os interesses antagonísticos determinantes das diferentes localizações de classe em distintos modos de produção. Será, portanto, através de certas modificações na teoria da exploração do economista estadunidense John Roemer (1982a, 1982b) – para quem a desigualdade em torno de ativos ou recursos produtivos de diversos tipos pode ser entendida como o elemento central da teoria da exploração – que Wright (1997, 1998) construirá seu modelo de análise de classes.

Roemer (1982b, p. 276) utiliza a teoria dos jogos cooperativos para construir sua teoria geral da exploração. O autor parte da seguinte condição para definir se um indivíduo ou um grupo de indivíduos é ou não explorado: “eu proponho que um grupo pode ser concebido como explorado caso haja alguma *alternativa condicionalmente factível* sob a qual seus membros estariam em uma situação melhor” (Roemer, 1982b, p. 276). A partir dessa premissa, o autor propõe um jogo performado por uma coalizão de agentes em determinado tipo de economia. Uma coalizão de agentes teria o direito de se retirar ou de participar da economia específica que está sendo tratada (Roemer, 1982b, p. 276). Assim, **se uma**

determinada coalizão consegue melhorar a condição de seus membros por meio de sua retirada da economia (ou do jogo), podemos dizer que essa coalizão é explorada. Para que a definição de exploração em Roemer (1982a, 1982b) se conclua, é importante que se preencha uma outra premissa: o complemento da coalizão explorada deve ter sua situação piorada caso se retire do jogo.

Wright (1998) inicia uma reelaboração da teoria de Roemer partindo da reformulação do ativo produtivo em torno do qual acontece a exploração feudal. Esses ativos se consistem nos recursos próprios dos servos e no lote familiar. Para Roemer (1982), a exploração feudal ocorreria se uma coalizão feudal fosse capaz de melhorar sua situação depois de se retirar do jogo feudal e levar consigo seus ativos pessoais. Wright (1998), por sua vez, entende que a exploração feudal pode ser caracterizada de outra maneira e toma a **força de trabalho** como o recurso produtivo em torno do qual a exploração feudal se desenvolve. O autor argumenta que a força de trabalho no feudalismo seria um recurso produtivo dividido desigualmente. Os servos não possuíam propriedade total sobre a sua força de trabalho, pois parte do controle desse recurso se encontraria nas mãos dos senhores feudais (Wright, 1998). Essa situação difere do capitalismo, em que todos os indivíduos possuem o controle total sobre a sua força de trabalho e todos os trabalhadores possuem ao menos uma unidade de força de trabalho (Wright, 1998). Já no feudalismo isso não ocorreria, pois os servos possuíam menos de uma unidade de força de trabalho. Dessa maneira, a exploração feudal é compreendida como a desigualdade na distribuição de ativos em força de trabalho (Wright, 1998). Essa reformulação de Wright (1998) traz simetria aos diferentes tipos de exploração analisados na obra de Roemer (1982a), pois cada ativo produtivo passa a ser entendido por meio de uma relação de propriedade. Dessa forma, Wright (1998) pôde estabelecer a correspondência entre os diferentes tipos de exploração e as relações de classes específicas que cada tipo de exploração estabelece. Ou seja, Wright (1998) pôde definir as duas classes principais de cada modo de produção: no feudalismo, senhores e servos; no capitalismo, burguesia e proletariado; e, no socialismo, especialistas e trabalhadores (Wright, 1998).

Contudo, para Wright (1998), ainda existe um segundo problema na teoria da exploração de Roemer (1982a) que estaria relacionado à exploração no socialismo “realmente existente”, ou seja, a União Soviética. Segundo Roemer (1982a), nessa sociedade onde a propriedade privada dos meios de produção havia sido abolida, persistiam desigualdades que dificilmente poderiam ser associadas apenas às desigualdades em relação a ativos de qualificação não alienáveis, ou seja, às credenciais escolares e habilidades escassas dos

trabalhadores. Assim, para dar tratos à questão da exploração no “socialismo existente”, Roemer (1982a, p. 243) mobiliza o conceito de **exploração de status**, cuja figura típica seria a exploração exercida pela burocracia estatal sobre os trabalhadores. Nesse tipo de exploração, as desigualdades de remuneração estariam ligadas às posições ocupadas por certos indivíduos no aparelho burocrático, o que não teria necessariamente a ver com as **qualificações** necessárias para exercer as funções demandadas por tais posições. Caso as remunerações estivessem associadas ao nível de qualificação dos agentes que ocupam determinadas posições, poder-se-ia afirmar que este seria um aspecto do tipo de exploração socialista. Contudo, para Roemer (1982a, p. 243) esse não seria necessariamente o caso do “socialismo realmente existente”, em que as remunerações especiais dos detentores de determinadas posições na burocracia dariam origem à exploração de status.

Assim, Roemer (1982a) aplica o dispositivo da teoria dos jogos para avaliar se determinada coalizão é status-explorada (*status-exploited*). Podemos considerar tal coalizão como explorada caso ela consiga melhorar a situação de seus membros retirando-se do jogo do “socialismo existente”, levando consigo apenas seus ativos pessoais e isentando-se totalmente das obrigações de status. Wright (1998, p. 15), entretanto, demonstra que essa definição de exploração de status em Roemer (1982a) é insatisfatória por duas razões principais: a primeira estaria associada ao fato de que cada tipo de exploração apresentado por Roemer (1982a, 1982b) possui uma relação direta com as forças produtivas. Isso quer dizer que seriam conceitos materialistas, ou seja, capazes de explicar a distribuição de recursos produtivos das sociedades (Wright, 1998, p. 15-16). A segunda razão diz respeito ao fato de que seria difícil distinguir esse tipo de exploração da exploração feudal. Os senhores feudais são remunerados não por suas qualificações escassas ou pela propriedade privada de capital, mas sim pela incumbência de sua posição. Ainda assim, segundo Wright (1998), não seria razoável considerar igualmente a lógica da exploração de classe na União Soviética e na Europa do século XIV.

Wright (1998) resolve o problema da exploração de status mediante a introdução de um quarto ativo de produção designado de **ativos de organização**. A base para essa reformulação estaria na compreensão de que a divisão técnica do trabalho, enquanto a forma pela qual o processo produtivo é organizado, pode ser considerada como uma fonte de produtividade (Wright, 1998). No capitalismo contemporâneo, os ativos de organização são controlados pelas gerências e pelos capitalistas. Para Wright (1998), apesar de controlarem a organização da produção, os gerentes estariam em uma posição de classe inferior à dos

capitalistas, já que controlam a organização dentro de unidades produtivas sob constrangimentos da propriedade econômica do capital. Já no **socialismo burocrático de Estado**, tal como entende Wright, os ativos de organização assumem um papel mais importante, pois o controle técnico da produção passa a ser uma tarefa organizada de forma centralizada (planificação econômica central) (Wright, 1998). Segundo Wright (1998), a exploração no socialismo burocrático de Estado tem como base o poder burocrático ligado aos órgãos estatais de planificação econômica. Assim, a base material para as relações de classe passa a ser os ativos de organização.

Após determinar os ativos produtivos em torno dos quais a exploração se dá em diferentes tipos de sociedade, Wright (2015, p. 38) elabora três princípios fundamentais para estabelecer se realmente há relação de exploração: i) “o princípio do bem-estar interdependente inverso”, o que significa que o bem-estar de um (explorador) depende causalmente da privação de outros (explorados); ii) “o princípio da exclusão”, ou seja, a exclusão de acesso dos explorados a certos ativos de produção é condição da interdependência inversa, tal como visto acima; e, por fim, iii) “o princípio da apropriação” relacionado à apropriação dos resultados do esforço de trabalho dos explorados pelos exploradores. A exploração, nesse sentido, é compreendida como uma relação de necessidade e dependência do explorador em relação ao explorado. Esses elementos da teoria da exploração de Wright são importantes para nosso argumento porque veremos como a apropriação da teoria da estratificação contradiz, em grande medida, seus próprios princípios e, ao mesmo tempo, está na base de seu distanciamento do postulado marxista da luta de classes como motor da história.

Exploração e estrutura de classes

Como descrevemos na seção anterior, Wright (1998) afirma que, no capitalismo, a exploração ocorre em torno de três ativos produtivos principais, que estão distribuídos desigualmente ao longo da estrutura de classes: os meios de produção, os ativos de organização e os ativos de qualificação. A partir da exploração em torno desses três ativos, Wright (1997) deriva seu conceito de estrutura de classes em sociedades capitalistas avançadas. Primeiramente, teríamos duas localizações de classe principais polarizadas entre proprietários e não proprietários, ou seja, ligadas à distribuição desigual de direitos e poderes sobre os meios de produção. A “classe média” ocuparia localizações contraditórias na estrutura de classes. Segundo Wright (1998), essa localização contraditória é dada tanto por

ela estar excluídas da propriedade dos meios de produção (como os trabalhadores) quanto por terem interesses divergentes da classe trabalhadora em função de seus direitos e poderes sobre ativos de organização e ativos de qualificação. Essa tese permite a Wright (1997, p. 25) elaborar seu mapa de localizações de classe em sociedades capitalistas avançadas que, em sua forma principal, possui seis localizações de classe: no campo dos detentores dos meios de produção, teríamos, a **pequena burguesia** (nenhum empregado) e os **capitalistas** (muitos empregados). No campo dos ativos de organização e qualificação teríamos os **gerentes especializados, especialistas, gerentes não especializados** e os **trabalhadores**. É por meio desse mapa que Wright (1997) terá o instrumental teórico capaz de controlar o papel do conceito de classe social como variável independente em suas análises empíricas.

No que diz respeito à noção de qualificação em Wright (1997), acreditamos que há uma divergência em relação ao postulado teórico da luta de classes como motor da história. Essa divergência ocorre porque a posição dos ativos de qualificação não se concilia bem com os critérios da teoria da exploração do próprio Wright (1997), ao mesmo tempo que não é coerente com a noção relacional das classes sociais no marxismo. Desse modo, a exploração socialista, entendida como um critério de análise das classes segundo o qual se possui mais ou menos qualificações, indica uma apropriação da abordagem da estratificação social por Wright (1997). Nele, as classes sociais são pensadas enquanto estratos em uma hierarquia contínua de níveis. Em *Class Counts*, Wright (1997) deixa clara essa posição:

Incorporar habilidades dessa maneira à análise de classes, de certa forma, borra a distinção aguda entre uma análise de classes *relacional* e uma análise de classes *gradual* estratificada. Habilidades, antes de tudo, variam mais ou menos de forma contínua – alguém pode ter mais ou menos habilidades. “Níveis” de habilidades, assim, sugerem estratificação em uma estrutura de desigualdade, mais do que *localizações* em uma estrutura de relação de classes. A análise de classes proposta aqui, portanto, tenta combinar uma explicação das relações sociais que constituem o atributo de classe da estrutura de classes com uma explicação dos processos que geram estratificação nas localizações de classe (Wright, 1997, p. 19, grifos do autor).

A partir disso, podemos elencar alguns problemas da apropriação por Wright (1997) da teoria da estratificação. Em primeiro lugar, a abordagem da estratificação se concilia mal com os próprios pressupostos teóricos da exploração, vistos na seção anterior. É difícil compreender como haveria exploração em torno de qualificações mediante o princípio do bem-estar interdependente inverso. Isto é, como o bem-estar de indivíduos mais qualificados dependeria da privação dos menos qualificados? Do mesmo modo, não é clara a maneira pela qual os mais qualificados excluem os menos qualificados dos ativos de qualificação. Esse

elemento de exclusão, por exemplo, é claro em relação aos meios de produção, pois os proprietários dos meios de produção realmente excluem os não proprietários de seu acesso; mas não é tão evidente em outros, como no caso da relação entre especialistas e não especialistas, por exemplo, de um professor universitário e um operário. Por fim, no que diz respeito à apropriação do sobretrabalho, Wright (1998) ainda tenta argumentar que poderia haver apropriação pelos mais qualificados dos menos qualificados em situações em que há escassez de certas qualificações em relação à demanda. Os portadores de qualificações escassas receberiam uma remuneração maior que os custos de reprodução da sua força de trabalho, o que, segundo Wright (1998), demonstraria a transferência de trabalho entre esses agentes. Contudo, de acordo com os critérios do próprio Wright (2015), não é possível afirmar que há realmente uma relação de exploração em torno dos ativos de qualificação, mesmo que haja apropriação. Isso porque, como ele argumenta, todos os três critérios – bem-estar interdependente, exclusão e apropriação – devem ser preenchidos para que se possa realizar um diagnóstico de exploração (Wright, 2015).

De fato, não fomos os primeiros a notar problemas nessa formulação de Wright sobre a exploração. Santos (2002) e Bertoncelo (2009) também apontam para o fato de que não fica claro, nas formulações de Wright (1997), como o processo de exploração se dá em torno dos ativos de qualificação. Portanto, concordamos com Bertoncelo (2009) quando afirma que, pela maneira como Wright (1997) aborda o problema das qualificações, parece que os portadores desse ativo produtivo estão apenas em melhores condições de resistir à exploração capitalista.

Assim, consideramos que a noção de qualificação construída por Wright a partir da problemática da estratificação social está em desacordo com um dos postulados teóricos do programa de pesquisa marxista: a luta de classes é o motor da história. A concepção das classes enquanto estratos não consegue estabelecer interesses contraditórios, que são a base do conceito de luta de classes. Nesse sentido, o conceito de exploração em torno de recursos de qualificação pode ser apreendido como um elemento degenerativo para o programa de pesquisa marxista tal como proposto por Burawoy (2020).

Para além dos problemas mais específicos do conceito de exploração, numerosas críticas foram dirigidas ao procedimento metodológico de formulação dos mapas de classes elaborados por Wright. Críticas que, em certo sentido, fazem eco as nossas conclusões sobre o elemento degenerativo da apropriação da teoria da estratificação pelo autor. Como salientou Bertoncelo (2009), os mapas de classe acabam sendo *proxy* de posições em uma hierarquia

ocupacional. O mesmo argumento é levantado de outra forma por Cavalcante (2012, p. 274), para quem a pretensão de mapear as classes teve como resultado, no máximo, a produção de um “mapa profissional”. Carchedi (1989) avança outro argumento contra os procedimentos metodológicos utilizados por Wright (1997). O autor demonstra que, ao preencher as posições de classe de seu mapa com categorias ocupacionais – retiradas de um *survey* sobre condições de trabalho realizado pela Universidade de Michigan – em seus estudos empíricos sobre classes e consciência, Wright (1997) iguala praticamente toda a sua abordagem de classes a uma teoria da estratificação social. Segundo Carchedi (1989), com esse procedimento metodológico (quantitativo), Wright (1997) conseguiria alcançar apenas uma posição estática e determinística, tanto da estrutura como da consciência de classe.

Dessa forma, se o objetivo de Wright era propor uma solução (refutação da anomalia) ao problema das classes médias (anomalia), apropriar-se da teoria da estratificação social nos parece ter antes afastado Wright do marxismo do que ter refutado a anomalia a partir da proteção do núcleo desse corpo teórico.

Classes e transição

Para compreender os problemas da noção de transição em Wright, precisamos explorar brevemente as trajetórias de dois conceitos básicos que sofreram modificações ao longo da obra do autor: interesses de classe e capacidades de classe. Wright (2015, p. 35) define interesse de classe como “os interesses materiais das pessoas decorrentes de suas situações materiais dentro das relações de classe”. Dessa forma, **interesses materiais** podem ser entendidos como “padrões de vida, condições de trabalho, nível de esforço, lazer, segurança material e outras coisas” (Wright, 2015, p. 35). Os interesses dos agentes sobre esses fatores podem ser descritos como interesses de classe na medida em que as “oportunidades” e as escolhas que as pessoas têm e realizam na busca desses interesses são estruturados pela sua localização de classe. Segundo Wright (2015, p. 35), entender e descrever o interesse de classes constitui o elo fundamental, entre “as relações de classe e as ações dos indivíduos dentro dessas relações de classe”. Nesse sentido, a consciência de classe deve ser entendida como “o conhecimento subjetivo que as pessoas têm dos seus interesses de classe e das condições para favorecê-los” (Wright, 2015, p. 35).

Um aspecto importante que devemos destacar sobre o elo entre estrutura e práticas de classe está relacionado à maneira como Wright (2015) define a noção de interesses de classe e

as consequências teóricas que essa definição possui para a formulação de seu conceito de luta de classes. O interesse de classe, tal como desenvolvido pelo autor, engloba uma ampla gama de atividades, o que, a nosso ver, faz com que se perca o conteúdo específico da noção de luta de classes. Ou seja, em Wright (2015), como definido acima, o conceito de interesses de classe faz referência a uma gama de aspectos da vida social que podem ser das mais diversas ordens – econômica, política, ideológica etc. Por isso, entendemos que a luta de classes associada à realização desses interesses perde sua especificidade, pois pode versar sobre qualquer âmbito da vida social. Wright (1997, 2015) perde de vista uma das distinções mais importantes da teoria marxista concernente ao escopo da luta de classes: a distinção entre luta política e luta econômica, ou seja, a luta que visa ao poder de Estado, realizada pelos trabalhadores em torno de um partido político; e a luta econômica, realizada, principalmente, pelos sindicatos. Acreditamos que o conceito de luta de classes em Wright (1997, 2015) perde força, já que assume uma acepção genérica e ampliada, isto é, não deixa claro os objetivos aos quais essa luta faz referência.

Todavia, devemos destacar que o autor nem sempre sustentou essa acepção genérica e ampliada do conceito de interesses de classe. Em *Class, Crisis and the State*, de 1978, Wright (1993) elabora uma diferenciação entre interesses imediatos e fundamentais de classe que se aproxima muito da distinção entre luta econômica e luta política (Wright, 1993). Segundo Wright (1993, p. 89-90), os interesses imediatos de classe podem ser definidos como “interesses dentro dos limites de uma dada estrutura de relações sociais”. Já os interesses fundamentais seriam definidos “pelos interesses que colocam em questão a própria estrutura de relações sociais”. Os exemplos trazidos pelo autor esclarecem a questão: os interesses imediatos estariam ligados aos interesses econômicos dos trabalhadores, como lutas por salário e melhores condições de vida e os interesses fundamentais estariam ligados, por exemplo, à luta pelo socialismo (Wright, 1993). Ainda no centro dessa discussão, Wright (1993) demonstra que esses dois tipos de interesse fazem referência a registros distintos da análise: os interesses imediatos a um modo de produção dado (reprodução) e os fundamentais à passagem entre os modos de produção (transição). Podemos notar que essa distinção entre interesses imediatos e fundamentais é abandonada pelo autor a partir dos anos 1980, quando ele define o conceito de interesses de classe de uma maneira, podemos dizer, ampliada (Wright, 1997, 1998, 2015). Merece destaque, nesse aspecto, a obra *Class Counts* (1997), seu trabalho de maior repercussão, no qual o autor define de maneira ampla o conceito de interesses de classe. Nossa hipótese para o autor ter abandonado os conceitos de interesses

imediatos e fundamentais está relacionada às pressões e à integração de Wright, como já afirmamos, ao contexto intelectual norte-americano. A teoria da estratificação social estava no “coração” da teoria sociológica nos anos 1970 naquele país (Burawoy, 2020, p. 74). Segundo Burawoy (2020), há um processo geral na trajetória da abordagem de classes de Wright que o leva progressivamente a se distanciar dos debates marxistas clássicos e a adotar uma posição que conciliava diversas abordagens de classe (Wright, 2015).

Dessa forma, acreditamos que o abandono da distinção entre interesses imediatos e fundamentais tenha feito parte desse processo, no qual o autor assume uma postura desconcertantemente eclética e pouco atenta aos enquadramentos que derivam de uma problemática teórica, como diria Althusser, ou de um programa específico de pesquisa científica: “Podemos ser weberianos no estudo da mobilidade de classe, adeptos de Bourdieu no estudo dos determinantes classistas dos estilos de vida ou marxistas na crítica do capitalismo” (Wright, 2015, p. 209). Na nossa compreensão, não é possível nem desejável escolher tão livremente “o que há de melhor” em cada autor ou corrente teórica. A retificação teórica, procedimento necessário para fazer avançar um corpo teórico diante de novas evidências e até de conceitos exógenos, não é tão aberta assim.

Para dar sequência a nossa análise do elemento da transição na teoria das classes sociais de Wright, devemos abordar as críticas que esse autor fez em trabalhos conjuntos (Wright; Levine, 1980; Wright; Levine; Sober, 1992) à teoria do materialismo histórico proposta por Gerald Cohen (2013). A crítica e os argumentos de Wright e Levine (1980) à teoria da transição de Cohen desenvolvem-se mediante a introdução do conceito de capacidades de classe na teoria da mudança histórica. Na visão desses autores, para a construção de qualquer teoria da história adequada e consistente, é central entender como os interesses de classe são traduzidos e transformados em práticas, o que ocorre através da **capacidade de classe**, ou seja, “aqueles recursos organizacionais, ideológicos e materiais disponíveis para as classes na luta de classes” (Wright; Levine, 1980, p. 58).

A partir da noção de capacidades de classe, Wright e Levine (1980) atacam o argumento de Cohen (2013) segundo o qual a transformação social dependeria, em primeiro lugar, do desenvolvimento das forças produtivas. Para Cohen (2013), o desenvolvimento das forças produtivas levaria, inexoravelmente, à formação da **capacidade de classe** necessária à transformação social. Ou seja, na perspectiva do autor, não haveria espaço para qualquer tipo de constrangimento ou coação social historicamente concreta que pudesse bloquear esse processo. Isso ocorreria, segundo Wright e Levine (1980), porque a tese de Cohen (2013) é

construída em cima de categorias trans-históricas. O elemento crucial da crítica aqui é a utilização das categorias trans-históricas de “escassez” e “racionalidade instrumental” que sustentam e são centrais para o argumento de Cohen (2013). Essas categorias não admitem intervenção das condições concretas e dos contextos historicamente específicos, onde poderiam estar envolvidas diversas formas de coação social capazes de constranger o desenvolvimento da **capacidade de classe**.

Segundo Wright e Levine (1980), Cohen (2013) erra também ao reduzir a ideia de capacidade de classes à de interesses de classe. Cohen (2013) pressupõe, segundo os autores, que o desenvolvimento das forças produtivas levaria as classes dominadas a perseguirem automaticamente e mecanicamente tais interesses. Cohen (2013) ainda defende que, em momentos de transição, os interesses da classe mais adequada para dirigir o desenvolvimento das forças produtivas acabam, em certa medida, por se identificar com os interesses gerais da sociedade. Isso levaria as classes, até então apoiadoras da classe dominante no regime anterior, a mudar de lado e passar a apoiar a nova classe que emerge triunfante do período de mudança. Portanto, Wright e Levine (1980) depreendem que, para Cohen (2013), a capacidade de classe está inteiramente atrelada aos interesses de classe e ao desenvolvimento das forças produtivas. De acordo com a crítica elaborada por Wright e Levine (1980, p. 59) à posição de Cohen (2013), não haveria um “processo automático de desenvolvimento das capacidades de classe enquanto consequência direta do desenvolvimento das forças produtivas”.

Wright e Levine (1980), portanto, apresentam uma crítica ao modelo de transição exposto por Cohen (2013) que coloca no centro do debate sobre a transição a categoria de capacidades de classe. O problema central identificado ao final da nossa análise estaria no fato de que Wright e Levine (1980) não definem o escopo ao qual essa capacidade de classes faz referência, ou seja, se faz referência à luta econômica ou à luta política. Wright e Levine (1980) não desenvolvem profundamente esse tema – dos objetos específicos da capacidade de classe. Porém, como vimos, esse conceito vem sempre associado, nos autores, à noção de luta de classes, e, conforme Wright (1997) desenvolve posteriormente, assume uma acepção que poderíamos chamar de ampliada. Queremos dizer com isso que a luta de classes em Wright (1997) não possui um objeto específico, tal como se apresenta em outros autores do marxismo, como Lenin (2006) e Poulantzas (2019) – ou seja, a luta política de classes que objetiva o poder de Estado. Enquanto macroconceito derivado da noção de práticas de classe,

a luta de classes em Wright (1997) pode assumir, desde que coletivamente, um caráter econômico ou político ou ideológico na medida em que está associada diretamente a uma noção ampliada de interesses de classe, tal como já definimos.

Acreditamos que a luta sindical/econômica não pode ser entendida, como Wright (1997) o faz, como luta de classes; não, ao menos sem ser, antes, objeto de uma retificação para que sua incorporação não cause contradições no núcleo da teoria marxista³. A luta sindical/econômica, assim, não é “o motor da história”. Considerar a luta econômica por aumento de salários como luta de classes *stricto sensu* está, a nosso ver, em contradição com o postulado teórico da luta de classes. A luta por salários no capitalismo faz parte do conflito reprodutivo ou funcional, como prefere Saes (2003). Tratá-la, portanto, como “a” luta de classes implicaria, na leitura que fazemos de Burawoy, abdicar da característica de motor da história proposta pelo postulado do programa marxista de pesquisa. Ou melhor, ao considerar qualquer tipo de conflito como luta de classes, Wright torna genérico o postulado teórico da luta de classes e, em sua perspectiva, ela passa a ser **também** o motor da história e não mais o motor da história.

Em nossa compreensão, nos textos após *Class, Crisis and state*, Wright (1993) **abandona** a distinção entre interesses imediatos (reprodução) e interesses fundamentais (transição) de classe. Essa distinção implicava, ainda no texto de 1978, uma diferenciação do conceito de capacidade de classe. Wright (1993), naquele momento, dividia esse conceito em dois: as **capacidades de classe estruturais**, ligadas ao próprio desenvolvimento histórico e estrutural das sociedades, e as **capacidades de classe organizacionais**, derivadas da organização consciente dos integrantes de determinada classe social (Wright, 1993, p. 99). Assim, as capacidades organizacionais – “os vínculos reais entre os membros de uma classe criados através da direção consciente de organizações de classe” (Wright, 1993, p. 101) – podiam ser entendidas como a noção de partido político distinto, diferente da organização que realiza a luta de tipo econômico, o sindicato. Portanto, naqueles trabalhos, Wright mobilizava conceitos que, a nosso ver, indicam uma defesa forte do postulado da luta de classes como motor da história. Após esses textos, consideramos que Wright (1997, 1998) atenua esse postulado mediante a utilização de um conceito ampliado de interesses de classe. A

³ Entendemos que Boito Jr. (2018) busca fazer tal retificação. Deixaremos uma discussão pormenorizada sobre esse tema para o futuro. Ela pode ser analisada, tal como o fizemos aqui, a partir da proposta de Burawoy para um programa marxista de pesquisa.

abordagem ampliada de Wright (1997) do conceito de interesse de classe é **um aspecto menos progressivo de sua teoria de classes em relação ao programa marxista de pesquisa.**

Conclusões

Com o intuito de finalizar nossa discussão, devemos retomar em linhas gerais os desenvolvimentos e as conclusões abordadas no artigo. Nosso trabalho teve como objetivo avaliar de que maneira Wright se afastou ou se manteve em acordo com o postulado marxista da luta de classes como motor da história. Primeiramente, a partir do instrumental epistemológico de Burawoy (1990), tentamos demonstrar que Wright, ao tratar da exploração em torno de recursos de qualificação, acaba se apropriando da problemática da estratificação social. Ou seja, da ideia de que as classes sociais, enquanto portadoras de ativos de qualificação desiguais, constituem estratos em uma escala linear dos mais aos menos qualificados. Sustentamos que a apropriação da problemática da estratificação estaria, por um lado, em desacordo com os próprios fundamentos da teoria da exploração do autor e, por outro, com o postulado marxista da luta de classes como motor da história.

Assim, pensamos que é difícil comprovar que o princípio do bem-estar interdependente inverso – o bem-estar de um agente depende invariavelmente da privação de outro – seja válido no caso de agentes portadores de distintos graus de qualificação. Não é possível afirmar sem incorrer em imprecisões comprometedoras que o bem-estar de pessoas mais qualificadas é garantido pela privação de pessoas menos qualificadas.

Da mesma maneira, o critério da exclusão dificilmente se apresentaria na exploração em torno de ativos de qualificação. Ou seja, pessoas mais qualificadas, apenas por serem mais qualificadas, não excluem necessariamente as pessoas menos qualificadas da possibilidade de conquistar uma maior qualificação. Relação de exclusão que é muito clara quando falamos em proprietários dos meios de produção e não proprietários. Wright (1997) ainda tenta demonstrar como haveria apropriação de sobretrabalho dos mais qualificados em relação aos menos qualificados, que ocorreria pelo fato de as remunerações (*skill rent*) dos mais qualificados ultrapassarem os custos da produção de suas qualificações e de sua reprodução. Contudo, mesmo que se aceite essa ideia, como defende o próprio autor, para que haja exploração, o princípio do bem-estar interdependente inverso, o princípio da exclusão e o princípio da apropriação devem ser preenchidos.

Nesse sentido, o caráter relacional da determinação de classes se perde na formulação de Wright (1997) acerca da exploração em torno das qualificações. Isso nos levou a defender o argumento de que tal critério estaria em desacordo com o postulado da luta de classes como motor da história, já que não havendo antagonismo e contradição de interesses, não haveria, conseqüentemente, luta de classes para tomada do poder de Estado. Concluimos, portanto, que tomar as classes sociais, no caso das qualificações, enquanto estratos em um contínuo linear, seria uma apropriação degenerativa da teoria das classes de Wright (1997) em relação ao programa marxista de pesquisa, já que Wright cede parte de sua explicação a um programa de pesquisa rival (problemática da estratificação) que é incapaz de pensar de forma apropriada o caráter relacional de constituição das classes e do conflito de classes.

Vale lembrar que Wright, em suas últimas obras – ver, por exemplo, o livro de 2010 *Envisioning real utopias* –, vai trabalhar de maneira mais aprofundada seu entendimento sobre as formas de superação do capitalismo através da noção de utopias reais. Contudo, nossa análise não aborda esse período da obra do autor, pois entendemos que o conceito de utopias reais, enquanto instituições que realizam “prefigurações socialistas dentro do capitalismo” (Burawoy, 2020, p. 84), abandona a noção de classe social como elemento central da transição entre modos e produção. O interesse do autor, naquele período, se volta para processos de desmercantilização do trabalho, do dinheiro, da natureza e do conhecimento que estariam sendo encampados por certas instituições: renda mínima universal (trabalho), orçamento participativo (dinheiro), cooperativismo (natureza) e Wikipedia (conhecimento) (Burawoy, 2020, p. 93). Portanto, as classes perdem seu espaço nos processos de superação do capitalismo dando lugar às chamadas utopias reais, o que nos fez optar por não avaliar as conseqüências teóricas e epistemológicas dessas últimas formulações do autor. Arriscamos a dizer, contudo, que a ausência da problemática das classes sociais nessa última fase da produção de Wright pode reforçar a tese que defendemos nesse artigo, a de que o autor se distancia de um programa marxista de pesquisa científica.

A segunda questão importante que desenvolvemos ao longo do artigo está relacionada diretamente às relações entre estrutura de classes e transição por meio do conceito de interesses de classe na obra de Wright (1997). O problema que apresentamos é que Wright, após os anos 1980, vai definir interesses de classe de modo ampliado. O conceito passa, então, a versar sobre qualquer tipo de conflito, cultural, econômico, político, etc., ou seja, não versa sobre conflitos que engendrariam, de fato, transições de modo de produção.

Na teoria do autor, a luta de classes passa a ser **também** o motor da história, ou seja, um dentre outros, o que enfraquece um dos principais postulados marxistas. Isso ocorre porque certos tipos de conflito englobados pelo conceito não estariam ligados à transformação social, mas justamente ao seu contrário, à reprodução, como é o caso típico da luta sindical por salários. A partir do momento em que os interesses de classe e a luta de classes podem versar sobre praticamente todos os conflitos de interesse de uma sociedade, o espaço reservado à transformação parece ser demasiadamente reduzido ou encoberto na teoria de Wright (1997).

Dessa forma, concluímos que a concepção de Wright sobre as classes sociais e a transição poderia ser caracterizada como um traço **menos progressivo** de sua teoria em relação ao programa marxista de pesquisa, mais precisamente, em relação ao postulado da luta de classes enquanto motor da história. Wright (1997) parece evitar a ideia marxista de luta de classes enquanto luta revolucionária capaz de engendrar a transição entre modos de produção.

De fato, não fomos os primeiros a notar esse elemento da abordagem de classes do autor. Como aponta Burawoy (2020), a grande aceitação da teoria de classes de Wright (1997) no ambiente acadêmico norte-americano pode ser entendida a partir desses recuos realizados pelo autor frente ao programa marxista de pesquisa. Recuos encontrados, por meio de nosso trabalho, também na apropriação da teoria da estratificação e na construção de um conceito ampliado de interesses de classe que encobre o caráter transformador da luta de classes. Como afirma Burawoy (2020):

Tendo retirado a política do Marxismo, tendo deixado para trás as contradições do capitalismo, tendo abandonado a história – especialmente história no sentido da luta de classes – e tendo reduzido a análise de variáveis independentes, sociólogos do *mainstream* se sentiam em casa com o Marxismo de multivariáveis de Erik. Se isso é marxismo, pode vir [*bring it on*] (Burawoy, 2020, p. 75).

O próprio Wright (1998), em entrevista concedida ao *Berkley Journal of Sociology* (1987), admite, por meio de uma “honestidade desarmante”, como descreve Burawoy (2020, p. 75), a curiosa aceitação do seu marxismo pelo *mainstream* sociológico e acadêmico de sua época:

O que tem sido curioso ao longo da última década é como houve pouco debate sério realizado pelo *mainstream* sociológico acerca da efusão da pesquisa neomarxista. Eu, em geral, fui incapaz de provocar respostas sistemáticas à minha pesquisa entre sociólogos do *mainstream* [acadêmico], sejam elas teóricas ou empíricas. Um silêncio similar parece ter sido a resposta geral a outros estudiosos radicais. O principal efeito da minha pesquisa no *mainstream*, até onde consigo enxergar, foi que certas “variáveis” passaram a ser mais incluídas em equações regressivas. O que

eu pensei ser um amplo desafio teórico à “sociologia burguesa”, desafio respaldado por pesquisas quantitativas sistemáticas, resultou em uma abordagem pragmática de certos elementos isolados do modelo conceitual operacionalizado sem muita atenção a problemas teóricos abstratos (Wright, 1998, p. 76).

Entendemos que Wright (1993), ao tentar definir metodologicamente fronteiras rígidas entre as classes através de seus famosos mapas de classe, cede à teoria da estratificação. A escolha metodológica de Wright (1997) **acaba por enquadrar toda sua teoria de classes na perspectiva da estratificação**, já que o autor operacionaliza seu mapa de classes mediante o preenchimento das diversas localizações de classe por categorias profissionais, com um intuito de realizar pesquisas quantitativas de multivariáveis. Essa escolha metodológica, podemos afirmar, está alinhada ao compromisso do marxismo analítico com as normas científicas convencionais, pois a pesquisa quantitativa das classes sociais (*surveys*) era vista pelo autor como um dos recursos metodológicos mais compensatórios em sociologia (Wright, 2003, p. 26). Contudo, como já afirmamos seguindo Cavalcante (2012), essa mesma escolha pela pesquisa quantitativa de multivariáveis transforma o mapa de classes de Wright (1997) em um mapa de categorias profissionais. Fica de lado o aspecto relacional e conflitual da constituição das classes sociais dentro de uma perspectiva marxista. Dessa forma, argumentamos que Wright (1997) de fato se afasta do postulado da luta de classes como motor da história, o que enfraquece sua solução específica ao problema das classes médias. A teoria da estratificação, ao final da análise, não consegue dar uma resposta adequada à relação entre as classes sociais e o conflito transformador, já que nega o caráter contraditório e antagônico da formação das classes sociais.

Como comenta Burawoy (2020, p. 74-75), Wright acreditava que a utilização de pesquisas quantitativas poderia “legitimar o marxismo na sociologia, ou mesmo demonstrar a superioridade do marxismo enquanto ciência”. De fato, concordamos com a crença do autor, ou mesmo com a intuição mais geral do marxismo analítico em firmar um compromisso com normas científicas. Contudo, e aqui queremos propor uma diretriz metodológica, **a adoção de normas científicas não pode ser defendida à revelia de um programa de pesquisa marxista e de seus postulados teóricos**. É o próprio programa de pesquisa que identifica as principais anomalias ou instâncias contestatórias que devem ser combatidas. As escolhas metodológicas, portanto, devem levar em conta os postulados desse programa para não correremos o risco de identificar problemas que, fora do seu quadro, não são problemas – como é o caso emblemático do “problema das classes médias”, que só faz sentido dentro do programa marxista de pesquisa.

A crítica que elaboramos acima, vale dizer, segue a mesma linha daquelas feitas por Burawoy (1990) ao marxismo analítico em geral. Para Burawoy (1990, p. 790), a pretensão em adotar normas científicas convencionais e transformar o marxismo em uma ciência “verdadeira”, no caso do marxismo analítico, termina por retirar o marxismo da história, “eclipsando os desafios históricos que foram o ‘motor’ de seu desenvolvimento teórico”. Como tentamos demonstrar ao analisar a teoria de Wright (1997), esses fatores limitam a capacidade do marxismo “primeiro em reconhecer e depois digerir anomalias” (Burawoy, 1990, p. 790). Em linhas gerais, Burawoy sintetiza sua crítica ao marxismo analítico da seguinte forma: “Se separando da política, daqueles que escrevem sobre [ela] e de uma tradição intelectual evolutiva, eles facilmente sucumbem ao reino da ortodoxia acadêmica” (Burawoy, 1995, p. 198-199)

Na postura científica defendida por Burawoy (1995), um certo nível de convenção e dogmatismo devem ser aceitos, não somente em ciências sociais, como também nas ciências exatas; no marxismo, são os sete postulados citados no início deste texto. Seria ingênuo, portanto, imaginar uma ciência que se projeta em tábula rasa, produzindo conhecimento a partir apenas de testes e inquirições empíricas convencionais, tal como pretende Wright e o marxismo analítico. Assim, se o propósito é pensar o marxismo enquanto ciência social, enquanto sociologia, se é fazer avançar o conhecimento no geral e o marxista em particular, se é pensar uma teoria científica das classes sociais, o enquadramento dos programas de pesquisa, a defesa de seus postulados, a identificação (refutação) e absorção (refutação da refutação) das anomalias são tarefas de primeira ordem.

Referências

- ALTHUSSER, Louis. Sobre o trabalho teórico. In: BARISON, Thiago. (org.). **Teoria marxista e análise concreta: textos escolhidos de Louis Althusser e Étienne Balibar**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.
- BERTONCELO, Edison Ricardo Emiliano. As classes na teoria sociológica contemporânea. **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, n. 67, p. 25-49, 2009.
- BOITO JR., Armando. **Reforma e crie política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT**. Campinas: Editora Unicamp; São Paulo: Editora Unesp, 2018.
- BURAWOY, Michael. A tale of two marxisms: Remembering Erik Olin Wright (1947-2019). **New Left Review**, n. 121, p. 66-98, jan. /fev. 2020.
- BURAWOY, Michael. Marxism as Science: Historical Challenges and Theoretical Growth. **American Sociological Review**, v. 55, n. 6, p. 775-793, dez. 1990.
- BURAWOY, Michael. Mythological Individualism - The Metaphysical Foundation of Analytical Marxism. In: CARVER, Terrel; THOMAS, Paul (ed.). **Rational Choice Marxism**. London: Macmillan Press, 1995. p. 191-199.

- CARCHEDI, Guglielmo. Class and Class Analysis. *In*: WRIGHT, Erik Olin (org.). **The debate on classes**. London/New York: Verso, 1989. p. 105-125.
- CAVALCANTE, Sávio. **Classes médias e modo de produção capitalista**: um estudo a partir do debate marxista. 2012. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.
- COHEN, Gerald. **A teoria da História de Karl Marx**: uma defesa. Campinas: Editora Unicamp, 2013.
- LAKATOS, Imre. **Historia de la ciencia**: reconstrucciones racionales. Madrid: Editorial Técnico, 1987.
- LAKATOS, Imre. **The methodology of scientific research programmes**. Cambridge/New York: Press Syndicate of the University of Cambridge, 1989.
- LENIN, Vladimir Ilich. **Que fazer?** A organização do sujeito político. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- POPPER, Karl. **A lógica da pesquisa científica**. São Paulo: Editora Pensamento-Cultrix, 1972.
- POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. Campinas: Editora Unicamp, 2019.
- ROEMER, John. **A General Theory of Exploitation and Class**. Cambridge: Cambridge University Press, 1982a.
- ROEMER, John. New Directions in the Marxian Theory of Exploitation and Class. **Politics and Society**, v. 11, n. 3, p. 253-287, 1982b.
- ROEMER, John (ed.). **Analytical Marxism**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- SAES, Décio. Considerações sobre a análise dos sistemas de classe. *In*: BOITO JR., Armado (org.). **Marxismo e Ciências Humanas**. São Paulo: Xamã, 2003.
- SANTOS, José A. F. **Estrutura de posições de classe no Brasil**: mapeamento, mudanças e efeitos na renda. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2002.
- WRIGHT, Erik Olin; LEVINE, Andrew. Rationality and Class Struggle. **New Left Review**, n. 123, p. 47-68, set./out. 1980.
- WRIGHT, Erik Olin. **Análise de classe**: abordagens. Petrópolis: Vozes, 2015.
- WRIGHT, Erik Olin; LEVINE, Andrew; SOBER, Elliott. **Reconstructing Marxism**: essays on explanation and the theory of history. London: Verso, 1992.
- WRIGHT, Erik Olin. **Class counts**. Comparative studies in class analysis. Nova York: Cambridge University Press, 1997.
- WRIGHT, Erik Olin. **Class, Crise & State**. London/New York: Verso Paperbacks, 1993.
- WRIGHT, Erik Olin. **Envisioning real utopias**. London/New York: Verso, 2010.
- WRIGHT, Erik Olin. **The Debate on Classes**. London: Verso, 1998.
- WRIGHT, Erik Olin. Falling into marxism, choosing to stay. *In*: TURNER, Stephen.; SICA, Alan. (ed.). **Erik Olin Wright Autobiographical Essay**. New York: Verso, 2003.
- WRIGHT, Erik Olin. What is Analytical Marxism? *In*: CARVER, Terrel; THOMAS, Paul (ed.). **Rational Choice Marxism**. London: Macmillan Press, 1995.

Recebido em: 15/08/2023

Aceito em: 25/09/2023

Entrevistas

**DIÁLOGOS DE SABERES:
em direção ao PGTA Potiguara?
Entrevista com Tuxaua Nathan Galdino Potiguara**

***DIALOGUES OF KNOWLEDGE:
Towards the Potiguara PGTA?
An Interview with Tuxaua Nathan Galdino Potiguara***

Alicia Ferreira Gonçalves*

O retorno do Brasil ao cenário mundial, como protagonista central na cena ambiental, ocorre, simbólica e efetivamente, na 27ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP27), iniciada no dia 6/11/2022, no Egito, onde o presidente eleito participou, a convite do presidente egípcio antes mesmo da sua posse. Líderes de diversos países, movimentos sociais, ativistas ambientais aclamaram a presença do Brasil na COP. O futuro presidente, em seu discurso de abertura, firmou compromissos com a agenda ambiental indissociável da pobreza social, tendo sido aplaudido de pé. Simultaneamente, anunciou a criação do Ministério dos Povos Originários, reafirmando seu compromisso com a autodeterminação dos povos e com a participação indígena na governança política nacional.

Os compromissos do atual governo com a agenda socioambiental apontam para um contexto político favorável, assim como, a criação do supracitado Ministério, à elaboração dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA), principal instrumento da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Indígena (PNGATI) com alguns princípios já contidos na Constituição de 1988. A constituição brasileira de 1988 dedicou um capítulo ao meio ambiente (Capítulo V, art. 225), consagrou direitos indígenas ao usufruto exclusivo dos recursos naturais em terras indígenas¹ (Capítulo VIII, art. 231, § 2º), inclusive relaxando o conceito de tutela presente no Estatuto do Índio (Lei n. 6.001/1973). O Decreto de n. 6040/2007 instituiu o conceito jurídico de povos e comunidades tradicionais, que liga

* Professora Associada do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em Antropologia da UFPB. Líder do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Cultura, Sociedade & Ambiente. E-mail: aliciafg1@gmail.com

¹ Os direitos constitucionais dos índios estão expressos em um capítulo específico da Constituição Federal de 1988 (título VIII, “Da Ordem Social”, capítulo VIII, “Dos Índios”), além de outros dispositivos dispersos ao longo de seu texto e de um artigo do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

simbioticamente povos e territórios como condição primeira para a reprodução social e cultural dos povos indígenas e comunidades tradicionais:

Povos e Comunidades tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Brasil, 2007).

Atrelada ao referido Decreto instituiu-se a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT). Em 2012, entra em vigor o Decreto n. 7.747/2012 – fruto de uma articulação interministerial (GTI), iniciada em 2008 – reunindo Ministério do Meio Ambiente (MA), Fundação Nacional do Índio (FUNAI), representantes da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) ² instituindo a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Indígena (PNGATI) a ser executada mediante o Plano de Gestão Territorial e Ambiental Indígena (PGTA). A PNGATI, fruto dessa articulação, é uma resposta à pressão dos movimentos ambientalistas, das populações ditas tradicionais, dos povos indígenas³ e da explícita constatação de que preservam seus biomas e defendem seus territórios de ameaças externas a partir de suas tradições culturais⁴,

As Terras Indígenas, que hoje representam 12,64% do território nacional, têm papel relevante e estratégico na conservação da biodiversidade e dos recursos naturais do país. Com estes ativos territoriais e ambientais significativos, contribuem de modo intenso para a manutenção dos biomas brasileiros, tendo como substrato os modos de vidas tradicionais e a resistência que seus habitantes interpõem em defesa dos territórios que ocupam (Funai, 2023).

Trata-se de uma norma jurídica cuja finalidade é a defesa das Terras Indígenas (TIs), o respeito à cultura e à memória dos povos e sua reprodução física e cultural, inclusive em áreas de sobreposição com Unidades de Conservação (UC). A PNGATI estabelece como finalidade

² “Foram realizadas cinco Consultas Regionais aos povos e organizações indígenas regionais sobre os conteúdos da PNGATI, com o propósito de que representantes desses povos pudessem discutir e propor adequações a esse Documento Base, a partir de suas especificidades locais, demandas e reivindicações.” <http://cggamgati.funai.gov.br/index.php/pngati/historico-da-construcao/consultas/>

³ “Segundo o último Censo de 2010 do IBGE, cerca de 818.000 brasileiros se autoidentificam como indígenas. Destes, cerca de 315.000 vivem em cidades e outros 503.000 em áreas rurais, o que corresponde aproximadamente a 0,42% da população total do país. A maior parte dessa população distribui-se por milhares de aldeias, situadas no interior de 687 Terras Indígenas. Além disso, há na Amazônia brasileira 77 referências de grupos indígenas isolados, sem contato permanente com a sociedade nacional. A diversidade étnica e linguística no Brasil é uma das maiores do mundo, atualmente existem no território nacional mais de 230 povos indígenas, falando mais de 180 línguas diferentes.” <http://cggamgati.funai.gov.br/index.php/pngati/historico-da-construcao/antecedentes-gti/>

⁴ Para uma reflexão sobre os conceitos de tradição e de cultura no caso dos povos, indígenas consultar Cohn (2001).

primordial potencializar autonomia aos indígenas para a gestão do seu território étnico. A PNGATI prevê dois instrumentos de gestão: o etnomapeamento⁵ e o etnozoneamento, trabalhando sete eixos temáticos para desenvolver a gestão territorial indígena, conforme seu art. 4º, I a VII: 1 - Proteção territorial e dos recursos naturais; 2 - Governança e participação indígena; 3 - Áreas protegidas, unidades de conservação e terras indígenas; 4 - Prevenção e recuperação de danos ambientais; 5 - Uso sustentável de recursos naturais e iniciativas produtivas indígenas; 6 - Propriedade intelectual e patrimônio genético, e 7 - Capacitação, formação, intercâmbio e educação. Os sete eixos fundamentam a gestão territorial e ambiental indígena, observando a proteção das terras e seu uso sustentável; a participação da população indígena na gestão de sua área; as áreas protegidas, incluindo as sobreposições entre unidades de conservação e terras indígenas; a necessidade de manter a preservação ambiental e, caso haja degradação, a realização de um plano de recuperação das áreas degradadas. Para tanto, os eixos estabelecidos enfatizam a importância da informação, capacitação e a troca de experiências entre os atores sociais envolvidos. Para a implementação da PNGATI/2012, a norma jurídica prevê a elaboração do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) para cada TI existente no Brasil.

No Nordeste brasileiro, precisamente no Litoral Norte da Paraíba, diante da emergência de conflitos fundiários e socioambientais protagonizados por indígenas Potiguara e usineiros em torno do plantio da cana-de-açúcar em Terras Indígenas (TI), ganharam visibilidade as questões acerca dos usos sustentáveis dos referidos territórios indígenas e, simultaneamente, explicita-se a necessidade imediata da elaboração do PGTA Potiguara previsto em lei e demandado pelo Ministério Público Federal do Estado da Paraíba (MPFPB), mediante Termo de Ajuste de Conduta (TAC n. 36/2017) expedido em dezembro de 2017. Algumas demandas expostas no TAC são as seguintes: a exigência de 40%⁶ de área em cada aldeia para reserva de preservação ambiental, a atualização do Etnomapeamento, a elaboração de um Plano de Recuperação de Área Degradada (PRAD) e a formulação do PGTA. Mesmo diante da unilateralidade desse processo, o TAC chega a explicitar multas de 50 mil reais para quem não o cumprir até o ano de 2018 (Dantas *et al.*, 2019).

⁵ Os seguintes povos indígenas já elaboraram seu etnomapeamento: Terra Indígena Mamoate, povo Jaminawa e povo Manxineru (2006); TI Caiçara/Ilha de São Pedro do Povo Xocó; TI complexo Bacia do Rio Juruá, povo Kaxinawá, Kampa e Kulina (2008); TI entre Serras de Pankararu; TI do Complexo médio Purus II, povo Paumari, Paurami e Jarawara/Jamamadi/Kanamati (2008); TI Parana do Boá-Boá, povo Maku (2008); TI Munduruku (2008); TI Complexo Médio Purus I (2008); Potiguara, Paraíba (2012).

⁶ Mais do que o proposto por lei, mesmo em propriedades privadas.

Desde 2017, pela ocasião da realização da Escola de Altos Estudos (EAE) “Sociedade, Cultura & Ambiente: Faces do desenvolvimento sustentável”,⁷ patrocinada pela Capes e realizada na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e na Universidade Federal do Ceará (UFC), temos travado um diálogo de saberes com o então Cacique Nathan Potiguara (Aldeia Alto do Tambá). O Tuxaua Nathan Potiguara participou do curso da EAE que girou em torno da questão da sustentabilidade ambiental sobretudo em territórios de povos camponeses e indígenas que sobrevivem dos seus recursos ecossistêmicos. Ao longo desses anos, o Cacique tem organizado nossas visitas às aldeias e participado das discussões em torno do Plano de Gestão Territorial e Ambiental Potiguara. Com o passar do tempo, foi incorporado ao nosso Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Cultura, Sociedade & Ambiente (GIPCSA).⁸ Especificamente sobre o PGTA Potiguara, estabelecemos um diálogo, iniciando com a biografia de Nathan escrita por ele mesmo e, a seguir, uma entrevista realizada no ano de 2023, que sintetiza os temas debatidos desde 2017.

Alicia F. Gonçalves: *Nathan, você se destacou como liderança indígena potiguara, é representante do seu povo na Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo, se destacou também como liderança no movimento ambiental em terras indígenas potiguara, participando do curso sobre a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas. Conte-nos um pouco de sua biografia.*

Nathan Galdino da Silva: Venho desse tronco ancestral dos potiguara da Paraíba, que ficam localizados no litoral Norte do Estado da Paraíba, mais precisamente na cidade de Baía da Traição. Tendo como pai, Rui Galdino da Silva (potiguara), e mãe, Maria de Lima da Silva, indígena pertencente aos antigos (kariris), meus avós e bisavós e tataravós, tios e tias e primos, sendo da aldeia chamada mãe, conhecida como aldeia São Francisco, (antiga aldeia Akauã). Minha árvore genealógica pela parte de meu pai: meu avô Luiz Galdino, avó Antônia Maria da Conceição, bisavó Altina Maria da Conceição, Bisavô, Manuel Pedro (tuxaua) tataravô, Pedro Cyriaco, (tuxaua), Esposa Bella Conceição. Tuxaua é o nome antigo dado aos chefes das aldeias, atualmente chamados liderança ou cacique. Eu nasci aos 09 de novembro de 1972, na Aldeia alto do Tambá, conhecida no passado como aldeia galego, nasci de parto natural pego por parteiras na aldeia. Saí do meu habitat natural em 1982 e fui morar

⁷ <https://gipcsa.wixsite.com/ufpb/c%C3%B3pia-galeria>. Todas as sessões podem ser encontradas em: https://www.youtube.com/results?search_query=escola+de+altos+estudos+cchla+

⁸ Cf. Gonçalves (2020).

em Pernambuco, na cidade de Itapissuma, onde minha avó materna morava. Logo ao chegar naquela cidade, fui trabalhar como feirante juntamente com meus tios, mãe e avó. Após 4 quatro anos em Pernambuco, minha mãe retorna para aldeia. Ao retornar, fui trabalhar na aldeia como coletor de frutos e sementes nativas, para ajudar no sustento de meus irmãos mais novos, frutos como o caju, mangaba, castanha, entre outros. Também trabalhei cortando vara para inhame, vendendo para atravessadores que faziam plantações na região. Ainda trabalhava no roçado e no paú (local às margens dos rios), cultivando batata-doce, macaxeira, feijão e milho. Em 1988, saí de minha aldeia mais uma vez, dessa vez sozinho com 16 dezesseis anos, para cuidar de um jardim em João Pessoa na casa de um pastor norte-americano naturalizado brasileiro, para continuar ajudando minha mãe na criação de meus outros 5 cinco irmãos. Em 1990, fui morar novamente em Pernambuco na casa de um amigo em um bairro próximo à Avenida Caxangá, trabalhei em um lava jato como limpador de vidro e enxugador de carro. Em 1991, fui promovido a gerente de lavagem do lava jato. Em janeiro de 1992, fui convocado para servir nas Forças Armadas no 15º Batalhão de Infantaria Motorizada, conhecido como 15º BIMTZ, ingressando no mês de fevereiro de 1992. No decorrer da carreira militar, cheguei à graduação de Cabo. Em fevereiro de 1996, dei baixa das Forças Armadas. Ao retornar a minha terra de origem, a TI potiguara, contraí matrimônio com Rosângela Maria da Costa, que passou a usar o nome de Rosângela Maria da Costa Galdino, potiguara do Rio Grande Norte. Desse casamento, nasceram quatro filhos, Yasmim da Costa Galdino, Nathalia Rafaela da Costa Galdino, Gabriela da Costa Galdino e Maximus Francisco Gabriel da Costa Galdino. Filhos fora do casamento, Nathan Filho, (mãe Maria de Lourdes) Vitória Galdino (mãe Michelle Siqueira) Jhullius Nathaniel Galdino Santos da Silva e Jasmine Maria Flor dos Santos Galdino (mãe Edlane Silva dos Santos). Em 2005, entrei e abracei a luta do movimento indígena, em defesa do povo potiguara e também dos outros povos, os parentes originários da linda Terra Pindorama chamada Brasil. Assim também entrei pela luta, fortalecimento e revitalização da cultura do povo potiguara, e de seus usos e costumes, em defesa da memória ancestral do povo ao qual pertenço, que vem sofrendo há mais de 522 anos, com todo tipo de etnocídio e genocídio e tentativas de extinção da nossa história cultural e milenar. Logo após entrar no movimento indígena, fui escolhido pela aldeia de origem para ser tuxaua (cacique potiguara), onde estive por mais de 13 anos na liderança. A partir do movimento indígena potiguara, no ano de 2010, fiz meu primeiro vestibular e ingressei na UFPB no curso de economia. Infelizmente tive que abandonar para trabalhar, manter e cuidar dos filhos pequenos. Como tuxaua, ocupei alguns cargos de relevância na

minha carreira. Em 2012, fui eleito vereador na cidade de Baía da Traição, minha cidade natal, onde exerci por quatro anos o mandato de vereador da cidade. Aos 47 anos, terminei o curso de graduação em história, um dos meus sonhos, e não por falta de vontade de concluir antes, mas porque precisei escolher entre alimentar a família ou concluir meus estudos. Mesmo assim sempre soube que nunca é tarde para realização dos nossos sonhos. Nessa trajetória, participei de várias conferências de meio ambiente, de educação, de saúde, seminários integradores. Formei-me em Política Nacional de Gestão Ambiental das Terras Indígenas do Nordeste (PNGATI). Sou um dos representantes dos potiguara na microrregião da Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME) da Paraíba. Sou vice-presidente da Associação dos Caciques Potiguara da Paraíba, presidente do conselho local de saúde de Baía da Traição, onde represento 13 aldeias na saúde local. Tem mais de 8 anos que sou Conselheiro Distrital de Saúde Indígena Potiguara (CONDISI), órgão do Controle Social da Saúde, de caráter permanente e deliberativo. Tenho vários certificados: certificado de curso de Políticas de Gestão Ambiental das Terras Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo; certificado de participação no Seminário Integrador das Terras Indígenas do Brasil, também pelo GATI (Projeto Gestão Ambiental Territorial Indígena), curso ministrado pelo IEB (Instituto de Estudos Brasileiros), localizado em Brasília (DF) e pela Funai, (Fundação Nacional do Índio); certificado de Formação de Gestão Ambiental para Indígenas e Representantes de Instanciais do Governo, como, Funai, ICMBio, Ibama, dentre outros; cursos esses com a finalidade de fazer gestão ambiental, assim como, compreender ou entender a maneira do “bem viver”.⁹

Alicia F Gonçalves: *Nathan, você nos conta que teve que sair de sua aldeia em direção aos centros urbanos, como João Pessoa e Recife, para sobreviver e auxiliar a sua mãe na criação dos filhos. Quando você retorna à aldeia e se envolve na luta indígena e ambiental, é nesse contexto que você se torna Cacique?*

Nathan Galdino Potiguara: Em 2003, eu retorno à aldeia com a família, foram dias difíceis, sem perspectivas, sem trabalho, mas aí eu começo a me envolver no movimento indígena através do meu cunhado, Josafá, chefe da Funai na época. Ele me dava atribuições e eu começo a resolver, era trabalho voluntário na comunidade. Em 2005, a aldeia passa por um conflito, e a aldeia me chama, algumas pessoas me chamam e falam que é o meu momento, a

⁹ Cf. Harguindeguy (2016).

gente vai para uma eleição, com mais candidatos, e eu venço todos eles. Mas, antes disso, tem todo um processo: eu participei da Conferência Nacional do Meio Ambiente, eu começo por aí devagarinho junto com meu amigo Ernesto. Eu sou eleito Cacique e começa todo um processo de aprendizado de luta de movimento de retomada, eu fui um dos caciques que participou da retomada da aldeia Coqueirinho do Norte, junto com Caboquinho¹⁰.

Alicia F. Gonçalves: *No movimento ambiental você se insere de que forma?*

Nathan Galdino Potiguara: No movimento ambiental, eu comecei sendo representante dos potiguara no GATI, que se transforma em PNGATI e teve um curso, itinerante, daí começa um trabalho junto com a comunidade e movimento indígena. O PNGATI era um processo antigo financiado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a embaixada era da Noruega, se não me engano, era um projeto que trabalhava a gestão territorial das terras indígenas. No nosso caso, estava ligado à gestão territorial do Nordeste e, nesse momento, fez parte eu que já estava Cacique, a Cao, o Luís Pereira, e o Antônio Neto da Funai. Aí a gente começa a se envolver e a brigar pelo movimento. Eu fiz algumas viagens pelo estado da Bahia, e nós discutíamos para que esse projeto saísse do papel e se transformasse em uma política de gestão ambiental dos povos indígenas, mas nós conseguimos. Tudo isso foi fortalecimento para que eu desenvolvesse meu papel como liderança indígena, como Cacique. Ressurge a oportunidade do curso da PNGATI, foi o único curso itinerante para o Nordeste envolvendo os biomas da Mata Atlântica, Caatinga e do Cerrado. Nós temos o curso básico em PNAGATI. O curso itinerante aconteceu em 4 módulos, um dos módulos foi com os Pankaruru, o segundo com os potiguara, o terceiro com os pataxó na Bahia, o quarto módulo foi em Minas Gerais e o quinto no Espírito Santo, já que a Apoinme abrange Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo. Teve dois módulos com Mata Atlântica na Bahia, que tem um ecossistema diferente, já com a poluição, enquanto nós estávamos sem poluição. O interessante no Espírito Santo foi uma observação do que pode acontecer no futuro em todas as terras de bioma Mata Atlântica, foi muito interessante que pudemos tirar experiência de todos esses contextos. Esse curso tinha parceria com GEF (organização internacional financiadora através do PNUD), Funai, Ministério do Meio Ambiente e o Ibama. Aí surge o Formar, que era uma extensão do PNGATI, com a finalidade de formar novos indígenas para a política do PNGATI, que aconteceu em Brasília. Nós

¹⁰ <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/32444>

passamos quinze dias nesse curso, houve um processo seletivo, eu participei do processo e fui selecionado para participar do curso. Havia indígenas de todo o Brasil, estávamos com toda a energia para implementar em nosso território, mas aí surgiram as dificuldades, mudança de governo (segundo governo Lula para o governo da Dilma, mas aí não avançou mais, tudo o que tinha que avançar foi no governo Lula). O desconhecimento das pessoas da política. No governo da Dilma não tinha mais essa visão sobre a sustentabilidade ambiental. O PNGATI é uma política transversal, é muito bom a gente lembrar disso, visando ao “bem viver”, sempre, a questão da sustentabilidade familiar. O último processo da PNGATI termina com o governo de Luís Inácio Lula da Silva.

Alicia F Gonçalves: *Quais são os principais problemas das aldeias com relação à problemática socioambiental?*

Nathan Galdino Potiguara: A visão das pessoas, da juventude, dos movimentos, das escolas, porque as pessoas se contaminaram pelo capitalismo. É mais fácil eu ter 20, 30 hectares de terra e eu não depender de ninguém, ou seja, tentar ser autossustentável individualmente, como é o capitalismo, do que coletivamente, isso também contaminou nosso povo, tanto que hoje, mesmo com o Termo de Ajuste de Conduta ¹¹ para não avançar a plantação de cana, mesmo diante dos vários problemas causados pelo desmatamento da monocultura da cana-de-açúcar, inclusive por parte das lideranças indígenas. Eu prego em uma reunião que não é permitido mais o plantio, mas eu planto cana-de-açúcar. Eu falo uma coisa, mas não dou exemplo, o grande desafio é esse! Eu poderia plantar cana-de-açúcar, 30 hectares, mas eu prefiro manter a postura que eu sempre tive e sobreviver com o básico. Meus filhos não vão viver o que eu vivi, as lagoas, os matos, os animais, não existe mais, existe bem pouco, pensando nisso, eu não planto. Poucas pessoas pensam assim, eu diria que de 13 mil potiguaras, talvez, cem pensem assim.

Alicia F. Gonçalves: *Qual é a área de plantação da cana-de-açúcar?*

Nathan Galdino Potiguara: De 100% do território, 70%, dominado pela monocultura da cana-de-açúcar. O que que acontece é o seguinte: Cacique geral planta, fulano planta, as pessoas plantam; fulano tem um carro novo, então eu vou plantar também. A Usina financia a semente, ela financia tudo se for o caso, e quando for na colhida da planta, ela desconta o que

¹¹ BRASIL. Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta (TAC) n. 36/2017, de 06 de dezembro de 2017. Procuradoria da República na Paraíba. João Pessoa, p. 1-9, dez. 2017.

ela empregou, o indígena fica com aquele pouco e assim vão destruindo o território. A Usina fica com o lucro e contribui para a proliferação da destruição do território.¹² Outro problema que os potiguara não estão enxergando, mas que é real, é a carcinicultura, a coleta dos mariscos, os crustáceos, gerando impactos nos manguezais. As áreas praieiras são constantemente escavadas porque é um modo de sobreviver, pegando marisco para a venda, para oferecer aos bares, aos turistas, uma culinária normal, mas que é feita em escala não controlável. Impacto é a escassez de comida no futuro. Porque quando você pega o marisco para comer, para se alimentar, é uma coisa, quando você pega o siri ou o aratu para se alimentar, quando você voltar tem mais. Mas quando você começa a pescar em uma escala para comercializar, aí você não vê mais o que é pequeno, o que é grande, ou se amanhã vai ter novamente, como eles vão se reproduzir, pensam que a natureza é infinita. De novo, é o capitalismo: eu quero ganhar dinheiro! Então ele não pesca para alimentar a sua família, ele quer ganhar dinheiro e não pensa que no futuro pode haver escassez de alimento, e até ele pode não sobreviver mais da pesca.

Alicia F. Gonçalves: *E a qualidade da água? Dos rios?*

Nathan Galdino Potiguara: O desmatamento da cana-de-açúcar tem destruído e assoreado os rios, muitos dos rios que assorearam ou desapareceram foi devido à monocultura da cana-de-açúcar. Outra coisa que acontece hoje é a destruição dos manguezais através da carcinicultura, da produção dos viveiros de camarões, porque todo mundo que acha, que tem vontade de enriquecer rapidamente, não é que não tenha trabalho, ele pensa: fulano tirou 50 mil de camarão, então eu vou tirar cem mil, essa ideologia não muda. Lideranças indígenas não estão se atentando para isso, praticam, são coniventes, isso é um grande desafio.

Alicia F. Gonçalves: *Quais são as perspectivas em relação à nova geração potiguara?*

Nathan Galdino Potiguara: É um povo que vem ascendendo, precisam de nós, como eu, que pensamos assim, tem outros também que pensam, que podem ser multiplicadores. Acredito que assembleias, palestras, despertem a preocupação com o futuro. Consciência todos nós temos, agora sensibilizar as lideranças jovens é o nosso grande desafio. Porque não se enfrenta somente esses problemas socioambientais, você enfrenta o problema de vender o território, negociar uma casa, um terreno, em troca de dez mil, quinze mil.

Alicia F. Gonçalves: *É ilícito?*

¹² A respeito da colonização econômica do território potiguara pela cana-de-açúcar, consultar Simões (2016).

Nathan Galdino Potiguara: É ilícito, mas acontece, as terras são devolutas da União, porém os indígenas vendem o território, mesmo sem documentação, não há fiscalização pelos órgãos federais como a Funai. A Funai não tem poder de coibir essa prática. A retomada que eu fiz em Coqueirinho, sinceramente eu me arrependo, o território foi todo vendido, todo barganhado, se a senhora for lá, encontra mansões, potiguara construindo pousadas. O Cacique muitas vezes é conivente ou vende também as terras, é muito difícil coibir essas práticas.¹³

Alicia F Gonçalves: *Com relação ao PGTA o que é necessário fazer para que ele aconteça?*

Nathan Galdino Potiguara: Algumas pessoas querem proteger o território e não tem ideia de como, é onde entraria a PNGATI, que é fundamental para esclarecer isso. Porque falta de incentivo de vários órgãos como IBAMA, Funai, de uma movimentação no sentido de vocês querem um território protegido? Então nós precisamos sentar e fazer o PGTA, o que é o PGTA? E também chamar a comunidade para apoiar o PGTA, acho que é o grande desafio no momento. Muitos alunos e professores são contra a plantação da cana-de-açúcar, mas eles não sabem como encontrar os instrumentos para combater. Um grande fator que poderia mobilizar e mudar essa história seria o Ministério dos Povos Originários focar principalmente nas terras do Nordeste. Todo mundo está preocupado com a Amazônia, é importante entender que cada território indígena, cada bioma, cada lugar onde exista terra indígena precisa ser protegido, precisamos acordar para esse momento, de conservação, ou de recuperação dos territórios originários.

Alicia F. Gonçalves: *Os desafios da sustentabilidade ambiental em terras indígenas são muitos, mas me parece que as perspectivas com esse Ministério são boas. Como você observa esse contexto político?*

Nathan Galdino Potiguara: Sim, professora, vai depender das pessoas que vão compor o Ministério, eu vi Sonia Guajajara, a ministra, espero que ela tenha essa visão e utilize as pessoas que tenham essa visão e esse conhecimento e que podem promover políticas públicas, agora com o apoio totalmente do Ministério, esse leque de amplitudes. Porque não adianta colocar no Ministério pessoas que não tenham essa visão, a do “bem viver”, da preservação socioambiental, se não colocar essas pessoas não vai avançar. A gente pode demorar dez anos,

¹³ <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/32444>

mas tem que iniciar, se a gente inicia esse trabalho focado para um futuro, daqui uns dez anos, podemos atingir nosso foco com relação à sustentabilidade em TI. A PNGATI passou onze anos para sair do papel.

Alicia F Gonçalves: *Qual é a extensão da TI potiguara?*

Nathan Galdino Potiguara: Quase 35 mil hectares, 14 mil em disputa que são as terras da aldeia Itaepa

Alicia F Gonçalves: *Nathan, qual é a sua perspectiva em relação ao governo Lula recém-empossado?*

Nathan Galdino Potiguara: É positiva. Porque eu era uma das pessoas que não acreditava que Lula iria criar o Ministério dos Povos Originários. Que ele não fortaleceria a Funai, porque ele teve oito anos sob seu comando e poderia ter tido essa visão. Eu acredito que Lula veio para ele fazer tudo de melhor e acreditar no que ele poderia ter feito antes e não fez, acertar, consertar, acertar o que ele não conseguiu no início. Eu acho que ele pensa assim, eu vou fazer uma avaliação do que eu poderia ter feito e onde eu errei e como posso ser melhor. E assim: de metalúrgico a presidente, de presidente à cadeia, da cadeia à presidência, quando ninguém acreditava.

Referências

BAVARESCO, Andréia; MENEZES, Marcela. **Entendendo a PNGATI:** Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Indígena. Brasília: GIZ/Projeto: GATI/Funai, 2014.

BRASIL. **Decreto n. 7.747, de 5 de junho de 2012.** Dispõe sobre a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial Indígena (PNGATI). Brasília: Casa Civil, 2012.

BRASIL. **Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta (TAC) n. 36/2017, de 06 de dezembro de 2017.** João Pessoa: Procuradoria da República na Paraíba, dez. 2017.

CASAS de veraneio invadem área indígena. **ISA.** Terras Indígenas no Brasil. Disponível em: <<https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/32444>> Acesso em: 03 set. 2023.

COHN, Clarice. **Culturas em transformação. Os índios e a civilização.** São Paulo em Perspectiva, 15 (2) 2001. P. 36-42.

COSTA, Ivys; ANDRADE, Maristela; GONÇALVES, Alicia. Conflictos socioambientales en áreas de conservación y tierras indígenas en el Nordeste brasileño: racionalidades confrontadas. **Desacatos, Revista de Ciências Sociais**, n. 70, p. 60-75, 2022. Disponível em: <<https://desacatos.ciesas.edu.mx/index.php/Desacatos/issue/view/120>>. Acesso em: 3 set. 2023.

DANTAS [Tapuya-Tarairiú], Humberto Bismark; COSTA, Ivys; GONÇALVES, Alicia; ANDRADE, Maristela. Construindo o Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) Potiguara: visões e cosmovisões indígenas. *In:* CONGRESSO INTERNACIONAL POVOS INDÍGENAS DA AMÉRICA LATINA, 3. 2019, Brasília. **Anais do 3º Cipiál.** Brasília: UNB, 2019.

DA SILVA, José Manuel. Espaço, História e Memória: Os Potiguara na Paraíba. **Seculum – Revista de História**, João Pessoa, v. 35, p.101-120, jul./dez. 2016.

FUNAI. **Plano de Gestão Territorial e Ambiental**. Disponível em: < <http://cggamgati.funai.gov.br/index.php/pngati/implementacao/plano-de-gestao/>>. Acesso em: 04 set. 2023.

GONÇALVES, Alicia. Mapas Sociais: Subsídios para a elaboração do Plano de Gestão territorial e ambiental potiguara. **Revista Brasileira De História & Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 12, n. 23, p. 104-127, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.14295/rbhcs.v12i23.11226> Acesso em: 04 set. 2023.

HARGUINDEGUY, Laura. El Buen Vivir la emergencia de un concepto. **Gaia Scientia**, v. 10, n. 1, p. 5-11, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/gaia/article/view/29138>. Acesso em: 3 set. 2023.

MOONEN, Franz. História da conquista do território Potiguara: 1500 a 1985. **Cadernos Paraibanos de Antropologia**, João Pessoa, n. 2, p. 83-101, 1986.

MOONEN, Franz; MARIZ, Luciano Maia. **Etnohistória dos Índios Potiguara: ensaios, relatórios e documentos**. João Pessoa: PR/PB: SEC/PB, 1992.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Decreto n. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Brasília: Casa Civil, 2007. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm> . Acesso em: 04 set. 2023.

Recebida em: 23/08/2023

Aceita em: 08/09/2023

**FAZENDO ARTE, MUITA POLÍTICA, E SONHANDO COM A
REVOLUÇÃO: uma entrevista com Agamenon Travassos Sarinho,
militante do PCdoB na Paraíba**

***MAKING ART, A LOT OF POLITICS, AND DREAMING ABOUT
REVOLUTION: an interview with Agamenon Travassos Sarinho, PCdoB
activist in Paraíba***

Rodrigo Freire de Carvalho e Silva*

Gregória Benário Lins e Silva**

Apresentação

A presente entrevista– registrada em abril de 2020 por via remota, respeitadas as restrições da pandemia da covid-19, que então apenas se iniciava– trata-se de um documento sobre a história da esquerda da Paraíba entre os anos 1960 e 1980. O entrevistado, Agamenon Travassos Sarinho, foi um dos principais militantes e dirigentes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) no estado, sendo um dos responsáveis pela reorganização desse partido nos tempos duros da ditadura militar e da renovação da esperança trazida com a transição para a democracia no Brasil. Aparecem na fala de Agamenon as principais vicissitudes enfrentadas pelo PCdoB na sua luta contra a ditadura. Num primeiro momento, a tática do partido era de recusa à participação na institucionalidade **consentida** do regime autoritário – bem expressa na campanha pelo voto nulo nas eleições parlamentares de 1970, da qual Agamenon participou ativamente em João Pessoa – e de opção pela luta armada, através da “Guerrilha do Araguaia”¹. Já no final da década de 1970, após o aniquilamento das organizações da

* Professor de Ciência Política (DCS/CCHLA/UFPB). Licenciado em História (UFPB), Mestre em Ciência Política (UFPE) e Doutor em Ciências Sociais (UNB). Atualmente, é Diretor do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFPB. E-mail: rfreirecs@hotmail.com

** Advogada. Bacharel em Direito (UNIPÊ) e Mestra em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas (UFPB). gbenario@hotmail.com

¹ A “Guerrilha do Araguaia” foi um movimento armado contra a ditadura militar organizado pelo PCdoB na região conhecida como “Bico do Papagaio”, entre os estados do Pará, Maranhão e Tocantins (então Goiás), às margens do Rio Araguaia. Sua origem está na VI Conferência do PCdoB, realizada em 1966, que apontou a luta armada como caminho para a derrubada da ditadura militar e para a revolução socialista no Brasil, assumindo a tática da “guerra popular”, resultado da influência do comunismo de matiz chinesa no Partido. Em 1969, tal opção foi confirmada com o documento “Guerra popular: caminho da luta armada no Brasil”. Assim, o PCdoB marcou diferença tanto com relação ao PCB, com o qual rompeu em 1962, que optou pela resistência pacífica à

“esquerda armada” e com o início do processo de abertura política **controlada** pela ditadura, o PCdoB alterou sua tática, priorizando a luta de massas e a participação nas eleições parlamentares, através do MDB – seja apoiando candidatos que julgava confiáveis ou usando essa legenda para apresentar candidaturas comunistas, o que ocorreu na Paraíba nas eleições de 1982. Nessa segunda fase, Agamenon assumiu a tarefa de representar na Paraíba dois “jornais alternativos” que faziam oposição à ditadura: o “Movimento” e, em seguida, a “Tribuna Operária” – esse último, órgão oficial do PCdoB. Neste momento da entrevista, ficaram evidenciadas as contradições da abertura política operada pelos militares, pois, ao tempo em que se ampliavam as possibilidades de participação da oposição, persistiam a censura – mesmo que atenuada –, as apreensões de materiais “subversivos”, a prisão de militantes de esquerda e, sobretudo, a prescrição dos partidos comunistas.

Agamenon rememorou ainda como as disputas no chamado “movimento comunista mundial” influíam no cotidiano dos militantes comunistas brasileiros, pressionados que estavam pela ditadura. Destaque-se sua predileção por usar a “Rádio Tirana” como fonte de informação. Tratava-se da rádio oficial do governo da Albânia, república socialista com quem o PCdoB mantinha relações após seu rompimento com a União Soviética – ainda na década de 1960 – e, posteriormente, com o maoísmo chinês. Na segunda metade da década de 1970, a Albânia recebia militantes do PCdoB que produziam um programa noticioso transmitido para o Brasil através da Rádio Tirana, ouvida em João Pessoa pelo comunista Agamenon, praticamente sem contato regular com seus camaradas de Partido, ao menos, até 1978. Naquele ano, o PCdoB realizou na Albânia a sua 7ª Conferência Nacional, que considerou como tarefas partidárias prioritárias a luta pela anistia, pela ampliação das liberdades, pela substituição da ditadura por um governo democrático, pela convocação de uma Assembleia

ditadura através da luta de massas, como também com relação a outras organizações comunistas que romperam com o PCB nos anos que se seguiram ao golpe de 1964, como o PCB, o MR-8 e a ALN, mais inspiradas pela teoria do “foquismo” cubano-guevarista. Os primeiros integrantes do PCdoB chegaram no sul do Pará entre os anos de 1966 e 1967, buscando se integrar nas comunidades pobres da floresta, assumindo seu modo de vida. Entre os primeiros comunistas a chegar à região estava Oswaldo Orlando da Costa, o “Oswaldão”, que havia feito treinamento militar e político na China, e hoje consta da lista dos desaparecidos da ditadura militar. A presença dos guerrilheiros na região do Araguaia foi descoberta pelo Exército em 1972. Em abril do mesmo ano, houve os primeiros combates armados entre militares e guerrilheiros. Inseridos nas comunidades e profundos conhecedores da região, os guerrilheiros resistiram a três campanhas militares entre 1972 e 1973, apesar da inferioridade numérica e de armamentos. Finalmente, com a chamada “Operação Marajoara” (outubro de 1973 a 1974), os militares findaram por dizimar a Guerrilha do Araguaia. A ação do Exército resultou num total de 68 militantes do PCdoB assassinados e desaparecidos. Em 2010, o Brasil foi condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos pelas graves violações de direitos humanos cometidas pelo Exército no combate à Guerrilha do Araguaia.

Constituinte, além do engajamento nas lutas de massas. Foi esse o rumo que Agamenon assumiu a partir de então.

A entrevista de Agamenon também apresenta sua memória de atuação nos movimentos sociais, primeiro no enfrentamento à ditadura e, posteriormente, na construção da democracia e da cidadania democrática no Brasil. No início do seu depoimento, Agamenon tratou do movimento estudantil de João Pessoa em 1968 sob a ótica do lugar que ocupou nesse movimento, a de estudante secundarista politicamente engajado e intelectualizado, sintonizado com as principais leituras de esquerda e suas bandeiras do momento, como a defesa da paz, contra a Guerra do Vietnã. Bloqueada uma atuação mais aberta no movimento estudantil com o endurecimento da ditadura –após a edição do AI-5, em dezembro de 1968, e do Decreto 477, em 1969–, Agamenon narrou como ele e outros jovens seguiram empunhando a bandeira das liberdades em outro campo – o campo da arte. Assim, surgiu o “GETEX”, Grupo de Teatro Experimental, fundado por Agamenon e outros rapazes e moças que, nas décadas que se seguiram, assumiram posições de destaque em João Pessoa nas suas respectivas áreas de atuação profissional e de militância social e política. Mais adiante, já como estudante da UFPB, Agamenon participou da reorganização do Diretório Central dos Estudantes (DCE), entre a segunda metade da década de 1970 e o início dos anos 1980. Por fim, Agamenon rememorou sua militância junto ao movimento sindical dos servidores técnico-administrativos da UFPB, sindicato, aliás, criado por ele, na primeira metade dos anos 1980. Daquele período, aparecem na narrativa de Agamenon as limitações da democracia que então se construía, com destaque para a violência policial na repressão aos movimentos sociais, testemunhada de perto por ele, herança da ditadura que contemporaneamente ainda não foi superada.

A cidade de João Pessoa aparece viva nas reminiscências de Agamenon, e muitos dos espaços urbanos são como atores ativos da narrativa que ele construiu sobre a resistência à ditadura protagonizada pela juventude pessoense dos anos 1960 e 1970. Nas palavras de Agamenon, o Colégio Estadual do Roger, o Lyceu Paraibano e o “Cine Clube Linduarte Noronha” – que reunia a juventude cinéfila e politizada na Rua das Trincheiras –, dentre outros espaços, se transformam em **lugares de memória** ou **territórios de resistência**, símbolos da memória coletiva da luta contra a ditadura e pela liberdade na João Pessoa dos anos 1960 e 1970. Assim, a entrevista de Agamenon bem evidencia como uma experiência individual de vida pode se constituir numa vigorosa matéria-prima para a análise social e histórica, como argumenta Paul Thompson.

No término da entrevista, Agamenon transmitiu uma mensagem de esperança, fundada na convicção, muito própria dos comunistas, de que o futuro reserva à humanidade a realização do socialismo – e da poesia, uma particularidade da sua personalidade. Sua história nunca lhe deu motivos para arrependimentos: “dediquei minha vida a isso, faria tudo de novo!”. Agamenon faleceu em 03 de dezembro de 2022, vitimado por um câncer. Seguiu firme na luta política e no partido ao qual dedicou sua vida, ocupando, na ocasião, a Secretaria de Organização do PCdoB da Paraíba.

Para começar, gostaríamos que você falasse da sua origem pessoal, familiar, e sobre sua inserção na militância política.

Agamenon: Eu nasci no município de Orobó, Pernambuco, em 11 de fevereiro de 1953. Em 1960, minha família mudou para João Pessoa. Vim morar no bairro de Mandacaru. Não era nessa casa aqui, mas na mesma rua. E aqui comecei meus estudos no Grupo Escolar Monsenhor Odilon Coutinho, na Rua Celina Paiva, aqui em Mandacaru, ao lado da Igreja Coração de Jesus, que alguns anos depois serviu como espaço para nossas reuniões. Minha inserção na atividade política propriamente dita se dá a partir de 1968, quando eu estudava no Colégio Estadual do Roger que, ao lado do Lyceu Paraibano, foram os principais protagonistas das jornadas estudantis de 1968 [em João Pessoa]. Claro que o movimento universitário tinha importância, mas a massa que ia para a rua era desses dois colégios. E depois passava arrastando outros. Eu lembro a gente saía em passeata do Estadual do Roger e vinha pelo Roger, saindo naquela rua lateral da padaria “Flor das Neves”, que dá na [Avenida Dom] Pedro I, onde a gente dobrava e parava no Colégio Pio XII, que funcionava na esquina da Igreja São Francisco. Pouco à frente [estava] o Colégio Lins de Vasconcelos, onde estudei do terceiro ano primário até o primeiro ano ginásial. Minha participação teve início em 1968 de forma até pitoresca. Era início do ano, eu estava numa turma nova. No horário do recreio, eu estava conversando com um colega relatando que tinha acabado de ler um livro. Essa era outra característica daquela época, a gente lia muito, tinha o hábito da leitura. Era o livro **Crimes de Guerra no Vietnã**, resultado do Tribunal Internacional contra os crimes de guerra dos Estados Unidos no Vietnã, escrito por Bertrand Russell. E na hora ia passando e de repente parou bruscamente e repetiu “Russell, Bertrand Russell”. Eu tomei aquele susto e quando me virei, tive contato pela primeira vez com Antônio Soares, que era a liderança mais importante do Colégio Estadual do Roger. Claro que tinha lá o Severino Gomes, o Bui

Gomes, presidente do Grêmio, mas a liderança mais carismática – talvez seja esse o termo – era o “Help”². A partir daí a gente já começou uma conversa, [e] já saí de lá com outros livros que ele me emprestou. Nessa época, eu não tinha contato com nenhuma organização. Foi uma coisa mais crua mesmo, foi direto. A partir desse momento, eu começo a participar das atividades do Grêmio Estudantil Castro Alves, o GRECA, convidado por Help, comecei a conhecer o pessoal, e já integrado nas reuniões, nas atividades de rua. Logo depois acontece o assassinato de Edson Luis³, e aí o movimento toma aquele rumo... Então mais para frente nós participamos de uma reunião já semiclandestina, para a construção do congresso da União Pessoaense dos Estudantes Secundaristas, a UPES, que aconteceu clandestinamente porque a entidade estava proscrita, assim como a UNE e a UBES. Aconteceu no bairro do Castelo Branco, no CENTREMAR⁴, e elegeu Emilson Ribeiro⁵ como presidente.

Então a Igreja Católica já apoiava, de alguma maneira, o movimento estudantil aqui em João Pessoa? Naquela época o Arcebispo já era Dom José Maria Pires.

Agamenon: Isso fica também evidente depois, porque nós tínhamos lá aqueles padres mais engajados, não é? Padre Everaldo que foi, se não me engano, quem rezou a missa de sétimo dia de Edson Luis. Padre Juarez era mais medroso, mas era outro que ajudava⁶. E nós passamos a fazer parte das atividades do “Cine Clube Linduarte Noronha”, que existia nas dependências da antiga sede da Secretaria de Educação, numa casa de esquina nas Trincheiras. As figuras que organizavam essas reuniões eram militantes principalmente do

² Refere-se a Antonio Soares de Lima Filho, líder estudantil secundarista no final da década de 1960, na cidade de João Pessoa. Integrou o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), tendo por isso sido processado e condenado pela Justiça Militar. O apelido “Help” estava relacionado à sua admiração pelos Beatles.

³ Refere-se ao assassinato do estudante Edson Luís de Lima Souto, no Rio de Janeiro, em 28 de março de 1968, durante uma passeata.

⁴ Refere-se ao “Centro de Treinamento Miramar” (CENTREMAR), mantido pela Arquidiocese da Paraíba no bairro de Castelo Branco, em João Pessoa, próximo ao bairro do Miramar. No local, também funciona o Seminário Arquidiocesano da Paraíba.

⁵ Refere-se a José Emilson Ribeiro que, nos anos 1970, foi preso político na penitenciária de Itamaracá, Pernambuco, após ter sido condenado pela sua atuação em organizações de resistência à ditadura.

⁶ Refere-se aos padres Everaldo Peixoto de Vasconcelos e Juarez Benício Xavier, que atuavam junto à Juventude Católica em João Pessoa desde o período anterior ao Golpe Civil-Militar de 1964 e que, durante a década de 1970, seguiram a linha que o arcebispo Dom José Maria Pires imprimiu à Arquidiocese da Paraíba, de defesa dos direitos humanos, de aproximação com as comunidades populares e de denúncia dos arbítrios da ditadura militar.

PCBR⁷, então eu acredito que o Cine Clube funcionava como uma forma de cooptação de militantes para as organizações, assim como também a UPES. Ali no Cine Clube eu tive contato com Manfredo Caldas, com José Altino, Carlos Aranha, que eram as pessoas que, eu acredito, atuavam na organização nessa área de cultura. Então 1968 foi isso: a luta de massa, a luta estudantil. O declínio do movimento, apesar de ter havido uma radicalização no segundo semestre [de 1968], já inicia a partir do 07 de setembro, porque nós fizemos a campanha pelo boicote ao 07 de setembro, então a partir daí começou a repressão. Lá no Estadual do Roger, Help e Biu tiveram suas transferências entregues e foram excluídos do colégio. E aí começa uma fase de encolhimento, né? A gente mantém o grêmio funcionando, construímos uma chapa que tinha como candidata a presidente a Antônia Trigueiro, conhecida como Vanda, irmã de Annelsina Trigueiro, colega e professora aposentada do CCTA da UFPB. Mas o grêmio foi suspenso. Aí vem o AI-5 e o [Decreto] 477, e estudantes tiveram suas matrículas canceladas definitivamente ou por tempo determinado. Então praticamente toda a liderança do movimento estudantil sai do estado, alguns caem na clandestinidade. A gente fica num grupo remanescente das chamadas “lideranças intermediárias”, mas estava num quadro de repressão, então não tinha mais atividades de massa. O que se fazia eram reuniões, debates de textos... O ano de 69 foi um pouco isso. Em 68/69, eu não fui consultado ou chamado por nenhuma organização. A gente sabia que existia o PCBR, que atuava mais no movimento secundarista, e Ação Popular e PCB no movimento universitário. PCdoB raramente a gente ouvia falar em 68. Existiam alguns militantes no movimento universitário, mas não no movimento secundarista. O meu contato com o PCdoB se deu em 1970, quando eu ainda era secundarista. Terminei em 69 o ginásio, em 70 fui fazer o científico no Lyceu. A gente teve azar pois, quando entramos no Lyceu, mudou a direção, saiu a professora Daura⁸. Mas ainda existia o grêmio funcionando, então, a gente organiza uma chapa, eu fico como candidato a presidente, a chapa é proibida e eles fecham o grêmio. Então, a gente cria o GETEX (Grupo Estudantil de Teatro Experimental) que atuou entre 70 e 72, com certo destaque na cena cultural de João

⁷ Refere-se ao Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), dissidência do Partido Comunista Brasileiro (PCB). O PCBR foi fundado em 1968, defendendo a luta armada contra a ditadura militar e o caráter socialista da revolução brasileira, rompendo com o chamado “etapismo pacifista” do PCB.

⁸ Refere-se à professora Daura Santiago Rangel. Nascida em Monteiro (PB) em 1908, foi professora de matemática e português e diretora do Instituto de Educação da Paraíba (IEP) e do Lyceu Paraibano, entre o final da década de 1950 e meados da década seguinte. Foi demitida da direção do Lyceu Paraibano em 1966, pelo então governador João Agripino. Foi considerada uma gestora moderna e dedicada a promover assistência aos alunos carentes.

Pessoa. No GETEX, estavam Carmélio Reinaldo, Hilton Lima, que é professor de história hoje e era lá do Roger... Altamir Garcia, Marconi Bráz, que foi inclusive o ator principal da principal peça nossa, “Os doentes”, um texto de Hilton Lima, onde contracenava com Francis Zenaide, que não era do Lyceu. Para mim, fazer teatro era uma forma de fazer política, inclusive não entendia nada de teatro, fui obrigado a ler Stanislavski, “A formação do ator”⁹, a ler textos e peças para entender como funcionava roteirizar e dirigir peças. Eu não era ator, eu escrevia e participava da direção com Carmélio Reinaldo e Hilton Lima. Nós ficávamos mais por trás, na organização do grupo. O GETEX fazia um teatro experimental. Nós tomamos conta daquele auditório do Lyceu, nossos textos faziam questionamentos sobre a questão da liberdade, e também organizamos debates sobre cinema, artes plásticas, teatro... Uma coisa destacada foi a semana de artes que a gente organizou no Lyceu. Hilton Lima escreveu um texto sobre os bairros, Carmélio Reinaldo fez uma adaptação de Dostoievski e de “O corvo”, de Edgar Allan Poe, transformado num monólogo tendo Altamir Garcia como ator. Nossa preocupação era usar o teatro para se comunicar e manter a movimentação viva dentro e às vezes fora do colégio. Nós só montamos um espetáculo com três peças, trabalhamos em 71 e fizemos apresentação em 72. Começamos outros textos, mas não deu tempo para a gente concluir, porque tinha vestibular e o grupo dispersou. Hilton Lima continuou, mudou o nome para “Grupo Feto” e fez ainda algumas peças, mas o GETEX encerrou em 72. [O GETEX se] reunia em Mandacaru, nos fundos da Igreja Coração de Jesus, em dia de sábado. Em 70, acredito que no mês de agosto, Hilton Lima me convida para uma conversa na casa dele, no Roger, com um militante que queria me conhecer. Eu vou, a gente se encontra no terraço da casa e ele me apresenta um companheiro que queria que lhe chamassem de “Ribeiro”, membro do PCdoB que estava aqui em João Pessoa. Foi dessa forma o meu primeiro contato. Eles eram um casal com mais outro companheiro que vieram para cá [organizar] o que chamavam de “célula de instalação” do partido para reorganizá-lo no estado. A partir daí eu já entrei de cara! Esses três depois soube que vieram do Ceará. Depois eu digo o nome verdadeiro do “Ribeiro”. E a gente fica com a missão de organizar a célula, [de] onde vão sair os primeiros membros do PCdoB que eu recrutei. O Hilton Lima fazia parte, mas não se encaixava. Ele ajudou, fez a ponte, mas não chegou a ser recrutado para o partido. Participava das ações, porque ele tinha tendência trotskista forte, anárquico, e conscientemente, ele não

⁹ Refere-se ao livro “A preparação do ator”, do russo Constantin Stanislavski.

optava pela disciplina partidária. Então eu constituo o grupo, do qual faz parte Marconi Braz. Veja bem, esse primeiro contato foi muito ainda na conversa. Em seguida, na próxima reunião, eu recebo o estatuto e o Manifesto-Programa vigente à época. Então a nossa discussão seguinte já foi um pouco em cima daqueles princípios do estatuto, o que representa as instâncias, como funciona o partido, o que é “organização de base”, como é a estrutura organizativa... Então era o estatuto e raramente o jornal “A Classe Operária”, que circulava impresso em mimeógrafo. “A Classe...”, aliás, tinha o luxo que eles conseguiram fazer o cabeçalho, “A Classe Operária”, em serigrafia vermelha em alto relevo. Ficava bonito, imprimia a primeira parte no mimeógrafo e depois imprimia em cima o cabeçalho. Eu entrei e recebemos uma tarefa de participar da organização da campanha do voto nulo nas eleições de 1970. Esse primeiro núcleo era eu, Marconi Braz e Fernando Farias, o “Fernandinho da Clau”. E ainda chegou a participar de atividades Hilton Lima. Eu consegui chamar um menino que foi do meu tempo do Roger, o Alcides, que era irmão de uma companheira que era de Ação Popular, que foi esposa de José Rodrigues depois, Aline. Eu consegui contato com um morador aqui do bairro que era universitário e através dele se organizou um núcleo de universitários, acho que mais dois universitários. E fizemos as ações. A primeira foi a “campanha do X”, que era sair de noite com tinta vermelha fazendo X nos muros, para chamar a atenção. Uma semana ou quinze dias depois, a gente voltava e ao lado do X escrevia em preto: “vote nulo”. E a terceira fase, já próximo da eleição, foi a panfletagem: “Fora ditadura! Vote nulo!” E essa panfletagem foi feita por grupos: o que eu participava junto com um colega que depois foi professor de matemática na UFPB, Rômulo, e o outro grupo, em que estava um desses do Ceará, e que, por azar, foi pego pela repressão fazendo panfletagem. Aí os outros dois foram embora, e a gente fica solto. Como tinha muita discussão sobre as normas de segurança, então rapidamente trata de isolar as pessoas e também contar um pouco com a sorte, porque o cara que caiu tinha me conhecido, mas tudo indica que não falou, não tive mais notícia dele depois disso. Então eu fico solto, sozinho...

Em 1970 o PCdoB estava no Araguaia, inclusive parte da sua direção nacional. E o movimento estudantil era uma forma de recrutamento de guerrilheiros. Essa discussão sobre o Araguaia chegou para você? Vocês tinham ciência de que o partido estava lá no Araguaia?

Agamenon: Não, aí era segredo. O que a gente sabia era que diante da repressão e da possibilidade de perseguição, que se mantenha a mochila pronta, porque pode precisar sair a

qualquer momento. Então eu me preparei em casa, inclusive todo o processo psicológico que a gente passa, para tentar preservar a família, não dar nenhuma informação. Então eu tinha a mochila pronta, eu sabia que a qualquer momento eu poderia ser mandado para qualquer lugar. E não fui [para o Araguaia], senão hoje seria uma estatística, talvez não estaria contando essa história. Nesse período, teve umas duas tentativas de rearticulação. Eu lembro que uma vez chegou um cidadão me procurando no meu trabalho em uma gráfica na [Avenida] Duque de Caxias, deixou algumas “Classes Operárias”, isso em 71, e depois não tive mais contato. Nesse meio tempo, eu tinha tentado reaver uma mala de documentos do partido que eu acredito que o Ribeiro deixou com Seu Dantas¹⁰, que não era militante, mas ajudava o partido... E também Seu Raimundo Fontes, pai de Ednaldo e de Edmundo Fontes¹¹. Eu fiquei sabendo que tinha, não sei se membro ou simpatizante, que era pai do [jornalista] Silvio Ozias, o velho Ozias, que eu tive na casa dele para conversar sobre os programas da Rádio Tirana. Eu me mantinha informado pela Rádio Tirana. Na ausência de contato, o canal que a gente se orientava era a rádio Tirana, que lá estava Bernardo Joffily e sua esposa [Olívia Rangel], que eram radialistas que comunicavam para o Brasil¹². Nós ouvíamos a Rádio Tirana via ondas curtas, e tinha informações sobre a resistência no Brasil, a guerrilha urbana e a luta do campo. Mas só tivemos a informação sobre a Guerrilha do Araguaia quando ela foi deflagrada. Soubemos via Rádio Tirana e documentos. Nesse meio tempo havia algum canal de comunicação. Por exemplo, o José Rodrigues desde 71 já estava aqui em João Pessoa e ele era de AP¹³ e se não me engano já tinha aceitado entrar no PCdoB. Mas o contato dele não era comigo, era com um dirigente, não sei se de Pernambuco ou de outro lugar. Ele era goiano. Aí nesse meio tempo a gente já recebe material. Eu não terminei de contar a história da mala, não foi? Teria uma mala com diversos documentos importantes do partido que estava com o Seu Dantas, que era preso por qualquer motivo... Tinha que tirar esses documentos, mas também

¹⁰ Refere-se a Antônio Dantas, fundador da Liga Camponesa de Santa Rita, em 1963, quando havia rompido com o PCB e se aproximado do grupo do deputado estadual de Pernambuco, Francisco Julião.

¹¹ Refere-se aos irmãos que iniciaram a militância no PCdoB no final dos anos 1980.

¹² Na década de 1970, o PCdoB, com apoio do governo da Albânia, país socialista com quem mantinha relação política, enviou militantes para trabalharem na Rádio Tirana, onde produziam programas falados em português, que eram uma importante forma de comunicação do PCdoB com seus filiados e simpatizantes no Brasil.

¹³ Refere-se à Ação Popular (AP). Organização da esquerda católica formada em 1962 por militantes oriundos da Juventude Universitária Católica (JUC), influenciada pelo socialismo cristão. Após o golpe de 1964, a AP progressivamente assumiu uma postura favorável à luta armada, aproximando-se de Cuba e, principalmente, da China. Em 1971, a AP sofreu um racha e, enquanto um grupo minoritário criou a Ação Popular Marxista Leninista (APML), a maioria dos seus militantes decidiu pela incorporação no PCdoB. A partir da década de 1980, importantes dirigentes do PCdoB eram antigos militantes da AP, como Renato Rebelo, Aldo Arantes e o paraibano Simão Almeida Neto, deputado estadual da Paraíba eleito pelo PCdoB em 1990, falecido em 2021.

ficava preocupado porque não podia ficar comigo. Então tive que arranjar pessoas para guardar esse material. A tentativa que eu fiz e não deu certo foi com nosso senador, Idalmo¹⁴. Fui apresentado a ele através de Seu Dantas. Eu marquei uma reunião com Idalmo, ele me chamou para uma conversa dentro de uma capoeira por trás do tabernáculo de Jaguaribe. Quando eu disse o que queria, ele deu uma “batida de pino”¹⁵ e olhou para cima: “rapaz, nessa hora pode estar passando um satélite de CIA lá em cima e pode estar filmando”... Aí, resultado, não deu certo (risos). Mas a partir de 72 é que a gente começa a ter uma relação mais permanente [com o Partido]. Aí como eu havia conhecido, que fizemos vestibular juntos, Alberto Magno¹⁶, que tinha cumprido pena, e aprendeu a fazer chinelo na cadeia, quando saiu botou uma oficinazinha de chinela ali na Praça da Pedra, funcionava no sótão daquele prédio de esquina, uma escadaria que a gente subia se equilibrando para não cair. Aí eu estabeleço contato com Alanir Cardoso¹⁷ e a gente discutia, “vamos tentar fazer uma coisa pra ajudar os camaradas que estão lá”... Aí não sei se foi Alberto que deu a ideia de fazer chinelo, tipo chinelo dos cangaceiros que tinha o salto na frente, o salto invertido, o cara andava tinha a impressão que estava voltando... (risos) Mas esse projeto não foi para frente porque acontece o extermínio da Guerrilha e Alanir é preso em Pernambuco, junto com aquele pastor americano em Recife¹⁸, e nós cortamos os contatos. Então minha relação com o partido entre 70 a 75, foi sempre assim, contato com dirigentes, uma rápida conversa, orientação e às vezes se perdia, mas já tinha contato com outro. Ou seja, não conseguimos ter um funcionamento orgânico permanente. A orientação inclusive era fingir-se de morto, não fazer atividade de massa, para evitar a repressão. E eu tive contatos com essas pessoas sempre com muita sorte, como com “Ribeiro”, que era o Pedro Albuquerque¹⁹, que saiu daqui e foi direto para a

¹⁴ Refere-se a Idalmo da Silva, que foi candidato a senador, em 1982, pelo PT da Paraíba.

¹⁵ Gíria paraibana usada para dizer que a pessoa se acovardou.

¹⁶ Refere-se a Alberto Magno Gondim, militante do PCBR, que foi preso e condenado, sob acusação de “subversão”, e cumpriu pena no Presídio do Roger.

¹⁷ Refere-se a Alanir Cardoso, goiano e militante do PCdoB em Pernambuco, preso pela ditadura militar em Recife, em 1974, sendo submetido a diversas torturas.

¹⁸ Refere-se a Frederick Birten Morris, pastor da Igreja Metodista, preso em 1974 no Recife junto com Alanir Cardoso, sendo submetido a várias torturas. O Pastor Morris foi posteriormente expulso do Brasil, só tendo restituído seu direito de entrar no país em 1988. Vide <https://www.metodista.org.br/fred-morris>

¹⁹ Refere-se a Pedro Albuquerque Neto, o primeiro guerrilheiro do Araguaia preso pela repressão, em fevereiro de 1972, no Ceará. Pedro, junto com sua esposa, Tereza Cristina, militante também presa, teriam delatado a existência da guerrilha, sob tortura. Informações mais recentes dão conta de que, quando da prisão de Pedro e de Tereza, o Exército já sabia da existência da Guerrilha do Araguaia. Sobre o assunto, vide o Relatório da Comissão Nacional da Verdade.

guerrilha, com a esposa. E durante um tempo até se imaginou que eles tinham entregado [a guerrilha], mas depois se confirmou que não aconteceu isso. Eles foram, ela engravidou e era proibido, né? Ela engravidou [no Araguaia], eles fugiram e terminaram presos.

A incorporação da AP pelo PCdoB foi vivida aqui na Paraíba ou foi só mais adiante, depois da abertura?

Agamenon: A gente toma conhecimento, mas não vivenciamos, eu só vou ter contato com as pessoas de AP, primeiro, com Zé Rodrigues, que é como eu tomo conhecimento que aconteceu [a incorporação da AP]. Ele estava aqui [em João Pessoa] trabalhando na Toalia, na fábrica²⁰, mas estava em quarentena porque tinha tido uma prisão. Então passamos uns dois anos sem ter contato nenhum, só depois fomos apresentados. Gerson Carlos, que depois virou fotógrafo, também estava conosco, desde os tempos do Roger. Acredito que foi em 72, os primeiros documentos sobre a guerrilha do Araguaia que chegaram aqui. Entre esses tinha uma carta a um deputado federal, que foi um documento elaborado pela União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo, ULDP, que era uma organização de massas que eles tentavam criar lá na região, e chegou aqui e a gente circulou esse material. E aconteceu de Gerson pegar essa carta e repassar para Rosa, a companheira dele, que não era do partido, era uma pessoa que vinha desses movimentos culturais, fazia parte de um grupo chamado “Aquários”, meio *hippies, underground*, o que era muito visado pela repressão também, pelo combate às drogas. Era como uma comunidade que eles tinham, e pegaram com Rosa a carta ao deputado, documento quentíssimo da Guerrilha do Araguaia. Então ela foi presa, e a gente ficou muito preocupado e imediatamente conversamos com Zé Rodrigues e articula de tirar Gerson daqui. Nós o levamos para o Ceará, e em seguida Zé Rodrigues também foi para o Ceará, e eu fico sozinho aqui torcendo para Rosa não falar meu nome. Mas ela fica um tempo presa e depois ela é liberada. Eu acredito que ela tenha sido liberada para eles tentarem rastrear, ver se alguém fazia contato com ela. Então, eu acho, eu contei muito com a sorte também... Em 74 para 75, o que era possível fazer eu fazia, atuando principalmente para retomar o movimento estudantil. É quando acontece a implantação do sistema do “*ticket* estudantil”²¹, que nós recebemos como uma ameaça ao direito do abatimento dos 50% nas passagens nos transportes

²⁰ Refere-se à antiga fábrica de produtos têxteis Toalia, sediada no Distrito Industrial de João Pessoa.

²¹ O “*ticket* estudantil” era um vale-transporte, impresso em papel, vendido para estudantes pela metade do preço de uma passagem nos transportes públicos de João Pessoa, durando, aproximadamente, até o início dos anos 2000.

coletivos. Então em 74 fui estruturando um grupo, sem me identificar como partido, para fazer a resistência contra o *ticket*, que fez abaixo-assinados, reuniões e envolveu meio mundo de gente da universidade e da Escola Técnica. Nesse período, o pessoal da Escola Técnica inclusive era organizado: Sônia Germano, Vanderli Farias, Lúcio, Luciano que foi do MEL²²... Acho, nessa época, eles eram ligados ao PCR. Como eu era proibido de fazer qualquer atividade, eu passei no vestibular, mas só podia entrar na universidade mediante uma sessão lá na ASI²³ e assinar um protocolo, uma pilha de documentos, me responsabilizando. Isso foi em janeiro de 73. Eu fiz o vestibular em 72 e para poder matricular fui chamado pela ASI, que funcionava na sobreloja do prédio da Reitoria na Lagoa. Esse momento foi engraçado porque eles davam uma ideia de organização, de disciplina, então você tinha que estar na hora, meu horário era 13h25, e os que estavam na sequência para serem também ouvidos foram dois que fizeram prova comigo na minha sala no vestibular, Abraham Lincoln e Alberto Magno. Abraham Lincoln, que depois foi juiz, inclusive presidente do TRE, coitado, nunca teve nada com o movimento estudantil, com esquerda, e foi chamado porque na época era muito comum os estudantes terem correspondentes estrangeiros. Minha irmã aqui tinha trocava selo com estudantes da Europa, e o Abraham Lincoln se correspondia com um cara da Tchecoslováquia, na “Cortina de Ferro”, então... “esse cara é perigoso!”...

Esse é um período crítico para as esquerdas em geral e para o PCdoB em particular. Tem o genocídio do Araguaia. Em 1975, o partido começa a tentar se reorganizar, mas em 1976 vem a “Chacina da Lapa”²⁴.

Agamenon: Isso, era muito difícil. Com a prisão de Alanir Cardoso eu passo um período, acho que mais de um ano, sem contato. Mas nesse meio tempo a gente começa a se organizar, cria o movimento da luta contra os *tickets* e já monta em 76 o processo de tomada do DCE da UFPB, que foi o movimento “Refazendo”, que conseguiu eleger os Diretórios Acadêmicos de

²² MEL, Movimento do Espírito Lilás. Fundado em 1992, foi um dos primeiros movimentos sociais vinculados à causa LGBT em João Pessoa.

²³ Assessoria de Segurança e Informação (ASI) da UFPB. Parte do “Sistema Nacional de Informações” (SISNI), responsável pela vigilância da ditadura nas repartições e órgãos públicos em todo o país.

²⁴ A “Chacina da Lapa” foi uma operação do DOI-Codi do II Exército, realizada em dezembro de 1976 no bairro da Lapa, em São Paulo, que atingiu uma casa onde se realizava clandestinamente uma reunião do Comitê Central do PCdoB. Como resultado, foram assassinados os comunistas Pedro Pomar, Ângelo Arroio e João Batista Drummond, e presos outros dirigentes. Posteriormente, descobriu-se que a reunião foi delatada por Jover Telles, membro do Comitê Central do PCdoB e veterano militante comunista, que havia se convertido em um “cachorro”, denominação que o Exército dava para militantes de esquerda que mudavam de lado e se tornavam agentes infiltrados da repressão nas suas organizações.

28 cursos. Aliás, não era DA, eram representantes de cursos, que eram eleitos por voto direto e elegiam o DA do seu centro. Então foi dessa forma, já em 76, a gente elegeu o DCE de forma indireta. Severino Dutra foi o presidente. Eu não podia participar da chapa, tinha outro colega, Erivaldo²⁵, foi até presidente do Sindicato dos Médicos de São Paulo depois, Erivaldo foi do [Colégio Estadual do] Roger com a gente, que era também fichado e não pôde integrar a chapa, Hilton Lima não pôde, vários que éramos fichados como estudantes secundaristas não pudemos fazer parte da chapa. Mas eu fui nomeado secretário, participei da gestão do DCE até 82/83. Em 77, tenho um contato com um companheiro do Partido na Bahia, através do movimento estudantil, do “Caminhando”, que era a tendência do PCdoB no movimento estudantil em São Paulo. O partido era mais [expressivo] no movimento estudantil na Bahia, dirigindo o DCE e também o DCE em Alagoas; e a gente começa a flertar pela identificação do discurso. Aí, eu acho que em 77/78, vinha aqui Olival Freire²⁶, o nosso homem da física quântica, para organizar o partido, através de Vladimir, e Walter [Dantas, irmão de Vladimir] me chama para uma reunião na casa dele. Aí Olival se apresenta como PCdoB, e eu disse que não precisava porque nessa época eu já tinha estabelecido um canal com a direção. Aí ele disse: “muito bem, tá legal, tá tudo certo”, e voltou (risos). Outro elemento muito importante nesse processo de reorganizar o partido foram os jornais. Primeiro o jornal “Movimento”, que eu fui o responsável aqui na Paraíba. O Movimento lá em São Paulo tinha uma direção política basicamente do PCdoB, além de Ozeas, que foi da AP e não entrou no PCdoB²⁷, mas que tinha a mesma linha, e quando acontece o racha lá em São Paulo, o grupo que saiu do partido tomou o “Movimento”. Então sai a “Tribuna Operária”²⁸, cujo representante aqui sou eu. A Tribuna foi um fator de emulação dentro do partido, o cara tinha orgulho de ser “tribuneiro”... E era interessante porque era um momento onde havia avidez de informação, de denúncias, o regime [militar] já se encontrava enfraquecido e havia aquela força contida de reação do povo, que explodiu depois nas grandes manifestações das Diretas Já. As lições do

²⁵ Refere-se a José Erivaldo Guimarães Oliveira.

²⁶ Refere-se ao físico baiano Olival Freire Júnior, professor da UFBA e filiado ao PCdoB desde a década de 1970.

²⁷ Provavelmente, refere-se a Ozeas Duarte que foi militante do PCdoB, mas se desligou no final dos anos 1970, no racha impulsionado pela chamada “Dissidência” ou “Esquerda do PCdoB”.

²⁸ “Tribuna Operária” ou “Tribuna da Luta Operária”, jornal criado pelo Comitê Central do PCdoB em 1979, após a crise política com o grupo que passou a controlar o jornal “Movimento”.

velho Lênin, no *Iskra*²⁹, eram do jornal como fator de organização do partido, você ia formando [politicamente a militância] a partir do jornal, adquirindo novos membros e organizando núcleos. Cada grupo tinha sua quota de jornal para vender, a gente fazia muita venda nas feiras, na Lagoa, no Ponto de Cem Réis... Foi uma experiência muito interessante. E a partir daí a gente passou a se estruturar. [A Tribuna] era uma espécie de funcionamento camuflado do partido. A sede do jornal em João Pessoa era numa casinha na Av. Dom Pedro I, ao lado do colégio Pio X, onde funcionava uma construtora de um colega nosso do movimento estudantil da universidade, Raimundo Nunes, que cedeu uma sala pra gente. E ali a gente fazia as reuniões. E foi nesse local que eu conheci, participando com a gente, Cida [Ramos] e a irmã. Aí a gente foi estendendo “A Tribuna” com uma sucursal em Campina Grande, em Patos, e com ela se ajudou a irradiar o partido pelo estado. Teve episódios de repressão, de a Polícia Federal prender jornal, por conta de algumas edições que foram proibidas, tomadas nas gráficas, por contas das manchetes, né? Eu lembro uma que tinha Figueiredo com a cara esquisita, como se tivesse chupando limão, e a manchete era: “Figueiredo engoliu a bomba”. Eu acho que era alguma coisa referente à bomba do Riocentro³⁰. Houve algumas tentativas de tomar jornal aqui. A Tribuna chegava na Paraíba pela VASP³¹, vindo de São Paulo. Era quase o mesmo esquema dos tempos do “Movimento”. Quem pegava era geralmente eu, que era o chefe da sucursal e já tinha carro na época, às vezes Anchieta. Eles às vezes iam prender o jornal lá no aeroporto, só que a gente tinha feito amizade com o funcionário da VASP... Teve época de a gente receber quatro mil jornais aqui, mas geralmente eram dois fardos de quinhentos. Aí esse funcionário da VASP escondia um fardo e deixava o outro lá, e quando a Polícia Federal chegava, só levava aquele que estava lá, porque ele dizia: “é só esse!” E depois entregava para nós o fardo que sobrava.

Após sua 7ª Conferência, realizada na Albânia em 1978/1979, o PCdoB se aproximou do MDB, e participou da eleição de 1982 lançando candidatos pelo PMDB³². Nesse período,

²⁹ Refere-se ao jornal “Iskra”, órgão do Partido Operário Social-Democrata Russo (POSDR), publicado entre 1901 e 1905, contando com a colaboração de Lênin.

³⁰ Refere-se ao atentado terrorista praticado por militares de extrema-direita no show comemorativo ao Dia do Trabalho, promovido pelo “Centro Brasil Democrático” (CEBRADE) no Riocentro, no Rio de Janeiro, em 30 de abril de 1981. Sobre o assunto, vide o Relatório da Comissão Nacional da Verdade.

³¹ VASP, Viação Aérea São Paulo, tradicional empresa aérea brasileira, extinta em 2005.

³² Após a reforma partidária de 1979, que permitiu o fim do bipartidarismo, o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) passou a se chamar PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro).

também tinha se organizado o chamado “MDB Jovem”, não sei se você chegou a participar. Queria que você falasse um pouco desse momento.

Agamenon: A nossa experiência de voto nulo foi só em 70. Em 74 já passamos... aliás, [1974 foi] a primeira campanha pela televisão, o nosso senador aqui em Pernambuco – “sem ódio e sem medo”³³–, Marcos Freire... E de fato a gente já participa de forma organizada, dentro do MDB, nas eleições de 82. Eu já estava no “MDB Jovem”, com Anísio Maia, João Fernandes, de Campina Grande... Logo depois, com a participação de Zé Rodrigues, a gente estrutura o “Movimento Trabalhista do MDB”, que tinha o slogan – “terra, trabalho e liberdade” – e marca própria, que era a do MDB e uns caboclinhos com o braço levantado. Em 82, teve eleição, e o partido lançou dois irmãos candidatos a vereador, Walter e Vladimir Dantas. Vladimir já estava dirigindo aqueles movimentos contra a carestia, por moradia, fazia manifestações de rua com duas mil pessoas, então ele era o candidato principal. Mas Walter era da juventude, do movimento estudantil, estava na direção da UBES nessa época, e inclusive atrasa a vinda para cá para fazer campanha, chegou faltando um mês da eleição, porque estava em São Paulo. Chega e vem direto do aeroporto para um comício em Jaguaribe. E levou uma sonora vaia no comício! Ele chegou um entusiasmo danado, era excelente orador, e quando entra ele diz “povo de Cruz das Armas”, aí a turma: “uuuuuuh”... Estava em Jaguaribe! (risos). E no movimento trabalhista participava o pessoal da área sindical. Eu lembro que a campanha que a gente lançou pelo movimento trabalhista era uma dobradinha de Simão [Almeida], candidato a deputado estadual, com Wanderley Caixe, candidato a deputado federal³⁴. Na direção regional, como chamava na época, já estava Zé Rodrigues, numa direção, vamos dizer, informal. Uma direção provisória que era basicamente eu, Zé Rodrigues e já tínhamos o pessoal do movimento estudantil da universidade. A gente já estava constituindo uma célula do partido na Toalia, de operários, e de bairro, em Cruz das Armas. E aí com a chegada de Simão, com a anistia, é que é constituído o Comitê Regional. Eu acho que a primeira constituição era Simão, eu, Zé Rodrigues, se eu não me engano, Romero Antônio...

³³ “Sem ódio e sem medo” foi o slogan utilizado pela vitoriosa campanha de Marcos Freire ao senado pelo MDB de Pernambuco, em 1974.

³⁴ Os irmãos Walter e Vladimir Dantas e Simão Almeida eram militantes do PCdoB. Wanderley Caixe era advogado da Arquidiocese da Paraíba, atuando em defesa dos camponeses, e era ligado ao setor “prestista” do PCB, ou seja, à dissidência do partido liderada por Luís Carlos Prestes. Todos foram candidatos pela legenda do PMDB, já que os partidos comunistas seguiam proscritos, só conseguindo registro legal em 1985.

Quando é que você entra na UFPB como servidor? Porque você já ingressa no movimento sindical lá, né?

Agamenon: Eu entro como funcionário na UFPB em 80, ainda naquele sistema de contratação precária, que renovava no ano seguinte. Depois, em 82, acontece o enquadramento e eu passo a ser efetivo. A gente tem lá na UFPB um celeiro muito importante, os nossos principais quadros saem dali da UFPB. Principalmente do movimento estudantil. Nós tínhamos uma base grande, com muitos quadros. A gente [da UFPB] tinha quase que a obrigação de todo ano mandar um quadro pra UNE. Lindbergh Farias foi do partido aqui. Só depois de 84 que a gente inicia a participação no movimento de funcionários. Ainda era proibido ter sindicato, mas de 83 para 84 a gente cria a Associação de Funcionários da UFPB –AFUF. E foi uma coisa assim criada consensualmente, então estavam lá pessoas que não sei se já eram do PT na época – Edvaldo Rosas, Chico Ramalho, Luciana Rangel... Mas estavam Sérgio Botelho, Seu Lima, Madruga, eu, que era funcionário do HU, e Mário Lucena, que foi o presidente. Ou seja, era uma articulação muito plural. Em 84, acontece o congresso da FASUBRA³⁵ em Natal, e nesse congresso a gente tem uma mobilização muito grande na Paraíba. A gente participa com duas associações, uma representação da AFUF e uma representação da ASSUFEP³⁶. E lá se estabelece uma grande batalha pela direção da FASUBRA, que era dirigida por um pelegão chamado Cavalcante, eterno presidente da federação, e lá do partido tinha eu, Cristiano [Zenaide], Jordane [Menezes], Arminda [Mourão] – que foi reitora da UFAM, era funcionária na época –, um companheiro de Alagoas e Alice Portugal³⁷. E Alice foi quem detonou lá. O discurso dela a pelegada tremia. E no final da história, por uma votação apertada, a gente consegue derrubar o pelego da FASUBRA. Só que quando a gente chega aqui, Edvaldo Rosas dá um golpe e exclui a gente tudinho da direção da FASUBRA e a gente fica de fora até da direção da AFUF. A gente fazia parte da direção da AFUF, mas para irem mais delegados nós tiramos uns delegados pela AFUF e outros pela ASSUFEP. Aí a gente fica de fora [da direção] até 99. Isso foi em 84 e a

³⁵ A FASUBRA, atualmente denominada Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil – FASUBRA SINDICAL – foi fundada em 19 de dezembro de 1978, sob a denominação de “Federação das Associações de Servidores das Universidades Brasileiras”, segundo o seu sítio na internet - <https://fasubra.org.br/historico-da-entidade/>

³⁶ ASSUFEP – Associação dos Servidores da Universidade Federal da Paraíba.

³⁷ Deputada Federal pelo PCdoB da Bahia desde 2003, após ter cumprido dois mandatos sucessivos como deputada estadual.

gente fica aí apanhando... (risos) e ficamos participando do movimento sindical, mas sem participar da direção. Só em 99 assumi a coordenação geral do Sintesp³⁸.

Em 1983 teve a prisão, pela Polícia Federal, de cinco militantes do PCdoB em Campina Grande que estavam fazendo propaganda do VI Congresso do partido. Como foi o episódio?

Agamenon: Essas atividades aconteceram aqui [em João Pessoa] também, mas lá o pessoal de Campina caiu, foram presos. A prisão motivou uma mobilização grande, vieram vários deputados do partido de outros estados. Luciano Siqueira, que era deputado por Pernambuco, e o nosso deputado em Alagoas, Eduardo Bonfim, ambos eleitos pelo PMDB. Tinha havido prisão também em outros estados, mas era um momento em que a repressão ao partido não tinha assim tanta força. Os problemas que a gente estava enfrentando já eram de outra ordem, que era a repressão ao movimento de massa. Josildo Dias³⁹ apanhou bastante aqui. Também Conceição, a mulher de Vladimir, nas manifestações que a gente fazia e terminava... Edmundo [Fontes] eu me lembro que uma vez, numa luta por causa do aumento do transporte, levou um tiro em frente a uma garagem. A bala passou raspando e queimou o pescoço dele... Do VI Congresso a gente participou aqui do debate das teses. Mas a delegação da Paraíba foi só de dois delegados, salvo engano, foram Simão e Zé Rodrigues. E a sua plenária final, se eu não me engano, foi feita segmentada, por região. Não juntaram todo mundo na mesma sala, não. Exatamente por medida de segurança.

Você poderia falar da participação do partido na campanha das Diretas Já e, depois, da campanha de Tancredo?

Agamenon: A gente teve um envolvimento muito grande nas atividades das Diretas Já aqui em João Pessoa. O partido já tinha uma militância muito respeitada aqui, tínhamos influência em algumas entidades, tinha o movimento estudantil, tinha alguns sindicatos que a gente já conseguia puxar e sempre fomos bons nessa questão do trabalho de frente, né? Então a gente fez um trabalho junto com o PMDB, com outras forças de esquerda e tivemos uma participação importante na organização no primeiro ato aqui [em João Pessoa]. Segundo me recordo, acho que foram estimadas vinte e cinco mil pessoas no comício das Diretas ali na

³⁸ SINTESPB – Sindicato dos Trabalhadores em Ensino Superior do Estado da Paraíba. Fundado em 1989, sucedeu a AFUF.

³⁹ Militante do PCdoB no movimento comunitário em João Pessoa, nas décadas de 1980 e 1990.

Lagoa. E depois disso, a decepção pela não passagem [da Emenda Constitucional] das Diretas. Porque foi uma grande campanha, que mobilizou realmente a massa, era o povo realmente na rua, com vontade de votar, com vontade de eleger presidente e veio a frustração pela não aprovação.

E como, diante dessa tua militância, tua família se comportava?

Agamenon: A minha família olhava atravessado. (risos) Minha mãe, assim, não tinha muita noção, né? Minha irmã não se incomodava, meu irmão já não morava aqui, eu morava com o meu pai, minha mãe e minha irmã. Meu pai raras vezes fez algum comentário. Ele tomou alguma atitude, duas vezes, em 68, me proibiu de ir... Eu também era muito novo, tinha 14 anos, ou era 15. Me proibiu de ir a uma manifestação, aquela que quebrou o pau, ali de frente da Catedral, que a polícia cercou todas as saídas. Apanhou gente de todo lado. Inclusive o velho Otacílio Queiroz, que era professor de Direito da universidade. Foi deputado federal... Então, essa eu não fui. O filho dele era do PCB, não era? Everardo, não é isso? Era o presidente do DCE, na época. Bom, essa foi uma vez. A outra foi o seguinte. Dia 06 de setembro de 68, quando a gente sai do Roger, a direção do Grêmio entrega pra gente um pacote de panfleto, que era pra distribuir de noite, conclamando o povo a boicotar o 07 de setembro. Aqui ao lado morava meu primo, que era DA de Medicina, com João Roberto⁴⁰. Aqui ao lado era a casa de Vicente Antônio, que era o presidente do DA de Engenharia. E ali, mais adiante, tinha Rômulo Marinho, que foi professor de matemática na universidade. Aí eu chamei os quatro para fazer essa panfletagem às dez horas. Aí, na minha casa não tinha esse terraço, era mais estreitinho, e na esquina, na quina do muro, tinha a barraquinha do meu pai, que vendia picolé, banana... E ele escutando a conversa. Quando foi perto de dez horas, Rômulo vem e disse: “Agamenon, não vai dá para a gente fazer, porque tem polícia por todo canto na rua, a gente vai deixar para a meia noite”. Aí meu pai encostou e disse: “você não vai não, vai para dentro dormir!” E naquele tempo a gente obedecia a pai, né? (risos). Aí Rômulo disse: “Não se preocupe não, pode ficar, a gente faz, a gente resolve”. Eles foram fazer, e eu fui dormir. Quando é no outro dia, eu acordo cedo, levanto doido para saber como é que foi. Meu pai estava na barraquinha, cheio de gente, aí quando me viu, disse: “Eu disse... Tá ali, tudo preso. Se tu tivesses ido, tava preso também”. (risos) Aí foi o maior bafafá: “presos os comunistas de Mandacaru”... Era gente na rua para ver os comunistas de Mandacaru. Eu sei

⁴⁰ Refere-se a João Roberto Borges de Souza, militante da Ação Popular, que foi encontrado afogado em situação misteriosa em um açude em Catolé do Rocha (PB), em 1969.

que eles ficam presos até onze da manhã, mais ou menos, e foram soltos. Isso foi em 07 de setembro de 1968.

Fechando, fique à vontade para fazer suas considerações finais.

Agamenon: Talvez muitos momentos, muitos fatos, eu tenha perdido, né? São lapsos mesmo de memória. Eu estou até pedindo ajuda a algumas pessoas, porque eu estou tentando escrever um pouco essa minha história. Então pode ter muitas lacunas. Se pegar algum contemporâneo, pode até encontrar alguma divergência, complementar coisas. Mas quero dizer o seguinte: que essa história é a minha história, que são cinquenta anos, completa esse ano, cinquenta anos de militância no partido. Para mim é como se eu tivesse começado ontem, né? Porque, desde aquele momento lá em 1970, quando aceitei entrar no partido, me foi colocado um pouco essa visão de mundo, né? Eu fiz uma opção por uma concepção de vida. E pra mim ela é cada dia mais atual. Eu acho que não vou ver, né? Mas o futuro é o socialismo, é esse o caminho da humanidade. Talvez a gente esteja vivendo um pouco de barbárie hoje. Mas eu acho que os horizontes ainda se descortinarão para esse mundo de liberdade, de bem-estar social, de satisfação plena de todo o povo, especialmente dos trabalhadores. Eu acredito nisso, dediquei minha vida a isso, faria tudo de novo! Talvez eu errasse menos, mas faria tudo de novo. Aliás, pretendo fazer ainda um bocado, né? Vamos ver até quanto a saúde permite, mas estamos aí! Vamos pra frente, vamos para a luta! Aqui, em tempos de pandemia, a gente faz pelo menos poesia.

Recebida em: 24/04/2023

Aceita em: 19/07/2023

Tradução

DILEMAS DE COPRODUÇÃO¹:
como catadores de rua em São Paulo foram excluídos da reciclagem inclusiva

DILEMMAS OF CO-PRODUCTION:
How Street Waste Pickers Became Ex/cluded from Inclusive Recycling in São Paulo

Manuel Rosaldo*

(Tradução de Leda Beck)

Resumo

No serviço público, sob quais condições a colaboração entre os trabalhadores informais e o Estado leva a sinergias socialmente benéficas e quando podem intensificar as desigualdades? Este artigo, baseado em 14 meses de pesquisa etnográfica, trata dessa questão por meio de um estudo de caso comparativo de duas tentativas de coproduzir serviços de reciclagem em São Paulo. A primeira, um esforço de organização de base nos anos 1980 e 1990, melhorou a renda e as condições de trabalho de centenas de catadores e inspirou uma proliferação de organizações de catadores por todo o país. A segunda, uma ambiciosa revisão da gestão dos resíduos sólidos no início dos anos 2000, gerou cerca de 1.500 empregos, mas, na prática, excluiu a população de catadores de rua que pretendia beneficiar. A pesquisa sugere que a coprodução tem maior probabilidade de levar a resultados pró-pobres se forem feitos esforços para nivelar desigualdades entre os participantes pobres e outros, mais poderosos, durante os processos de projeto e implementação da política pública.

Palavras-chave: Coprodução. Catadores. Movimentos de trabalhadores informais. Brasil.

Abstract

Under what conditions do collaborations between informal workers and the state in public service provision lead to socially beneficial synergies, and when might they intensify inequalities? This article, based on 14 months of ethnographic research, addresses this question through a comparative case study of two attempts to co-produce recycling services in São Paulo. The first, a grassroots organizing effort in the 1980s and 1990s, improved the incomes and conditions of hundreds of waste pickers and inspired a national upsurge of waste picker organizing. The second, an ambitious overhaul of waste management in the early 2000s, generated about 1,500 jobs but functionally excluded the very population of street waste pickers it was designed to benefit. The findings suggest that co-production is most likely to lead to pro-poor outcomes if concerted efforts are made to level inequalities between poor constituents and more powerful stakeholders during processes of policy design and implementation.

Keywords: Co-production. Waste pickers. Informal worker movements. Brazil.

¹ Originalmente publicado pela Cambridge University Press em nome da Universidade de Miami. DOI 10.1017/lap.2022.

* Manuel Rosaldo é professor assistente de Relações do Trabalho e Sociologia na Escola de Relações de Trabalho e Emprego da Universidade Estadual da Pensilvânia, situada em *University Park*, PA, EUA. E-mail: mxr1225@psu.edu

Em 1982, um grupo de freiras de uma ONG de São Paulo começou a trabalhar com oito moradores de rua que ganhavam a vida recuperando papelão, papel e metais de lixeiras das ruas e dos prédios. Por meio de um processo pertinaz de reflexões e experimentos, os oito homens desenvolveram estratégias para defender e, aos poucos, aperfeiçoar seu trabalho. Começaram a compartilhar ferramentas e o espaço de trabalho, vender coletivamente os materiais coletados, organizar eventos sociais e protestos contra autoridades municipais que buscavam criminalizar sua atividade. Em 1989, eles fundaram a Coopamare, a primeira cooperativa de catadores, e logo, em seguida, negociaram com o município para fornecer espaço, equipamento, suporte técnico e contratos de serviço.

Evidência anedótica sugere que essa iniciativa elevou moderadamente a renda e as condições de trabalho de centenas de catadores de rua e aumentou as taxas de reciclagem. Durante a década seguinte, a Coopamare ajudou a inspirar a criação de 70 organizações de catadores na cidade de São Paulo e outras centenas pelo país (Grimberg, 2007). Foi uma iniciativa de escala relativamente pequena, mas marcou uma mudança paradigmática em um país que historicamente trata os catadores como criminosos e o lixo apenas como um problema sanitário, não social, ambiental e cultural.

No começo dos anos 2000, autoridades municipais tomaram uma iniciativa muito mais ambiciosa pelos direitos dos catadores. Àquela altura, muitas autoridades e membros de organizações não governamentais (ONGs) já achavam que o trabalho dos catadores era degradado e degradante, uma forma anárquica de oferecer um serviço moderno de reciclagem. O município criou, portanto, uma rota formal de reciclagem, administrada por empresas privadas de gestão dos resíduos sólidos que passaram a fazer a coleta e o transporte de recicláveis, ocupando o papel tradicional dos catadores. Novos empregos foram criados para os catadores em cooperativas de triagem, onde trabalhariam em linhas de montagem instaladas em armazéns, separando os recicláveis.

Essas políticas públicas são muito celebradas por melhorarem tanto as taxas de reciclagem como as vidas dos catadores, mas a pesquisa para este artigo revela uma realidade mais complexa. Por volta de 2017, depois de 15 anos de implementação, menos de 1% dos catadores da cidade haviam sido integrados à gestão formal dos resíduos sólidos. Dois problemas explicam essa baixa taxa de inclusão. Em primeiro lugar, as cooperativas de triagem geraram apenas 1.500 empregos, um número muito distante dos estimados 20 mil catadores da cidade².

² De acordo com a pesquisa de campo para este artigo, as 21 cooperativas de triagem formalizadas em São Paulo (as conveniadas) tinham 1.020 membros em 2016. Além disso, 16 cooperativas de triagem semiformais (as não

Em segundo lugar, 93% dos empregos nas cooperativas de triagem formais eram ocupados por gente que nunca tinha trabalhado como catador de rua. Claro, criar empregos para esses trabalhadores carentes – a maioria dos quais eram negros, mulheres e chefes de família – era um projeto altamente louvável. Porém, milhares de catadores continuaram a trabalhar informalmente nas ruas, onde coletavam a maior parte dos recicláveis da cidade sem reconhecimento oficial. A perversidade da situação pode ser percebida pelos relatos de muitos deles, que afirmaram que suas rendas tinham caído, devido à concorrência justamente com a rota de reciclagem que fora projetada para beneficiá-los.

Essas duas iniciativas pelos direitos dos catadores podem ser consideradas tentativas de “coprodução”, ou seja, colaboração entre cidadãos comuns, o Estado e outros atores para oferecer serviços públicos (Mitlin; Bartlett, 2018). Mas por que os serviços de reciclagem em coprodução nos anos 1980 e 1990 elevaram a renda e as condições de trabalho de centenas de catadores, enquanto as iniciativas dos anos 2000, com muito mais recursos, fracassaram? E o que isso revela sobre as condições em que a coprodução tem mais probabilidade de promover justiça social e sustentabilidade urbana?

A primeira seção deste artigo revisa a literatura sobre coprodução, que sugere que os resultados em favor dos pobres ocorrem apenas se as iniciativas concertadas buscarem nivelar as desigualdades entre os participantes pobres e os mais poderosos. Em seguida, discute a seleção de casos e os métodos da pesquisa. As seções seguintes ponderam que os diferentes resultados das políticas de coprodução do final do século XX e começo do XXI foram consequência dos níveis relativos de voz e poder dos catadores tanto no projeto quanto na implementação dessas políticas. Durante os anos 1980 e 1990, as propostas de políticas públicas foram feitas com base num processo plurianual de experimentos de base e implementadas por uma prefeita que tratava os movimentos populares como seus interlocutores mais importantes. Em contraste, durante os anos 2000, as propostas foram feitas por fóruns com múltiplos interessados, que buscaram incluir as vozes dos catadores, mas, na verdade, favoreceram a especialidade técnica de consultores profissionais. Essa discrepância de poder foi amplificada por autoridades municipais que priorizavam interesses de empresas de gestão dos resíduos sólidos e de empreiteiros privados. Este artigo conclui com uma reflexão sobre como os processos de coprodução foram estruturados não apenas pelas escolhas de atores locais, mas também pelos contextos globais em que operavam.

conveniadas) recebiam materiais, equipamento e apoio do município em bases mais limitadas. Autoridades estaduais estimavam que as organizações semiformais tinham 450 membros, e a evidência anedótica sugeria que as taxas de inclusão dos catadores de rua eram similares às das cooperativas formais. Esses números não incluem os membros de duas cooperativas dos próprios catadores e de uma cooperativa de reciclagem de eletrônicos.

As antinomias da coprodução

Coprodução é definida como “produção conjunta de serviços públicos entre cidadãos e Estado, com o compartilhamento de um ou mais elementos do processo de produção” (Mitlin 2008, p. 340). A expressão foi cunhada nos anos 1970 em círculos desenvolvimentistas e circulou entre eles entre os anos de 1990 e 2000. Seu recente status de palavra da moda refletiu uma tendência para longe da formulação de políticas públicas centradas no Estado e mais focada em parcerias com múltiplos interessados e com participação da sociedade civil.

Estudos clássicos de coprodução concentraram-se em arranjos nos quais os cidadãos têm um papel ativo na produção de serviços públicos que eles mesmos usam, como saúde, educação e infraestrutura (Joshi; Moore, 2004; Ostrom, 1996). A literatura mais recente examina outros tipos de colaboração, como aquela com movimentos sociais, enfatizando “a importância da sociedade civil não apenas para fazer demandas, mas também participando em todas as fases do processo de formulação de políticas públicas” (Tarlau, 2013, p. 17). Essa literatura mais recente também analisa a coprodução em grupos organizados de trabalhadores informais (Song, 2016) e catadores (Gutberlet; Besen; Morais, 2020; Navarrete-Hernández; Navarrete-Hernández, 2018).

Quem propõe a coprodução costuma elogiar seu potencial participativo e igualitário, particularmente no contexto do Sul Global, onde muitos Estados carecem da capacidade de oferecer serviços públicos a residentes de baixa renda. Argumenta-se que processos de coprodução bem projetados podem baixar os custos, expandir o alcance e melhorar os próprios serviços públicos (Ostrom, 1996). Já os críticos veem a coprodução, em seu melhor cenário, como um remendo tecnocrático insuficiente para desigualdades estruturais profundas e, na pior das hipóteses, como uma manobra para cortar custos e transferir as responsabilidades do Estado para seus cidadãos mais marginalizados.³ Mesmo aqueles que defendem a coprodução reconhecem que a melhoria dos serviços e uma cidadania renovada não são propriamente resultados inevitáveis (Joshi; Moore, 2004). Em alguns casos, a coprodução levou a “serviços de má qualidade, corrupção, abusos de direitos humanos e exclusão de populações marginalizadas” (Meagher, 2013, p. 14).

Watson (2014) identifica dois campos de pesquisadores que estudam o tema e advogam abordagens distintas à coprodução, conseqüentemente diferindo em sua análise dos

³ Para um sumário das críticas e defesas da coprodução com trabalhadores informais, ver Meagher (2013).

fatores que determinam os resultados. Em primeiro lugar, o campo da coprodução iniciada pelo Estado (CIE) concentra-se em casos de coprodução conduzida por autoridades do Estado, que diretamente engajam seus eleitores, com um pequeno papel aparente de intermediação para movimentos sociais ou ONGs. Eles identificam práticas institucionais que habilitam agências estatais e cidadãos comuns a reunir recursos distintos, mas complementares, assim gerando sinergias. Essa abordagem foi desenvolvida pelos primeiros estudiosos da coprodução, principalmente nos campos da administração pública e dos estudos de desenvolvimento (Ostrom, 1996; Joshi; Moore, 2004).

Num trabalho fundamental, Ostrom (1996) identifica quatro condições básicas para aumentar a probabilidade de sinergias. Em primeiro lugar, tanto as agências estatais quanto os cidadãos comuns devem contribuir com os recursos necessários, sem que nenhuma das duas partes tente suplantar o papel da outra. Em segundo lugar, estruturas legais devem ser criadas para apoiar os participantes locais. Em terceiro lugar, as partes devem usar contratos executáveis para estabelecer um compromisso crível entre elas. E, em quarto lugar, devem ser estabelecidos incentivos para estimular a participação de todos os envolvidos.

Um segundo grupo de pesquisadores favorece uma abordagem pela coprodução iniciada por movimento social (CIMS) ou coprodução radical ou de baixo para cima (Mitlin, 2008; Watson, 2014; King; Kasaija, 2018). Esses pesquisadores concentram-se nos casos em que residentes de baixa renda se organizam em movimentos sociais, usando a coprodução para atrair novos membros, mobilizar recursos e construir alianças. O objetivo de tais processos não é apenas melhorar a oferta de serviços aos pobres, mas transformar as relações de poder subjacentes aos investimentos desiguais em serviços públicos. Esse grupo de pesquisadores não questiona a sabedoria das recomendações técnicas de Ostrom, mas pondera que elas não produzirão os resultados desejados sem uma mudança nas relações de poder subjacentes (King; Kasaija, 2018). Portanto, Watson alerta que a falta de análise do poder leva a autora a presumir equivocadamente que

[...] todos os membros da comunidade e os residentes ganhariam acesso igual a esses serviços, a exclusão com base em renda, gênero ou etnia, por exemplo, não teria um papel e a relação entre o Estado e os cidadãos seria justa, consensual e não corrupta ou politizada (Watson, 2014, p. 65).

Dois relacionamentos essenciais na coprodução iniciada por movimento social

Este artigo analisa dois processos de coprodução envolvendo trabalhadores da mesma profissão na mesma cidade, sob prefeitos do mesmo partido. O primeiro processo aproxima-se

do ideal da CIMS, de baixo para cima, enquanto o segundo evoluiu lentamente em direção à orientação da CIE, de cima para baixo. Como dizem Mitlin & Bartlett (2018), a abordagem da CIMS implica uma compreensão “relacional” da pobreza. Ou seja, pobreza persistente é vista como consequência de relações econômicas e políticas desenvolvidas historicamente, não como traços endógenos dos pobres. Portanto, em vez de prescrever intervenções específicas de política pública, essa literatura enfatiza a importância de nivelar as assimetrias de poder, particularmente em dois conjuntos de relações.

O primeiro é entre os eleitores pobres e as ONGs que os apoiam. As ONGs podem oferecer apoio técnico, financeiro, político e simbólico às organizações dos pobres e também podem intermediar relações com o Estado e com o setor privado. Alguns pesquisadores, porém, alertam para o fato de que as ONGs com frequência priorizam os desejos dos doadores sobre os da comunidade e podem ser cooptadas por autoridades do Estado para servir às necessidades delas.

Então, como os benfeitores da elite podem evitar aprofundar as hierarquias do poder? Pesquisadores enfatizam a necessidade de incluir os próprios benfeitores nas comunidades carentes, orientar os membros dessas comunidades a avaliarem as próprias prioridades e necessidades, e a reconhecerem que “os pobres é que sabem como sobreviver na pobreza” (Watson, 2014, p. 69). Essa abordagem é, às vezes, descrita como “coprodução de conhecimento” (Mitlin; Bartlett, 2018). Num estudo de caso muito citado, Archer, Luansang e Boonmahathanakorn (2012) descrevem como profissionais de ONGs trabalham com membros de baixa renda da Coalizão Asiática pelo Direito à Moradia (ACHR, na sigla em inglês). Juntos, mapeiam favelas, diagnosticam problemas, projetam programas-piloto inovadores e negociam com autoridades do Estado para expandir esses programas. Como Archer, Luansang e Boonmahathanakorn (2012, p. 127) explicam, “em vez de dar todas as respostas, os profissionais deveriam fazer as perguntas certas, o que levará a própria comunidade a encontrar as respostas e a aprender no processo”.

Uma segunda relação-chave é entre os pobres e as autoridades do Estado. A literatura sobre a CIE encoraja a levar o poder de decisão do nível nacional para o nível local (Ostrom, 1996). Já os estudiosos da CIMS enfatizam a importância de um nível adicional de relacionamento: o das autoridades do Estado com os movimentos populares. A existência de movimentos bem-organizados, que combinam ações contenciosas e colaborativas, é uma pré-condição necessária para esse relacionamento. Por exemplo, Tarlau (2013) constata que governos de esquerda tendem a promover arranjos de cogestão de escolas públicas com o

Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) no Brasil. Mesmo governos de direita com baixa capacidade, porém, podem apoiar a coprodução nas escolas como um meio de oferecer os serviços necessários e de minimizar conflitos.

Catadores de São Paulo e a coprodução

Um argumento central deste artigo, em linha com a literatura CIMS, é que os resultados de processos de coprodução estão articulados com os níveis de voz e poder dos catadores em relação a influentes participantes da sociedade civil, do Estado e do setor privado. Inspirado por uma compreensão relacional da pobreza (Mosse, 2010), entendo que voz e poder não são traços endógenos dos catadores, mas sim interações dinâmicas entre eles e os participantes mais influentes (por ex., ONGs, prefeituras, empresas de gestão de resíduos sólidos). Portanto, por voz, entendo a habilidade dos catadores para articular coletivamente suas demandas e apresentá-las às partes influentes. Um indício importante de voz é a habilidade dos catadores para contribuir significativamente com projetos de políticas públicas. Por poder, entendo a capacidade dos catadores para levar esses outros atores a concordarem com suas demandas. Um indício importante de poder é a habilidade dos catadores para implementar suas propostas, especialmente diante da resistência política.

Os catadores podem ser considerados um caso “muito improvável” de sucesso na organização e na iniciativa política pelos direitos trabalhistas, devido à sua extrema marginalização e atomização (Rosaldo, 2016). Não obstante, desde os anos 1980, catadores de centenas de cidades em toda a América Latina, na Ásia e na África mobilizaram-se para aumentar sua influência econômica e sua voz política. Associações de bairro foram conectadas por redes de catadores regionais, nacionais e transnacionais, que formaram parcerias com ONGs, agências estatais, universidades, fundos de desenvolvimento e ramos filantrópicos das indústrias que produzem resíduos sólidos (Samson, 2009). Juntos, todos esses atores estimularam políticas de “reciclagem inclusiva”, que expandem serviços oficiais de reciclagem e contratam catadores antes informais para prover esses serviços. Essas políticas são celebradas como “triplamente vitoriosas”, beneficiando os catadores, o meio ambiente e a economia.

Na prática, porém, a reciclagem em coprodução é um processo contestado, criativo e contraditório, que pode melhorar as condições de trabalho e a ressonância da voz dos catadores, mas que também produz resultados perversos. Os catadores enfrentam três desafios principais. O primeiro é o possível conflito entre seus interesses e os interesses dos demais

participantes do processo. Por exemplo: autoridades do Estado podem ter por objetivo a remoção dos catadores dos bairros mais prósperos, onde são considerados um empecilho para a produção de paisagens urbanas modernas, “verdes e limpas”. Empresas privadas de gestão de resíduos sólidos podem tentar controlar uma indústria de reciclagem cada vez mais lucrativa. E a indústria de manufatura tem pouco incentivo para pagar mais aos catadores pelos materiais recicláveis, muito menos para oferecer benefícios e proteções (Parra, 2016).

O segundo desafio é que os catadores enfrentam barreiras para exercer uma poderosa voz coletiva, porque não dispõem de locais de trabalho centralizados, empregadores reconhecidos, proteções legais, tempo e dinheiro. Participantes mais poderosos podem explorar essas fraquezas para privilegiar seus próprios interesses (Rosaldo, 2019). Mesmo que todos os participantes ajam de boa-fé, há um terceiro desafio: as lógicas institucionais podem colidir. Serviços formais de reciclagem tipicamente requerem planejamento e gestão centralizados, responsabilidade hierárquica e padronização de turnos de trabalho e conduta. No entanto, muitos catadores carecem da capacidade ou de vontade de seguir regras e horários rígidos (Millar, 2018).

São Paulo é um estudo de caso ideal para estudar os desafios e oportunidades da coprodução em reciclagem. Está em São Paulo a sede do maior movimento nacional de catadores e a Unidade de Inteligência da revista *Economist* (Economist Intelligence Unit, 2017) considera que as políticas inclusivas de reciclagem na cidade estão entre as melhores da América Latina. Estima-se que os catadores coletam quase 90% do material que é reciclado no Brasil e ajudaram o país a atingir o recorde mundial de reciclagem de latas, coletando 98,2% delas (Silva; Goes; Álvarez, 2013). Mesmo assim, os catadores de rua são sistematicamente excluídos das estatísticas oficiais. As atuais estimativas sobre a quantidade de catadores de rua em São Paulo oscilam entre dez mil (CIPMRS, 2014) e 38 mil (Burgos, 2008).

Este estudo usa a estimativa de 20 mil catadores de rua (Grimberg, 2007), que considero conservadora – o número real é provavelmente maior. Não obstante, é a estimativa mais citada nas pesquisas e é a preferida do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) e suas ONGs aliadas. De acordo com esses dados, o sistema informal de reciclagem coletou 15% do total dos resíduos sólidos produzidos pela cidade no início dos anos 2000.

Métodos de pesquisa

Este estudo é uma etnografia política (Tilly, 2007) sobre as políticas públicas de reciclagem em São Paulo. De 2014 a 2017, trabalhei 14 meses nesse levantamento, incluindo observação participante, entrevistas e pesquisa em arquivos. Uma explicação completa do processo de política pública de gestão de resíduos sólidos em São Paulo precisaria de uma análise das interações com uma grande constelação de participantes, leis e normas nos níveis local, nacional e supranacional. O presente relato, porém, concentra-se em três grupos de participantes no nível municipal para entender as relações entre os catadores de rua e as cooperativas concebidas para beneficiá-los.

Primeiro, procurei entender a dinâmica das cooperativas de triagem. De novembro de 2016 a março de 2017, visitei todas as 21 cooperativas formais de São Paulo e apliquei um questionário de 75 perguntas a seus líderes, cada entrevista consumindo de 50 a 80 minutos. Nessas visitas, além de aplicar o questionário, também fiz 10 breves entrevistas e mantive muitas conversas informais com outros membros da cooperativa, o que ajudou a confirmar informações obtidas no levantamento formal. Fiz novas visitas a seis cooperativas para entrevistas adicionais. Para aprofundar meu entendimento das práticas e perspectivas dos catadores, também passei 5 dias trabalhando nas cooperativas de triagem.

Em segundo lugar, busquei estudar as práticas e as perspectivas dos catadores de rua, uma população mais difícil de estudar, porque seus locais de trabalho são dispersos e eles são menos organizados. Nessa época, só duas organizações semiformais de catadores de rua operavam em São Paulo. Passei 6 dias trabalhando com os catadores dessas organizações e entrevistei vários de seus membros. Também entrevistei 8 pessoas que haviam trabalhado como catadores de rua e então trabalhavam nas cooperativas de triagem ou para o MNCR. Para melhor entender as perspectivas dos catadores de rua desorganizados, conduzi uma breve pesquisa (cerca de 8 minutos) com uma amostra adequada de 40 deles, trabalhando no centro da cidade.

Em terceiro lugar, busquei entender um ecossistema mais abrangente de protagonistas em políticas inclusivas de reciclagem. Para isso, assisti a 8 reuniões internas, 6 conferências e 5 protestos do MNCR. Além disso, fiz 15 entrevistas com lideranças paulistanas do MNCR, 12 entrevistas com funcionários de ONGs aliadas e 8 entrevistas com autoridades governamentais relevantes. Enfim, pesquisei decisões judiciais, relatórios municipais e jornais. Uso pseudônimos para os entrevistados que não são figuras públicas.

O paradigma do reconhecimento do catador

Nos anos 1980 e 1990, desenvolveu-se em São Paulo uma abordagem do salário mínimo que defino como reconhecimento do catador. Buscava reconhecer os catadores legal, econômica e socialmente por seus serviços ambientais, mesmo que eles continuassem trabalhando autonomamente nas ruas. Essa abordagem tratou a atividade dos catadores como fonte de resiliência e resistência para populações oprimidas. Portanto, buscava defender e melhorar recorrentemente o trabalho dos catadores nas ruas, em vez de superá-lo. Esse paradigmático modelo organizador do reconhecimento era a cooperativa do carroceiro, que combinava as lógicas da autonomia e da coletividade. Ele permitia que cada membro decidisse quando, onde e como trabalhava, mas, ao mesmo tempo, engajava todos em vendas coletivas, projetos empreendedores, ações políticas e formação (habilidades, liderança e educação política).

A abordagem do reconhecimento foi criada ao longo de vários anos e de um processo de experimentos de campo que priorizava as experiências vividas pelos catadores e o conhecimento prático. O processo teve duas fases. Na primeira, um grupo de freiras de uma ONG católica inseriu-se no trabalho e nas vidas de catadores sem teto para ajudá-los a desenvolver estratégias de empoderamento. Na segunda, a prefeita Luiza Erundina (PT, 1989-1992) implementou políticas públicas propostas pelos próprios catadores e seus aliados, apesar das críticas de eleitores ricos. Evidências anedóticas sugerem que esse experimento social melhorou moderadamente as rendas e as condições de trabalho de centenas desses trabalhadores, elevou substancialmente as taxas de reciclagem e inspirou a criação de organizações e políticas públicas paralelas por todo o Brasil. Críticos afirmavam, porém, que catar lixo na rua – mesmo em cooperativas de carroceiros – era um meio explorador, perigoso e pré-moderno de oferecer serviços de reciclagem.

Criar um modelo organizador por colaboração de baixo para cima

A criação da primeira cooperativa de catadores em 1989 foi fruto inesperado de um experimento social radical iniciado 12 anos antes por um pequeno grupo de freiras. Elas ajudavam a coordenar uma importante instituição católica de caridade, a Organização de Auxílio Fraternal (OAF). Com o tempo, essas freiras tornaram-se críticas do modelo caritativo, que deixava o sem-teto sentindo-se “culpado por suas circunstâncias, sozinho e impotente” (Grimberg, 1994, p. 4).

Em 1978, as freiras adotaram uma nova e controversa abordagem, exigindo que funcionários e voluntários inserissem a si mesmos na vida cotidiana dos sem-teto. O resultado imediato foi que 90% dos funcionários demitiram-se. Restaram 12 funcionários, que passaram dois meses vivendo nas ruas para “obter uma compreensão das pessoas da rua de muito perto, conhecendo a realidade por baixo” (Manuel, 2017). Para se sustentar, venderam sangue, recorreram a serviços sociais, coletaram recicláveis e venderam miudezas tiradas do lixo. Durante esse período, os funcionários da OAF concluíram que recolher materiais recicláveis não era uma fonte de vulnerabilidade, mas sim um recurso de pessoas vulneráveis para sobreviver à opressão estrutural e, às vezes, até recuperar alguma dignidade (Manuel, 2017).

Em seguida, as freiras alugaram cinco casas numa área de concentração de pobreza, onde realizavam eventos sociais e debates entre os sem-teto locais e voluntários da comunidade. A ideia de construir uma cooperativa de catadores de rua era recorrente nessas conversas e uma série de experimentos práticos foi desenvolvida. Tradicionalmente, os catadores carregavam os materiais em sacos sobre suas cabeças, mas em 1982 um sem-teto sugeriu que seria mais eficiente transportar os materiais em carroças. As freiras levantaram dinheiro para construir a primeira carroça, inicialmente compartilhada por dez catadores até que conseguissem mais dinheiro para construir outras carroças. Todos os meses, os homens separavam alguns materiais a serem vendidos no final do ano para promover um festival de rua. Aprenderam que podiam subir seus preços quando vendiam coletivamente, eliminando os intermediários. Um dos homens, Amado Teodoro, lembrou, numa entrevista a um jornal em 1993, que os catadores notaram que “era muito melhor trabalhar em mutirão do que vender de pouquinho ao depósito”⁴.

Em 1985, os catadores ocuparam um edifício abandonado, onde armazenavam e separavam coletivamente os materiais. Mais tarde, as freiras negociaram com os proprietários do edifício para permitir que os catadores permanecessem ali e pagassem um aluguel. Os próprios catadores começaram a se referir a si mesmos como uma “associação”, um título que pretendia indicar que tinham uma profissão séria, não apenas um “bico”. Por volta de 1989, a associação já tinha mais de 50 membros. Naquele ano, um advogado voluntário ajudou a formalizar uma Cooperativa de Catadores Autônomos de Papel, Papelão, Aparas e Materiais Reaproveitáveis (Coopamare), a primeira cooperativa brasileira de catadores de rua (Carvalhoes, 2017).

⁴ Jornal Comunitário, São Paulo, setembro de 1993, 12 (Scarpinatti, 2008).

Traduzindo para a política pública o paradigma do reconhecimento

Em meados dos anos 1980, os catadores começaram a se engajar em atividades políticas, defendendo o direito ao trabalho contra autoridades que os viam como fontes de crime e desordem. Por exemplo, a associação organizou protestos de rua em 1986, depois que o prefeito Jânio Quadros, de direita, instruiu a polícia para prender os catadores sob o pretexto de que a atividade deles espalhava lixo, promovia a embriaguez pública e outras formas de imoralidade. “As dificuldades e injustiças de trabalho são demais e não podemos permitir que o prefeito nos impeça de trabalhar para dar sustento às nossas famílias... Somos trabalhadores e queremos trabalhar e viver dignamente.”⁵

Em 1988, a surpreendente eleição de Luiza Erundina para prefeita de São Paulo criou uma oportunidade para promover as primeiras políticas públicas de direitos dos catadores. Erundina era um membro fundador do Partido dos Trabalhadores (PT), que foi criado em 1980 por meio da confluência entre sindicatos, movimentos sociais e ativismo religioso. Essa assistente social, então com 54 anos, veterana militante de movimentos de base, oriunda de uma família humilde do Nordeste do Brasil, uma região devastada pela fome, elegeu-se com uma plataforma claramente pró-pobres. A vitória de Erundina foi descrita na época como “o maior avanço eleitoral para a esquerda latino-americana desde que Salvador Allende se tornou presidente do Chile em 1970” (Hinchberger, 1989, p. 4).

A Coopamare tinha ligação direta com Erundina, que, como vereadora, tinha colaborado com a OAF em campanhas para expandir a oferta de moradias populares. Logo depois de sua eleição, lideranças da OAF e da Coopamare começaram a propor iniciativas pelos direitos dos catadores, a mais urgente delas sendo um local permanente para a Coopamare. Sugeriram que a cidade cedesse espaços vazios em Pinheiros e Vila Mariana, dois bairros afluentes. Parlamentares eleitos por esses bairros protestaram, temendo retaliações de eleitores de classe média que desprezavam os catadores. Destemida, Erundina pressionou as subprefeituras para cederem dois grandes espaços sob viadutos, que seriam usados pela Coopamare sob a supervisão da OAF (Grimberg, 1994). Juntas, a Prefeitura e a OAF construíram barracas para armazenar as carroças dos catadores e separar os materiais, com banheiros, espaços de lazer, escritórios e salas de reunião. Também forneceram balanças, prensas, empilhadeiras e computadores.

⁵ Folha de S. Paulo, 29 de março de 1986 (Scarpinatti, 2008, p. 37).

Ao longo dos dois anos seguintes, Erundina criou outras quatro políticas públicas em torno dos direitos dos catadores, as primeiras na história do Brasil. Primeiro, ela fez um decreto que reconhecia a coleta de materiais recicláveis como uma profissão legítima e delineava os termos para as parcerias entre as cooperativas e a Prefeitura. Em seguida, Erundina começou a remunerar a Coopamare por seus serviços, ajudando a cobrir os custos administrativos e de manutenção. Em terceiro lugar, a Prefeitura subsidiou, para os membros da Coopamare, cursos de direitos humanos, gestão cooperativa, segurança do trabalho e cadeia de valor da reciclagem. Por último, a Prefeitura fez um censo dos catadores de rua nas vizinhanças da Coopamare que poderiam um dia ser integrados a cooperativas.

Resultados das políticas de reconhecimento

Em suas dimensões simbólicas, as políticas de Erundina romperam o paradigma: elas elevaram os catadores, social e legalmente, de párias criminosos a provedores de serviços públicos. Em suas dimensões materiais, porém, essas políticas foram modestas. Seu governo trabalhou com uma organização de catadores para melhorar gradualmente as condições dos membros, em vez de transformá-los radicalmente. Como a própria Erundina recordou numa entrevista de 2007:

Nossas políticas eram o mínimo que se poderia esperar de um governo popular (...) Então, nossa iniciativa representava uma tentativa de, a partir da condição em que eles estavam, melhorar essa condição e promovê-los a uma condição um pouco melhor, com perspectivas de outros avanços no futuro (Scarpinatti 2008, p. 38).

Relatos de pesquisadores, trabalhadores da ONG e lideranças dos catadores sugerem que, apesar disso, essas políticas foram de um sucesso retumbante, ajudando centenas de catadores a melhorar renda, condições de trabalho e status social (Grimberg, 1994).

O modelo de organização da Coopamare conseguiu um equilíbrio entre dois objetivos aparentemente contraditórios: reconhecer e acomodar o método tradicional de trabalho dos catadores, de acordo com lógicas informais, individualistas; e, lentamente, incentivá-los a agir como um coletivo político e econômico. Assim, os membros da cooperativa coletavam e separavam os materiais individualmente, mas participavam coletivamente de vendas, treinamentos, ações políticas e tomada de decisões. Como explicou uma liderança da Coopamare, “na cooperativa todo mundo faz seu próprio horário e não existe patrão; as regras são criadas pelo grupo” (Scarpinatti, 2008, p. 59).

No final do governo Erundina, em 1992, cerca de 200 catadores participavam do ramo da Coopamare em Pinheiros, processando ao redor de oito toneladas de materiais por dia (Scarpinatti, 2008, p. 56). Múltiplos níveis de participação surgiram para acomodar as necessidades e capacidades heterogêneas. Cinquenta membros da cooperativa alugaram espaço dentro das instalações para armazenar suas carroças e materiais, e cerca de 15 deles detinham posições de liderança. Além disso, 150 catadores vendiam seus materiais à Coopamare, que pagava melhor do que os sucateiros. Aos poucos, muitos desses catadores foram integrados em atividades centrais da cooperativa (Ferreira de Paula, 2017).

Dois funcionários da OAF continuaram a trabalhar com a Coopamare para ajudar com tarefas administrativas e planejamento estratégico, mas um deles observou que:

[...] os catadores cuidavam das vendas, da contabilidade, do orçamento. Nosso papel era, no máximo, se eles pedissem, guardar o dinheiro em segurança (...) A perspectiva adotada era de que os catadores sabiam fazer tudo e nós só participávamos em debates com o grupo sobre formação (Manuel, 2017).

Essa restituição das responsabilidades aumentou o sentido de agência e competência dos membros. A Coopamare buscava manter sua autonomia do governo, mesmo sob a simpática gestão de Erundina. Portanto, em 1989, quando Erundina lançou o piloto das rotas de reciclagem e ofereceu entregar recicláveis à Coopamare, seus membros declinaram, preferindo coletar seus próprios materiais. Assim, a Coopamare diferia das cooperativas que foram criadas depois de 2000, que dependiam muito das entregas vindas da rota oficial de reciclagem da Prefeitura.

Essa autonomia seria crucial nos oito anos seguintes, quando dois prefeitos de direita acabaram com a rota-piloto de reciclagem, encerraram o apoio à Coopamare e tentaram despejar a cooperativa. A Coopamare pôde suportar esses ataques graças à sua autonomia do Estado e ao apoio de aliados da sociedade civil. De fato, a cooperativa não apenas sobreviveu à perseguição, mas também cresceu: tinha 350 membros por volta do ano 2000 (Grimberg, 2006). Além disso, o modelo da Coopamare ajudou a inspirar a criação de outras 70 organizações de carroceiros em São Paulo até o final da década, de cooperativas formais a pequenos grupos informais. Outras ONGs católicas, também inspiradas pela experiência paulistana, começaram a organizar catadores em cidades como Porto Alegre e Belo Horizonte, onde prefeitos do PT criaram políticas de direitos dos catadores que superavam aquelas de Erundina em seu escopo e profundidade (Dias, 2006).

O paradigma da reciclagem inclusiva

*Hoje eu penso diferente sobre como a gente deve tratar essas pessoas.
Naquela época, 15 ou 20 anos atrás,
a gente achava que era simples assim: “Tem um galpão aqui, vocês
vêm, formam uma cooperativa, a gente treina, capacita e tal” (...) A
gente achava que todo mundo tinha que estar dentro do barracão, dentro
de uma caixinha quadrada, e ficar lá.
A gente achava que, naturalmente, eles ficariam, por conta de que iam
ganhar mais, em um lugar mais seguro.
E a gente foi vendo que, com o passar
do tempo, as pessoas saíam,
não ficavam ou nem entravam.*

Enrique Ribeiro (2017), funcionário de uma ONG, consultor na criação
das cooperativas de triagem para o governo Marta Suplicy.

No começo dos anos 2000, um novo paradigma para coproduzir reciclagem surgiu em São Paulo, ao qual as autoridades municipais se referiam como “reciclagem inclusiva”. Enquanto o paradigma do reconhecimento dos anos 1980 e 1990 buscava reconhecer legal, econômica e socialmente o trabalho dos catadores nas ruas, a nova abordagem pretendia criar um sistema de reciclagem moderno, para incluir catadores antes informais. Durante esse período, muitas autoridades municipais viam o trabalho dos catadores de rua como degradado e degradante, um modelo anárquico e desagradável para oferecer serviços de reciclagem. Portanto, projetaram uma rota formal de reciclagem, modelada nos modelos do Norte global, e contrataram empresas privadas de gestão de resíduos sólidos para absorver o papel tradicional dos catadores na coleta e transporte de recicláveis. Novos empregos foram criados para eles nas “cooperativas de triagem”, onde trabalhavam ao longo de linhas de montagem, dentro de armazéns industriais, separando e enfardando recicláveis coletados pela rota oficial.

Ao engajar-se em trabalho e treinamento coletivos, essas cooperativas buscavam aumentar a agência política e econômica dos catadores – um processo a que alguns se referiam como “reciclar vidas”. Essa coprodução entre agências do Estado, ONGs, empresas privadas, catadores e residentes recebeu aplausos internacionais. A Unidade de Inteligência da revista *Economist*, por exemplo, ao levantar os esquemas regulatórios de reciclagem inclusiva em 17 cidades latino-americanas e do Caribe, classificou São Paulo em primeiro lugar, afirmando que “a interação entre usuários [os catadores] e empresas privadas de gestão de resíduos sólidos foi aperfeiçoada graças a [15] anos de implementação de rotas seletivas de coleta, com a participação das cooperativas” (*Economist*, 2017, p. 64).

Essa celebração, porém, embute uma realidade mais complexa, que é raramente discutida na academia. Por volta de 2017, menos de 1% dos catadores de rua de São Paulo haviam sido integrados à gestão formal dos resíduos sólidos. Havia duas razões para a baixa taxa de inclusão. Primeiro, a quantidade de empregos criados nas cooperativas de triagem: apenas 1.500, nem de longe capaz de absorver os estimados 20 mil catadores da cidade. Segundo, e ainda mais vexatório, a qualidade dos empregos colidia com as necessidades, capacidades e lógicas dos catadores de rua. Contrariamente às expectativas das autoridades municipais e de funcionários de ONGs como Ribeiro, os catadores de rua rejeitaram em massa os convites para trabalhar nas cooperativas e os que aceitaram acabaram abandonando esses empregos em algumas semanas. Para substituí-los, as cooperativas contrataram outros trabalhadores precários, 93% dos quais nunca tinha trabalhado como catador e a maioria deles não se identificava como catador. Sem dúvida, gerar empregos na economia solidária e verde para esses trabalhadores carentes era um projeto altamente meritório. No entanto, milhares de catadores continuavam a trabalhar nas ruas, onde eles coletavam muito mais materiais do que a rota oficial, sem nenhum reconhecimento. Em entrevistas, muitos catadores afirmavam que a concorrência da rota oficial havia reduzido seus ganhos.

Por que essas políticas inclusivas de reciclagem nos anos 2000 falharam em beneficiar justamente a população que buscavam beneficiar? Esse dilema torna-se ainda mais intrigante quando se considera que tais políticas nasceram sob condições aparentemente favoráveis: durante a gestão de Marta Suplicy (2001-2004), do PT, um partido de esquerda, em meio a um excelente momento da economia, que permitiu ao Estado brasileiro investir centenas de milhões de dólares em iniciativas inclusivas de reciclagem, e através de processos participativos que visavam a incluir os catadores e seus aliados da sociedade civil.

Considero que esse resultado perverso foi consequência da falta de voz e poder dos próprios catadores nas fases mais importantes do processo de criação da política. Em primeiro lugar, durante a fase de projeto, em 2000 e 2001, as ONGs reuniram fóruns de todos os interessados para estabelecer os propósitos da política. Esses fóruns visavam a elevar as vozes dos catadores de rua, mas acabaram por favorecer a expertise técnica das equipes das ONGs, dos consultores e das autoridades governamentais. Em segundo lugar, durante a fase de implementação, a prefeita Marta Suplicy (ligada a uma ala centrista do PT) priorizou os interesses de corporações de gestão de resíduos sólidos e de empreiteiros privados. Portanto, embora esse processo buscasse os ideais de-baixo-para-cima da coprodução iniciada por

movimento social (CIMS), aos poucos desviou-se para a orientação de-cima-para-baixo da coprodução iniciada pelo Estado (CIE).

Propostas de política pública através de fóruns com múltiplos interessados

Movimentos sociais latino-americanos de há muito recebem apoio de ONGs, mas a natureza desse apoio mudou no final do século XX. Se, nos anos 1970 e 1980, predominavam as ONGs fragmentárias, com foco na organização de base, nas décadas seguintes essas tornaram-se cada vez mais superadas por ONGs mais formais e mais profissionais (Markowitz; Tice, 2002). O novo tipo de ONG foca no discurso político, na produção de conhecimento especializado e na entrega de projetos para ajudar a traduzir demandas populares por transformação sociocultural em produtos mensuráveis e ganhos políticos concretos. A mudança foi parcialmente uma resposta estratégica a oportunidades criadas pela democratização e por novas fontes de recursos. Alguns detratores afirmam, porém, que o novo tipo de ONG despolitizou os movimentos sociais, apoiando com recursos somente as atividades não ameaçadoras, e desmobilizou os movimentos sociais ao preferir a organização de base (Petras, 1997).

O caso do movimento de catadores em São Paulo encaixa-se bem na tendência à “profissionalização”, mas contradiz as teses de despolitização e desmobilização – pelo menos em suas formas mais restritas. No começo dos anos 2000, ONGs mais profissionalizadas começaram a coordenar fóruns com múltiplos interessados para projetar e defender cooperativas de catadores de rua sustentadas pelo Estado. Tratava-se de uma estratégia explicitamente política para aumentar a capacidade de mobilização do movimento. Não obstante, embora os fóruns tivessem sido planejados para incluir os catadores de rua, na prática favoreceram a expertise técnica do pessoal das ONGs, consultores e representantes do Estado. Portanto, esse caso destaca um outro risco da profissionalização: a criação de espaços formais para projetar políticas públicas acaba por impedir, de fato, a participação de cidadãos pobres.

Na virada do século, novas possibilidades políticas abriram-se pela ascensão do PT e mudanças globais nas normas sobre ambientalismo e cidadania participativa. As ONGs focadas em justiça social e ambiental usaram essa oportunidade para pressionar por uma revisão radical da gestão de resíduos sólidos, com o objetivo de expandir imensamente os

serviços formais de reciclagem e de contratar as cooperativas de catadores para prover esses serviços. Dada a complexidade e a magnitude desse projeto, as ONGs tentaram obter contribuições e recursos de um leque de atores do Estado, do setor privado e da sociedade civil. Um momento divisor de águas veio em 1998, com o lançamento do Fórum Nacional Lixo & Cidadania, que reuniu 56 grandes instituições, incluindo agências do Estado, organizações de catadores, ONGs e associações empresariais (Dias, 2006). Logo em seguida, outros 23 fóruns estaduais e cem fóruns municipais de Lixo & Cidadania foram criados. Esse período também viu a inauguração de duas instituições fundamentais para os direitos dos catadores: o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) em 2001 e, em 2003, o Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis (CIISC).

O Fórum Municipal de Lixo & Cidadania de São Paulo foi fundado em 2000. Naquele ano, a cidade também viu o lançamento de duas outras alianças intersetoriais para promover uma reciclagem inclusiva e uma rede municipal de organizações de catadores. Este estudo concentra-se nesse Fórum, que desempenhou um papel central na coordenação das partes envolvidas e na negociação com o governo municipal.

O evento foi constituído pelo Instituto Pólis⁶, uma organização da sociedade civil (OSC) sem fins lucrativos, baseada em São Paulo, para democratizar a administração pública e promover políticas públicas socialmente inclusivas. No ano 2000, a Pólis ajudou a organizar uma série de oficinas, encontros de cúpula e reuniões de planejamento estratégico com representantes de mais de 85 organizações, incluindo agências estatais, empresas, organizações de catadores, ONGs e universidades. De acordo com Elisabeth Grimberg, coordenadora de gestão de resíduos sólidos na Pólis e autora dos relatos mais abrangentes do período, o Fórum usou uma “metodologia da moderação, que permitiu a construção coletiva de proposições, a valorização de todas as intervenções sem hierarquizações, a formulação e registro de consensos e dissensos” (Grimberg, 2007, p. 29).

O Fórum desenvolveu dois objetivos centrais de política pública: o lançamento de uma campanha de educação pública de massa para ensinar o grupo de residentes a “separar seus resíduos e doar para os catadores”; e “a criação de um sistema de coleta, triagem, comercialização de resíduos que integrasse os cerca de 20 mil catadores que atuavam nas

⁶ Mais informações disponíveis em: <polis.org.br>.

ruas” (Grimberg, 2007, p. 36). Para criar esse sistema, as lideranças do Fórum propuseram que o governo municipal fizesse um grande censo dos catadores de rua da cidade. Esses catadores recenseados seriam, em seguida, organizados num modelo de dois níveis, que combinaria elementos de dois paradigmas: aquele que chamo de reconhecimento do catador (cooperativas de carroceiros); e o da reciclagem inclusiva (cooperativas de triagem).

No primeiro nível, cooperativas formais de catadores ajudariam as empresas de gestão de resíduos sólidos a coletar recicláveis ao longo de uma rota oficial e esse material seria entregue a armazéns industriais, onde membros de cooperativas poderiam separá-los, enfiá-los e vendê-los. A Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras pagaria o aluguel e as contas de luz, água e gás, e compraria equipamentos para as cooperativas. As lideranças do Fórum previram, porém, que os catadores de rua poderiam ter dificuldade para ajustar-se a horários fixos, regras rígidas, normas profissionais, trabalho coletivo e tomada de decisões democráticas. Por isso, propuseram um segundo nível, uma forma de organização intermediária chamada núcleo – ou seja, um grupo informal de três a dez catadores de rua. A Prefeitura ofereceria aos núcleos treinamento, equipamento, espaços para separar recicláveis, serviços sociais e a oportunidade de aderir às cooperativas formais de reciclagem. Em troca, os núcleos recrutariam catadores para fora da rua, treinaria esses catadores e os encaminhariam para o trabalho nas cooperativas. Os organizadores do Fórum chamaram essa estratégia de catador-a-catador.

As lideranças do Fórum estavam certas em prever a dificuldade para levar os catadores da rua para as cooperativas. Mas, como pondero, eles subestimaram a magnitude política e logística desse desafio e superestimaram o desejo de e a capacidade dos catadores para trabalhar nas cooperativas de triagem. Durante minha pesquisa de campo, alguns catadores ativos naquela época reclamaram da falta de consulta no processo. Marco Bastos, por exemplo, um catador da Zona Leste de São Paulo, disse:

Essas políticas foram ideia dos ricos, que não têm nada a ver com a nossa realidade. (...) Colocaram um monte de técnico que nunca foi para a rua, que não sabe o que é puxar uma carroça na rua. Aí mandam lá para inventar uma moda, uma lei que não tem como. Nunca foi feito um estudo com catador de verdade, uma pesquisa. Então, acham que devem chegar lá, da cabeça deles e dizer que o catador está sofrendo, que não pode viver desta maneira. Nunca pararam para pensar se o catador está contente daquele jeito (Bastos, 2017).

Embora a frustração de Bastos seja compreensível, as lideranças do Fórum conversaram com grupos de catadores organizados, alguns dos quais participaram

regularmente do Fórum. Então, por que tais equívocos não foram esclarecidos por meio de diálogo? Em retrospectiva, alguns organizadores do Fórum questionaram a qualidade e a quantidade da representação dos catadores de rua. Ribeiro, por exemplo, lembra que:

(...) organizações ambientais, instituições acadêmicas – esse era o universo do Fórum de Lixo & Cidadania. (...) Havia só um pequeno contingente de catadores. E os que ficaram o tempo todo já tinham sido organizados em cooperativas, então já estavam imersos nesse jeito de pensar. (...) Acredito que catadores autônomos tinham dificuldade para representar a si mesmos (Ribeiro, 2017).

Grimberg concorda que catadores desorganizados tinham dificuldade para participar em “espaços políticos formais” como o Fórum. Devido à ausência deles, admitiu, “nós superestimamos sua prontidão para deixar as ruas e trabalhar em cooperativas de triagem”. Mas, Grimberg observa que esse descuido também foi resultado dos limites em que o Fórum operava:

Éramos só um grupo de instituições da sociedade civil e de organizações de catadores em busca de uma transformação radical da gestão de resíduos sólidos na maior cidade do Hemisfério Sul. A dificuldade para estabelecer um novo sistema de gestão de resíduos sólidos, combinado com a prestação de serviços de maneira cooperativa, algo totalmente novo, absorveu quase todas as nossas energias. Então pedimos à Prefeitura para fazer um censo e criar as condições para um engajamento apropriado dos catadores de rua (Grimberg, 2020).

Ela também explicou que, no início dos anos 2000, São Paulo criaria um sistema formal de reciclagem de qualquer maneira. O Fórum buscou garantir que os catadores fossem incluídos no processo, mas não tinha a capacidade interna para identificar milhares de catadores, consultá-los e organizá-los. Então pediu ajuda ao Estado para essas tarefas, o que nunca ocorreu.

Desafios para implementar as propostas do Fórum em políticas de Estado

A data de lançamento do Fórum parecia aleatória, mas apenas seis meses depois, em outubro de 2000, as eleições para a Prefeitura de São Paulo foram vencidas por Marta Suplicy, candidata do PT. Não obstante, as relações dos catadores com a nova prefeita seriam tensas, em parte devido a uma mudança na agenda programática do partido. No final dos anos 1990, o PT começou a estabelecer alianças com partidos políticos de centro e com poderosos *lobbies* empresariais para conseguir chegar ao poder federal. Isso levou a complexas concessões de classe que combinavam política macroeconômica para agradar as empresas,

programas redistributivos para os pobres e plataformas institucionalizadas para participação dos movimentos sociais (Tarlau, 2019). Dentro desse vasto acordo, os movimentos populares viveram um acesso sem precedentes ao Estado, mas com uma capacidade limitada para avançar com políticas que conflitavam com os interesses empresariais.

Membro de uma das famílias mais ricas do Brasil, Marta Suplicy representava a emergente face centrista do partido. Portanto, num momento em que prefeitos petistas de cidades como Porto Alegre estavam recebendo aplausos internacionais por suas ousadas políticas participativas e democráticas, Marta centralizou as decisões em seu gabinete, delegando muito pouco poder a plataformas participativas e movimentos populares (Wampler, 2007).

Como candidata, ela prometeu apoiar a plataforma e os princípios do Fórum. Mas, no segundo mês de sua gestão, em fevereiro de 2001, seu governo apresentou um modelo de rota de reciclagem administrado exclusivamente por empresas de gestão privada, sem a participação dos catadores. Grimberg lembra que:

(...) a [Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras] apresentava como modelo de coleta seletiva soluções com tecnologias sofisticadas que não contemplavam a participação dos catadores (...) que atua há décadas na cidade e no país, num esforço de autoinclusão, praticamente sem apoios de governos (Grimberg, 2007, p. 32).

Ao longo dos meses seguintes, várias reuniões públicas foram realizadas para discutir as propostas de gestão de resíduos sólidos e surgiram conflitos entre os militantes do Fórum e as empresas de gestão de resíduos sólidos. Os militantes argumentavam que o município não deveria contratar essas empresas sem antes delinear claramente um papel central para as organizações de catadores. Representantes das empresas questionaram a eficiência e a eficácia das propostas do Fórum (Manetti, 2016).

As autoridades municipais adotaram posições contraditórias nesse debate. Então, em outubro de 2002, o governo municipal ignorou os militantes do Fórum ao anunciar uma lei criada secretamente, que ameaçava entregar a indústria de reciclagem para as empresas do setor com um papel apenas marginal para os catadores. Além disso, a lei estendia os contratos com as empresas de quatro para 20 anos, com o argumento de que isso ajudaria a incentivar investimentos de longo prazo em infraestrutura. Mas a lei não dava função alguma às cooperativas de catadores nas rotas de reciclagem e estabelecia que a “permissão” para que trabalhassem nos armazéns de triagem dos recicláveis poderia ser revogada a qualquer momento e por qualquer razão.

Em seguida, a Prefeitura abriu uma licitação para coleta de lixo e recicláveis e deu concessões de 20 anos para duas empresas de gestão de resíduos sólidos. Também lançou uma campanha de educação pública para ensinar os residentes a separarem recicláveis, que eram coletados pelas empresas vencedoras da licitação ao longo de rotas específicas. Os recicláveis eram entregues às cooperativas de triagem para separação e enfardamento. A gestão de Marta Suplicy pretendia construir 31 cooperativas desse tipo, mas construiu apenas 15, onde cerca de 814 pessoas trabalhavam (Jacobi; Besen, 2011). Enquanto Erundina cedeu espaço para a Coopamare num bairro central da cidade, com muitos catadores de rua, Marta construiu as cooperativas de triagem em bairros periféricos, onde o aluguel era mais barato e os vizinhos não reclamariam. A Prefeitura pagou o aluguel e os serviços públicos (luz, água, gás etc.) das cooperativas de triagem e forneceu os equipamentos, apoio técnico, treinamento e entregas regulares dos materiais, mas não remunerou os empregados dessas cooperativas por seus serviços ambientais, forçando-os a buscar sozinhos uma receita com as vendas dos recicláveis.

Em suma, quem ganhou com as políticas de reciclagem inclusiva de Marta Suplicy foram as empresas privadas de gestão de resíduos sólidos, que receberam lucrativos contratos de 20 anos para controlar o mercado de coleta de recicláveis. Para os membros das cooperativas de triagem, esse período foi ambíguo. Marta construiu as primeiras 15 cooperativas de triagem da cidade e forneceu infraestrutura e assistência técnica, mas rejeitou as demandas do Fórum para que as cooperativas dos catadores recebessem contratos de longo prazo, uma função na rota de reciclagem e remuneração por seus serviços ambientais⁷. Tudo isso deixou as cooperativas de triagem num estado permanente de insegurança e dependência, confiando nas entregas das empresas de gestão de resíduos sólidos e na boa vontade dos prefeitos para sobreviver. A receita variava muito entre as cooperativas de triagem e ao longo do tempo, mas a maioria pagava o salário mínimo, um valor insuficiente para viver na cidade mais cara da América Latina. No processo, os maiores perdedores foram os catadores de rua organizados.

Resultados: marginalização política dos catadores de rua

Por volta de 2017, depois de 15 anos de políticas inclusivas de reciclagem, menos de 1% dos catadores de rua tinham sido incluídos na gestão formal de resíduos sólidos. Em vez

⁷ Em 2015, a Prefeitura de São Paulo começou a contratar as cooperativas de catadores para coletar recicláveis em bairros que não eram cobertos pela rota oficial.

disso, o número de catadores de rua organizados declinou expressivamente desde o começo dos anos 2000. Reconheça-se que as novas políticas públicas atingiram outros objetivos importantes: produziram cerca de 1.500 empregos em cooperativas de triagem, educaram milhões de residente sobre como separar recicláveis e aumentaram moderadamente as taxas de reciclagem, mas o sistema informal de reciclagem continuava bem maior do que o sistema formal em termos de quantidade de materiais reciclados, redução de gases do efeito estufa, número de empregos gerados e custo-benefício para o público. Mesmo assim, os milhares de catadores de rua que desempenhavam esse trabalho não recebiam reconhecimento oficial ou remuneração.

Dois fatores levaram à exclusão funcional dos catadores de rua das políticas de reciclagem inclusiva. O primeiro foi a negligência e a perseguição das organizações de catadores de rua. No começo dessas políticas de inclusão, em 2003, a Prefeitura trabalhava com 30 núcleos, representando perto de mil catadores de rua. Mas em 2004, quando foram instaladas as 15 cooperativas de triagem, a cidade cortou relações com todos os núcleos. Grimberg descreve a situação, percebida como uma traição:

Nas inúmeras reuniões que foram realizadas pelos fóruns... os integrantes dos núcleos de catadores reiteravam seu desespero quanto à situação de abandono em que viviam, especialmente após a criação das centrais. Sob forte angústia, os catadores dos núcleos apontavam que a Prefeitura priorizara a estruturação da infraestrutura pública, do sistema de coleta seletiva para a disponibilização de materiais, além de um certo suporte na capacitação das cooperativas que operavam nas centrais. Mas criticavam o fato de os núcleos terem ficado fora deste processo (Grimberg, 2007, p. 89).

Sem apoio do poder público, a maioria dos núcleos debandou.

Marta Suplicy foi sucedida por dois prefeitos conservadores, que continuaram a apoiar e gradualmente expandir as cooperativas de triagem, mas despejaram de suas sedes a maioria das organizações de catadores de rua. Esses despejos costumavam ter duas justificativas: as organizações de carroceiros eram “anti-higiênicas” e apresentavam “riscos de incêndio”. Os carroceiros, porém, achavam que o motivo era outro: higienização, ou seja, limpeza social de populações indesejadas no espaço público. Não por acaso, os prefeitos conservadores também montaram “uma ofensiva completa, bem planejada e administrativamente hermética” contra camelôs (Cuvi, 2016, p. 396), reprimiram grafiteiros e despejaram acampamentos de sem-teto.

Naquele período, a maioria das organizações de catadores de rua se viu forçada a fechar ou mudar para o modelo da cooperativa de triagem. Em 2005, por exemplo, a

Coopamare trabalhou com cerca de 300 catadores que eram membros das cooperativas de triagem ou vendiam materiais lá. Mas, naquele ano, a Prefeitura pressionou a Coopamare para não mais comprar materiais dos catadores de rua e mudar para o modelo de triagem, sob ameaça de despejo. Por volta de 2017, só restavam 23 membros na Coopamare, muitos dos quais nunca tinham trabalhado como catadores de rua. Na época, só duas organizações de carroceiros ainda funcionavam em São Paulo e ambas estavam sofrendo processos de despejo.⁸

O outro fator que levou à exclusão dos catadores de rua das políticas inclusivas foi a rejeição das cooperativas de triagem. A vasta maioria dos 814 membros das 15 cooperativas iniciais eram catadores de rua, mas quase todos saíram logo. Um pequeno grupo permaneceu, em geral ocupando posições de liderança, mas não conseguiram atrair mais catadores de rua. Em vez disso, acabaram contratando outros trabalhadores precários, que eram oficialmente classificados como catadores, embora nunca tivessem trabalhado com isso.

Nos anos que se seguiram ao mandato de Marta Suplicy, só houve um único esforço de larga escala para recrutar catadores de rua para as cooperativas de triagem. Entre 2012 e 2014, o MNCR operou um programa federal chamado CataRua: uma equipe de três líderes do MNCR (todos ex-catadores de rua) e três técnicos percorreram as ruas de São Paulo em busca de catadores de rua. Eles encontraram 815 e convidaram todos a entrar para cooperativas. Só seis deles aceitaram o convite e não houve acompanhamento posterior para saber quantos permaneceram nas cooperativas de triagem (Manetti, 2016).

Em 2016 e 2017, meu levantamento dos líderes das 21 cooperativas de triagem formais constatou que apenas 7% dos membros já haviam trabalhado como catadores de rua. A maioria dos líderes dessas cooperativas desistiram de recrutar catadores de rua. Eles acreditavam, então, que a missão social de suas cooperativas era criar empregos para desempregados, em vez de melhorar as vidas dos catadores de rua. Dezesete dos entrevistados disseram que não faziam qualquer esforço especial para recrutar catadores de rua. Os outros quatro disseram que, de vez em quando, convidavam catadores de rua para as cooperativas, mas os convites eram quase sempre rejeitados. Como explicou um deles, que já havia trabalhado como catador de rua, “o catador de rua trabalha quando quer, onde quer. Ele não presta contas a ninguém. Faz tudo como lhe agrada. E, de repente, você tenta colocá-lo num trabalho coletivo. O catador não se encaixa nesse cenário, então ele sai” (Pedro, 2016).

⁸ Graças, em parte, ao apoio político do MNCR, as duas cooperativas de catadores de rua acabaram evitando o despejo. No entanto, seu futuro permanece incerto.

Discussão: a rejeição dos catadores às cooperativas de triagem

O cara que diz que tem que acabar com catador e carroceiro nunca foi carroceiro, só sabe criticar, é um opositor do trabalho que a pessoa faz. É um grande idiota que não sabe nem o que é puxar uma carroça no meio da rua. Não sabe o que é ter a liberdade de trabalhar e não ter patrão enchendo o saco e falando na sua orelha... quando a pessoa está trabalhando com sua carroça na rua, não tem ninguém para cobrá-la e nem encher o saco, de dar um horário ou regra para ela. Por isso que o carroceiro se torna carroceiro. O carroceiro de verdade não aceita ser mandado, ele é livre. Não é porque ele quer fazer do jeito que ele acha que é certo, o carroceiro de verdade sabe trabalhar. E o ganho dele é muito maior do que quem está trabalhando dentro de uma cooperativa, com certeza.

Marco Bastos (2017),
catador de rua, Zona Leste de São Paulo

Por que os catadores de rua sempre rejeitam as oportunidades para trabalhar nas cooperativas de triagem? Marco Bastos destaca duas razões, repetidas nas entrevistas com muitos catadores e líderes de cooperativas. Em primeiro lugar, embora muitos catadores de rua tivessem uma visão mais crítica de seu trabalho do que Bastos, a maioria concordou que tinham uma vantagem sobre outros empregos disponíveis: uma certa medida de controle sobre quando, onde e como trabalhavam. Como diz a antropóloga Kathleen Millar (2018), essa “autonomia relacional” ajuda os catadores a se adaptarem às urgências cotidianas da vida. Uma catadora de rua explicou que, se seu filho ficasse doente, por exemplo, ela tirava o dia para cuidar dele ou trabalhava horas extras para pagar pelos remédios. Importante notar que a autonomia relacional facilita não apenas a sobrevivência dos catadores, mas também sua busca de sentido. Embora os ideais burgueses de sucesso estivessem para além da percepção de Bastos, ele buscava sua própria visão do que Millar (2018) chama de “boa vida”, com foco em valores de independência, coragem e usufruto do presente.

Em segundo lugar, como Bastos sugere, os catadores de rua tinham uma renda moderadamente maior do que os salários médios dos membros das cooperativas de triagem. De acordo com meu levantamento, em 2016 quase metade das 21 cooperativas de triagem pagavam o salário mínimo federal (US\$ 220 por mês) ou menos e muitas desistiram de pagar os trabalhadores por muitos meses, devido a déficits no orçamento. A maioria das cooperativas ofereciam benefícios sociais e seguro de saúde. Os catadores de rua não recebem nada disso, mas muitos afirmaram ganhar entre 1,5 e 2 salários mínimos, uma renda advinda da venda de recicláveis, que eles suplementavam com biscates ou recuperando certos itens do

lixo para reuso ou revenda. Uma causa básica para os salários relativamente baixos nas cooperativas de triagem era a quantidade inconstante e a baixa qualidade dos materiais entregues pela rota oficial de reciclagem, a maioria dos quais precisava ser jogada fora. Os catadores de rua, porém, coletavam só materiais valiosos. Como disse um deles, “o poder público está sufocando as cooperativas, forçando-as a suplicar por mais materiais... Nós, os catadores, ganhamos mais porque não dependemos da Prefeitura” (Soares, 2017).

Quando perguntei a funcionários das ONGs e líderes do MNCR sobre a baixa participação de catadores nas cooperativas de triagem, alguns culpavam a Prefeitura por seu recorrente fracasso na implementação das propostas apresentadas pelo Fórum 15 anos antes. Afinal, argumentaram, com mais apoio do governo os núcleos teriam recrutado os catadores de rua e preparado todos eles para trabalhar nas cooperativas de triagem. Se o governo tivesse aplicado recursos para melhorar a renda e as condições de trabalho nas cooperativas de triagem, os catadores teriam tido mais incentivos para aderir. E, se o governo tivesse construído mais cooperativas de triagem, elas poderiam ter empregado uma parcela maior dos 20 mil catadores de rua da cidade.

Em contraste, minha própria pesquisa sugere que, embora essas políticas pudessem ter gerado significativos benefícios sociais e ambientais, elas provavelmente levariam somente a um aumento marginal na inclusão de catadores nas cooperativas de triagem, pois o projeto das cooperativas de triagem colidia com as necessidades, capacidades e lógicas da maioria dos catadores de rua. Afinal, em 2003, no auge do apoio da Prefeitura aos núcleos, os catadores de rua ainda rejeitavam esmagadoramente os empregos nas cooperativas de triagem.

Minha pesquisa também descobriu que as cooperativas que ofereciam os melhores salários e condições de trabalho tinham as mais baixas taxas médias de inclusão de catadores de rua – provavelmente porque atraíam mais concorrência pelos empregos. Além disso, a rejeição das cooperativas de triagem pelos catadores de rua não parecia limitada a São Paulo. Fiz algumas entrevistas com o pessoal das ONGs e das cooperativas em outras grandes cidades brasileiras, como Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre, e eles reportaram baixas taxas de participação de catadores de rua, semelhantes às de São Paulo. Mas os catadores de lixões, acostumados a trabalhar coletivamente em espaços mais confinados, pareciam aceitar melhor as cooperativas de triagem. Mais pesquisas de acompanhamento são necessárias para testar se é possível generalizar essa constatação para todas as grandes cidades brasileiras.

Conclusões

Sob quais condições a colaboração entre precários trabalhadores informais e o Estado para oferta de serviço público pode produzir sinergias socialmente benéficas e quando pode intensificar as desigualdades? Este artigo abordou essa questão por meio de um estudo de caso comparativo entre dois esforços para coproduzir serviços de reciclagem em São Paulo, com resultados completamente diferentes. Evidências anedóticas sugerem que o primeiro, um esforço de organização de base nos anos 1980 e 1990, elevou a renda, as condições de trabalho e as vozes de centenas de catadores e inspirou um movimento nacional. O segundo, uma revisão ambiciosa da gestão de resíduos no começo dos anos 2000, gerou cerca de 1.500 novos empregos para residentes de baixa renda, mas funcionalmente excluiu justamente a população de catadores de rua – que seria a principal beneficiária do projeto. A análise desses resultados diferentes confirma um conceito central dos estudos sobre coprodução iniciada por movimento social (CIMS): resultados favoráveis aos pobres são mais prováveis quando há esforços conjuntos para nivelar as relações de poder assimétricas entre os participantes pobres, de um lado, e, de outro, os mais poderosos, como as equipes das ONGs e as autoridades do Estado. Estendo essa percepção ao identificar estratégias e contextos específicos em que é mais provável que a coprodução promova justiça social e sustentabilidade urbana.

Em primeiro lugar, resultados que beneficiam os pobres são mais prováveis quando emergem de processos de projeto de política pública apoiados por ONGs que priorizam o conhecimento prático e a experiência de vida dos pobres. Nos anos 1980 e 1990, freiras de uma ONG católica fizeram isso ao se inserirem nas vidas e no trabalho dos catadores e pela criação conjunta de um modelo de organização, por meio de anos de processo de experimentos de campo e reflexão coletiva. No início dos anos 2000, em contraposição, o pessoal das ONGs organizou fóruns e oficinas com múltiplos interessados para projetar propostas abstratas de política pública para uma revisão radical da indústria de reciclagem. Esse processo pretendia incluir as vozes dos catadores, mas acabou favorecendo a expertise técnica do pessoal das ONGs, da academia e das autoridades do Estado – e todos superestimaram o desejo e a capacidade dos catadores para trabalhar em cooperativas industriais. É importante notar que esse resultado também refletiu uma vasta mudança na natureza das ONGs latino-americanas. Nos anos 1970 e 1980, a maioria dessas ONGs era fragmentária e estava focada na organização de base, mas, nas duas décadas seguintes, foram

superadas por ONGs profissionais, com foco em discurso político, produção de conhecimento especializado e entrega de projetos (Markowitz; Tice, 2002). Portanto, esse caso destaca como a profissionalização das ONGs pode ser um risco para a CIMS: a criação de espaços formais para o projeto de políticas públicas dificulta a participação dos pobres.

Em segundo lugar, é preciso empenho para elevar a voz e o poder dos pobres, não apenas no propostas de políticas públicas, mas também em sua implementação. Nesse quesito, os catadores de São Paulo dependeram muito da boa vontade de autoridades eleitas, pois tinham pouca influência política externa. Assim, não é surpresa que as duas iniciativas de coprodução discutidas neste artigo tenham sido implementadas por prefeitas de um partido socialista e democrático, o PT. As prefeitas, porém, representavam correntes muito diferentes dentro do partido. Erundina (1989-1992) pertencia à ala mais à esquerda do PT, que acabou sendo cada vez mais marginalizada, levando-a a deixar o partido em 1997. Como prefeita, ela tratou os movimentos populares como seus eleitores mais importantes e até cedeu um terreno, em bairro afluente, para a primeira cooperativa de catadores do Brasil, a despeito da reação NIMBY⁹. Já Marta Suplicy (2001-2004) representava uma nova face do partido, mais centrista, que buscava combinar políticas macroeconômicas favoráveis aos negócios com programas sociais redistributivos. Ela fez concessões a algumas das demandas dos catadores, mas priorizou os interesses de empresas privadas de gestão de resíduos e praticamente abandonou o apoio oficial às organizações dos catadores de rua – a maioria das quais foi perseguida e despejada pelos subsequentes prefeitos de direita. Esse caso, portanto, ilustra o perigo de que as alianças de autoridades do Estado com *lobbies* empresariais possam minar o potencial da coprodução favorável aos pobres.

Em terceiro lugar, o caso demonstra como as estratégias de coprodução são formuladas não apenas pelas escolhas de atores locais, mas também pelos contextos nacional e global em que operam. Além da profissionalização das ONGs e do acordo de classes do PT, uma terceira mudança estrutural que restringiu as estratégias de coprodução foi a formalização da coleta de recicláveis. Nos anos 1980 e 1990, a indústria de reciclagem ainda era pequena e informal, e essa obscuridade relativa deu aos catadores e a seus aliados uma margem de manobra para fazer experiências com projetos-piloto de base. Essas estratégias já não seriam viáveis nos anos 2000, quando a crescente produção de resíduos, a demanda

⁹ **Nota da Tradutora:** em inglês, NIMBY significa “*not in my backyard*” (não no meu quintal).

industrial e a consciência ambiental levaram cidades em toda a América Latina a começar a formalizar os serviços de reciclagem.

Rotas formais de reciclagem e usinas de processamento seriam implementadas de qualquer maneira, pois eram marcas do status de “cidades de primeira classe” e representavam oportunidades lucrativas para empresas de gestão de resíduos. Portanto, os organizadores do Fórum trataram de garantir que o sistema formal de reciclagem incluísse os catadores. Por causa da complexidade e da magnitude do projeto, eles acreditavam que era necessário ouvir e obter o apoio de um leque de atores do Estado, do setor privado e da sociedade civil por meio de fóruns com múltiplos interessados. Esse processo não deu certo para formalizar um grande número de catadores, mas não está claro quais estratégias alternativas poderiam ter produzido resultados melhores.

Embora restrições estruturais tenham contribuído para a marginalização política dos catadores paulistanos, é necessária uma ação deliberada para reverter a tendência. Um primeiro passo seria uma discussão mais sincera sobre as deficiências das atuais políticas de coprodução da cidade. Na literatura acadêmica, na mídia popular e nas publicações das ONGs, a impressão prevalente é de que muitos catadores estavam fazendo a transição da rua para as cooperativas de triagem, onde podiam ter condições de trabalho e renda superiores. Essas alegações precisam ser testadas por meio de pesquisa empírica rigorosa.

Como segundo passo, devemos questionar premissas que são a base do atual modelo de inclusão de catadores. Muitas autoridades municipais continuam a ver os catadores como uma profissão de último recurso, e partem da ideia de que os catadores de rua vão correr para a oportunidade de trabalhar nas cooperativas de triagem. Em contraste, minha pesquisa sugere que a maioria dos catadores tem acesso a outros empregos de baixa renda, mas não têm vontade ou capacidade para seguir horários e regras rígidos. Esses fatos não devem nos levar a romantizar a profissão – uma forma de trabalho de baixa remuneração, perigosa e estigmatizada. Em vez disso, devemos ser mais críticos das formas disponíveis de emprego de baixa renda, em cooperativas ou não. Como me disse Isabella Vallin (2017), técnica do MNCR, “no capitalismo, a insegurança, o perigo e a humilhação não são características apenas dos catadores, mas de toda a classe trabalhadora”.

Um terceiro passo: catadores organizados e seus aliados devem identificar modelos de política pública que visem a reconhecer e fortalecer o trabalho dos catadores nas ruas, em vez de apagá-lo e substituí-lo. Há muitos exemplos internacionais atraentes desse tipo de abordagem, de Bogotá a Pune. Mas pode estar no passado da própria cidade o ponto de

partida mais promissor para pensar sobre um futuro modelo de inclusão de catadores em São Paulo.

Agradecimento

Estou grato aos muitos catadores e aliados que compartilharam comigo suas percepções e experiências. Estou especialmente grato a Davi Amorim, Beth Grimberg, Rizpah Besen e Sonia Dias por suas ajudas na pesquisa. Comentários valiosos nas primeiras versões deste artigo foram feitos por Calla Hummel, Katy Fox Hodess, Pablo Gaston e Peter Evans. Por fim, agradeço a Leda Beck por seu cuidadoso e belo trabalho de tradução.

Entrevistas

Todas as entrevistas foram pessoais, em São Paulo; uma delas foi por telefone, como indicado.

BASTOS, Marco. 2017. Catador de rua. 5 de julho.

CARVALHAES, Paulo de Tarso. 2017. Assistente jurídico da Coopamare. 1º de junho.

FERREIRA DE PAULA, Eduardo. 2017. Membro da Coopamare. 21 de junho.

GRIMBERG, Elisabeth. 2020. Por telefone. 17 de fevereiro.

MANETTI, Viviane. 2016. Funcionária de ONG. 3 de julho.

MANUEL, Maria Regina. 2017. Membro da equipe da OAF. 8 de maio.

PEDRO, Wilson. 2016. Líder de cooperativa de triagem. 17 de junho.

RIBEIRO, Enrique. 2017. Funcionário de ONG. 7 de março.

SOARES, Philippe. 2017. Catador de rua. 24 de setembro.

VALLIN, Isabella. 2017. Membro do MNCR. 22 de junho.

Referências

ARCHER, Diane; LUANSANG, Chawanad; BOONMAHATHANAKORN, Supawut. Facilitating Community Mapping and Planning for Citywide Upgrading: The Role of Community Architects. **Environment and Urbanization**, v. 24, n. 1, p. 115-129, 2012.

BURGOS, Rosalina. **Periferias urbanas da metrópole de São Paulo: territórios da base da indústria da reciclagem no urbano periférico**. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

CIPMRS – Comitê Intersecretarial para a Política Municipal de Resíduos Sólidos. **Plano de gestão integrada de resíduos sólidos da cidade de São Paulo**. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 2014. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/servicos/arquivos/PGIRS-2014.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2023.

CUVI, Jacinto. The Politics of Field Destruction and the Survival of São Paulo's Street Vendors. **Social Problems**, v. 63, n. 3, p. 395-412, 2016.

- DIAS, Sonia Maria. Waste and Citizenship Forum: Achievements and Limitations. In: **Solid Waste, Health, and the MDGS Workshop**. Kolkata, India: WIEGO, 2006. Disponível em: <wiego.org/sites/default/files/Dias_WASTE_AND_CITIZENSHIP_FORUMS.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2023.
- ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT. **Progress and Challenges for Inclusive Recycling**: An Assessment of 12 Latin American and Caribbean Cities. Nova York: Economist Intelligence Unit, 2017. Disponível em: <https://latitudr.org/wp-content/uploads/2017/05/EIU_Inclusive-Recycling_report-ENGLISH.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2023.
- GRIMBERG, Elisabeth. **Estudo sobre a Coopamare, cooperativa de catadores autônomos de papel, aparas e materiais reaproveitáveis de São Paulo**. São Paulo: Instituto Pólis, 1994. Disponível em: <<https://polis.org.br/publicacoes/estudo-sobre-a-coopamare/>>. Acesso em: 22 abr. 2023.
- GRIMBERG, Elisabeth. **Violações dos direitos humanos no centro de São Paulo**: propostas e reivindicações para políticas públicas. São Paulo: Fórum Centro Vivo, 2006.
- GRIMBERG, Elisabeth. Coleta seletiva com inclusão dos catadores: Fórum Lixo & Cidadania da cidade de São Paulo: experiência e desafios. **Pólis 49**. São Paulo: Instituto Pólis, 2007.
- GUTBERLET, Jutta; BESEN, Gina Rizpah; MORAIS, Leandro. Participatory Solid Waste Governance and the Role of Social and Solidarity Economy: Experiences from São Paulo, Brazil. **Detritus**, v. 13, n. 13, p. 167-180, 2020.
- HINCHBERGER, Bill. Brazil: The Left in City Hall. **NACLA Report on the Americas**, v. 23, n. 1, p. 4-7, 1989.
- JACOBI, Pedro Roberto; BESEN, Gina Rizpah. Solid Waste Management in São Paulo: The Challenges of Sustainability. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 25, n. 71, p. 135-158, 2011.
- JOSHI, Anuradha; MOORE, Mick. Institutionalised Co-Production: Unorthodox Public Service Delivery in Challenging Environments. **Journal of Development Studies**, v. 40, n. 4, p. 31-49, 2004.
- KING, Sophie; KASAIJA, Peter. State-Movement Partnership in Uganda: Coproducing an Enabling Environment for Urban Poverty Reduction? **ESID Working Paper**, Effective States and Inclusive Development (ESID) Research Center, Manchester, n. 18, p. 1-49, 2018.
- MARKOWITZ, Lisa; TICE, Karen. Paradoxes of Professionalization: Parallel Dilemmas in Women's Organizations in the Americas. **Gender & Society**, v. 16, n. 6, p. 941-958, 2002.
- MEAGHER, Kate. Unlocking the Informal Economy: A Literature Review on Linkages Between Formal and Informal Economies in Developing Countries. In: **WIEGO Working Paper n. 27**. Cambridge, EUA: Women in Informal Employment: Globalizing and Organizing, 2013.
- MILLAR, Kathleen M. **Reclaiming the Discarded**: Life and Labor on Rio's Garbage Dump. Durham: Duke University Press, 2018.
- MITLIN, Diana. With and Beyond the State: Co-Production as a Route to Political Influence, Power and Transformation for Grassroots Organizations. **Environment and Urbanization**, v. 20, n. 2, p. 339-360, 2008.
- MITLIN, Diana; BARTLETT, Sheridan. **Co-Production: Key Ideas**. Londres: Sage, 2018.
- MOSSE, David. A Relational Approach to Durable Poverty, Inequality and Power. **Journal of Development Studies**, v. 46, n. 7, p. 1156-1178, 2010.
- NAVARRETE-HERNÁNDEZ, Pablo; NAVARRETE-HERNÁNDEZ, Nicolás. Unleashing Waste-Pickers' Potential: Supporting Recycling Cooperatives in Santiago de Chile. **World Development**, v. 101, p. 293-310, 2018.
- OSTROM, Elinor. Crossing the Great Divide: Coproduction, Synergy, and Development. **World Development**, v. 24, n. 6, p. 1073-1087, 1996.
- PARRA, Federico. **De la dominación a la inclusión**: la población recicladora organizada como sujeto político. 2016. Tese (Doutorado em Estudos Políticos e Relações Internacionais) – Faculdade de Ciências Políticas e Direito, Universidade Nacional da Colômbia, Bogotá, 2016.
- PETRAS, James. Imperialism and NGOs in Latin America. **Monthly Review**, v. 49, n. 7, n.p., dez. 1997.
- ROSALDO, Manuel. Revolution in the Garbage Dump: The Political and Economic Foundations of the Colombian Recycler Movement (1986-2011). **Social Problems**, v. 63, n. 3, p. 351-372, 2016.

- ROSALDO, Manuel. The Antinomies of Successful Mobilization: Colombian Recyclers Manoeuvre Between Dispossession and Exploitation. **Development and Change**, v. 53, n. 2, p. 251-278, 2019.
- SAMSON, Melanie (ed.). **Refusing to Be Cast Aside: Waste Pickers Organising Around the World**. Cambridge, EUA: Women in Informal Employment: Globalizing and Organizing (WIEGO), 2009.
- SCARPINATTI, Mauro. 2008. **Trabalhadores do lixo: a organização das cooperativas de catadores de materiais recicláveis em São Paulo 2000-2005**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.
- SILVA, Sandro Pereira; GOES, Fernanda Lira; ÁLVAREZ, Albino Rodrigues. **Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), dez. 2013. Disponível em: < https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/situacao_social/131219_relatorio_situacaosocial_mat_reciclavel_brasil.pdf >. Acesso em: 20 abr. 2023.
- SONG, Lily. Planning with Urban Informality: A Case for Inclusion, Co-Production and Reiteration. **International Development Planning Review**, v. 38, n. 4, p. 359-381, 2016.
- TARLAU, Rebecca. Coproducing Rural Public Schools in Brazil: Contestation, Clientelism, and the Landless Workers' Movement. **Politics & Society**, v. 41, n. 3, p. 395-424, 2013.
- TARLAU, Rebecca. **Occupying Schools, Occupying Land: How the Landless Workers Movement Transformed Brazilian Education**. Oxford: Oxford University Press, 2019.
- TILLY, Charles. Afterword: Political Ethnography as Art and Science. *In*: LAUREN, Joseph; MAHLER, Mathew; AUYERO, Javier (ed.). **New Perspectives in Political Ethnography**. Nova York: Springer, 2007. p. 247-250.
- WAMPLER, Brian. **Participatory Budgeting in Brazil: Contestation, Cooperation, and Accountability**. Pensilvânia, EUA: Penn State Press, 2007.
- WATSON, Vanessa. Co-Production and Collaboration in Planning: The Difference. **Planning Theory & Practice**, v. 15, n. 1, p. 62-76, 2014.

Recebido em: 28/04/2023

Aceito em: 12/06/2023

Resenha

A SOCIOLOGIA DO TRABALHO VAI AOS MERCADOS POPULARES¹

SOCIOLOGY OF WORK GOES TO THE POPULAR MARKETS

Tiago Magaldi*

RANGEL, Felipe. **A empresarização dos mercados populares: trabalho e formalização excludente.** Belo Horizonte: Fino Traço, 2021.

O livro toma por objeto o processo de “empresarização” do comércio popular brasileiro a partir da análise das transformações no setor observadas no contexto paulistano, em um esforço de interpretação do processo de reordenamento desse tipo de atividade nas capitais brasileiras. Recorrendo a uma abordagem fundamentalmente etnográfica, e tomando a “Feirinha da Madrugada” como espaço privilegiado de análise, Rangel reconstrói as intrincadas relações sociais e comerciais desenvolvidas nas feiras e shoppings populares da região do Brás, no centro da cidade de São Paulo, buscando o sentido das mudanças em curso na região, tanto em termos “objetivos”, isto é, econômico (formas de entrada nas diferentes atividades comerciais, relação dos comerciantes com os clientes e entre si, estratégias de gerenciamento do negócio, seleção de produtos, magnitude do capital envolvido) e administrativo (modelos de organização do espaço e da atividade comercial) quanto “subjetivos” (hierarquias nativas estabelecidas entre os comerciantes, fundamentos normativos acoplados à atividade, expectativas para o futuro, disciplinamento para o trabalho no comércio). O intuito foi o de retratar o fenômeno da “empresarização” enquanto uma forma contemporânea de expropriação, destacando seu movimento de conjunto e as assimetrias de poder dos atores envolvidos sem descuidar da relevância sociológica da agência dos comerciantes no “chão de loja”, isto é, daqueles que historicamente criaram o Brás enquanto ponto comercial visado e rentável.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Código de Financiamento 001.

* Professor substituto da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), doutor em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). E-mail: tmgranato@gmail.com

Nesse sentido, trata-se de um trabalho que investiga as dinâmicas do trabalho informal sobretudo a partir da perspectiva de seus protagonistas cotidianos, na trilha classicamente aberta, no Brasil, por Luiz Antônio Machado da Silva (1979, 2002, 2018), e que recebeu contribuições importantes nas últimas duas décadas (Durães, 2013; Kopper, 2015; Sakai, 2011). Essa perspectiva é enriquecida por dois movimentos teóricos que visam a informar o sentido da análise e a ampliar o seu alcance: o primeiro é uma aposta sobre as mudanças em curso no horizonte de expectativas do mundo do trabalho brasileiro, no sentido de uma cultura do trabalho mais individualista e instável (Lima, 2010), um desencantamento da relação salarial clássica descrita por Castel (1998); o segundo é adoção da tese da expansão mundial de uma “racionalidade neoliberal”, isto é, a tendência à universalização do princípio de concorrência tanto como razão de governo quanto como mediador normativo das relações sociais na contemporaneidade (Dardot; Laval, 2016).

O argumento do autor é conduzido por duas linhas de análise: na primeira, busca descrever a experiência de trabalho no comércio popular informalizado em seus detalhes e compreender quais percepções e horizontes de expectativas estão entrelaçados nos protagonistas da atividade, e em que medida tais dimensões aparecem e se modificam no decorrer da trajetória dos trabalhadores, tendo por referência de comparação, por contraste, o trabalho assalariado formal clássico; na segunda, de maior nível de abstração, o autor investiga se e em que medida os projetos de “reordenamento” do comércio popular da cidade de São Paulo produzem uma espécie de gentrificação do trabalho, isto é, a substituição, nos pontos de venda, de trabalhadores com pouco capital escolar e financeiro por outros, melhor equipados em ambas as dimensões, e que se identificam enquanto “empresários” (Rangel, 2021, p. 29). Esse processo teria como resultado e símbolo maior a construção de grandes shoppings populares, administrados por conglomerados empresariais atraídos pelas oportunidades de lucro gestadas naqueles espaços. Ambas as linhas se encontram no objetivo de analisar as mudanças no comércio popular brasileiro como um todo, tanto no que tange ao processo de trabalho em si quanto às condições de trabalho (incluindo os complexos estatutos jurídicos dos trabalhadores/comerciantes), passando pelas interpretações dos trabalhadores sobre a sua atividade. A motivação de conjunto do autor é a intuição de que há uma profunda reestruturação objetiva e subjetiva no comércio popular com o surgimento das galerias e shoppings populares, iniciativas que projetam uma imagem dessa atividade que em nada se assemelha à do senso comum, isto é, como algo feito exclusivamente para a sobrevivência, que envolve valores módicos, sendo caótico e sujo, uma atividade “marginal” (no duplo

sentido de ilegal e realizada por populações marginalizadas). Tal conjunto de mudanças é sintetizado na expressão “empresarização do comércio popular”, na qual está embutido um processo de “formalização excludente” (Rangel, 2021, p. 145).

A metodologia é de inspiração etnográfica, tendo sido desenvolvida na “Feirinha da Madrugada” e nas galerias e shoppings populares do bairro do Brás, no centro de São Paulo. Os atores postos em cena são apresentados sobre o pano de fundo de suas trajetórias, bastante diversas entre si, mas cujas atividades, seus sucessos e fracassos estão interligados pelas tramas do comércio popular na região. A cuidadosa análise da prática comercial dos sujeitos pesquisados proporciona o estofo sociológico que justifica o trabalho: trata-se de, reconhecendo-se que se está diante de um fenômeno relativamente novo, compreender e explicar em que medida o emaranhado de práticas e expectativas que constitui o comércio popular atual constrói “relações, estilos de vida e subjetividades” (Lima; Pires, 2017, p. 774) no contexto do capitalismo brasileiro contemporâneo de corte neoliberal, e não apenas de denunciar a precariedade da situação dos trabalhadores analisados – embora isso também seja feito.

Assim, conhecemos as trajetórias de Davi, Omar, Vicente, Claudia, e de outros trabalhadores, bem como as suas próprias interpretações sobre elas. Somos apresentados ao modo como chegaram ao Brás, a como se instalaram, aprenderam os rudimentos da atividade, ganharam ou perderam dinheiro; a como criaram expectativas com o negócio ou se frustraram; a como se reinventaram para driblar as dificuldades, fossem elas práticas – relativas a capital, à escolha de mercadorias ou às ondas de imposição normativa do poder público ou de agentes privados “reguladores” do espaço – ou subjetivas, como, por exemplo, a importância do autodisciplinamento na organização estratégica dos investimentos em momentos-chave do ano, ou a tentativa de realizar uma “limpeza simbólica” (Silva, 2008) presente na distinção hierárquica entre “camelôs”, “comerciantes” e “fabricantes”², estando os primeiros na posição mais vulnerável, reprimidos pelas autoridades públicas e estigmatizados por todos, incluindo os segundos. Em seu conjunto, oferecem um retrato multifacetado das suas duras condições de trabalho e de sua vulnerabilidade.

Na segunda parte da obra, somos apresentados aos movimentos sociológicos mais amplos nos quais tais atores típicos estão inseridos. Podemos pensá-la como uma sociologia

² Distinção esta que, a propósito, permite à análise ir além do que permitiria o recurso à noção de um “trabalhador do comércio popular” genérico, analiticamente reconhecível apenas por sua condição de “trabalhador”.

da mudança da inserção no trabalho dos comerciantes apresentados na primeira parte. Trata-se, então, de apresentar a **empresarização do comércio popular** propriamente dita enquanto movimento que se estende para além das fronteiras do Brás e mesmo de São Paulo: enquanto uma faceta do capitalismo brasileiro. Da Feirinha da Madrugada, de origem quase improvisada no início dos anos 2000, o autor nos conduz aos grandes shoppings populares do final dos anos 10, resultados de investimentos massivos por parte de grandes grupos empresariais de atuação nacionalizada e com livre trânsito nos governos municipais e estaduais. São empreendimentos que significam “muito mais do que simples espaços comerciais”. Eles funcionariam enquanto “dispositivos econômicos e de disciplinamento do trabalhador comerciante” (Rangel, 2021, p. 160). Aqui somos apresentados a um “novo perfil” de trabalhador nessa atividade, que representa, na prática, o trabalhador do comércio popular “empresarisado”. É um trabalhador que se certifica em cursos do SENAI e do Sebrae e tem grandes empresários por referência pessoal e profissional de sucesso. Como eles, esses trabalhadores se veem como “empresários” em busca de “oportunidades”. Nos shoppings populares, os custos do empreendimento tornam-se impeditivos para os comerciantes “tradicionais”, como os que transformaram o Brás e seus arredores em um ponto pujante do comércio popular paulistano e brasileiro. Rangel apresenta a trajetória da Feirinha da Madrugada, portanto, como uma síntese do processo de empresarização do comércio popular: gentrificação do trabalho, formalização excludente e disciplinamento subjetivo para uma lógica empreendedora.

A despeito do percurso muito bem construído do livro – teórica, analítica e empiricamente –, há um ponto sobre o qual, creio, cabe uma reflexão crítica. Enxergo pelo menos duas posições contra as quais o autor frequentemente argumenta, mas que me pareceram pouco explicitadas no texto. A primeira advém do campo empírico: trata-se do discurso que estigmatizaria o comércio popular como sujo, ilegal, marginal, atividade de pessoas “pobres” em geral, caótico etc. O leitor só encontrará uma referência empírica a isso no capítulo 5, em uma seção rápida e, no entanto, o autor afirma estar procurando desconstruir o que chama de “discurso hegemônico” sobre o comércio popular. Se assim for, seria importante não apenas afirmar a existência desse discurso, como comprová-lo empiricamente: como e por quais meios torna-se real, isto é, uma força social capaz de produzir efeitos, a visão de que o comércio popular é tudo isso que o autor diz que dizem dele? Frise-se que Rangel não descuida inteiramente dessa dimensão, trazendo perspicazmente o discurso higienista presente em um relatório da “Associação Viva o Centro” (Rangel, 2021, p. 147).

Trata-se apenas aqui de sugerir que esse ponto da análise seja adensado, de modo a que o argumento se torne polemicamente mais agudo.

A segunda posição não explicitada se encontra no nível teórico. É o diálogo velado com um tipo de marxismo muito presente nos estudos brasileiros do trabalho. O autor explicita logo na introdução a tradição de estudos do trabalho à qual se filia, valendo-se de autores que privilegiam uma abordagem metodológica rente aos agentes investigados (Luiz Antônio Machado da Silva, Reginaldo Prandi, Vera Telles, Fernando Rabossi, Jacob Lima, dentre muitos outros), fazendo largo uso de interpretações nativas. Isso não significa que não esteja atento a fenômenos macroestruturais, como já indiquei acima, mas sim que a pedra de toque do estudo são os próprios sujeitos inseridos em seus campos de possibilidades objetivas e nas suas expectativas subjetivas. Além disso, o autor compreensivelmente critica as abordagens que tendem a “caracterizar o momento presente pela ‘falta’, em relação à idealização de uma sociedade salarial nunca efetivada” (Rangel, 2021, p. 23): investigar o comércio popular percebendo nele apenas as ausências em relação ao trabalho protegido seria ignorar alguns dos elementos mais característicos da atividade. No entanto, Rangel parece ter preferido não travar um embate direto com essa tradição³. Ter abertamente se posicionado no interior da bibliografia auxiliaria aqueles que se debatem com um problema semelhante – como o autor desta resenha –, qual seja, o de como produzir uma sociologia do trabalho que reconheça e problematize a precariedade da condição de trabalhador no Brasil ao mesmo tempo em que se coloque rente aos sujeitos, tomando suas interpretações como legítimas, e as variações e limites dessas enquanto conformadores da situação de classe **particular** ao contexto pesquisado, indo além da mera denúncia dos meandros e da intensidade da exploração capitalista. Trata-se de uma questão quase lateral à análise propriamente dita, que não necessita de tal transparência para se sustentar, mas cujo enfrentamento aberto contribuiria para o fortalecimento do fecundo veio de análise no qual se inspira.

Tais observações críticas – obrigação do resenhista – não devem obscurecer o fato de que estamos diante de uma análise brilhante. Rangel é cuidadoso ao entretecer elementos objetivos e subjetivos em um resultado admiravelmente equilibrado. A análise aponta para a mudança não apenas dos mecanismos concretos pelos quais se organiza o trabalho no

³ Encontramos um exemplo cristalino desse “diálogo velado” na seguinte passagem: “Vale dizer que analisar essas práticas comerciais e os sentidos atribuídos a elas a partir da atenção às formas pelas quais os sujeitos conferem plausibilidade às suas vidas certamente nos leva a caminhos diferentes daqueles encontrados, por exemplo nas análises que tratam os significados atribuídos às práticas como efeitos diretos dos processos ideológicos, em que a preocupação maior é com as conexões que os indivíduos não seriam capazes de fazer, em detrimento das formas em que se elaboram efetiva e cotidianamente as experiências” (Rangel, 2021, p. 26).

comércio popular hoje – das feirinhas informais aos shoppings (a empresarização) –, e que produz novas modalidades de exclusão e de apropriação dos frutos do trabalho (a **formalização excludente**), mas também da própria identidade do trabalhador enquanto tal, que, para ter acesso aos espaços “formalizados” do comércio popular se insere em um processo de disciplinamento de si e de sua atividade, abandonando sua identidade de “comerciante” e produzindo a de “empresário”. É, sem dúvida, uma abordagem que aprofunda a compreensão da sociologia do trabalho acerca de como os trabalhadores do comércio popular, por vezes invisibilizados e/ou homogeneizados em sua condição de “informais”, interpretam, em seus termos, o mundo do trabalho brasileiro e seus desafios, e como são por ele afetados.

Referências

- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DURÃES, Bruno. **Camelôs globais ou de tecnologia: novos proletários da acumulação**. Salvador: EDUFBA, 2013.
- KOPPER, Moisés. De camelôs a lojistas: a transição do mercado de rua para um shopping em Porto Alegre. **Caderno CRH**, Salvador, v.28, n.75, p. 591-605, 2015.
- LIMA, Jacob Carlos. Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho? **Sociologias**, Porto Alegre, v. 12, p. 158-198, 2010.
- LIMA, Jacob Carlos; PIRES, Aline Suelen. Youth and the new culture of work: considerations drawn from digital work. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 773-797, dez. 2017.
- RANGEL, Felipe. **A empresarização dos mercados populares: trabalho e formalização excludente**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2021.
- SAKAI, Roberta. **A ocupação da área central pelo comércio ambulante: negociações e produção do espaço urbano**. 2011. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2011.
- SILVA, Luiz Antônio Machado da. Notas sobre os pequenos estabelecimentos comerciais. In: LOPES, José Sérgio Leite *et al.* **Mudanças sociais no nordeste: estudo sobre trabalhadores urbanos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p.179-194.
- SILVA, Luiz Antônio Machado da. Da informalidade à empregabilidade (reorganizando a dominação no mundo do trabalho). **Caderno CRH**, Salvador, v. 15, n. 37, p. 81-109, jul./dez. 2002.
- SILVA, Luiz Antônio Machado da. Apontamentos metodológicos. In: SILVA, Luiz Antônio Machado da. (org.). **Vida sob cerco: Violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. p. 27-34.
- SILVA, Luiz Antônio Machado da. **O mundo popular: trabalho e condições de vida**. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018.

Recebida em: 01/03/2023

Aceita em: 06/06/2023